

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS RURAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EXTENSÃO RURAL**

Gustavo Pinto da Silva

**A CONSTRUÇÃO SOCIAL DOS CIRCUITOS CURTOS DE
COMERCIALIZAÇÃO E CONSUMO DE ALIMENTOS: A
EMERGÊNCIA DE NOVAS INSTITUCIONALIDADES**

**SANTA MARIA, RS
2016**

Gustavo Pinto da Silva

**A CONSTRUÇÃO SOCIAL DOS CIRCUITOS CURTOS DE COMERCIALIZAÇÃO
E CONSUMO DE ALIMENTOS: A EMERGÊNCIA DE NOVAS
INSITUCIONALIDADES**

Tese apresentada ao Curso de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do grau de **Doutor em Extensão Rural**.

Orientador: Prof. Dr. Renato Santos de Souza

Santa Maria, RS, Brasil
2016

Ficha catalográfica elaborada através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Central da UFSM, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Silva, Gustavo Pinto da
A construção social dos circuitos curtos de
comercialização e consumo: a emergência de novas
institucionalidades / Gustavo Pinto da Silva.- 2016.
273 p.; 30 cm

Orientador: Renato Santos de Souza
Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa
Maria, Centro de Ciências Rurais, Programa de Pós-
Graduação em Extensão Rural, RS, 2016

1. Construção social 2. Circuitos curtos de
comercialização e consumo de alimentos 3. Mudança
institucional 4. Novas institucionalidades I. , Renato
Santos de Souza II. Título.

© 2016

Todos os direitos autorais reservados a Gustavo Pinto da Silva. A reprodução de partes ou do todo deste trabalho só poderá ser feita mediante a citação da fonte.

End. Eletr: gustavo.pinto@politecnico.ufsm.br

Gustavo Pinto da Silva

**A CONSTRUÇÃO SOCIAL DOS CIRCUITOS CURTOS DE COMERCIALIZAÇÃO
E CONSUMO DE ALIMENTOS: A EMERGÊNCIA DE NOVAS
INSTITUCIONALIDADES**

Tese apresentada ao Curso de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do título de **Doutor em Extensão Rural**.

Aprovado em 28 de junho de 2016:


Renato Santos de Souza, Dr. (UFSM)
(Presidente/Orientador)


Gisele Martins Guimarães, Dra. (UFSM)


José Marcos Froehlich, Dr. (UFSM)


Paulo André Niederle, Dr. (UFRGS)


Sérgio Schneider, Dr. (UFRGS)

Santa Maria, RS
2016

DEDICATÓRIA

A meus pais, Zeno e Ivanir que, desde os primeiros passos até hoje, souberam ensinar, apoiar e compreender. Muito do que pesquisei nasceu de nossas conversas em torno da comercialização de pêssegos, figos, tomates e uvas do Sítio Olho D'Água, em Jari (RS).

À minha filha Cecília, nascida durante meu doutoramento, que possas viver em um mundo onde o alimento seja um elo para uma vida longa, saudável, preservadora da cultura e do modo de vida relacionado à agricultura familiar.

À minha esposa Cândida, com quem convivi em todos os momentos desses quatro anos. Nessa convivência, foste fonte de afeto, apoio e incentivo. Como disse Mário Quintana: “na convivência, o tempo não importa. Se for um minuto, uma hora, uma vida. O que importa é o que ficou deste minuto, desta hora, desta vida”.

Obrigado a vocês que são fonte de vida, inspiração, sabedoria e amor.

AGRADECIMENTOS

Durante a elaboração dessa tese, tive que abdicar da convivência de muitas pessoas para dedicação aos estudos. Ao mesmo tempo, tive a oportunidade de conhecer muitas outras. Agradeço àquelas que compreenderam a importância dos momentos de reclusão, bem como àquelas que me permitiram viver momentos de realização pessoal e profissional.

Agradeço aos docentes do Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural, especialmente os professores Hugo (*in memoriam*) e Renato. Prof. Hugo foi quem me recebeu na condição de orientado nesse PPG. Com o Prof. Renato, pude organizar este trabalho, ser apresentado ao institucionalismo e compartilhar conversas para além do mundo acadêmico. Sua segurança nas discussões firmou a estrada que precisou ser percorrida na reflexão e escrita.

Agradeço ao amigo e Prof. Paulo Silveira, incentivador, que não me deixou abandonar a vida acadêmica.

A todos os colegas de doutorado e também do mestrado com ingresso em 2012, com os quais vivemos momentos de estudo, mas também de alegria e descontração. Agradeço à Tatiana Balem e ao Marisson, com quem fizemos as discussões acadêmicas mais sinceras, mas com quem também surgiram as piadas mais irrefletidas e que serviram para descontração.

Agradeço a Santiago, terra natal de meu pai, pois minhas ligações se fortaleceram com este trabalho. Por meio do Sr. Liberato Bochi e do Sr. Carlos Rosa, com quem compartilho a vontade de gerar oportunidades para a agricultura familiar partir da comercialização, agradeço à Prefeitura Municipal de Santiago. Por meio do Dairton, agradeço a acolhida e o empenho que o Escritório da Emater teve em auxiliar e apoiar a fase de pesquisa de campo. Por meio da Lérica, presidenta do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, agradeço aos agricultores, que lutam por autonomia e por uma vida mais digna. Por meio do Jornal Expresso, agradeço a todas as outras organizações que tiram do anonimato as questões da alimentação e da agricultura familiar. Desejo que vocês nunca esqueçam o papel que possuem para minimizar os problemas dos agricultores familiares e multiplicar as suas esperanças.

Agradeço ao ensino público Brasileiro pela oportunidade de estudo. Sem a condição de estudar de forma gratuita certamente minha vida teria sido na mesma condição árdua do trabalho sol a sol de tantos outros agricultores familiares que assim o fazem para sobreviver.

Agradeço à Rede Federal de Ensino Básico, Técnico e Tecnológico que oportunizou condições para eu buscar conhecimento, a fim de ajudar a sociedade a viver melhor. Primeiramente, agradeço ao IFFarroupilha – Campus São Vicente do Sul, onde comecei a

carreira de professor e vivi experiências inesquecíveis. Agradeço de maneira especial aos colegas Celso, João Flávio, Laurício, Luiz Fernando, Paulo Deon, Rodrigo Belmonte, Rogério Anese e Simone Bochi. Também agradeço ao Colégio Politécnico da UFSM que me recebeu em 2013. Aos professores Aita, Jaime, Eronita e Diniz, por entenderem minha condição no momento da chegada na UFSM. Agradeço ao Prof. Miola e aos motoristas Olavo e Benjamin, que ajudaram, facilitaram e vivenciaram parte de minha convivência com a realidade estudada. Agradeço ao acadêmico de Economia Eduardo Dutra, santiaguense, que por diversas vezes mergulhou conjuntamente na pesquisa em questões para além do que era o objetivo desta tese.

Agradeço à banca examinadora, pelas sugestões e recomendações. Agradeço ao Prof. Sérgio Schneider, por ter me aceitado como aluno especial na disciplina de Alimentação, Mercados e Consumo da UFRGS, pois dessas aulas deriva-se grande parte da literatura que sustenta este trabalho.

Agradeço a todas as pessoas que tiveram tempo para dialogar comigo sobre a tese ou para fazer a pergunta fatídica: “E a tese?”.

Agradeço ao Gabriel Nunes de Oliveira, que me acolheu como estagiário de Técnico em Agropecuária em 1996 e que ao longo do tempo tem sido conselheiro e amigo.

Agradeço à minha sogra Maria Rejane que, por diversas vezes, deixou o conforto de sua casa para cuidar da Cecília, dando-nos o apoio para eu e a Cândida concluirmos nossas teses.

A todos aqueles que, por um lapso de esquecimento, deixei de agradecer.

Por último, agradeço a quem oportunizou para que eu, nessa experiência terrena, vá aos poucos lapidando minha pedra bruta no caminho da expansão da consciência. Como disse Chico Xavier, “Deus nos concedeu uma página de vida no livro do tempo. Aquilo que colocamos nela corre por nossa conta”.

A todos, meu muito obrigado.

“Meu conhecimento da vida cotidiana tem a qualidade de um instrumento que abre caminho através de uma floresta e enquanto faz isso projeta um estreito de luz sobre aquilo que está situado logo adiante e imediatamente ao redor, enquanto em todos os lados do caminho continua a haver escuridão”.

(BERGER; LUCKMANN, 2012, p. 64)

RESUMO

A CONSTRUÇÃO SOCIAL DOS CIRCUITOS CURTOS DE COMERCIALIZAÇÃO E CONSUMO DE ALIMENTOS: A EMERGÊNCIA DE NOVAS INSTITUCIONALIDADES

AUTOR: Gustavo Pinto da Silva
ORIENTADOR: Renato Santos de Souza

Nos últimos anos, tem ganhado força um conjunto de iniciativas que recaptura o espaço rural como uma força ativa e transformadora no campo agroalimentar, dentro do que os estudos internacionais nominam de *quality turn*. No centro do debate, encontra-se a necessidade de repensar os padrões de produção, consumo e distribuição dos alimentos do sistema agroalimentar moderno, reconhecidos pelas fragilidades reveladas por escândalos alimentares, mas também por problemas sociais, econômicos, ambientais, identitários e de ordem de regulação e controle. Os estudos privilegiam a noção de sistema agroalimentar alternativo, centralizando as características da agricultura que o sistema moderno torna sem efeito, dentre os quais a visibilidade dos alimentos, a reconexão com o consumidor e a realocação. O objetivo desta tese foi analisar e interpretar o processo de construção social dos mercados de circuito curto no município de Santiago (RS), tendo como referência as práticas sociais e os marcos regulatórios, normativos e cultural-cognitivos estabelecidos. A pesquisa constituiu-se como um estudo de caso da comercialização de frutas e hortaliças, conduzido por meio da abordagem qualitativa e analisado a partir dos conceitos teóricos do neoinstitucionalismo sociológico. A pesquisa teve uma primeira fase exploratória para compreender a estruturação do campo organizacional, os acontecimentos marcantes e os componentes organizacionais. A segunda fase foi interpretativa, quando, a partir dos circuitos do Hortomercado, Orgânicos e Varejistas, buscou-se compreender o processo de construção social dos mercados pelos diferentes elementos institucionais que fornecem orientações no campo organizacional. Com o estudo percebeu-se que a estruturação do campo ocorreu por meio de cinco processos simultâneos e inter-relacionados: aspectos culturais aproximaram e aumentaram a interação entre os agentes; houve um amplo envolvimento de agentes de diferentes organizações; os circuitos se formaram por meio de ajustes entre instituições valorativas e cultural-cognitivas, que se tornaram vantagens competitivas frente ao sistema agroalimentar moderno; o conhecimento técnico, por mais que seja escasso, não foi limitador para as atividades produtivas; e os circuitos pouco interagiram entre si. As novas institucionalidades são as características históricas, culturais, organizacionais e políticas locais, mas também alterações provindas do discurso profissional das áreas da saúde e nutrição, informadas pelos veículos de comunicação. Existe uma mudança institucional apoiada por cinco fatores institucionais de coordenação do sistema agroalimentar alternativo: qualidade, reconexão com o passado, desenvolvimento territorial, relações sociais e valor monetário. Além disso, a mudança é fortalecida pelas condições sobre as quais os agentes se confrontam para a formação das instituições, as novas institucionalidades. A força dessa mudança está apoiada nos sinais de enfraquecimento das instituições regulativas do sistema agroalimentar moderno, as quais, no sistema alternativo, subordinam-se às influências normativas e cultural-cognitivas. De modo a contribuir na discussão dos sistemas agroalimentares alternativos, os mercados de circuito curto decorrem de estruturas sociais construídas em processos de interação social, institucionalizados no tempo, sujeitos a mudanças e entendidos quando analisadas as condições institucionais do contexto em relação a outros níveis do sistema social.

Palavras-chave: Construção social. Circuitos curtos de comercialização e consumo de alimentos. Mudança institucional. Novas institucionalidades.

ABSTRACT

THE SOCIAL CONSTRUCTION OF SHORT CIRCUIT COMMERCE AND FOOD CONSUMPTION: AN EMERGENCY OF NEW INSTITUTIONALITY

AUTHOR: GUSTAVO PINTO DA SILVA
ADVISER: RENATO SANTOS DE SOUZA

An increasing number of actions aimed at recovering the countryside as an active and transforming force in the agri-food field, which is known as *quality turn* within the international fields of study, has gained strength in recent years. In the center of the debate is the need to rethink the patterns of production, consumption and distribution of food of the modern agri-food system, recognized by the weaknesses revealed not only by food scandals, but also by social, economic, environmental, regulation and control problems. Studies emphasize the notion of an alternative food system, centralizing the characteristics of agriculture that the modern system nullifies such as the visibility of food, reconnection with the consumers and relocation. The objective of this study was to analyze and interpret the process of social construction of short circuit commerce in the city of Santiago (RS), using as reference the social practices and regulatory and cultural-cognitive frameworks previously established. This research is a case study of the commerce of fruit and vegetables. It was carried out using qualitative approach, and it was analyzed from the theoretical concepts of sociological institutionalism. Firstly, the study had an exploratory phase in order to understand the structure of the organizational field, meaningful events and organizational components. Secondly, there was an interpretative approach that aimed at understanding the process of social construction of markets by different institutional elements that provide guidance to the organizational field. It was observed that the structure of the field occurred through five simultaneous and interrelated processes: 1) cultural aspects increased interaction among agents. 2) There was a broad involvement of agents of different organizations. 3) The circuits were formed through adjustments between evaluative and cultural-cognitive institutions, which have become competitive advantages in the modern agri-food system. 4) Although the technical knowledge was scarce, it was not limiting for productive activities; and 5) the circuits had little interaction among them. The new institutionality is the historical, cultural, organizational and local policies, and it is the change that arise from professional discourse in the areas of health and nutrition informed by the press. There is an institutional change supported by five institutional factors of coordination of alternative food system: quality, reconnection with the past, territorial development, social relations and monetary value. In addition, the change is strengthened by the conditions on which the agents encounter in the formation of institutions, new institutionality. The strength of this change is supported on signs of weakening of regulative institutions of the modern agri-food system, which are subordinated to normative and cultural-cognitive influences in the alternative system. In order to contribute to the discussion of alternative agri-food systems, short circuits commerce result from social structures built in social interaction processes that were institutionalized in time, subject to change, and understood when analyzing the context of the institutional conditions in relation to other levels of the social system.

Key words: Social construction. Short circuit commerce and food consumption. Institutional change. New institutionality.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Mapa de localização geográfica do município de Santiago em relação a Região Central do Estado do Rio Grande do Sul.....	91
Figura 2 – Representação do Campo Organizacional de Frutas e Hortaliças, e as formas de circuitos curtos de comercialização e consumo estudados.	93
Figura 3 – Vista parcial da Feira da Praça dos Brinquedos em sua origem	118
Figura 4 – Notícia vinculada ao Jornal A Razão em novembro de 1986, referente à produção de hortaliças e frutas em Santiago	120
Figura 5 – Inauguração do Hortomercado em 1992	122
Figura 6 – Pomar de citros na Região Colonial de Santiago.	126
Figura 7 – Dia de campo sobre fruticultura na Região Colonial de Santiago.	126
Figura 8 – Pronunciamento de autoridades por ocasião da abertura do V Seminário Estadual de Fruticultura da Metade Sul do Rio Grande do Sul.....	133
Figura 9 – Atividades junto aos consumidores, por ocasião do Dia do Pêssego.....	134
Figura 10 – Reportagem de jornal local em relação à comercialização domiciliar.....	139
Figura 11 – Anúncio de divulgação das feiras-livre de Santiago.	164
Figura 12 – Notícia sobre os benefícios do morango e a produção local de Santiago.	180

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Diferenças entre as características do sistema agroalimentar moderno e sistema agroalimentar alternativo.....	51
Tabela 2 – Significados atribuídos aos alimentos em formas agroalimentares alternativas	59
Tabela 3 – Relação de entrevistados no campo organizacional dos circuitos curtos de comercialização e consumo de frutas e hortaliças.....	96
Tabela 4 – Número de componentes do núcleo familiar dos agricultores de frutas e hortaliças de Santiago (RS).....	101
Tabela 5 – Classe de idades dos agricultores de frutas e hortaliças de Santiago (RS), considerando a idade do responsável.....	102
Tabela 6 – Importância da produção de frutas e hortaliças na composição da renda total do estabelecimento rural em Santiago (RS).	102
Tabela 7 – Tipos de cultivo, número de estabelecimentos rurais e área com fruticultura em Santiago (RS).....	104
Tabela 8 – Tipos de cultivos, número de estabelecimentos e produção anual de hortaliças com fins comerciais em Santiago (RS)	105
Tabela 9 – Tipos de circuito curto de comercialização e consumo de frutas e hortaliças em Santiago (RS).....	107
Tabela 10 – População total, urbana e rural de Santiago entre os anos 1940 e 1980.....	116
Tabela 11 – Principais agentes do campo organizacional de frutas e hortaliças em Santiago (RS) de acordo com suas fases de formação / estruturação.....	143
Tabela 12 – Acontecimentos marcantes no processo de formação/estruturação do campo organizacional de frutas e hortaliças em Santiago (RS).....	146
Tabela 13 – Indicadores de estruturação do campo organizacional de frutas e hortaliças em Santiago (RS).....	151

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AAFNs	<i>Alternative Agro-Food Networks</i>
ABRASCO	Associação Brasileira de Saúde Coletiva
AFRUTIS	Associação de Fruticultores de Santiago
ANVISA	Agência Nacional de Vigilância Sanitária
APOS	Associação de Produtores Orgânicos de Santiago
ARSA	Associação Regional Santiaguense de Apicultores
CEASA-RS	Central de Abastecimento do Estado do Rio Grande do Sul
COOPERFRUTES	Cooperativa Regional de Fruticultores
COOPERSAF	Cooperativa Santiaguense da Agricultura Familiar Ltda.
EMATER-RS/ASCAR	- Associação Riograndense de Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural / Associação Sulina de Crédito e Assistência Rural
FAO	Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura
FARSUL	Federação da Agricultura do Rio Grande do Sul
GTZ	Deutsche Gesellschaft für Technische Zusammenarbeit
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMS	Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
INCA	Instituto Nacional de Câncer José Alencar Gomes da Silva
INMETRO	Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia
IPC-IG	Centro Internacional de Políticas para o Crescimento Inclusivo
MAPA	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
OMS	Organização Mundial da Saúde
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PARA	Programa de Análise de Resíduos de Agrotóxicos
PDS	Partido Democrático Social
PDT	Partido Democrático Trabalhista
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PP	Partido Progressista
PPR	Partido Progressista Renovador
PRODESA	Programa de Apoio ao Desenvolvimento do Setor Agropecuário
PROFRUTA/RS	Programa Estadual de Fruticultura do Rio Grande do sul
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PRORENDA	Programa de Viabilização de Espaços Econômicos das Populações de Baixa Renda
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SENAC	Serviço Nacional de Aprendizagem do Comércio
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SENAR	Serviço Nacional de Aprendizagem Rural
SESC	Serviço Social do Comércio
SESCOOP	Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo
SESI	Serviço Social da Indústria
SEST	Serviço Social de Transporte
SFCSs	Short Food Supply Chains
SMAP	Secretaria Municipal de Agricultura e Pecuária de Santiago
TAIFA	Trabalho, Amizade, Integração e Fraternidade ao Adolescente
URI	Universidade Regional Integrada

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	23
2	REVISÃO DA LITERATURA E REFERENCIAL TEÓRICO.....	29
2.1	DO SISTEMA AGROALIMENTAR MODERNO AOS CIRCUITOS CURTOS DE COMERCIALIZAÇÃO E CONSUMO	29
2.1.1	As fragilidades do Sistema Agroalimentar Moderno	29
2.1.2	A emergência do <i>Quality Turn</i>	38
2.1.3	As Formas Agroalimentares Alternativas	45
2.1.4	Os circuitos curtos de comercialização e consumo	54
2.2	A ABORDAGEM INSTITUCIONALISTA	61
2.2.1	As origens da Teoria Institucional	61
2.2.2	As abordagens neoinstitucionalistas	64
2.2.3	Instituições e pilares institucionais.....	67
2.2.4	Legitimidade das instituições.....	73
2.2.5	Institucionalização, Efeito Institucional, Desinstitucionalização e Mudança Institucional.....	75
2.2.6	Campo Organizacional.....	78
2.2.7	Os mercados como arranjos institucionais.....	81
2.3	O REFERENCIAL E A TESE	83
3	METODOLOGIA.....	85
3.1	O ESTUDO DE CASO.....	86
3.2	FASES DA PESQUISA	88
3.3	O TIPO DE ESTUDO DE CASO	90
3.4	A ESCOLHA DO CASO.....	90
3.5	AS INFORMAÇÕES DE PESQUISA	93
3.6	COLETA DE DADOS E FONTES DE INFORMAÇÕES	94
3.7	ANÁLISE DOS DADOS	97
4	CARACTERIZAÇÃO DA PRODUÇÃO DE FRUTAS E HORTALIÇAS EM SANTIAGO	99
4.1	ASPECTOS DA AGROPECUÁRIA DE SANTIAGO	99
4.2	OS PRODUTORES DE FRUTAS E HORTALIÇAS.....	100
4.3	O CAMPO TÉCNICO E OS QUANTITATIVOS DE PRODUÇÃO.....	103
4.3.1	A pequena expressão da Fruticultura em Santiago.....	103
4.3.2	A produção de hortaliças em Santiago	104
4.4	OS CIRCUITOS CURTOS DE FRUTAS E HORTALIÇAS EM SANTIAGO	106
4.5	RESUMINDO.....	110
5	A FORMAÇÃO E ESTRUTURAÇÃO DO CAMPO ORGANIZACIONAL DE FRUTAS E HORTALIÇAS EM SANTIAGO - RS.....	113
5.1.	DAS ORIGENS DO MUNICÍPIO À ASCENDÊNCIA DAS VENDAS DE PORTA EM PORTA (ATÉ 1979).....	113
5.2	DA FEIRA LIVRE AO HORTOMERCADO (1978 - 1992).....	118
5.3	OS AJUSTES NO HORTOMERCADO E AS INICIATIVAS NA FRUTICULTURA (1993 - 2009)	123
5.4	CONSOLIDAÇÃO DAS EXPRESSÕES DE CIRCUITO CURTO (A PARTIR DE 2009).....	135
6.	A ESTRUTURAÇÃO DO CAMPO ORGANIZACIONAL E AS NOVAS INSTITUCIONALIDADES.....	141

6.1	COMPONENTES ORGANIZACIONAIS, ACONTECIMENTOS MARCANTES E ESTRUTURAÇÃO DO CAMPO ORGANIZACIONAL.....	141
6.2	A CONSTRUÇÃO DE NOVAS INSTITUCIONALIDADES PARA OS CIRCUITOS CURTOS DE COMERCIALIZAÇÃO E CONSUMO.....	152
6.2.1	Contexto histórico, cultural e organizacional.....	154
6.2.2	A agência do setor público.....	157
6.2.3	O discurso profissional e a mediação da informação.....	165
7	ELEMENTOS INSTITUCIONAIS DO CAMPO ORGANIZACIONAL.....	169
7.1	QUALIDADE.....	171
7.2	RECONEXÃO COM O PASSADO.....	185
7.3	DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL.....	191
7.4	RELAÇÕES SOCIAIS.....	205
7.5	VALOR MONETÁRIO.....	219
7.6	SINTETIZANDO: A MUDANÇA INSTITUCIONAL.....	225
8	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	231
	REFERÊNCIAS.....	239
	APÊNDICE A - ROTEIRO DE ENTREVISTA COM INFORMANTES-CHAVE REFERENTE À CONSTITUIÇÃO DO CAMPO ORGANIZACIONAL DE FRUTAS E HORTALIÇAS EM SANTIAGO.	257
	APÊNDICE B - QUESTIONÁRIO SEMIESTRUTURADO APLICADO AOS AGRICULTORES DE FRUTAS E HORTALIÇAS DE SANTIAGO.	259
	APÊNDICE C - ROTEIRO DE ENTREVISTA COM OS AGRICULTORES CONFORME O CIRCUITO CURTO.	263
	APÊNDICE D - ROTEIRO DE ENTREVISTA COM AS ORGANIZAÇÕES DO ESTADO E DA SOCIEDADE CIVIL REFERENTE A CONSTITUIÇÃO DO CAMPO ORGANIZACIONAL DE FRUTAS E HORTALIÇAS EM SANTIAGO.....	265
	APÊNDICE E - ROTEIRO DE ENTREVISTA COM OS VAREJISTAS LOCAIS....	267
	APÊNDICE F - ROTEIRO DE ENTREVISTA COM OS CONSUMIDORES DE ACORDO COM O CIRCUITO CURTO DE PARTICIPAÇÃO.....	269
	ANEXO A - MAPA DE LOCALIZAÇÃO ESPACIAL DOS ESTABELECIMENTOS DE FRUTAS E HORTALIÇAS DE SANTIAGO.....	271
	ANEXO B - INFORMATIVO TÉCNICO DA EMATER-RS/ASCAR SOBRE A ESTUFA MODELO SANTIAGO.	273

1 INTRODUÇÃO

A opção do desenvolvimento da agricultura a partir das *commodities* de exportação, ao mesmo tempo em que tornou o Brasil uma potência agrícola (TONNEAU; TEIXEIRA, 2005), tem deixado rastros de exclusão e marginalização, principalmente dos agricultores mais pobres (OLIVEIRA; MIORIN, 2009; MURDOCH, 2000). A principal característica desse padrão agroalimentar é a divisão do processo de produção em etapas distribuídas entre atores externos e coordenadas pelo capital, que por fluxos globais, conectam regiões do globo.

Imaginar a sobrevivência da agricultura familiar nesse quadro de produção de *commodities*, caracterizado pelo crescimento lento da demanda e por preços regulados de forma competitiva na esfera privada, é desconsiderar sua incapacidade de produção em escala. Ainda, imaginar que os impérios alimentares (PLOEG, 2008) vão incorporar a produção da pequena agricultura representa um descaso à concentração do valor agregado por um pequeno número de grandes corporações. Por outro lado, idealizar que o universo de agricultores familiares viabilizar-se-á a partir da pluriatividade significa desconsiderar a distribuição desse público no extenso território brasileiro e suas diferenças entre ativos e trajetórias sociais. Por isso, em espaços não preferenciais para a economia globalizada as atividades agrícolas ainda continuarão predominantes para a geração de trabalho e renda no rural (SILVEIRA; PIRES; MARIN, 2000) e, a produção agroalimentar continuará sendo importante na reprodução social das famílias rurais, seja pela força do mercado doméstico ou pela diversidade regional dessas formas produtivas (MALUF, 2004).

Nos últimos anos, mesmo com a presença quase inabalável do sistema agroalimentar moderno, tem ganhado força um movimento de iniciativas que recapturam o espaço rural como uma força ativa e transformadora no campo agroalimentar, apoiando soluções para problemas socioeconômicos e ambientais associados à produção e ao consumo de alimentos. Essas iniciativas compõem o que Kneafsey (2010) denomina modelos alternativos de fornecimento de alimentos e tratam-se de experiências que incluem desde os mercados de nicho nacionais e internacionais, produtos artesanais, de denominação de origem, orgânicos até o aprimoramento dos circuitos regionais de abastecimento de alimentos (MALUF, 2004). São caracterizadas por operar as margens dos circuitos industriais (OOSTERVEER; GUIVANT; SPAARGAREN, 2010), com a qualidade vinculada ao conhecimento sobre a procedência dos alimentos (WILKINSON, 2003), ressocializando ou reespecializando a comida (SONNINO; MARSDEN, 2006; RENTING; MARSDEN; BANKS, 2003). Revelam-

se em iniciativas de comercialização como entregas domiciliares, feiras livres, trocas solidárias, mercados institucionais, venda direta para varejistas locais, dentre outras.

Os estudos relacionados a esse campo agroalimentar alternativo têm atraído atenção de pesquisadores internacionais e brasileiros¹. Tratam-se das abordagens *alternative agro-food networks* (AAFNs) ou dos *short food supply chains* (SFCSs), consideradas as principais dimensões dos novos padrões de desenvolvimento rural, capazes de colaborar na construção de políticas para influenciar a viabilidade econômica e social de regiões (PLOEG *et al.*, 2000; RENTING; MARSDEN; BANKS, 2003; GOODMAN, 2003; FRIEDMANN, 2005; FEAGAN, 2007; SONNINO; MARSDEN, 2006; SILVEIRA *et al.*, 2008; WISKERKE, 2009; CRUZ, 2012; FERRARI, 2011; NIEDERLE; ALMEIDA; VEZZANI, 2013).

A produção acadêmica tem explorado as fragilidades da integração interssetorial das cadeias globais de abastecimento, evidenciadas de sinais de sua insustentabilidade. Sem a intenção de esgotar, enumeram-se alguns elementos que têm sido apontados pela crise: (1) são ambientalmente dependentes de uma base energética não renovável; (2) a renda do agricultor tem sido cada vez menor, gerando o *squeeze on agriculture* (PLOEG *et al.*, 2000); (3) são geradores de *food miles*, com mais gasto de energia para transportá-los do que podem produzir (PRETTY *et al.*, 2005); (4) universalizam e desintegram os aspectos identitários dos alimentos (FISCHLER, 1998); (5) os alimentos perdem suas origens naturais (GOODMAN; SORJ; WILKINSON, 1990); (6) relegam as avaliações sobre a qualidade dos produtos e a confiabilidade dos fluxos de informação para a perícia científica e os sistemas de informações (OOSTERVEER; GUIVANT; SPAARGAREN, 2010); (7) os sistemas de regulação não dão conta da quantidade de sustos e escândalos alimentares (RENTING; MARSDEN; BANKS, 2003; SILVEIRA *et al.*, 2008); (8) as autoridades públicas e da indústria sofrem da falta de legitimidade e a reputação das marcas já não é mais suficiente para garantir previsibilidade do que se espera em relação à qualidade dos alimentos.

Diante dessas incertezas, ao ponto dos consumidores não saberem mais o que significa uma boa alimentação (DÍAZ MÉNDEZ; BENITO, 2008), há um aumento da preocupação de eliminar a invisibilidade dos alimentos (FEAGAN, 2007), com a tendência de um crescente aumento de informações sobre as condições de produção, manuseio e comercialização. Na

¹ No Brasil esse tema tem despertado interesse principalmente de pesquisadores ligados aos seguintes grupos de pesquisa: Instituto de Pesquisa em Riscos e Sustentabilidade na Universidade Federal de Santa Catarina; Grupo de Pesquisa em Agricultura Familiar e Desenvolvimento Rural da Universidade Federal do Rio Grande do Sul; Grupo de Estudos em Consumo da Universidade Federal Fluminense; Centro de Referência em Segurança Alimentar e Nutricional e Núcleo de Pesquisa Mercados, Redes e Valores, ambos na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro; e o Núcleo Interdisciplinar de Extensão e Pesquisa sobre Alimentação e Sociedade na Universidade Federal de Santa Maria.

medida em que as soluções e os atores institucionais não transmitem confiança aos consumidores, uma opção é a busca por formas mais particulares e pessoais de interação, com menos desequilíbrios de poder e com mais ênfase na dependência mútua (KJAERNES; HARVEY; WARDE, 2007). Trata-se de um repensar das escolhas alimentares, a partir dos quais o alimento, o espaço e o homem assumem um potencial de reestruturação das relações sociais envolvidas com os mercados. Essa perspectiva cria as condições para que os agricultores familiares possam reter maiores posições nos mercados e expandir suas possibilidades estratégicas de autonomia e de reprodução social, além de permitir um abastecimento local diferenciado, mais institucionalizado na cultura alimentar.

Maluf (2004) chama atenção para as oportunidades que se abrem a partir das opções de venda e as ações públicas voltadas para promover as atividades econômicas e regionais delimitadas pela proximidade física entre os agentes, próprias das regiões no interior do país e entorno dos núcleos urbanos de pequenas e médias dimensões. O abastecimento em relação a gêneros alimentícios como os alimentos *in natura* é assumido por varejistas e atacadistas, que comercializam a produção oriunda de locais de agricultura mais especializada. Esse processo é orientado por uma cadeia integrada de suprimentos. Algumas regiões, mesmo com predominância da agricultura familiar e espaços para o provimento alimentar, acabam imersas em atividades típicas da agricultura convencional, como o fumo, a soja e a pecuária de corte.

Diante da inquietação em relação à noção de um alimento mais regional, e com ênfase no deslocamento mínimo desde a produção ao consumo, toma-se como conceito norteador o de circuitos curtos de comercialização e consumo. Circuitos são caracterizados por arranjos associados com distintos tipos de laços sociais, um território bem definido, uma série de transações econômicas e com um meio de intercâmbio (ZELIZER, 2006). Ele põe em evidência a noção de que um conjunto de atividades e fluxos específicos de bens materiais é sustentado por relações sociais construídas por interação social. O mercado é resultado dessas conexões e atividades particularizadas, construídas socialmente em um contexto de expressão, e que por sua vez permitem encurtar e fortalecer as relações interpessoais entre os agricultores e os consumidores, aumentando os laços que sustentam essas sociabilidades.

Embora exista essa perspectiva para os circuitos curtos, o sistema agroalimentar moderno tem como um de seus pontos fortes ter-se inscrito a partir de instituições que se insituiram na cultura, no modo de vida e nas práticas sociais da população. Elas estão presentes na tradição histórica das famílias, criando uma espécie de matriz estruturante das percepções e das ações dos indivíduos. As práticas inerentes às cadeias globalizadas condicionam dispositivos que são capazes de desinstitucionalizar as conexões econômicas,

sociais, culturais e espaciais de uma região, desconectando cada vez mais o lugar de produção do lugar de consumo. Essas regularidades são tão proeminentes nos entendimentos dos agricultores, que agem sem questionar a legitimidade das cadeias convencionais.

Os circuitos curtos em sistemas agroalimentares alternativos não podem ser vislumbrados a partir das mesmas regularidades, pelas quais sucedem os mercados agroalimentares convencionais, pois as características e bases de legitimação são diferentes. Primeiramente, eles revelam-se por práticas sociais, que possuem características especiais que podem ser observadas em determinados recortes espaciais, supondo arranjos específicos. Os mercados de circuitos curtos são amparados por relações interpessoais e processos comunicativos, e por atributos e características definidas, como critérios de reputação, validados ou não por sistemas de certificações². A ordem está baseada em padrões de interação social, regras, normas de conduta e laços de significados (FRIEDLAND; ALFORD, 1999). Os procedimentos são legitimados e levados adiante a partir de portadores simbólicos, portadores relacionais, atividades e artefatos, que se combinam para dirigir a ação social, fazendo-se expressar e se institucionalizar diferentemente de acordo com cada contexto.

Pressupõe-se que o realinhamento da produção e do consumo de alimentos em bases territoriais exige outro tipo de compreensão por parte dos diversos agentes envolvidos, desde aqueles que promovem processos de intervenção, como a extensão rural, até àqueles que pensam e executam as políticas públicas e legislações, como pelos agricultores e suas organizações. A preocupação é recuperar a capacidade produtiva desses expropriados pelo sistema industrial, localizados distantes das grandes regiões metropolitanas, invisíveis para o fornecimento de alimentos, para a extensão rural, para os agentes públicos, relegados ao “equilíbrio” do mercado. Na medida em que novos processos exigem ser ressignificados e mediados por instituições, o desafio especialmente para a extensão rural, é repensar formas para qualificar a relação dos agricultores com os mercados, com o setor público, com os consumidores, ao ponto de colocar o alimento como o elo pelo qual uma mudança social mais ampla possa acontecer, criar identidade e novas referências sociais e culturais, incluindo mais pessoas. Para Marsden, Banks e Bristow (2000), esses tipos de relações indicam a necessidade de novas práticas institucionais e intervenções para estimular e fomentar essas tendências.

² As certificações representam as possibilidades de redes mais extensas e apropriadas de reconhecimento de produtos e processos, nos quais consumidores desconhecidos possam reconhecer qualidades específicas. Segundo Wilkinson (2008, p. 128), “entramos no mundo das certificações que exige a conversão para práticas novas e custosas no mundo dos selos e até das denominações de origem, pautado na adesão a padrões acordados de qualidade artesanais que pressupõem uma ação coletiva eficaz e uma capacidade de negociação incomum”.

Não basta trocar o produto, mas ancorar os mercados alternativos em instituições que deem conta de abarcar esse conjunto complexo de elementos, fortalecer os vínculos locais e oferecer estabilidade ao sistema, independente de mobilização constante e dentro do modo como os múltiplos agentes interpretam e constroem socialmente as condições vividas. Os mercados são construções sociais que refletem o ambiente institucional em que se inserem (ABRAMOVAY, 2001), onde os recursos são disputados e se colocam em interface diferentes valores, normas e interesses (CONTERATO *et al.*, 2011). Segundo Maluf (1999, p. 2), estão envolvidos a “capacitação do agente produtivo, as relações sociais (muitas vezes pessoais) e os elementos institucionais que conformam a atividade mercantil”. Em suma, conhecer e refletir sobre como as regularidades de padrões de interação social são construídos, evoluem e contribuem no sistema agroalimentar alternativo, representam a base para encontrar possíveis soluções institucionais para desenvolver ou aumentar a fatia dos agricultores familiares diante do mercado convencional estabelecido.

As instituições valorizam vários elementos, que quando alinhados, produzem sistemas sociais resistentes (SCOTT, 2012). Para a criação de ambientes resistentes são necessários mais do que a impessoalidade das regras, com suas capacidades de dirigir e prever a ação social, mas a interação com as normas, valores e os aspectos cultural-cognitivos, pois mecanismos variados evocam diferentes emoções e distintos motivos para o cumprimento para um determinado fim (SCOTT, 2014).

Diante disso, considerando regiões desabastecidas e distante dos principais centros produtores, cabe o questionamento: dadas as condições institucionais externas, como se constroem e se desenvolvem o aparato institucional local que promove, produz e sustenta as situações de circuitos curtos de comercialização e consumo?

Para responder ao problema foi escolhido o município de Santiago, localizado na Região Central do Rio Grande do Sul, caracterizado pela presença da agricultura familiar e pelo fornecimento de alimentos a partir de outras regiões. Entretanto, nos últimos anos, contrariando essa tendência regional, uma série de iniciativas tem surgido, nas quais destacam-se o aumento da proximidade da produção local com os consumidores, promovendo o incremento na diversidade de expressões de mercados de circuito curto. Destacam-se as frutas e hortaliças comercializadas de forma *in natura*³, seja como atividade principal ou complementar, desenvolvida por 101 famílias de agricultores. Definiu-se essas atividades como elementos integradores para este estudo de caso.

³ Durante a coleta de dados foram incluídos tubérculos e cereais quando comercializados *in natura* ou processamento mínimo.

O objetivo geral da tese é analisar e interpretar o processo de construção social dos mercados de circuito curto no município de Santiago (RS), tendo como referência as práticas sociais e os marcos regulatórios, normativos e cultural-cognitivos estabelecidos. Esse objetivo geral pode ser dividido em quatro objetivos específicos:

- a) Identificar, delimitar e descrever o campo organizacional dos circuitos de comercialização e consumo de frutas e hortaliças de Santiago/RS;
- b) Compreender e analisar as novas institucionalidades que ancoram as regularidades relacionadas a formação de um sistema agroalimentar alternativo;
- c) Identificar e analisar como os agentes atuam na construção social das instituições para viabilizar os circuitos curtos de comercialização e consumo;
- d) Identificar e interpretar os diferentes elementos institucionais que fornecem orientações no campo organizacional para a expressão de diferentes formas de circuito curto de comercialização e consumo.

A principal orientação teórica da pesquisa é a Abordagem Institucionalista, por meio do Neoinstitucionalismo sociológico, buscando focar em campo organizacional de referência. O institucionalismo tem como linha principal de argumentação a convergência dinâmica entre cognições, regras e valores, que permitem moldar o ambiente. Mesmo que outros elementos possam ser cotejados em teorias diferentes, pressupõe-se que essa seja capaz de fornecer os principais conceitos para compreender a influência da interação social no estudo dos circuitos.

A pesquisa é de natureza descritiva e interpretativa, com abordagem qualitativa. A parte descritiva visa apresentar como os circuitos curtos estão organizados no município, sua amplitude e o contexto do qual emergem. A interpretativa visa a compreensão do universo dos valores e significados das ações sociais. Em alguns momentos também são utilizados dados quantitativos, porém mais com o objetivo de realçar situações ou evidenciar casos.

Essa visão resumida e introdutória será esclarecida nos capítulos seguintes. O capítulo 2 tem por finalidade localizar teoricamente os circuitos curtos de comercialização e consumo em relação à temática da produção agroalimentar, e os principais conceitos teóricos utilizados para o estudo. O capítulo 3 faz o detalhamento dos procedimentos metodológicos. O capítulo 4 mostra os principais aspectos do campo empírico, caracterizando a agropecuária, a produção de frutas e hortaliças e os tipos de circuitos curtos de Santiago. O capítulo 5 é a parte central da tese, onde se reconstrói em profundidade o campo organizacional, buscando entendê-lo e destacar os elementos institucionais. O capítulo 6 destaca três aspectos relevantes enfatizados no decorrer na tese e que demonstram mudanças importantes para a construção dos mercados de circuitos curtos. Por último, levantam-se as considerações finais sobre a tese.

2 REVISÃO DA LITERATURA E REFERENCIAL TEÓRICO

Este capítulo é dividido em duas partes. A primeira proporciona um levantamento do assunto pesquisado para criar um enquadramento do problema de pesquisa. A segunda destaca os conceitos-chave para compreender o campo empírico estudado.

2.1 DO SISTEMA AGROALIMENTAR MODERNO AOS CIRCUITOS CURTOS DE COMERCIALIZAÇÃO E CONSUMO

Esta tese insere-se na perspectiva da sociologia da alimentação – a comida e comportamentos associados. Assim, transita entre os sinais de fragilização do sistema agroalimentar moderno e a emergência de outras relações e configurações organizacionais que sustentam a alimentação, caracterizadas principalmente nos estudos do *quality turn*.

Para desenvolver este subcapítulo, sem desconsiderar a expressividade de como o “padrão alimentar moderno” encontra-se incluso no cotidiano da população, pretende-se destacar suas debilidades. Por outro lado, dado que as relações que acontecem na alimentação e na agricultura têm acompanhado os movimentos da reestruturação das estruturas sociais que regem a sociedade, principalmente no que tange à reordenação do tempo e do espaço, demonstrar-se-á os movimentos alternativos em torno da alimentação. Por último, pretende-se expandir e justificar a utilização do conceito de circuitos curtos de comercialização e consumo, como capaz de enfatizar a dinâmica local de contestação às cadeias longas, recuperando a forma pelas quais os cidadãos relacionam-se entre si nos espaços onde vivem, especialmente na busca por sistemas alimentares mais sustentáveis.

2.1.1 As fragilidades do Sistema Agroalimentar Moderno

O formato industrial da produção de alimentos que desmonta os complexos rurais em função dos complexos agroindustriais impôs uma nova dinâmica na agricultura, evidenciada na obra de Graziano da Silva (1998). O autor assevera:

“O desenvolvimento da agricultura não é mais autônomo, mas passa a depender da dinâmica da indústria; não se pode mais falar da agricultura como “grande setor” na economia (como na divisão tradicional agricultura-indústria-serviços), porque grande parte das atividades agrícolas integrou-se profundamente na matriz de relações interindustriais, sendo seu funcionamento determinado de forma conjunta (GRAZIANO DA SILVA, 1998, p. 33).

O autor assinalava a dominância de distintas formas de capital privado sobre o aparato produtivo da agricultura e na forma como os outros agentes do complexo deviam operar. Inicialmente, para dar conta da industrialização, organizou-se um setor específico para a produção de bens e insumos. Posteriormente, criaram-se as indústrias dos alimentos visando fornecer uma variedade de produtos comestíveis. E, por fim, facilitado pela globalização, houve uma mudança no centro do poder da cadeia, e o varejo foi tomado por gigantescas redes de supermercados que se organizaram mundialmente, determinando o funcionamento do sistema agroalimentar. Se no final do século passado essa tendência já era reconhecida, é neste que tem se visto acirrar suas configurações e consequências.

O principal fator que contribui na alteração da dinâmica do sistema agroalimentar, do aumento da integração mundial entre as sociedades e do intercâmbio de informações, ideias e bens materiais foi a globalização. A organização da produção, o fornecimento e o consumo de alimentos, que antes tinham uma dinâmica local, foram se tornando cada vez mais interdependentes e influenciados por forças globais, sejam políticas, econômicas, ambientais ou demográficas (OOSTERVEER; SONNENFELD, 2012). O produto agrícola tornou-se apenas uma matéria-prima; o processo foi para as mãos da indústria e não do agricultor; as relações são de impessoalidade; e o território tem pouca ou quase nenhuma importância, pois a regulação se tornou global ou relegada ao Estado.

Distinguem-se como operadores desse sistema os impérios alimentares (PLOEG, 2010). Trata-se de um pequeno número de grandes indústrias de processamento de alimentos, empresas comerciais e redes de supermercados, sem histórico de vinculações com o setor produtivo, mas que por estratégias de reordenamento e de acumulação e centralização de capital se apropriam, operam e controlam a organização e o funcionamento da produção e do consumo. Por isso são eles que, por especulação e acumulação e a utilização do capital financeiro de diferentes formas e variados ramos de negócios, mais têm a oportunidade de lucrar com a distribuição e o deslocamento dos alimentos. Essas estratégias corporativas acabam por promover distintos reajustes no sistema agroalimentar, tais como aquisições, fusões e alianças, com uma multiplicidade de consequências.

Burch e Lawrence (2009) chamam atenção ao processo de financeirização, quando o sistema financeiro se envolve em todos os pontos da cadeia de abastecimento alimentar e com a capacidade de alterar os termos e as condições com que outros agentes devem operar. Os varejistas são os que estão mais bem posicionados para tirar vantagens, pois além de mover-se nas áreas de venda direta ao consumidor, também oferecem uma ampla gama de produtos

financeiros como crédito, seguros, hipotecas na busca de atender o consumidor mesmo no longo prazo (Ibidem). Para Weis (2010), essas estruturas transformaram aspirações dos consumidores em ideologia e lealdade a sua marca, pois constroem a capacidade de controlar as vendas e exigências dos seus clientes.

De acordo com Ploeg (2010), os impérios alimentares representam cada vez mais uma “mão visível”, que exerce controle sobre as ligações importantes dentro e, especialmente, entre mercados, construindo novas ligações entre os espaços da pobreza e de riqueza. Para o autor, eles

“[...] não precisam da propriedade direta de uma base de recursos, nem representam necessariamente valor acumulado. Suas redes simplesmente estruturam o mundo social e o mundo natural através da reunião de recursos, processos, territórios, pessoas e imagens em constelações específicas que simultaneamente canalizam a riqueza em direção ao centro” (PLOEG, 2008, p. 258).

Através de padrões regulativos que definem requisitos técnicos e econômicos, estabelecem-se os limites de transações e ligações, colocando em contato de forma indireta, lugares, pessoas, processos e produtos. Eles não produzem valor, expropriam e acumulam a partir de combinação e recombinação de recursos (coerção econômica) e pela organização centralizada e com sistema de incentivo personalizado, eliminando a possibilidade de espaços para organização de base (coerção não econômica). Ocorre intensificação das trocas econômicas entre países e populações e o controle das riquezas dos países mais pobres.

Nesses mercados globais, as práticas de produção, processamento e consumo de alimentos, bem como a organização da circulação de alimentos vão sendo continuamente remodeladas (PLOEG, 2008). Fortalecem-se os espaços com mais recursos e facilidades em fazer seus capitais exercerem a liderança e o controle das variáveis de espaço e tempo em um ambiente sensível a preço e capacidade de atender as regras definidas globalmente. Essa tendência é facilitada pelo aumento da liberalização das regras de investimentos estrangeiros, a qual proporciona o avanço de um pequeno número de transnacionais na apropriação das vantagens do modelo industrial, aprofundando os mais pobres em crises cada vez maiores.

Os países pobres são inclusos na rota do capitalismo pelas possibilidades de alcançar vantagens financeiras pela ampliação e intensificação da circulação de capital. Ora são espaços de especulação imobiliária, ora representam mercados consumidores para produtos industrializados e insumos. Na medida em que projeções apontam para um aumento substancial da população e para a necessidade de produção de energia renovável e alimentos, a especulação imobiliária, através da compra de terras, tem se ampliado em todas as partes do

mundo (CABEZA, 2010; RODRIGUES *et al.*, 2012). Essa parece ser uma das evidências de estágios avançados do capitalismo no sistema agroalimentar, que se molda, se transforma e se apropria em busca de expansão do capital e novos postos na regulação da economia global.

Para a comercialização de produtos industrializados ao nível de varejo, tem havido expansão de corporações internacionais, como a estadunidense Walmart, que possui unidades em diversos países da América Latina⁴. Esses poderosos sistemas privados tomam posição nos mercados de venda direta ao consumidor com marcas próprias e negociação direta com quem produz, desviando desses o valor agregado global. Na comercialização de insumos, as multinacionais de agroquímicos têm sido as grandes beneficiárias do aprofundamento do padrão tecnológico industrial de produção agrícola. Especialmente no caso brasileiro, com o avanço da fronteira agrícola de produção de *commodities*, o país se tornou um dos maiores consumidores de agrotóxicos do mundo. De acordo com o Instituto Nacional de Câncer José Alencar Gomes da Silva - INCA (2015), vinculado ao Ministério da Saúde do Governo Brasileiro, as empresas produtoras possuem redução de impostos e a liberação de comercialização de muitos agrotóxicos com utilização proibida em outros países.

A sustentação desse sistema agroalimentar de relacionamentos globais se ampara na justificativa ideológica de comida mais barata para uma população urbanizada, de hábitos alimentares globais e demanda crescente (SILVEIRA *et al.*, 2008). Para produzir grandes quantidades de matérias-primas padronizadas a baixo custo, o processo natural e as barreiras físicas foram convertidas em processos econômicos constituídos de inovações artificiais de base não renovável, e o trabalho em tarefas regulares, que aos poucos vem sendo substituído por conhecimento mercantilizado.

Na medida em que as inovações tecnológicas chegam ao campo, associadas com a industrialização, ocorre a incorporação de novas técnicas e equipamentos agrícolas mecanizados, gerando um desenvolvimento técnico que, de acordo com Abramovay (1992), pressiona os preços permanentemente para baixo, ocasionando a redução da renda dos agricultores. Apesar de um conjunto de diferenças no modo de produção da agricultura industrial, como aponta Woodhouse (2010), existe uma tendência de convergência para um conjunto semelhante de tecnologias que combinam o uso de agroquímicos, mecanização, controle da água (irrigação ou drenagem) e seleção de variedades adaptadas.

Assim, em um contexto tecnológico comum com médias e grandes propriedades, as vantagens em termos de escala ficam prejudicadas para os pequenos agricultores, pois as

⁴ Recentemente, a Walmart fechou 60 lojas no Brasil sob o argumento de baixa performance nas vendas (G1, 2015).

inovações tecnológicas são amparadas no grande capital e na propriedade com base em grandes extensões de terra. Como primeiro efeito, ocorre o fortalecimento dos indivíduos ditos de racionalidade “moderna” e centrados na ética do trabalho e da competitividade. Estes conseguem apropriar-se das melhores chances e, de acordo com Gehlen, “transferem o sucesso de uns ou insucesso de outros para a esfera privada ou individual, recriando o indivíduo competitivo e interativo” (GEHLEN, 2004, p. 96). Na ânsia de incorporarem-se nessas ligações organizadas em cadeias agroalimentares, os agricultores familiares, normalmente localizados em regiões de pouco interesse para o capital privado, acabam tornando-se vítimas de sua própria redenção, como aponta Maluf:

[...] a transposição para o plano macro (conjunto dos agricultores) do enfoque microeconômico da modernização agrícola com especialização produtiva, com o conseqüente aumento na produtividade, resulta, a médio prazo, na exclusão do mercado respectivo de um contingente significativo de pequenos produtores tornados “excessivos” (ou “não competitivos”). (MALUF, 2004, p. 302).

Conforme Ploeg (2010), a interface entre a industrialização da agricultura, a liberalização dos mercados de alimentos e a ascensão dos impérios alimentares tem propiciado a criação de um segundo efeito, uma crise agrária persistente no mundo. Para produzir resultados economicamente viáveis, os agricultores são incorporados a um sistema de produção dependente da utilização de pacotes tecnológicos concentrados e organizados por um pequeno grupo de empresas. Ploeg nomeia esse fenômeno como *squeeze on agriculture*, uma pressão das estruturas que ligam desde a produção, com o aumento do uso de insumos modernos e tecnologias caras, até o consumo de alimentos, exercendo o máximo possível de “aperto” sobre o valor, ora descendente sobre os preços recebidos pelos produtores primários, ora ascendente nos preços pagos pelos alimentos pelos consumidores (PLOEG, 2010).

Entre os exemplos está o mecanismo de perda zero, utilizado pelos supermercados para a compra de hortigranjeiros (MALUF, 1999). Há um desconto, uma margem do preço pago para os agricultores no ato da entrega da produção, com o objetivo de prevenir eventuais perdas provenientes da manipulação dos alimentos. A otimização da gestão da compra pelos compradores, logística e distribuição, ocasiona uma pressão sobre o preço e a qualidade do produto, visando racionalizar os custos e aumentar a eficiência na área administrativa. O resultado é que um pequeno número de fornecedores especializados, com capacidade de atender as especificações de entrega, leque de produtos e qualidade requerida conseguem tirar proveito (WILKINSON, 2003). Os agricultores que não estão capitalizados ou estruturados suficientemente acabam operando fora desses circuitos e a margens de renda cada vez

menores, com necessidade progressiva de aumento de escala de produção, já que como apontam Ilbery *et al* (2005) e Wiskerke (2009), há uma pressão sobre os rendimentos das famílias. Segundo Cabeza (2010), não desaparecem somente as explorações menos eficientes, mas a atividade agrária como um todo vê-se inserida em uma espiral que aprofunda a desconexão com o entorno, a superexploração dos recursos locais, além da dependência de recursos energéticos e materiais provenientes de outros territórios.

Para dar conta da demanda global sempre crescente, há uma simplificação profunda do sistema agroalimentar. De um lado, a simplificação biológica dos agroecossistemas e a padronização aumentam a vulnerabilidade à propagação de pragas, ervas daninhas, fungos e doenças, que são mais eficientemente substituídos por inseticidas, herbicidas e fungicidas, muitos derivados de petroquímicos (WEIS, 2010). Os efeitos da tecnificação da agricultura causam danos ambientais que têm prejudicado de forma irreparável os recursos naturais.

Por outro, dado as condições de processamento e armazenamento, e para chegar ao consumidor dentro das condições de consumo esperadas pelo “estilo moderno de viver” (ALTEMBURG; CALDAS; GRISA, 2014, p. 174), os alimentos são moldados pela tecnologia de extrusão, fermentação, mistura e uso de aditivos alimentares, criados em laboratório (LANG, 2010), cujas consequências são desconhecidas (HÉRNANDEZ, 2005). As dietas regionais são substituídas por alimentos elaborados por uma quantidade limitada de cereais, ricos em açúcar, sal e gorduras saturadas (MCMAHON, 2013). O resultado são alimentos que, mesmo desidratados e/ou congelados, são artificializados e inorgânicos, e uma noção de qualidade que se assenta na inocuidade, validada por processos científicos⁵.

Para esse formato tecnológico, a única forma de conhecimento válida é científico moderno, caracterizado pela fragmentação do saber e pela imposição do *modus operandi* de validade universal. “Os peritos, através do conhecimento científico-técnico aliados às burocracias fiscalizadoras, agiram para obter um alimento seguro, velho sonho higienista de proteger a população do perigo da contaminação” (SILVEIRA *et al*, 2008, p. 2). Os regulamentos exercem uma pressão homogeneizadora sobre o sistema alimentar e atendem especialmente o que é legitimado pelo conhecimento científico. Segundo Niederle (2013), nesse contexto, para garantir a qualidade, nada mais adequado do que as baterias de testes laboratoriais e certificações técnicas utilizadas por empresas do setor, que avaliam um conjunto de atributos físico-químicos, organolépticos e sensoriais. De acordo com Silveira e

⁵ Essa forma alimentar foi criada para dar conta do padrão de trabalho moderno ocidental, ao que Ritzer (2002) denomina de modelo de racionalidade formal ou McDonaldização, capaz de oferecer eficiência, previsibilidade, quantidade em vez de qualidade e um controle mediante a substituição da tecnologia humana por não humana.

Heinz (2005), trata-se de uma qualidade estrita em que vincula a estrutura disponível com a qualidade dos alimentos. Considerando não ser suficiente, tanto Silveira e Heinz, como Cruz e Schneider complementam:

[...] o perigo vem de fora, não percebe-se que pode estar dentro do produto, ou seja, o que ele contém intrinsecamente (produtos químicos presentes no alimento “*in natura*” e nocivos a saúde, por exemplo), o que lhe é adicionado no processo de produção (aditivos e conservantes) ou que lhe é acrescentado após sair da unidade agroindustrial (problemas com o transporte ou nos pontos de comercialização) (SILVEIRA; HEINZ, 2005, p. 5).

[...] a qualidade do sistema industrial de alimentos ficou associada à estrutura e às ferramentas de garantia de qualidade, ambas desenvolvidas e dimensionadas tendo em vista a realidade e a escala de produção de médias e grandes empresas, a partir dos riscos envolvidos na produção e transporte de alimentos em massa (CRUZ; SCHNEIDER, 2010, p. 27).

Na medida em que os consumidores distanciam-se dos locais de produção e processamento, acabam não tendo mais consciência sobre a totalidade de operações que acontecem em torno do alimento, valendo-se de sua imagem promocional. O *Codex Alimentarius* se tornou uma espécie de sistema harmonizador que, por meio de normas internacionais, define regras científicas de acreditação no que tange ao conteúdo nutricional dos alimentos, como também em relação às práticas de comércio. Trata-se de um “[...] Programa conjunto entre a Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO) e da Organização Mundial da Saúde (OMS), criado em 1963, para elaborar e coordenar normas alimentares no plano internacional” (ORTEGA; BORGES, 2012, p. 75).

Os locais de produção continuam existindo, mas funcionam por dinâmicas e ligações que vem da conveniência percebida por empresas de processamento e comercialização, já que o alimento assume uma noção de mercadoria. O rural é incorporado como parte de uma rede global organizada através de ligações setoriais, sofrendo pressões contínuas de mecanismos próprios de um sistema comoditizado, ávido por padronização, regulação e preço. Decorrente da consolidação do sistema agroalimentar moderno, revela-se uma série de contradições que não é somente promotora dos custos ambientais inerentes a fragilização dos agroecossistemas, mas também na relação dos alimentos com a sociedade em geral.

Para romper com as barreiras da sazonalidade, o fornecimento se tornou global e os operadores de varejo fazem os alimentos viajarem por longas distâncias, guardando boa parte de sua vida útil em estradas, navios, vagões de trem ou mesmo em aviões. O Reino Unido, por exemplo, preocupado com o equilíbrio macroeconômico e a necessidade constante de desembolso para o financiamento da agricultura, tomou a decisão de, em vez de priorizar a

produção, importar os alimentos dos locais produtores (LANG; BARLING; CARAHER, 2009). Em extenso estudo sobre a importação de alimentos na mesma realidade Pretty *et al* (2005) demonstraram que o paradigma industrial de produção é gerador de *food miles*, por vezes gastando mais energia para ser transportada do que efetivamente consegue dispor aos consumidores. O mesmo ocorre nos Estados Unidos, pois o alimento produzido internamente chega a percorrer uma distância média de 2.100 km até chegar ao consumidor e 4.497 km quando for alimento importado (CABEZA, 2010). No Brasil, Cunha e Campos (2008) identificaram que para chegar na Central de Abastecimento de Belo Horizonte (CEASA - MG), o tomate desloca-se 140 km, a batata 402 km, a cebola 1.301 km e o abacaxi 1.538 km. Depois da Central, esses alimentos ainda viajam por meio de intermediários até os pontos varejistas, que ainda vão produzir outros deslocamentos até a mesa dos consumidores. Além do custo ambiental, relacionado a emissão de gases e o custo energético próprio do transporte e logística, também há o custo econômico, já que os consumidores é que desembolsam essa diferença das perdas, a qual encarecem o preço final dos alimentos que chegam à mesa.

Os sinais de que o sistema agroalimentar apresenta debilidades na relação com a sociedade podem ser evidenciados no estudo de Knowles, Moody e Mceachern (2007). Os autores relatam uma série de crises alimentares⁶ ocorridas na Europa entre os anos de 1986 e 2006, amplamente divulgados pelos meios de comunicação, os quais puseram em xeque o sistema de regulação e controle do sistema agroalimentar. Esses “*food scares*”, como nominam, mesmo que por vezes não afetem diretamente os consumidores por problemas de saúde, afetam o comportamento de compra, proporcionando um clima de ansiedade pública em torno da segurança alimentar, promovendo a diminuição dos níveis de confiança nos alimentos e colocando em xeque a forma como esses mercados vem sendo tratados.

A variedade de incidentes que denotam crises alimentares e incertezas e desconfianças dos consumidores apresentam facetas regionalizadas em cada país. No Brasil, especialmente no Rio Grande do Sul, as adulterações do leite reveladas pela operação “Leite Compensado”⁷, conduzida por uma série de órgãos reguladores, aprofundou uma crise generalizada sobre os produtos industrializados. A operação identificou a adição de substâncias para compensar o volume do leite, aumentar a rentabilidade e a vida útil, tal como água oxigenada, formol, soda cáustica, açúcar, ureia e amido de milho. As fraudes comprometem a qualidade dos produtos

⁶ Knowles, Moody e Mceachern (2007) evidenciaram em seus estudos uma série de crises com origem microbiológica (Campylobacter, Botulismo, Listeria, E. coli e salmonela), proveniente de resíduos de contaminantes (antibióticos, corantes, hormônios e pesticidas) e com origem animal (febre aftosa, gripe aviária e mal da vaca louca).

⁷ Para saber mais sobre essa operação, pode ser consultado uma série de notícias que foram vinculadas pela Rádio Gaúcha no site <http://gaucha.clicrbs.com.br/rs/ultimas-noticias/tag/operacao-leite-compensado/>.

finais e proporcionam uma desconfiança generalizada dos consumidores em torno dos problemas que podem ocorrer para a saúde ao consumir alimentos adulterados, prejudicando o setor produtivo por inteiro. A diminuição do consumo, a queda do preço pago ao agricultor e a falência de algumas empresas denotam uma crise socioeconômica para o setor produtivo, mas também as debilidades do controle e regulação do Estado sobre o setor como um todo.

Outro problema revelado pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), através do Programa de Análise de Resíduos de Agrotóxicos em Alimentos (PARA), é a contaminação química dos alimentos. O último levantamento de resíduos sobre as frutas e hortaliças, realizado em 2012, destaca a presença de ingredientes ativos não autorizados ou acima dos limites de recomendação e que podem comprometer a saúde dos consumidores. O INCA considera os agrotóxicos o principal contaminante da atualidade, estando seus ingredientes ativos associados a uma série de efeitos, tais como: “[...] infertilidade, impotência, abortos, malformações, neurotoxicidade, desregulação hormonal, efeitos sobre o sistema imunológico e câncer” (INCA, 2015, p. 3). Tanto o INCA como a ANVISA (2013) chamam atenção que essa preocupação com os agrotóxicos não pode significar a redução do consumo de frutas, legumes e verduras, pois são alimentos importantes na prevenção do câncer e outras doenças crônicas não transmissíveis.

De acordo com Lang (2010), o declínio do consumo de frutas e legumes, próprio do estilo de vida da população mundial, altera práticas sociais e incorpora outros tipos de alimentos à dieta. Esses fatores, associados a padrões alimentares inadequados, como o consumo de alimentos processados de alta densidade energética, e o declínio da atividade física favorece o que Morgan e Sonnino (2010) chamam de ambiente urbano obsogênico, favorável ao surgimento de doenças não transmissíveis como a obesidade. Para Silveira *et al* (2008), a obesidade é um risco surgido como consequência de um estilo não só de alimentar-se, mas de comportamentos sociais, culturais e psicológicos, de uma sociedade em que a distribuição da riqueza já superou a fome. Somente no Brasil, segundo o Ministério da Saúde (2014), 51% da população maior de 18 anos encontram-se com peso acima do ideal. A obesidade é um dos problemas de saúde pública mais evidenciados no mundo, principalmente na metade norte do globo e, segundo Ploeg (2010), estima-se que mais de 1.000 milhão de pessoas no mundo, de todos os níveis de renda, sejam obesos. De acordo com a Associação Brasileira de Saúde Coletiva, desde a produção até o consumo, são múltiplos os fatores que influenciam as práticas alimentares e afetam o processo saúde-doença (ABRASCO, 2015).

Grande parte dos efeitos é gerada pela invisibilidade relacionada à produção e ao fornecimento dos alimentos. Alguns são facilmente ignorados e não representam ameaças à

lógica operativa do sistema (WEIS, 2010). Outros são profundamente contraditórios, de proporções consideráveis e mascaram os fundamentos básicos da agricultura.

De acordo com Wiskerke (2009), existem três tendências mundiais que se reforçam e contribuem ao distanciamento do consumidor em relação ao alimento: o “*disconnecting*”, o “*disembedding*” e o *disentwining*. A desconexão refere-se às relações de anonimato entre o consumidor e o produtor dos alimentos, amparadas por formalização das relações de produção e sistemas certificadores e reguladores que controlam a qualidade. O desenraizamento denota que o consumidor perdeu as referências em relação à singularidade, identidade dos alimentos, e suas referências de identificação e pertencimento. Por último, existe uma segmentação do sistema alimentar em atividades e setores separados e independentes, que agem por lógicas próprias, mas que conformam um todo que é indivisível. Os bens são cada vez mais passíveis de concorrência para atender a uma economia de escala, e as atividades econômicas acabam por se concentrar mais em algumas do que em outras regiões (WISKERKE, 2009).

Os elementos que sustentam o sistema agroalimentar moderno são os mesmos que arruinam as formas locais de produção de base familiar e destroem a alimentação como uma construção social e histórica dos povos. Os circuitos locais e regionais de produção e consumo vão sendo desestruturados (SILVEIRA; ZIMMERMANN, 2004), e a massificação vai suplantando a diferenciação (SILVEIRA *et al* 2008). Mesmo não desconsiderando o vigor do sistema agroalimentar moderno, existem sinais de que sua legitimidade vem sendo ameaçada, desafiando a busca por outras bases agroalimentares. Compreender essas transformações é fundamental para situar onde e como podem ser construídas alternativas tanto no fornecimento de alimentos mais saudáveis para a população, como também para que a produção seja retomada como forma social, econômica e ambientalmente sustentável.

2.1.2 A emergência do *Quality Turn*

Baseado nas fragilidades e contradições já evidenciadas, o modelo de agricultura industrial, amparado na uniformização, na mercantilização do sistema agroalimentar e na dominação por grandes corporações vêm registrando sinais de cansaço. Tem havido um incremento nas preocupações da sociedade em relação às crises alimentares, com formas de consumo cada vez mais reflexivas⁸, considerando questões como métodos de produção mais

⁸ O conceito de reflexividade de Beck (1995) é considerado chave para compreender as escolhas de consumo e os estilos de vida moderna, quando considerado as preocupações crescentes com a saúde e o bem estar físico, diante da insuficiência dos sistemas de regulação em torno dos alimentos.

sustentáveis dos alimentos, qualidade ambiental, bem estar animal, saúde pública, geração de empregos, identidade cultural, entre outras. Há um aumento do número de consumidores que questionam como, onde e por quem foram produzidos seus alimentos (HENDRICKSON; HEFFERNAN, 2002). Também tem havido um endosso à comida local por parte de *chefs* famosos e uma defesa da localização por parte da mídia intelectual (TREGGAR, 2011).

Os esforços em torno da reestruturação dos sistemas agroalimentares têm ganhado voz por uma série de experiências, leis, políticas públicas e movimentos sociais locais, nacionais e internacionais. O Estado tem incorporado na agenda regulatória questões relativas às políticas alimentares, movida tanto pela preocupação pública em torno dos reflexos indesejados à saúde (KJAERNES; HARVEY; WARDE, 2007), como preocupado em reduzir as desigualdades sociais e econômicas provenientes do poder excessivo dos impérios alimentares (PLOEG, 2008). O Parlamento Europeu, por exemplo, no desafio de restaurar a confiança dos consumidores diante de uma série de crises alimentares, conforme evidenciadas por Knowles, Moody e Mceachern (2007), sugerem a necessidade de uma cadeia ininterrupta, sustentada por um regulamento, no qual os consumidores possam verificar e exercer controle direto sobre os agentes econômicos em cada etapa individual do produto, desde a origem até o consumo. Seria a gestão do risco na responsabilidade e controle do próprio consumidor.

No Brasil, destacam-se as políticas públicas do PNAE e o PAA que, pela organização de uma demanda estruturada, tem permitido ampliar os mercados institucionais para a Agricultura Familiar. Segundo o Centro Internacional de Políticas para o Crescimento Inclusivo (IPC-IG), esses dois programas representam a ligação de “[...] fontes grandes e previsíveis de demanda por produtos agrícolas a pequenos agricultores, reduzindo o risco e incentivando melhorias de qualidade, promovendo o aprimoramento de sistemas, o aumento da renda e a redução da pobreza” (IPC-IG, 2014, p. 7). As iniciativas em torno das políticas de apoio e financiamento para a alimentação saudável e com base territorial tem se desenvolvido em diversos países, como se pode atestar pelo estudo da FAO que avalia o potencial da alimentação escolar em oito países da América Latina (FAO, 2013).

Brunori (2007) destaca o movimento social *Slow Food*, que mesmo de origem italiana, dispersou-se por outros países, estimulando o prazer, a consciência e a responsabilidade na alimentação como forma de contrapor-se a padronização alimentar. No campo da produção sadia, com baixo uso de insumos e com capacidade de trazer mudança social, tem havido a incorporação de iniciativas agroecológicas pelo mundo, dentro do que se denomina novo padrão tecnológico (ALTIERI; TOLEDO, 2011). Experiências de interconhecimento e proximidade entre agricultores e consumidores, como as feiras livres ou grupos de compras

coletivas, como os evidenciados por Perez-Cassarino *et al* (2014) são oportunidades de acesso de alimentação saudável, nutritiva e de procedência conhecida. A evolução desses novos arranjos institucionais está baseada principalmente na capacidade de recuperar a confiança dos consumidores (RENTING; MARSDEN; BANKS, 2003).

A emergência do *quality turn* possui como referência o trabalho de Goodman (2003) que introduz uma série de estudos em torno da necessidade de repensar os padrões de produção, consumo e distribuição dos alimentos. Essa literatura distingue-se por contrapor-se aos efeitos homogeneizadores das formas de abastecimento dos grandes circuitos industriais (DUPUIS; GOODMAN, 2005; MURDOCH; MARSDEN; BANKS, 2009), principalmente caracterizadas pelo crescente distanciamento entre a produção e o consumo (ILBERY *et al.*, 2005). A virada da qualidade põe em evidência a requalificação dos alimentos, sustentado por relações mais confiáveis entre quem produz e quem consome, mas também em formas mais autônomas de produção e comercialização. Assim, coloca em prática as preocupações de consumo relacionadas a questões éticas e políticas (BRUNORI, 2007; MORGAN, 2010), a segurança alimentar e a reespecialização dos sistemas alimentares (FEAGAN, 2007).

Os estudos do *quality turn* têm origem na evolução da sociologia rural na Europa, focados nos estudos das comunidades locais e centram-se na investigação de práticas alimentares alternativas, socialmente incorporadas aos territórios (GOODMAN, 2003). Surgem da preocupação com os sustos alimentares e da crise de acreditação e legitimidade pela qual passam as instituições que oferecem garantia e reputação às marcas industriais. Trata-se de um movimento de transição de convenções de qualidade fortemente padronizadas e com a finalidade de amparar a lógica de produção de mercadorias em massa do mundo industrial, para convenções de qualidade relacionadas à confiança, tradição, localização, artesanidade e diversificação, próprias do mundo doméstico (GOODMAN, 2003). Dupuis e Goodmam (2005) também salientam que o *turn* resulta da perspectiva reformista da Política Agrícola Comum Europeia (PAC), a qual propunha incorporar valor às regiões que foram alijadas pelo modelo produtivista, generalizador e globalizante e que exigiam novas formas de governança e mudança institucional para outro tipo de desenvolvimento rural. Esse desenvolvimento deveria ser multifuncional, endógeno e capaz de preservar o patrimônio europeu em seu espaço, constituindo um novo paradigma de desenvolvimento rural (MURDOCH, 2000) por meio de um enfoque territorial (SUMPSI, 2007).

Nos Estados Unidos, os estudos estão concentrados na força de normas locais, na ética do cuidado, a gestão do espaço agrário, uma espécie de localismo defensivo, como forma de resistência às forças anônimas e contraditórias do capitalismo (DUPUIS; GOODMAN, 2005).

Trata-se de um movimento social idealista, em que recupera o sentido de comunidade e de relações de produção e consumo intrinsecamente espaciais, pondo em contraste ao complexo sistema agroalimentar industrial, baseado essencialmente no conhecimento técnico-científico hegemônico. Para Goodman (2003), a literatura americana evidencia fortemente o viés de criar um sistema nacional de alimentos, sustentável e igualitário.

Tanto na literatura europeia como na norte-americana, os estudos se diferenciam no propósito em relação à transformação política que se deseja e no modelo alternativo de desenvolvimento institucional rural que se propõe, a partir da ampliação de mercados específicos. Ao mesmo tempo, oferece possibilidades para o consumidor exercer sua responsabilidade social, especialmente no que tange a qualidades imateriais ou intangíveis.

As principais categorias analíticas utilizadas para explicar o *quality turn* são o lugar, a confiança e o enraizamento. De acordo com Goodman (2003), os termos são construções sócio-materiais, intrinsecamente ambivalentes, contingentes e dinâmicos, portanto de difícil interpretação de seus significados e entendimento de sua expressão sobre o comportamento social, nas formas de organização, nos discursos e nas relações de poder. Eles somente podem ser entendidos em relação a um contexto específico, demonstrando, segundo Sonnino e Marsden (2006), que a qualidade é um conceito multidimensional e que o processo social de qualificação envolve muita coisa diferente do sistema convencional, dentre os quais um lugar de origem, um processo rastreável, atributos estéticos e a nutrição. Portanto, qualidade é um conceito construído e negociado (ILBERY, 2005).

Na medida em que a diferenciação dos alimentos ocorre pela valorização do lugar, as questões espaciais ganham relevância para os estudos do *quality turn*. A delimitação de um espaço geográfico assume função importante tanto na produção propriamente dita dos alimentos, como também pelo contexto ou ambiente que apoia e aproxima as etapas subsequentes de construção de valor, tais como o processamento e sua distribuição. O local é o espaço de antiglobalização, que representa dimensões físicas (senso de pertencimento) e sociais (senso de responsabilidade e comunidade) (WISKERKE, 2009) e, ao ligar produção e consumo em determinados territórios, também é a chave para alterar o equilíbrio de poder nos sistemas de alimentação (BRUNORI, 2007). Ora configura-se como um depositário de um patrimônio de recursos naturais e de biodiversidade, ora como guardião de gostos, saberes e identidade cultural, capaz de oferecer uma densa rede em torno de significados e objetivos específicos, que fazem parte das relações da interação entre agricultores e consumidores, naquilo que Morgan (2010) nomina de *ética foodscape*.

Por mais que as noções de lugar sejam contingentes e contestadas (SONNINO; MARSDEN, 2006) ou uma caixa preta (DUPUIS; GOODMAN, 2005), é o lócus onde originam-se habilidades, conhecimentos, costumes, tradição histórica, paisagens e outros elementos que fornecem informações e significados distintivos de qualidade em relação às mercadorias produzidas em massa. Os consumidores cada vez mais associam a qualidade com alimentos localizados e naturais (NIEDERLE, 2009). Schneider e Ferrari complementam:

Características específicas do lugar de produção (condições naturais, tradições culturais e gastronômicas) ou o processo de produção (artesanal, tradicional) são parâmetros críticos para definir a qualidade do produto e, em muitos casos, são afirmados por resultar em gostos ou aparências (típicas) distintivas (SCHNEIDER; FERRARI, 2015, p. 63).

Essas características tornam possível favorecer a transparência das informações em torno de uma qualidade alimentar que pode ser conhecida, visando desenvolver economicamente um lugar, no que Watts, Ilbery e Maye (2005) denominam “relocalização da comida”. No local, os consumidores têm mais condições de reconhecer as implicações que existem em torno de determinados padrões de consumo e de reconstruir a confiança nos alimentos independente do padrão regulativo abstrato do sistema agroalimentar moderno. Pelo reforço nas conexões entre agricultores, consumidores e outros agentes, qualificam-se as condições para retomar o controle do sistema alimentar dentro da comunidade, no que sugere como o realinhamento da interação social no contexto do lugar e da comida. É no local que as pessoas dão significado às coisas e que incorporam interesses semelhantes, mas também diferentes e conflitantes (FEAGAN, 2007).

O reconhecimento do lugar como uma construção entre a sociedade e a natureza apresenta a condição requerida para resgatar os modos naturais de produção dos alimentos, recombina características da natureza, a paisagem e os conhecimentos práticos. Entre os exemplos está a produção orgânica que, contrariando o paradigma técnico científico convencional, retoma a ideia de minimizar o efeito das forças produtivas sobre os recursos naturais, reduz os gastos energéticos, promove a sustentabilidade ambiental, recupera e valoriza o saber tradicional e devolve para os atores locais a gestão de seus próprios agroecossistemas, como forma de autonomia, justiça social, soberania e segurança alimentar.

A literatura europeia coloca ênfase sobre a viabilidade econômica de novas fontes à base de exploração de processos de valor acrescentado e relacionados de valorização territorial (DUPUIS; GOODMAN, 2005). O local por ser a origem de um sabor típico ou qualidade peculiar de um alimento, recebe uma valorização diferenciada por estratégias como

selos e marcas de identificação de qualidade e origem (produtos orgânicos, produtos do comércio justo, indicações geográficas) (CERDAN, 2013). Citando a produção de queijos franceses situados em regiões montanhosas e de difícil acesso, a autora afirma que os selos encontram-se no quadro das “alternativas possíveis para repensar a produção agrícola, o desenvolvimento rural e nossos modos de consumo” (CERDAN, 2013, p. 127). A referência do local pode ser uma fonte de valor quando transmite um significado à distância.

Outra categoria analítica útil para aprofundar a relação entre o local e o alimento é o conceito de enraizamento (*embeddedness*)⁹. Ele representa os processos socioculturais associados às relações entre produtor e consumidor, a partir dos quais as características de comercialização e consumo dos alimentos incorporam-se em práticas sociais na comunidade e no lugar (FEAGAN, 2007; KJAERNES; HARVEY; WARDE, 2007). O conceito evidencia a questão da proximidade e o modo pelo qual a partir da ação social e relações de interconhecimento instituem-se práticas cotidianas de construção de valor e aquisição de alimentos, conseqüentemente a formação de mercados com características próprias. Para Ilbery (2005), cada contexto possui suas próprias misturas institucionais, contextos históricos e culturas de produção e consumo a partir dos quais o alimento se enraíza. Em seus estudos, Murdoch, Marsden e Banks (2009) evidenciaram casos de alimentos que estavam tão fortemente enraizados em ecossistemas e estruturas sociais locais, que ao serem comercializados carregaram muitos destes traços nos próprios alimentos. Assim, a ação econômica transporta conhecimentos, saberes e culturas, incorporadas nos alimentos.

Nos produtos da agroindústria familiar rural, a característica enraizada pode ser o conhecimento tradicional ou modo de fazer das famílias, incorporados de geração em geração. Na produção de alimentos *in natura*, essas características podem ser outras, como o caráter natural e o frescor dos alimentos, as preocupações com saúde, qualidades nutricionais ou hábitos regionais. É comum, por exemplo, nas feiras livres, os consumidores recorrerem a determinados alimentos por apresentar características reconhecidas, mas também por que conhecem, interagem e repetem operações de compra com os mesmos agricultores. Assim, são as relações e os aspectos da vida social, ativados quotidianamente pela interação social, que determinam graus de persistência e resistência aos alimentos e acabam por interferir no funcionamento dos próprios mercados. Trata-se de diferenciais de qualidade do alternativo em relação ao convencional. As características enraizadas são diferenciais de valores e, como

⁹ Ploeg, Jingzhong e Schneider (2012) sugerem como características analíticas para o estudo dos mercados aninhados, o enraizamento, a conexão e a especificidade. As conexões refere-se aos domínios entre a produção distribuição e ao consumo; as especificidades são relacionadas àquelas características que ligam o produto ao tempo e ao espaço, tal como a história, a ecologia, infraestruturas, dentre outras.

ressalta Cruz (2012), podem inclusive serem protegidas por selos e processos de indicação de origem dos produtos, como já exemplificado por Cerdan.

Sonnino e Marsden (2006) sugerem que o enraizamento é tanto vertical como horizontal. O nível vertical se relaciona ao sistema institucional e de governança mais amplo em que os sistemas alimentares alternativos estabelecem-se. O nível horizontal considera as condições locais e de agência, fundamentais para definir as práticas e estratégias locais para a consolidação de redes alternativas alimentares. No caso desta tese, o conceito a ser utilizado é o das instituições e da institucionalização, já que os alimentos estão enraizados ou institucionalizados a partir do efeito de diferentes pilares institucionais (regras, valores e ideias). A teoria institucional permite ampliar o significado da dimensão social e da realocização da comida, já que atende tanto o nível vertical como horizontal, atendendo a recomendações de Sonnino e Marsden (2006).

A confiança é uma propriedade que emerge do interior das relações sociais e econômicas entre os atores sociais, mas também proporciona sua estabilidade, dependendo de quem são esses atores, o que fazem e do tipo de interação que se encontra envolvida (KJAERNES; HARVEY; WARDE, 2007). Ela tem tanto uma origem cognitiva própria de avaliação pessoal sobre um conjunto de informações confiáveis, como também social, pela forma como os agregados coletivos são orientados por normas, valores e expectativas compartilhadas e sua constituição em rotinas e práticas cotidianas (Ibidem). Por outro lado, a confiança também é resultado do desempenho das regras e regulamentos formais, pois regulamentações podem garantir um desempenho previsível para os procedimentos e relações envolvidas na comercialização e no consumo de alimentos.

A comida envolve questões como a nutrição, a saúde, a cultura, aspectos ambientais e também a economia. O consumo, por sua vez, é resultado de como as pessoas percebem essas questões, incluindo as rotinas diárias, as práticas de preparação dos alimentos, e como isso é incorporado na agenda local. No arranjo institucional do sistema agroalimentar moderno, os sistemas de controle e formas de regulação são abstratos, provocando uma ruptura nas relações entre a sociedade civil, o Estado e o mercado. A dificuldade em explicar o conjunto de crises, os efeitos colaterais ambientais e sociais, e o conseqüente descontentamento público põe em xeque a legitimidade do arranjo institucional, crescendo os níveis de desconfiança.

Ao sentirem-se incapazes de julgar as características intrínsecas dos alimentos, os consumidores fazem suas escolhas com base em um ato de fé sobre quem produz determinado produto ou serviço (ALLAIRE, 2004). Assim, as escolhas ocorrem em função de elementos pessoais, quando a troca é realizada em um contexto de comunidade ou por elementos de

juízo sobre uma identidade específica quando em contextos maiores (Ibidem). Nesses casos, elas são fruto de relações de interconhecimento, proximidade e interação, amparados em forma de regulação própria. Segundo Watts, Ilbery e Maye (2005), por mais que a confiança não tenha um componente espacial específico, a questão do contato pessoal é fundamental para que ela ocorra. Em outros casos a validação acontece por referências objetivas, como o local de produção, capacidade dos produtores ou determinados processos de produção, assegurados por sistemas de garantia de qualidade e segurança, como as auditorias independentes, as certificações e a rastreabilidade. A confiança nesses casos codifica-se em símbolos generalizados como marcas, rótulos ou outras formas distintivas, ou artefatos como nominaria um neo-institucionalista, a partir dos quais se criam valores e significado.

Ora o *quality turn* assume características mais relacionado ao local, ora vinculadas as características dos alimentos, e em outros momentos na relação que se dá entre as pessoas. Salvo as especificidades provenientes do contexto social que molda as características das formas alternativas agroalimentares, a armadura conceitual do *quality turn* demonstra ser adequada para amparar o desenvolvimento dos estudos pretendidos nesta tese. Na seção seguinte busca-se aprofundar nos conceitos utilizados para compreender essas iniciativas.

2.1.3 As Formas Agroalimentares Alternativas

O termo *Alternative Agri-Food Networks* (AAFNs) engloba a diversidade de redes emergentes de produtores, consumidores e outros atores, que incorporam alternativas para o modo industrial de produção, fornecimento e regulação dos alimentos (MURDOCH; MARSDEN; BANKS, 2009), reivindicando questões de produção sustentável, justiça social, cadeias curtas de produção e consumo e valorização de mercados assentados em produtos singulares (CASSOL, 2013). É um conceito mais amplo, e caracteriza-se por tratar de um conjunto de relações internas e externas a determinados espaços rurais, muito do que orientada por valores morais e que permitem reforçar as capacidades dos sistemas alimentares locais e orientar os caminhos e a velocidade das direções do desenvolvimento rural.

Conforme Renting, Marsden e Banks (2003), tratar por *short food supply chains* (SFCSs) é mais específico para entender a natureza diversificada e dinâmica dos AAFNs, pois cobre as inter-relações entre aqueles que estão diretamente envolvidos na produção, transformação, distribuição e consumo dos produtos alimentícios. As cadeias curtas evidenciam a origem dos alimentos, a conexão com o consumidor em função da origem dos alimentos, a partir dos quais criam-se referências sociais em torno dos alimentos, mas também

o aumento do valor agregado. Segundo Cassol (2013) as cadeias curtas se definem mais pelas características sociais e geográficas do que econômicas, e não tem a ver com a distância ou o número de vezes que o alimento foi manuseado, mas em função de atingir o consumidor imerso por informação. O autor ressalta que no caso de Passo Fundo-RS muitos feirantes compram alimentos para vender no município de grandes distribuidores de fora da região, tal como a unidade da CEASA em Porto Alegre.

Hinrichs (2003) e Feagan (2007) nomeiam de Sistemas Alimentares Localizados, referindo-se à centralidade dos conceitos de reespecialização/localização, diversificação e produção de alimentos. Para Feagan (2007), mesmo assumindo riscos em função de fusões conceituais, todos os movimentos emergentes poderiam ser colocados neste termo, já que a questão central é a importância dada às particularidades sociais, cultural e ecológicas próprias de um lugar em relação aquilo que acontece em outros lugares e outro sistema alimentar (o convencional). Já Pecqueur (2009), Muchnik (2009) e Requier-Desjardins (2010) usam Sistemas Agroalimentares Localizados (SIALs), referindo-se às organizações de produção e de serviço (unidades de produção agrícola, empresas agroalimentares, comerciais e serviços), que associadas por suas características, pela identidade e pelas relações construídas num determinado território configuram-se em uma forma de organização agroalimentar determinada espacialmente. Neste caso, a ênfase encontra-se na articulação e aglomeração de unidades produtoras vinculadas a um mesmo tipo de atividade produtiva, e que pela aproximação social e organizacional desenvolvem-se vantagens competitivas que favorecem o desenvolvimento dos recursos do território.

Watts, Ilbery e Maye (2005), quando consideram o potencial de envolvimento e subordinação às cadeias convencionais, apontam que as AAFNs precisam ser entendidas distintamente como dois tipos de redes, uma de espectro fraco e uma de espectro forte. As redes fracas são compostas por iniciativas que fazem a proteção de produtos diferenciados que afirmam associações históricas com uma área específica, tal como Denominação de Origem Protegida, *Fair Trade* e Indicação Geográfica Protegida. O rótulo ou marca proporciona a ligação entre quem produz e quem consome e essa distintividade permite uma alternativa de diferenciação dentro dos próprios mercados convencionais. Já as redes fortes valorizam as iniciativas que promovem a construção de sistemas alimentares que minimizam o contato com as redes convencionais e através de arranjos institucionais menos complexos fortalecem os vínculos entre produção, transformação, distribuição e consumo.

Na tentativa de compreender o tipo de relacionamento entre quem produz e quem consome, quando inseridos em cadeias curtas e o papel desta relação na construção dos

valores e significados, Renting, Marsden e Banks (2003) propõem duas dimensões de análise. A primeira relaciona-se à estrutura organizacional e aos mecanismos inerentes às relações no tempo e espaço, classificando em face a face, de proximidade e cadeias estendidas. Na face a face, o alinhamento e a interação entre agricultor e consumidor acontece através de relações de confiança, baseados na pessoalidade. Nas cadeias de proximidade, os produtos são comercializados na região, e os consumidores estão cientes da origem, mesmo que possa incluir atores intermediários no varejo. E nas cadeias estendidas, a comercialização é sustentada por meio de marcas e rotulagem, as quais carregam um conjunto de informações capazes de dar conta da procedência. Em Santiago, não existem casos de cadeias estendidas.

A segunda dimensão diz respeito às diferentes definições de qualidade e convenções envolvidas na construção e operação dessas cadeias, e a forma pela qual são comunicadas aos consumidores (RENTING; MARSDEN; BANKS, 2003). Uma primeira categoria são os denominados produtos regionais/artesanais, os quais ressaltam características específicas do local ou do processo de produção. Já a segunda categoria refere-se a produtos ecológicos / naturais, que se distinguem por sua forma de produção, normalmente ambientalmente saudável, orgânico, natural ou com contribuições para a paisagem rural.

Pode-se perceber que diferentes termos e classificações tratam da emergência dessas formas alternativas agroalimentares que corporificam o *quality turn*. Segundo Tregear (2011), referindo-se às AAFNs, essas iniciativas caracterizam-se por estarem ancoradas em uma área geográfica prescrita, orientadas para o aumento das margens e viabilidade econômica dos envolvidos e, empenhadas pela sustentabilidade ecológica, a redução de milhas alimentares e emissões de carbono e um avanço na agenda da agricultura sustentável e justiça social. Marsden, Banks e Bristow (2000) acrescentam que: 1) todos os casos são cadeias complexas e não fazem parte das cadeias convencionais de *commodities*; 2) representam novos relacionamentos de associação e institucionalização; 3) os atores envolvidos têm diferentes relações com o Estado, podendo representar tentativas de inovações ou mesmo espaços de resistência contra as políticas do Estado; 4) os alimentos têm um leque de valores, que configura para além da simples mercadoria; 5) o impacto do valor adicionado é maior do que seria com a produção de *commodities*; 6) há uma variação considerável nas formas de animação e comercialização. Consequentemente, para o desenvolvimento das formas alternativas há a importância de um contexto sociocultural adequado, mas também a formação de um ambiente institucional propício e capaz de garantir sua sustentabilidade no tempo.

O anonimato próprio das relações comerciais do mercado convencional e a confiança nos conhecimentos científicos são substituídos por formas de regulação diferenciadas,

baseadas na confiança que unem domínios diferentes entre os agentes. Os consumidores recuperam o controle social sobre as maneiras como os alimentos são produzidos, processados e fornecidos. Os agricultores retomam pelo menos parte da coordenação sobre a comercialização da produção, com possibilidades de aumentar a renda auferida e sua autonomia. E consumidores e agricultores realizam alianças e incorporam valores e significados para os alimentos para além daqueles do preço de troca. Contrariando a perda de qualidade e a falta de diversidade organoléptica, as formas vinculadas ao sistema agroalimentar alternativo promove a produção e as características distintivas de um lugar, por vezes integradas a outras atividades econômicas, como o turismo rural.

Assim, retomam o papel ativo das municipalidades como formuladores de estratégias alimentares, com destaque para a alimentação proveniente do território, a diversidade cultural e a vinculação com os espaços de consumo públicos. Através da concepção e implementação de políticas alimentares, por exemplo, privilegia-se o fornecimento de alimentos mais frescos e saudáveis para compor refeições nutritivas, capazes de reter maior quantidade de nutrientes, especialmente para públicos especiais ou em insegurança alimentar, como asilos de idosos, albergues, hospitais, creches e escolas. O alternativo destaca o alimento pela sua capacidade em fortalecer o aumento do valor agregado, mas principalmente em reforçar a teia de relações sociais que enlaça e envolve diferentes atores de um dado espaço geográfico.

A principal distinção das formas alternativas é tomar centralidade no que a agricultura convencional torna sem efeito. Para Wiskerke (2009), elas operam por forças diferentes do padrão agroalimentar moderno, *connecting or reconnecting* (conectando ou reconectando) diversos agentes e setores públicos e privados, *embedding* (incorporando) bens e serviços diferenciados numa determinado lugar e *intertwining* (entrelaçando) atividades econômicas e não econômicas. Enquanto a agricultura convencional opera através da deslocalização das relações em torno da produção e o consumo, os sistemas alternativos fazem justamente o contrário, reconectando, revalorizando e relocando.

A reconexão ampara-se nas ligações entre quem produz e quem consome os alimentos, estruturadas por relações de confiança, reciprocidade e transparência, de modo que os primeiros sabem de onde vem a comida, como foi produzida, por quem e quais significados carregam. Segundo Ilbery *et al* (2005), na reconexão é fundamental a noção de diferença de qualidade entre o que é produzido em massa e aqueles que têm algum tipo de especificidade, seja relacionado a atributos territoriais, paisagem, cultura, processo de produção, ou mesmo os próprios valores que os produtores proporcionam atenção. Essa diferença é construída sobre três elementos que se ligam e se ajustam para incitar novas relações e valores: “Três

ingredientes essenciais para a construção de diferença podem ser identificados: "produto", "processo" e "lugar" (ILBERY *et al.*, 2005, p. 118, tradução nossa). Analisando rotulagens de iniciativas na Europa e na América do Norte, esses autores observaram que elas visavam proteger e fortalecer economicamente um território (lugar), para resguardar métodos especiais de produção (processo) ou a originalidade expressa dos alimentos (produto).

A reconexão pode acontecer por revalorização ou por realocização. O conceito de revalorização é utilizado para explicar o valor e o significado que os consumidores dão à qualidade e origem singular dos alimentos, em função de preservar e/ou guardar certos saberes, conhecimentos, práticas em condições locais específicas. Segundo Cruz (2012), analisando o caso do Queijo Serrano, a valorização dos conhecimentos envolvidos na produção de alimentos tradicionais é uma forma de valorizar o local, o rural, mas também de atender à dimensão simbólica dos alimentos, normalmente vinculada a um passado histórico: “A valorização do rural pode ser entendida, portanto, em termos da possibilidade de valorizar um tempo em que não havia riscos ou, ao menos, em que os riscos não eram fabricados ou imprevisíveis” (CRUZ, 2012, p. 59). Para Fonte (2008), comida não é apenas combustível ou ocasião de sociabilidade, mas um patrimônio e, como tal, um forte elemento de identidade e cultura local. A revalorização implica a preservação dessas identidades que normalmente são presas ao modo de vida rural, através da padronização e da proteção por dispositivos de distintividade ou designação de origem, tais como certificados, marcas e rótulos, como apontam Watts, Ilbery e Maye (2005) para as redes fracas.

A realocização denota a valorização e proteção dos recursos locais em regiões menos desenvolvidas para superar as barreiras estruturais e minimizar o impacto da deslocalização dos alimentos (WATTS; ILBERY; MAYE, 2005), agravado pelas consequências da liberalização do comércio agrícola internacional (DUPUIS; GOODMAN, 2005). A prerrogativa é reduzir a distância física percorrida pelo alimento desde o local de produção até o consumo, reaproximando agricultores e consumidores no mesmo lugar, numa busca que, para Fonte (2008), significa reapropriar a alimentação ao nível local. As práticas de realocização estão mais relacionadas a regiões onde houve um predomínio da produção para atender os mercados de exportação, e, conseqüentemente, perda da cultura alimentar, bem como outros efeitos econômicos, sociais e ambientais (Ibidem). As iniciativas se justificam pela possibilidade de produção de alimentos mais saudáveis e diversificados, com menor gasto energético, mais informações para os consumidores e o potencial de tornar viável um conjunto maior de oportunidades de trabalho para a população local.

Isso justifica priorizar o conceito de realocização nesta tese já que existe a preocupação de satisfazer os consumidores com alimentos mais saudáveis (comida local), mas também superar os obstáculos estruturais de produção e participação da agricultura familiar nos mercados locais que, mesmo frente a existência de oportunidades de consumo (potencial de abastecimento), vê-se presa à produção de *commodities*. Além disso, em uma região em que historicamente houve a predominância de formas produtivas ligadas às grandes propriedades, a agricultura familiar mesmo marginalizada e com dificuldades se mantém. De acordo com Murdoch, Marsden e Banks (2009), são justamente as áreas marginalizadas pela agricultura industrial às que têm mais condições de proporcionar a produção de alimentos com diferenciais de qualidade. Para Silveira e Zimmermann (2004) a inserção em grandes cadeias agroalimentares é uma opção viável para poucos, ocasionando um remanescente de agricultores que precisam se ocupar em outros tipos de atividades. Assim é mais fácil imaginar daí a emergência de sistemas agrícolas mais equitativos e de relações mais transparentes dentro do sistema agroalimentar.

Por outro lado, dado não haver uma tradição culinária ou de cozinha tão sujeita a frutas e hortaliças, ou mesmo uma característica produtiva espacial, o consumidor ficou sujeito a invisibilidade proporcionado por meio dos pontos de varejo. Para Sonnino e Marsden (2006), somente a disponibilidade do alimento no ponto de compra não informa o quanto se encontra incorporado e quanto pode representar ser uma força de desenvolvimento.

A aproximação e valorização dos vínculos entre quem produz e quem consome por meio dessas formas de conexão, ao considerar os valores intrínsecos da agricultura familiar, vem gerando um fértil debate para o desenvolvimento. Para Wiskerke (2009), a partir do alimento, torna-se possível integrar, conectar e criar sinergias (ou tem o potencial para fazê-lo) entre uma grande variedade de temas, objetos de sustentabilidade e domínios públicos que direta ou indiretamente relacionam-se à alimentação (saúde pública, educação, coesão social, proteção ambiental, emprego e qualidade de vida). Ao mesmo tempo é um modo territorial de desenvolvimento, pois, baseado nas especificidades regionais, tem condições de contribuir com a regionalização da economia alimentar através de relações produtor-consumidor espacialmente encadeadas, tanto no setor público como no privado (WISKERKE, 2009). Assim, mostra-se como novas formas de agregar, reter e provocar a regeneração econômica e o desenvolvimento endógeno (DUPUIS; GOODMAN, 2005).

A tabela 1 é uma tentativa de contrastar as características entre sistemas agroalimentares convencionais e alternativos. Por mais que haja uma tendência de aproximar essas referências a modelos puros, podendo ser confundidas como modelos diametralmente

opostos, na prática são híbridas e contíguas. Para Cruz (2012), elas formam redes e se relacionam, se comunicam e até mesmo se justapõem. Sonnino e Marsden (2006) demonstram que na Itália, Espanha e França o desenvolvimento das redes alternativas baseia-se na combinação de uma série de fatores culturais e estruturais que medeiam e reforçam as ligações entre a região de origem, tradição e qualidade no sul da Europa. Em contrapartida, em países como o Reino Unido, os Países Baixos e Alemanha o desenvolvimento de redes alternativas de alimentos é muitas vezes baseada em definições de qualidade "modernos" e mais "comerciais", ressaltando a sustentabilidade ambiental ou bem-estar animal e formas de marketing inovadoras. Não descartando essas precauções, a tabela 1 permite uma orientação para entender os principais aspectos que diferenciam os sistemas agroalimentares.

Tabela 1 – Diferenças entre as características do sistema agroalimentar moderno e sistema agroalimentar alternativo.

(continua)

Característica	Sistema Agroalimentar Moderno	Sistema Agroalimentar Alternativo
Sistemas produtivos	Sistemas produtivos especializados, concentrados em cultivos comerciais de <i>commodities</i> , com práticas agrícolas generalizadas e que promovem soluções técnicas baseadas em processos científicos.	Diversidade e complexidade dos sistemas produtivos de acordo com a multiplicidade de paisagens, apoiada em tecnologias que buscam se aproximar dos processos naturais de produção.
Conteúdo ambiental	Promove o alto uso de fontes energéticas, exigindo grandes deslocamentos e gerando problemas ambientais.	Reduz milhas alimentares de deslocamento; energeticamente mais eficiente, pois é voltado para atender agrupamentos urbanos mais próximos.
Tipo de dieta	Dietas sem identidade local, elaboradas para pontos de comercialização em massa, com a qualidade organoléptica adicionada pela indústria, voltados para conveniência e funcionalidade.	Dietas diversificadas de acordo com a sazonalidade de produção, produtos frescos e menos processados, como expressão de uma identidade territorial (natural, cultural e histórica).
Posição econômica dos agricultores	Produção orientada pela escala	Produção orientada pela combinação de atividades, que são produzidas de maneira combinada.
Ação econômica	Primazia da esfera mercantil, coordenada pelos critérios de rentabilidade econômica e mecanismo de preços, regulada por ligações setoriais da cadeia produtiva.	Existe importância do mecanismo de preço, mas não é o único. Valorizam-se outros tipos de processos e sociabilidades mediadas pelo diálogo ou outras formas de comunicação.

Tabela 1 – Características do modo industrial de produção dos alimentos e as estratégias alternativas agroalimentares.

(conclusão)

Característica	Sistema Agroalimentar Moderno	Sistema Agroalimentar Alternativo
Interação agricultor X consumidor	Relação anônima com os consumidores, promovendo o rompimento entre agricultor e consumidor, e deste com os alimentos.	Promove o reforço entre os vínculos, sendo que motivações complexas (valores e significado) organizam as relações de mercado.
Tipo de relacionamento entre os agentes	Relacionamentos globais, normalmente distantes e independente, sustentados por fluxos lentos entre os elementos que produzem, processam, estocam, distribuem e comercializam a produção.	Relacionamentos locais e regionais, sustentados por elementos cultural-cognitivos e normativos, sustentados por fluxos acelerados entre os elementos que produzem, processam, estocam, distribuem e comercializam a produção.
Endogeneidade	Dinamismo das economias globais, promovendo a acumulação do capital naqueles segmentos possuidores de capital.	Dinamismo nas economias territoriais pela possibilidade do incremento de atividades multifuncionais, retenção da renda gerada na construção de valor, e mesmo com recursos externos, mantém modo próprio de organização.
Governança alimentar	Cadeias longas e complexas, formadas por grande quantidade de intermediários, que fazem os produtos viajar grande distâncias, coordenados por políticas setoriais e fluxos globais.	Construção social e política e biofísica relacional, formado por um pequeno número de intermediários, apoiado por organizações que promovem o controle e o fortalecimento dos mercados locais / regionais.
Qualidade	Regulamentos definem qualidade como um conceito formalizado de acordo com os conhecimentos científicos e amparado em relações internacionais (<i>Codex Alimentarius</i>)	Acentua a ligação entre os atributos de qualidade superior do produto em função do local de produção, o produtor e o produto produzido.
Controle social	Baixa participação da sociedade, relegando a sistemas certificadores e reguladores.	A partir de sociabilidades construída no âmbito das relações do mercado, e que incidem sobre os processos de produção, beneficiamento e comercialização dos alimentos.
Autonomia do agricultor	Posição subordinada na cadeia, com redução da capacidade de decisão dos agentes. As possibilidades de reprodução social estão em função de variáveis que independem da decisão do agricultor.	Protagonismo dos agentes na construção social dos mercados As escolhas voltam-se a atender os espaços e mercados locais.

Fonte: Adaptado de Hinrichs (2003) e Wiskerke (2009)

Por mais que “Redes Alimentares Alternativas” seja um termo abrangente para cobrir a variedade de estudos, não se livra de críticas sobre sua insuficiência, já que passa a ser utilizado de maneira homogênea para a diversidade heterogênea de formas agroalimentares. Para Tregear (2011), o primeiro problema é o próprio termo, pois ora o alternativo pode ser a estrutura do canal, a estrutura de governança, a forma de financiamento, as características dos produtos e até mesmo as motivações das pessoas que se envolvem nelas.

Tregear (2011) também faz ponderações em relação à tendência em confundir as características espaciais e estruturais dos AAFNs sempre como propiciadoras de resultados economicamente, socialmente e ecologicamente desejáveis. Hinrichs (2003), em estudos precedentes, já tinha ressaltado que embora a localidade seja importante para identificar uma determinada base geográfica, os agricultores podem não seguir práticas sustentáveis ou métodos mais sustentáveis de produção. As relações sociais que sustentam a comercialização também podem não ser automáticas e as interações sociais não são ausentes de intolerância e relações desiguais de poder (Ibidem). A produção orgânica, por exemplo, com base nos movimentos de pequenos agricultores, tem sido apropriada por certificadoras e redes de supermercados, as quais impõem as regras e o modo de operação de acordo com aquele praticado pelas grandes cadeias agroalimentares, como demonstrado por Morgan (2010) em estudos realizados no Reino Unido. O local também pode ser elitista e reacionário, quando as elites criam territórios exclusivos para defender seus interesses ou de grupos específicos (DUPUIS; GOODMAN, 2005). Assim, não existem justificativas para afirmar que as AAFNs sejam sempre mais benéficas, pois em alguns casos pode reproduzir as condições do sistema convencional, reduzindo apenas as proporções e escalas dos efeitos.

O local somente é uma categoria justificável para o estudo das formas alternativas, quando os resultados originam-se de processos sociais e políticos capazes de derrubar os desequilíbrios de poder e injustiças causados pelo sistema convencional (TREGGAR, 2011). O lugar não pode ser considerado um fim em si mesmo, mas uma unidade escalar para a organização de agendas e estratégias políticas que, de acordo com Fonte (2010), possam representar a construção de um novo, mais justo e mais sustentável sistema alimentar.

Conforme Renting, Schermer e Rossi (2012), outra crítica refere-se à unidade de análise dos AAFNs, que sempre tem sido a cadeia de abastecimento alimentar do ponto de produção para o ponto de venda dos alimentos. Para Bowen (2010) esse tipo de abordagem subestima a importância da estrutura e do contexto institucional em que essas cadeias estão incorporadas, e Renting, Schermer e Rossi (2012) afirmam que essa unidade de análise é incapaz de tratar das influências que se originam para mudar as práticas de consumo. Muitos

consumidores adotam formas de engajamento que proporcionam implicações sociais e contribuições socioeconômicas para essas AAFNs (TREGEAR, 2011). Desse modo, há necessidade de pesquisas que privilegiem as formas alternativas agroalimentares desde os consumidores, já que estes são parte fundamental do contexto institucional onde essas formas pode se estabelecer.

Para Ferrari (2011), seja cadeia, *filière* e rede, todas são estruturas de ação, criações dos atores sociais que permitem que as práticas sociais aconteçam. De maneira geral, nas formas agroalimentares alternativas os alimentos chegam aos consumidores carregados por um forte conteúdo cognitivo em termos de crenças e significados, mas também normativo, já que os alimentos carregam ordens construídas dentro da própria sociedade. Nesta tese, quer-se penetrar nesses padrões de interação social que moldam a conduta dos agentes e que organizam determinadas formas alternativas. Sem a intenção de substituir os termos analíticos já existentes, mas para aprofundar no entendimento de uma categoria complementar, buscar-se-á na próxima sessão fazer uma aproximação conceitual ao termo de circuitos curtos de comercialização e consumo, usualmente utilizado, mas sem o aprofundamento pertinente.

2.1.4 Os circuitos curtos de comercialização e consumo

O foco deste estudo é a organização do sistema agroalimentar e o caráter não deslocalizável da produção, em que a transação comercial e o fluxo de informações estejam ligados, fortalecendo a relação e a produção de significados entre agricultor, consumidor e alimento em uma mesma referência espacial. Também interessa compreender quais processos permitem incorporar estratégias alimentares diferenciadas e sua capacidade de recapturar o valor agregado dos alimentos para os agricultores e o território. Para Murdoch (2000), a abordagem espacial implica uma tentativa de coordenar uma série de atividades localizadas dentro de uma mesma área, de modo que a capacidade dos agentes locais sejam fatores predisponentes para obter acesso aos mercados, além de outras oportunidade econômicas.

Por mais que a definição de uma unidade espacial não seja um fim em si mesma, ela não tem sido consenso entre pesquisadores. O conceito de região ainda é contestado como aponta Kneafsey (2010), mas tem potencial para servir como uma escala adequada para a regeneração de estratégias alimentares integradas entre urbano e rural. Feagan (2007) chama atenção para a importância da comunidade e suas capacidades no processo de reespecialização dos sistemas alimentares locais. Para o autor, as comunidades são os blocos

básicos de fundação da sociedade, onde as pessoas vivem e determinam suas estratégias em condições mais estreitas com o lugar. Já Muchnik (2009), analisando os SIALs nos processos de localização/deslocalização, toma o território e suas especificidades, constituído por produtos e instituições e sob a coordenação das pessoas, como os elementos capazes de fortalecer os *links* entre os componentes da produção agroalimentar local.

Qualquer uma das unidades, regiões, comunidades, territórios representam a ideia de lugar e segundo Feagan (2007) são espaços de resistência através do qual a agência local e esforços institucionais podem gerenciar a mudança de forma mais próxima com suas necessidades, pelo menos sob algum nível de controle e regulação. Para Fonte (2008), a unidade espacial pode não ser válida, se não forem compreendidas as estratégias pelas quais os agentes se utilizam para perseguir certas agendas.

Os estudos relacionados ao desenvolvimento com base nas questões agroalimentares na medida em que coloca ênfase na crise do sistema moderno em favor de um sistema alternativo, marca o território como unidade de análise para evidenciar as características do lugar, a base de recursos naturais e meios de produção, mas principalmente o lócus onde se estabelecem os padrões de interação social¹⁰. Para Abramovay (2010), ao tratar das regiões rurais, a noção de território avança em quatro dimensões básicas: 1) abandona o entendimento estritamente setorial que considera a agricultura como único setor e os agricultores e outros integrantes das cadeias agroindustriais como os únicos atores; 2) impede a confusão entre crescimento econômico e processo de desenvolvimento, e coloca ênfase sobre as instituições em torno da qual se organiza a interação social localizada, fruto de um processo histórico que lhe constitui; 3) envolve atores da governança pública para além da composição social provinda exclusivamente de representantes da agricultura; e, 4) coloca ênfase sobre a forma como uma sociedade utiliza os recursos disponíveis pela relação entre sistemas sociais e ecológicos. Porém, Abramovay salienta a falta de uma teoria a respeito de interação social e que possa dar conta da situação diferenciada de uns territórios em relação a outros, pois dizer que o território é formado por um conjunto de laços capazes de fortalecer a identidade entre seus atores em um empreendimento comum é insuficiente para explicar processos localizados de desenvolvimento. Aquilo que pode ter êxito em um território pode muito bem fracassar em outro (JEAN, 2010). Para Abramovay (2010), fazem-se necessários estudos que compreendam as forças sociais componentes de um território, de modo que também possam

¹⁰ Antes de avançar, cabe a advertência também realizada por Cazella (2012) referente as noções de desenvolvimento local e desenvolvimento territorial. Na tese, elas são tomadas como sinônimos pois como pondera o autor, o recurso do termo local aos poucos foi sendo substituído pela referência ao território, pois esse ao reduzir a ideia de pequena escala nem de autarquia.

ser compreendidas as mudanças que novas forças sociais possam imprimir à maneira como são organizados.

A realocização da alimentação a partir de definições e valorações oriundas das múltiplas dimensões de qualidade do alimento destaca a maneira pela qual, em um mesmo território, os consumidores podem rever suas práticas alimentares, as práticas produtivas e comerciais que os agricultores utilizam e que podem ser vitais para a ocupação de suas famílias, mas também as maneiras pela quais agentes de fomento e controle se posicionam em torno da alimentação. Ao mesmo tempo também valoriza os vínculos de interdependência entre as economias rurais e urbanas, fundamental quando se busca assegurar a viabilidade de um processo de revitalização do meio rural, como acrescenta Jean (2010). Desse modo, para a realocização tornar-se efetiva pressupõe um arranjo organizacional comum e uma coerência interna que favoreça que determinadas iniciativas tomem sentido em função de algum tipo de diferencial, seja em função da proximidade espacial, organizacional, institucional. Essa coerência interna em termos de sistema agroalimentar alternativo busca escapar daquilo que o sistema agroalimentar moderno possui como suas forças.

O termo circuito curto aparece em diversos estudos que discutem a diversidade de formas alternativas agroalimentares, com sentido similar a outros discutidos no capítulo 2.1.3, e como oposição à produção agroindustrial clássica (PLOEG *et al.*, 2000, GARCIA-PARPET, 2003; MALUF, 2004; SCARABELLOT, 2012; CRUZ, 2012; TEDESCO, 2013; DAROLT, 2013). Circuito é equivalente à circunferência, perímetro, denotando a ideia da presença de limites e que, em função da forma e conteúdo (AZEVEDO, 2009), permitem certos contornos para as expressões alimentares em um lugar, dentro de um sistema maior. O autor afirma:

La forma, porque el circuito presenta una cierta configuración, o sea, un dibujo puesto en una escala geográfica - local, regional, nacional, internacional - que, además, incluye los puntos de conexión (lugares) y sus relaciones a través de los flujos de capital, tecnología, información, mercancía, etc. necesarios para hacer cumplir todas las etapas del sistema. El contenido, porque los lugares se contrastan y se articulan según la capacidad de los agentes de llevar a cabo la producción y la circulación del excedente en el espacio (AZEVEDO, 2009, p. 14).

Referindo-se especificamente para a produção agroalimentar, Azevedo nomeia de circuitos de proximidade ou de curta distância aqueles que um conjunto de recursos sofrem interação e proporcionam uma dinâmica peculiar em um determinado recorte espacial, onde a produção e circulação do excedente se destinam ao consumo local ou regional (AZEVEDO, 2009). Assim, apresentam um caráter misto, pois ao mesmo tempo em que oferecem um

quadro de relações personalizadas e baseadas na reciprocidade, também possuem relações próprias da troca comercial e monetária (SABOURIN, 2011). Para Perez-Cassarino e Ferreira:

Os Circuitos de Proximidade estão orientados pela busca fundamental da promoção da soberania e segurança alimentar e nutricional, para o qual considera-se que, atrelada a uma busca permanente pela aproximação geográfica entre produção e consumo, encontra-se a busca pela proximidade social entre seus integrantes e a adequação cultural e ambiental à sua realidade e história de vida. A construção de Circuitos de Proximidade visa à geração de processos autônomos e socialmente enraizados de produção, beneficiamento e circulação de alimentos, que se orientem pela construção coletiva de processos de emancipação social no âmbito dos sistemas agroalimentares, baseados na solidariedade, transparência, horizontalidade e confiança (PEREZ-CASSARINO; FERREIRA, 2013, p. 23).

Para Chaffotte e Chiffolleau (2007), em quem Darolt (2013) se ampara para propor uma classificação para os circuitos curtos de comercialização dos alimentos ecológicos no Brasil, o conceito toma uma noção regulamentar, como sistemas de mobilização de venda com no máximo um intermediário conhecedor do processo, em que combinam pequena produção, origem do produto e venda perto/proximidade. Eles estão pautados não somente na perspectiva de comercialização local, mas também nas distâncias que os alimentos percorrem até chegar aos consumidores (PEREZ-CASSARINO; FERREIRA, 2013). Ainda que tenham o contato com um atravessador, minimizam a dependência em relação aos impérios alimentares e, em muitas dessas situações, por mais que os alimentos sejam trocados de mãos, podem ser carregados de informações, oportunizando o sentido de interação pessoal e de criação de confiança. Em situações de diminuição da mão de obra no meio rural, a comercialização através de intermediários pode ser uma estratégia minimizadora da redução da capacidade de trabalho da unidade de produção familiar.

Viviana Zelizer (2005; 2006; 2008) faz referência ao conceito de circuito de comércio, referindo-se aos arranjos sociais, em que as trocas não se dão apenas pelo intercâmbio de mercadorias, mas que envolvem relações interpessoais, as trocas de ideias, interações, conversas e coexistência, próprias de contextos sociais e culturais particularizados. A autora propõe olhar o econômico não como uma forma particular de impessoalidade da vida social, orientado pelas transações econômicas de dinheiro, mas compreendidas de relações interpessoais que operam simbolicamente, fruto de uma configuração complexa de contextos sociais e culturais mais ou menos particularizados.

Para Zelizer (2008) um circuito pode ser reconhecido e distinguido a partir de um conjunto de elementos: (1) uma fronteira bem definida; (2) um conjunto de laços interpessoais significativos; (3) transações econômicas associadas e (4) um meio de intercâmbio.

Os circuitos apresentam delimitações que incluem alguns participantes, ao mesmo tempo em que excluem outros, contidos por limites materiais ou culturais, formas particulares de transferências e meios de comunicação (ZELIZER, 2008). Porém, não são estruturas fechadas e segregadas da vida social, pois dada a natureza complexa das operações que envolvem a produção, o processamento e o consumo, estão sujeitos a trocas não regulares com o exterior. Para que as atividades internas ocorram podem haver necessidade de situações externas, como a existência de políticas públicas ou regulamentos jurídicos. O circuito do PNAE, por exemplo, ocorre por meio de uma política pública de um sistema social mais amplo (federal) que busca vincular a demanda da alimentação escolar com os fornecedores de alimentos. Na medida em que os agentes internos ao circuito se apropriam da execução, mantém sobre seu exercício transações com uma determinada coerência econômica e com um comportamento esperado, específicos do lugar de expressão. O circuito torna-se endógeno em seu conteúdo e uma maneira específica de funcionamento.

Os circuitos curtos são delimitados pelo caráter do quadro de referência das condições materiais e naturais locais, a estrutura econômica, as distâncias físicas (a produção), mas principalmente os vínculos socialmente construídos entre as iniciativas e os consumidores, através das relações sociais e situações de interconhecimento (o consumo). De acordo com Goodman (2003), nos estudos de mercados os consumidores foram sendo reconhecidos sem agência ou prática cotidianas significativas. Porém, na medida em que se deseja reconfigurar as relações entre produtores e consumidores, eles precisam ser reconhecidos como ativos e parceiros relacionais na transformação de práticas agroalimentares (Ibidem). Daí deriva-se o conceito de circuito curto de comercialização e consumo, que por mais que apresente semelhanças a outros, avança na relevância dos padrões de interação social existentes no interior das práticas alimentares que acontecem ao nível de território.

A distância física como um definidor do circuito curto pode ser errôneo pois ela não é suficientemente atenuadora das fragilidades do sistema agroalimentar moderno (FRANÇOIS *et al*, 2000), e apesar dos benefícios, as tendências globalizantes tendem a continuar, tornando a localização mais difícil (PRETTY *et al*, 2005). Mesmo assim, o conceito de *food miles* preconizado, como a distância que o alimento percorre da produção até o consumidor, é utilizado na França como uma referência para localizar o circuito curto, correspondendo ao máximo de 80 km entre o agricultor e o consumidor (CHAFOTTE; CHIFFOLEAU, 2007). Morgan, discutindo a percepção dos consumidores no Reino Unido, informa que eles esperam um alimento de no máximo 30 milhas de onde foi produzido. Alerta também que o uso da

distância tem um compromisso maior com a questão da pegada ecológica e pode subestimar questões sociais e econômicas relacionadas ao comércio dos alimentos (MORGAN, 2010).

A proximidade espacial pode favorecer os circuitos mais por possibilitar a informação interpessoal, e por gerar e fortalecer sociabilidades, e as relações de solidariedade e reciprocidade entre os agentes (PEREZ-CASSARINO; FERREIRA, 2013). Assim, o lugar não se define unicamente pelas distâncias e limites físicos, mas principalmente por oportunizar os elementos constitutivos que dão coesão e identidade, como compartilhar uma história comum, e vivenciar rotinas, hábitos, normas e valores sociais.

Para Zelizer (2008), o compromisso com um sistema simbólico de significado local, sustentado por uma rede particular de relações sociais, com seu próprio sistema de valores é que é o diferencial do circuito. São sistemas de significados e laços sociais compartilhados que tanto os agricultores atribuem às suas atividades econômicas, como os consumidores dão aos alimentos, que negociados, ajustados e validados por processos comunicativos, assumem o caráter regular e estruturante de padrões de interação social. Essas regularidades ocorrem em função de entendimento em torno de características específicas em torno das relações de produção, comercialização e consumo. Para Brunori (2007), ao identificar os consumidores, as formas alternativas transmitem significados diferenciados, como demonstra a tabela 2.

Tabela 2 – Significados atribuídos aos alimentos em formas agroalimentares alternativas

Funcional	Saúde Sabor
Ecológica	Milhas alimentares Biodiversidade e paisagens
Estética	Diversidade <i>versus</i> padronização Distinção
Ética	Autenticidade Identidade e solidariedade
Política	Para alterar o equilíbrio de poder na cadeia alimentar Para orientar produção e padrões de consumo

Fonte: Brunori (2007).

As principais características que geram padrões de interação social estão relacionadas às especificidades dos alimentos, o saber-fazer (conhecimento), as práticas sociais, a gastronomia, mas também o modo de vida de quem produz e quem consome. A partir das experiências práticas que se atribuem significados aos alimentos, suscitam os alinhamentos que geram parâmetros de qualidade de valoração superior, os quais, sustentados pela confiança, são capazes de criar as regularidades de ação – as “extensas redes de relações sociais balizadas a partir de situações de interconhecimento” (FERRARI, 2011, p. 258), próprias dos circuitos curtos. São esses os alinhamentos que produzem, no dizer de Zelizer (2008), a base da transação econômica associada e a forma utilizada para o intercâmbio de bens, serviços ou direitos dentro do circuito. Assim, tanto constroem como reforçam as trocas econômicas e, ao incluir os alimentos, também incluem os agricultores, e proporcionam oportunidades de trabalho e renda em um dado território.

A transação econômica no circuito curto apresenta uma natureza ampliada, em que a remuneração do agricultor garante ao consumidor um conjunto de significados e pode determinar a realocação da comida que, segundo Brunori (2007), pode ser simbólica, física ou relacional. A realocação simbólica ocorre na medida em que os consumidores buscam conscientemente determinados alimentos, em função de sua origem, marcas e até mesmo por suas narrativas. A física é quando há uma alteração na forma de fornecimento local, ligando a origem, a oferta e a demanda por alimentos, num desejo de encurtar a distância geográfica entre produção e o consumo. Já a relacional é resultado tanto da realocação física como simbólica, promovendo uma variedade de iniciativas de coordenação de diferentes atividades.

O diferencial de um circuito curto é o conjunto de propriedades especiais que reforçam e organizam um padrão de coerência na atividade econômica (instituições), que apoiam que a realocação seja espacial, mas também social e cultural. São elas que autorizam ou definem comportamentos, práticas e rotinas introduzidas e mantidas no interior desses circuitos, mesmo que possam ocorrer inconscientemente. O controle coletivo sobre os membros do circuito é mediado pelas características que configuram a troca; não explicada nem pelo interesse puramente individual, nem pelos princípios gerais do mercado (ZELIZER, 2006). Por isso, cada circuito tem sua configuração, lógica de funcionamento e agentes específicos.

Para Azevedo (2009), os comportamentos não são só condicionados socialmente, mas também por valores ou instituições referente às configurações internas da escala onde se inscrevem (processo sócio histórico do contexto de expressão), mas também de forças externas, já que um circuito não é despreendido do sistema social. Exemplos são as leis federais, os discursos causados por associações profissionais, os escândalos alimentares, os

valores que constantemente estão se transformando na sociedade. As instituições criam as orientações que determinam as características mediadas pela ação dos indivíduos dentro desse ambiente institucional de circuito curto.

Não existe determinismo nos papéis desempenhados pelos agentes dentro de um circuito, pois, por mais que haja um comportamento previsível, não podem ser prescritos previamente. Ao contrário, são remodelados e negociados a partir das referências disponibilizadas pelas próprias instituições. O que legitima a existência e a persistência dessas instituições é o grau de aceitabilidade social; por consequência, criam as regularidades que instituem o circuito curto de comercialização e consumo.

Sobre as instituições e o institucionalismo aprofundar-se-á na seção seguinte.

2.2 A ABORDAGEM INSTITUCIONALISTA

Depois de apresentar conceitualmente como se emoldura o problema de pesquisa, busca-se aportar nesta seção o referencial teórico orientador. Renting, Schermer e Rossi (2012) propõem que na análise dos sistemas agroalimentares alternativos são necessárias abordagens conceituais que tratem de forma mais clara o papel dos cidadãos, consumidores, produtores e da sociedade civil, bem como em relação à natureza distinta e características das relações sociais e econômicas e seu potencial para gerar transformações do sistema alimentar.

A abordagem institucionalista é tomada como referencial de análise, dadas as mudanças institucionais em relação ao contexto de expressão das formas alternativas agroalimentares. A construção de um sistema agroalimentar alternativo depende de arranjos institucionais específicos a determinados contextos organizacionais, legitimados em outras bases que não aquelas do sistema agroalimentar moderno. Nessa construção, os movimentos em favor da mudança social fazem parte de alinhamentos dinâmicos e contraditórios próprios do processo de institucionalização, pressões regulatórias, mas também elementos normativos e cultural-cognitivos, que vão se institucionalizando nas estruturas sociais e revelados a partir das instituições. A organização das relações sociais na forma de uma propriedade coletiva proporciona uma ordem social local capaz de fazer com que os mercados operem.

Nas próximas seções, apresenta-se a evolução da abordagem institucionalista com destaque para a sociológica, bem como os principais conceitos que provêm dessa abordagem.

2.2.1 As origens da Teoria Institucional

A abordagem institucionalista tem como principais precursores, no final do século XIX, os economistas Thorstein Veblen e John Commons, que concentravam seus estudos nos mecanismos pelos quais acontecia a ação social e econômica (DIMAGGIO; POWEL, 1999; CONCEIÇÃO, 2007). Suas bases, incluindo Westley Mitchell, referiam-se a desconfiar do indivíduo calculista, guiado por uma ação racional e uma economia conduzida por elementos que a faziam compreender como uma situação propensa ao equilíbrio geral (SCOTT, 2014).

Mesmo esses estudos tendo nascido na economia com o propósito de atacar a tradição neoclássica¹¹ (SILVA, 2010), ao longo do século XX, transbordou para as demais ciências sociais, cunhando-se a expressão “Institucionalismo” (DEQUECH, 2011; SILVA, 2010). A abordagem concentrava-se em três pontos centrais: na inadequação da teoria neoclássica em tratar as inovações, supondo-as como “dadas”, desconsiderando as condições de implantação; na preocupação com o equilíbrio estável e em como se dá a mudança; e na ênfase ao processo de evolução econômica e transformação tecnológica de acordo com o ambiente social (CONCEIÇÃO, 2007). Commons também contesta a ideia de comportamento individual da escolha e coloca em ênfase a transação, guiada por regras de conduta, que são as instituições sociais (SCOTT, 2014).

Na primeira metade do século XX, Parsons, Selsznick e Polanyi somaram-se ao que se nomina de “Velho Institucionalismo” (SCOTT, 2014). Parsons, por meio da teoria geral da ação, propôs a ideia de estrutura normativa da sociedade, supervalorizando uma visão funcionalista, de padrões de conduta em termos de obrigações e de costumes passados de pais para filhos pela interação social e conformados pela moralidade e o compromisso nas normas. Para Parsons, o consenso normativo tomado subjetivamente representava as bases de padrões comuns para garantir a ordem social (DIMAGGIO; POWELL, 1999), visto que o ator age em função de sua crença em um padrão de valor e não por conveniência ou interesse próprio (SCOTT, 2014). São de Parsons as primeiras tentativas de compreender como a cultura interiorizada influenciava o comportamento, que retornou mais tarde através dos microfundamentos da teoria institucional. Parsons ressaltava a importância do contexto social e cultural como base de uma estrutura normativa mais ampla da sociedade, capaz de configurar um sistema de valores, a partir do qual as organizações se legitimam e funcionam.

Philip Selznick tinha forte vinculação com a teoria geral da ação de Parsons e pressupunha que a ação social não opera em um contexto livre, mas é constrangida e seus

¹¹ A economia neoclássica se move por um quadro teórico universal sobre um comportamento de escolha racional e move-se diretamente para as teorias de preço, bem estar econômico e assim por diante (HODGSON, 1998). Autor ainda complementa em nota de rodapé, “movimenta-se em direção a um estado de equilíbrio e exclui os problemas de informação como a incerteza” (HODGSON, 1998, p. 169, tradução nossa).

resultados são moldados pelo ambiente onde ocorrem (POWELL; DIMAGGIO, 1999). Seus escritos estabeleciam contraste com uma ação social como se fosse expressão estrutural da ação racional, buscando demonstrar que a institucionalização é algo que ocorre ao longo do tempo, dentro do curso da própria história das organizações. Nesse processo, as organizações desenvolvem suas especificidades, estruturas distintas, capacidades e responsabilidades. As contribuições de Selznick são retomadas mais tarde pelos neoinstitucionalistas, ao perceberem a influência que valores compartilhados, interpretações informais e outros padrões culturais possuem sobre as estruturas formais.

Para Conceição (2007), Polanyi foi herdeiro de uma contribuição ao campo da teoria geral institucional, sistemas econômicos comparados, história do pensamento econômico, desenvolvimento econômico, economia do trabalho, teoria evolucionária e organização industrial. Em Polanyi, a atenção deveria ser dada ao entorno no qual atuam os atores e que determinam tanto suas preferências como o resultado de suas ações, o que somente é compreendido quando analisada a interação entre elementos naturais e humanos. “La economía humana, pues, está integrada e sumergida en instituciones de tipo económico y extraeconómico” (POLANYI, 1976, p. 295). Também é de Polanyi o conceito de “*embedded*”, ao que denomina ser uma substância misteriosa capaz de gerar previsibilidade e proporcionar estabilidade no ambiente institucional. Esse conceito vai ser apropriado para os estudos do *quality turn*, como já referidos na seção 2.1.2.

Segundo Jepperson (1999), os primeiros institucionalistas se descuidaram de uma microtradução ou não passaram por suas avaliações. A partir da segunda metade do século XX e com as influências do construcionismo e do cognitivismo, o Institucionalismo ganha o adjetivo de “Novo”, avançando para explicações que desconsideram a redução a agregados ou motivos individuais. A ênfase centra-se no papel desempenhado pelos sistemas simbólicos na criação tanto do humano como do social e o cognitivismo toma frente na teoria institucional. Enquanto o velho institucionalismo dava ênfase em processos de poder, interesses, normas, valores e compromissos sociais, com ênfase nas organizações, o novo institucionalismo enfatiza os processos culturais constitutivos, rotinas e esquemas, os processos de legitimação, com ênfase no ambiente onde as organizações operam. No Novo Institucionalismo a realidade é uma construção social, enquanto no Velho é supostamente dada.

Na abordagem cognitivista, a ordem social que forma e mantém a vida social é construída pelo processo de interação social. De acordo com Mead (1934, apud SCOTT, 2014) os significados são criados na interação através de gestos, particularmente vocais (linguagem), chamando a mesma resposta tanto em si como no outro, e assumem as atitudes

do outro para se chegar a um autoconceito. Para Alfred Schultz (1967, apud SCOTT, 2014), na medida em que há uma variedade de relações sociais no mundo, também há um padrão dito ideal (tipificação), a partir do qual os demais processos de interação são orientados, e significados são institucionalizados. Já de acordo com Berger e Luckmann (2012), os sistemas orientadores que moldam as organizações são construídos socialmente em ações habituais, de acordo com o ambiente e legitimadas, conforme Scott (2014), por explicações simbólicas, conhecimentos compartilhados e sistemas de regras. Para os velhos institucionalistas era o contrário, as organizações se ajustavam e adaptavam regras e normas aos ambientes.

Mesmo que existam controvérsias entre os diferentes autores, a maioria compactua a um entendimento comum: os atores e seus esforços desenvolvidos configuram forças institucionais capazes de conformar o que se realiza nos dias de hoje, bem como o comportamento dos atores sociais, por conseguinte das organizações em um dado ambiente. Na próxima seção aprofundar-se-á sobre a orientação principal sobre a qual essa tese se apoia para os estudos dos circuitos curtos de comercialização e consumo.

2.2.2 As abordagens neoinstitucionalistas

A teoria neoinstitucional representa uma evolução da teoria institucional, principalmente em relação à rejeição aos modelos que acreditavam que os interesses provinham da motivação individual e de um ator racional. Existem três orientações predominantes que fundamentam a teoria neoinstitucional, a econômica, a política e a sociológica. A tese ampara-se prioritariamente na primeira.

A orientação econômica apresenta três temas mais ou menos comuns que agrupam as principais linhas de pensamento, conforme compilado por Scott (2014): o agente econômico tem uma concepção mais ampla, substituindo a suposição de maximização a partir de um conjunto de alternativas conhecidas; há um foco sobre os estudos dos processos econômicos em relação à lógica pura de equilíbrio, ou seja, como as instituições afetam, se mantêm e são transformadas pelas transações econômicas; e, além das transações mediadas pelos mercados, coordenando a atividade econômica, outras estruturas institucionais também possuem função. Conforme Théret (2003), a orientação econômica se aproxima de três escolas principais: A Nova Economia Institucional com foco nas cadeias produtivas, custos de transação, direitos de propriedade e na escolha racional, representado por Oliver Williamson, Herbert Simon e Douglas North; A Economia das Convenções tem foco na análise da segmentação do mercado e na teoria dos salários, tendo como autor principal George Akerlof; A Teoria francesa da

Regulação focaliza a questão das instituições como inovações sociais que mediam e normalizam conflitos. Seus autores principais são Geoffrey Hodgson e Robert Boyer.

A orientação na ciência política valoriza os quadros normativos e sistemas de regras, agrupados em três campos distintos, conforme salienta Théret (2003) e Scott (2014): os institucionalistas históricos, com uma posição mais construcionista social, preocupam-se em mostrar como as estruturas surgem da mudança histórica, e que as instituições constroem os atores no ambiente e definem suas possibilidades de ação. Os interesses são construídos politicamente (SCOTT, 2014; THÉRET, 2003). Os teóricos da escolha racional são preocupados com o equilíbrio, que representa uma continuidade da abordagem dos custos de transação de Williamson, cujas instituições são sistemas de governança ou regras, criadas racionalmente para reduzir a incerteza (SCOTT, 2014; THÉRET, 2003). Os institucionalistas sociológicos compreendem as instituições como planos morais e cognitivos que influenciam a visão de mundo do autor para a interpretação de situações (THÉRET, 2003).

O neoinstitucionalismo de orientação sociológica faz uma crítica à visão exclusiva de estabilidade, ordem e eficiência técnica. Ao mesmo tempo avança para as explicações cognitivas (fenomenológicas) e culturais (etnometodológicas/antropológicas) de cunho microsociológico, ponderando as explicações de que o comportamento seja moldado somente por regras e normas, próprias do Velho Institucionalismo. Os principais autores que contribuíram nesses estudos foram: David Silverman, Pierre Bourdieu, Peter Berger e Thomas Luckmann, John W. Meyer e Brian Rowan, Linne Zucker, Paul DiMaggio e Walter Powell e Richard Scott e John Meyer.

Para Scott (2014), Silverman centra a atenção sobre os sistemas de significado e as maneiras pelas quais eles são construídos e reconstruídos, seja pelos significados que os homens atribuem a sua própria ação, seja na relação com outros em um dado ambiente. Bourdieu (2012) empregou a análise de arena social através do conceito de campo e do papel do poder na resolução de disputas, que mais tarde vai ser precursor do conceito de campo organizacional de DiMaggio e Powell, utilizado para situar o *locus* a partir do qual se moldam as organizações, como se verificará nesta tese. Analisando as estruturas sociais e os comportamentos passados, Bourdieu (2012) também definiu o conceito de *habitus*, reconhecendo a estruturação do comportamento dos indivíduos.

Berger e Luckmann (2012)¹² enfatizaram as dimensões cognitivas das instituições para a construção de sistemas de significados e entendimentos comuns, que surgiram a partir da interação social para definir a conduta institucionalizada. Para os autores, a produção da

¹² A obra original dos autores foi escrita em 1967.

realidade é um sistema dialético entre exteriorização, objetivação e interiorização, a partir do qual os homens veem sua individualidade em confronto com fatos externos e coercitivos. Daí resultam certos ordens institucionais, que transmitem um determinado manto de legitimação entre as gerações (BERGER; LUCKMANN, 2012).

Meyer e Rowan (1999) ressaltam que as organizações sofrem pressões de regras e crenças racionalizadas, institucionalizadas em ambientes que nem sempre geram resultados de eficiência. Assim, a pressão acontece para que as organizações estejam de acordo com estas regras, a fim de manter sua estrutura formal resguardada por legitimidade. Segundo Hinings e Tolbert (2008), enquanto Meyer e Rowan preocupam-se com essa explicação para o ambiente macro, Lynne Zucker vai enfatizar os microfundamentos das instituições - principalmente os aspectos cognitivos envolvidos em sua criação e transmissão. Zucker (1999) dedica-se a estudar a persistência cultural do conhecimento institucionalizado como um processo mais que um estado, na uniformidade geracional dos entendimentos culturais, na resistência à mudança, no papel da linguagem e dos símbolos.

DiMaggio e Powell (1999) destacam o papel do Estado e das profissões como mecanismos de coerção sobre as organizações, pressupondo a tendência para homogeneidade estrutural. Desse modo, as organizações são moldadas por forças técnicas, mas também por institucionais, em ambientes denominados de campo organizacional, constituídos por uma variedade de agentes que se reúnem por interesses comum e sujeitos a isomorfismo. Segundo Hinings e Tolbert (2008), outra contribuição importante desses autores é em relação aos empreendedores institucionais, aqueles atores que tomam decisões com a finalidade de promover mudanças. Essa contribuição permite atenuar parte da crítica ao institucionalismo, quando julga as instituições como veículos determinísticos do comportamento dos agentes.

Scott e Meyer (1999), aproximando a um conceito semelhante ao conceito de campo organizacional, chamam esse setor de organizações como setor da sociedade. O setor estaria subdividido em um setor técnico, voltado à avaliação do desempenho das organizações, e em um setor institucional, pertinente à conformidade das organizações em relação a regras e regulamentos institucionais, indiretamente vinculados aos resultados do setor técnico.

A principal característica do institucionalismo sociológico é a busca de uma explicação mais global para as instituições e como elas guiam a ação humana e incluem, além das normas formais, regras e procedimentos, também dos sistemas de símbolos, esquemas cognitivos e modelos morais (HALL; TAYLOR, 2003). A definição por essa orientação dá-se por acreditar que as instituições são escolhidas pela eficiência, mas também pela sua legitimidade social (HALL & TAYLOR, 2003). Para os mercados dos circuitos curtos de

comercialização e consumo ganharem legitimidade dentro do sistema agroalimentar, precisam gerar resultados distributivos e aceitáveis pelo conjunto da sociedade.

Ao longo do trabalho, procura-se distanciar de explicações que direcionam para concepções de um indivíduo utilitarista e racionalista, cujas escolhas e trocas representam a busca pela otimização de custos e benefícios. As escolhas não se dão por escolhas livres dos indivíduos, entre instituições, normas, costumes ou procedimentos legais (DIMAGGIO; POWEL, 1999). Ao contrário, são condicionadas pela experiência em estruturas culturais e históricas em que se encontram, sendo que os indivíduos fazem uso de conceitos de experiências anteriores (Ibidem). Assim, de acordo com Friedland e Alford (1999), não tem como compreender sem localizar no contexto social ou, como salienta Powell (1999), distanciando-as do amplo cenário cultural e do período histórico em que estão imersas.

A contribuição ao estudo das organizações será enriquecida se compreender as fontes de padrões institucionais, sua complexidade e forças subseqüentes, o grau que sustenta essas forças e as classes de cenários onde têm mais repercussões (DIMAGGIO; POWELL, 1999). Nesse sentido, para melhor compreender a contribuição sociológica do Institucionalismo no estudo dos circuitos curtos de comercialização e consumo, é necessário adentrar nos principais conceitos dessa abordagem, conforme expostos nas próximas seções.

2.2.3 Instituições e pilares institucionais

O termo instituições envolve uma variedade de elementos, que vão desde normas, leis, comportamentos até organizações, firmas e o próprio mercado (CONCEIÇÃO, 2002a). Trata-se de produtos das ações humanas, mas também limitações e autorizações sobre a agência humana (POWELL; DIMAGGIO, 1999), que podem ser explicadas a partir dos elementos que a constituem e coordenam. Mesmo reconhecendo uma série de autores da teoria institucional, tanto clássicos como contemporâneos, revisitados na parte inicial deste capítulo, e que podem ser melhor compreendidos em Hinings e Tolbert (2008), toma-se a perspectiva da abordagem institucional ampla de Richard Scott (SCOTT, 2014), que o autor justifica ser capaz de compreender a natureza múltipla da realidade social.

“Instituições compreendem elementos regulativos, normativos e cultural-cognitivos que, juntamente com atividades e recursos, proporcionam estabilidade e sentido à vida social” (SCOTT, 2014, p. 56, tradução nossa). Representam estruturas sociais duráveis que fornecem os elementos para a ordem e a estabilidade, seja por acionar processos, orientar o comportamento, impor restrições, definir limites legais, morais ou culturais ou mesmo

fornecer estímulos, diretrizes e recursos para apoiar e capacitar a ação (SCOTT, 2014). Encontram-se sujeitas a mudanças, incremental ou revolucionária, pois sejam agentes individuais ou coletivos, possuem algum grau de agência sobre as estruturas sociais¹³. Por isso, Scott (2014) afirma que por mais que o impulso da teoria institucional seja de limitar as estruturas e atividades organizacionais, nada impede que atores individuais possam tomar medidas para criar, manter ou transformar as instituições. Assim, longe de um estado de ordem social permanente, as instituições estão sujeitas a mudança, seja por haver conflitos e contradições entre os elementos institucionais, ou originados a partir de choques externos.

A abordagem institucional ampla se caracteriza por compreender que a natureza da realidade social provém de três fontes distintas, suportadas por instituições com elementos analiticamente distintos, que se constituem em pilares e operam de forma interdependente (elementos reguladores, normativos e cultural-cognitivos). Mesmo apresentando mecanismos diferentes em relação a como os atores fazem suas escolhas, as instituições formam um movimento contínuo e se reforçam mutuamente de maneira interdependente.

O pilar regulativo assenta-se em constituições, leis, regulamentos, códigos, diretrizes ou outras estruturas formais de controle relacionadas à definição das “regras do jogo”. Por meio de sanções ou incentivos alteram, delegam, habilitam ou capacitam os agentes para a ação e exercem influência em comportamentos e resultados futuros (SCOTT, 2014). De uma forma ou de outra pressupõe que os indivíduos são instrumentalmente motivados a fazer suas escolhas de acordo com um cálculo racional para a recompensa ou para evitar sanções, uma lógica de interesse utilitário de custo benefício (SCOTT, 2014).

Os instrumentos que ostentam a força institucional do pilar regulativo esforçam-se para criar incentivos e controles que permitam certos alinhamentos na ação, instituindo comportamento confiável dos agentes e previsibilidade. No sistema agroalimentar, diante da impossibilidade da sociedade exercer controle sobre todas as fases do processo relacionado ao fornecimento de alimentos, seja pela existência de diversas etapas ou em função da assimetria

¹³ Giddens (2009) é o teórico social que enfatiza o papel dos processos de agência na construção e reconstrução dos sistemas sociais estáveis, recomendado por Scott (2014) para os estudos em abordagens institucionalistas. A Teoria da Estruturação se junta com outros argumentos teóricos para apoiar um papel mais proativo para os atores individuais e organizacionais e uma visão mais interativa e recíproca dos processos institucionais (SCOTT, 2014). De acordo com Giddens estrutura são, “[...] às propriedades de estruturação que permitem a delimitação de tempo-espaço em sistemas sociais, às propriedades que possibilitam a existência de práticas sociais discernivelmente semelhantes por dimensões variáveis de tempo e de espaço, e lhes emprestam uma forma sistêmica” (GIDDENS, 2009, p. 20). Já o agente tem a capacidade de exhibir na vida cotidiana uma gama de poderes, causais incluindo o de influenciar os manifestados por outros, como pondera: “A ação depende da capacidade do indivíduo de “criar uma diferença” em relação ao estado de coisas ou curso de eventos preexistente. Um agente deixa de o ser se perde a capacidade para “criar uma diferença”, isto é, para exercer alguma espécie de poder” (GIDDENS, 2009, p. 17).

de poder existente entre quem comercializa e quem consome, várias responsabilidades de regulação e controle são delegadas a outros agentes, principalmente ao Estado. No pilar regulativo, o Estado tem uma atribuição particular em função de sua capacidade de estabelecer regras e mecanismos coercitivos, fiscalizar a conformidade e mesmo de instituir sanções para aqueles que tiverem um comportamento diferente do esperado. Segundo Scott (2014), mecanismos coercitivos enfatizam processos do lado da oferta, direcionando a atenção para as características de difusão do agente e portadores relacionais, observando o alinhamento de interesses e adequação das informações, inspeção e controle.

Esses aspectos ganham importância no sistema agroalimentar moderno, dado que encontra-se amparado em uma série de regramentos, nos quais o consumidor normalmente confia de forma unívoca. Os escândalos alimentares demonstram que esse arranjo institucional apresenta fragilidades a serem tratadas. Para Truninger (2013), o setor privado não está alheio a tudo isso e vem criando suas próprias formas de regulação e controle (nomeadamente o grande varejo), basicamente amparadas no cumprimento de regras (padrões de qualidade), as quais os fornecedores têm de obedecer para manter seus contratos.

Já a existência de alguns tipos de formas alternativas alimentares depende de regramentos, parâmetros, espaços físicos delimitados, procedimentos legais que amparem sua realização. Segundo Bowen (2011), analisando o caso dos queijos Comté na França, o marco regulativo tem assegurado e estabilizado determinados parâmetros científicos que determinam inocuidade dos Queijos Comté, tal como relativos à higiene, segurança, características sensoriais e também à proteção da origem de um território específico. As regras e os contratos reforçam a institucionalização, contrariando aqueles que as colocam como opostas às relações socialmente integradas e relações de confiança entre os atores.

Aquelas formas alternativas de espectro forte, no conceito de Watts, Ilbery e Maye (2005), repousam com mais força sobre outros pilares, visto que a relação entre o consumidor e o produtor dos alimentos se sustenta em aspectos que independem da existência de leis. Isso, porém não quer dizer que processos de mudança não possam ser encaminhados para preservar e manter as características relacionadas aos circuitos curtos, amparando com políticas públicas, leis e regulamentos esse tipo de sistema agroalimentar. Entre os exemplos, Marsden, Banks e Bristow (2000) apontam que o Estado tem aumentado o apoio à produção de alimentos orgânicos, estimulando a produção e o desenvolvimento desses mercados. No Brasil, as políticas públicas do PNAE e PAA têm influenciado significativamente a valorização dos sistemas locais de produção e consumo, promovendo e protegendo os mercados locais (SCHNEIDER; SHIKI; BELIK, 2010).

O pilar normativo inclui as instituições como valores e normas que introduzem uma dimensão prescritiva, avaliativa e obrigatória para a vida social (SCOTT, 2014).

Os valores são concepções do preferido ou do desejável, juntamente com a construção de padrões aos quais estruturas ou comportamentos existentes podem ser comparados e avaliados. Normas especificam como as coisas devem ser feitas; elas definem meios legítimos para prosseguir fins valorizados (SCOTT, 2014, p. 64, tradução nossa).

Independentemente dos interesses individuais ou organizacionais, normas e valores conformam a ação (FRIEDLAND; ALFORD, 1999), e os indivíduos não só reconhecem como passam a adotar e internalizar (JENTOFT, 2004). Algumas normas e valores são aplicáveis a tipos específicos de indivíduos em exercício de funções ou com determinadas responsabilidades. Outras normas são atribuídas a todos os membros da coletividade.

Na medida em que são internalizados e impostos por outros, normas e valores têm a capacidade de restringir, empoderar ou capacitar para a ação social, mas em todos os casos a capacidade de gerar previsibilidade e estabilidade ao tecido social (KJAERNES; HARVEY; WARDE, 2007; TRUNINGER, 2013). Elas conferem direitos tanto quanto responsabilidades, privilégios tanto quanto deveres, licenças e também mandatos (SCOTT, 2014).

No pilar normativo, os atores se conformam não por atenderem a seus interesses individuais, aludindo à ação racional (lógica de instrumentalidade), mas por que tratam de ajustar a uma condição ao que outras pessoas esperam deles (lógica de adequação) (SCOTT, 2014). Assim, a escolha é orientada por uma dimensão moral que leva em conta as relações e obrigações com os outros, em uma definição do que é certo ou errado. A não conformidade gera um sentimento de vergonha em relação àqueles que estão aderentes às normas e valores.

O *quality turn* está fortemente vinculado à mudança dessas normas e valores em relação a como a qualidade dos alimentos é percebida e atribuída. Starr (2010), analisando o movimento de localização dos alimentos nos Estados Unidos, percebe que essa emergência está amparada na capacidade dos alimentos transportarem valores específicos, relacionamentos e métodos. Se antes presumia-se um consumidor de escolha imediata, anônima, em busca de um alimento barato, previsível e padronizado, nos circuitos curtos supõe-se relacionamentos mais diretos e cívicos, com o resgate de valores próprios de relações pessoais, munidos de historicidade, diversidade e compromisso com a sustentabilidade ambiental. Para Ferrari, os valores “[...] se identificam com a tradição do alimento local produzido artesanalmente, em harmonia com a natureza, com o “saber-fazer”

que é transmitido de geração em geração e que constituem o patrimônio e o “repertório cultural” da comida e dos atores regionais” (FERRARI, 2011, p. 153).

A capacidade de tensionar os valores atribuídos aos alimentos provenientes de grandes redes varejistas corporativas acontece, segundo Starr (2010), muito mais (e de forma mais duradoura) por causa das lentas alterações de longo prazo, do que propriamente como resultado de confrontos diretos. Mesmo assim, essa rearticulação da produção e o consumo tem conseguido gerar uma série de práticas materiais infundidas com valores, ao ponto de reconfigurar a sociedade capitalista ao longo de linhas mais ecologicamente sustentáveis e socialmente progressivas (GOODMAN; DUPUIS; MICHAEL, 2012). São justamente essas fronteiras de construções sociais da qualidade, sustentadas em práticas discursivas e materiais, que geram novas oportunidades de acumulação e transformação social (Ibidem), já que passam a orientar práticas de produção, comércio e consumo de alimentos.

Cassol (2013), analisando a Feira do Pequeno Produtor de Passo Fundo (RS), demonstra que tanto os agricultores como os consumidores compartilham valores culturais e sociais, que orientam suas ações econômicas. Para o autor, a qualidade dos alimentos comercializados na feira é definida por valores culturais que reconhecem e valorizam meios de vida simples, que dispensam atenção ao cuidado na produção de alimentos frescos e saudáveis. Trata-se de valores e normas com origem dentro das formas de sociabilidades específicas daquele território e que tornam rotinas de funcionamento desses mercados locais.

O pilar cultural-cognitivo relaciona-se à forma como os significados sobre o comportamento são construídos mediante as representações (condições subjetivas) que os indivíduos possuem da realidade cotidiana (condições objetivas), no decurso do tempo. As representações, em vez de preferências individuais, referem-se a elementos simbólicos que dão sentido a nossa realidade consensual, construídos socialmente e inseridos em práticas institucionalizadas. Isso não significa que seja uma regularidade ideal, mas aquela que estabelece vinculações entre o mundo e seus acontecimentos. Para Friedland e Alford são:

[...] patrones supraorganizacionales de la actividad humana por los cuales los individuos y las organizaciones producen y reproducen su subsistencia material y organizan el tiempo y el espacio. También son sistemas simbólicos, maneras de ordenar la realidad y, por tanto, dan significado a la experiencia de tiempo y espacio. (FRIEDLAND; ALFORD, 1999, p. 307)

O uso do hífen no termo cultural-cognitivo decorre de que existem fatores externos cristalizados na cultura, a partir do qual ocorre o fornecimento de padrões de pensamento, sentimentos e ação, de modo que a interpretação interna é moldada pelas condições externas

(SCOTT, 2014). As condutas têm sentido para aqueles que as realizam em relação aos sistemas simbólicos das situações dos contextos institucionais, e sua mudança ocorre dentro das múltiplas experiências que os indivíduos vivenciam. Para Berger e Luckmann (2012), é impossível compreendê-las sem incluir o processo histórico em que foram produzidas. Por isso considera-se que a ação social é mais ampla, e a realidade vai sendo construída socialmente, dentro daquilo que é compartilhado e significativo para as pessoas.

Enquanto os indivíduos buscam no pilar regulativo um interesse definido, seja por recompensa ou alívio a sanções, e no pilar normativo buscam uma medida de autoavaliação (honra ou vergonha), estar em conformidade no pilar cultural-cognitivo significa uma compreensão de como as coisas devem ser feitas (sentimento de certeza ou desorientação). A ação dos indivíduos segue o entendimento comum das experiências individuais, em relação ao seu papel na sociedade, tanto referente à estrutura institucional mais ampla ou a um contexto localizado. Nesses ambientes, geram-se padrões e comportamentos repetitivos de ação, desenhados em *scripts* ou modelos, ao ponto de se tornarem uma espécie de caminho natural.

Segundo Kjaernes, Harvey e Warde (2007), o alimento é um produto social tanto pelo que acontece antes de chegar aos pratos dos consumidores, como pelos significados atribuídos posteriormente. Ademais, a alimentação assume um caráter de fenômeno sociocultural, difusora e formadora de identidades sociais (LUCCHESI-CHEUNG; BATALHA; LAMBERT, 2013). Como tal, guarda aspectos culturais, tradições, saberes e práticas que podem ser associadas a significados que revalorizam vínculos com outras gerações.

Seja em um pilar ou em outro, as instituições não se institucionalizam sem uma base de conformidade entre regras, normas e elementos cultural-cognitivos, pois o contrário não daria ordem e estabilidade nos comportamentos. Porém, as combinações entre os elementos institucionais são diferentes, assim como, um pilar pode exercer sua função a partir de outros, como salienta Scott (2014, p. 62, tradução nossa): “[...] instituições apoiadas por um pilar pode, com o tempo e a mudança das circunstâncias, ser sustentada por diferentes pilares”.

Na abordagem institucional ampla as instituições se articulam do pilar cultural-cognitivo, próprio da abordagem microsociológica do Interacionismo Simbólico e da abordagem construcionista do Cognitivismo, para as instituições como valores e regras, do Velho Institucionalismo. A realidade social envolve o desenvolvimento coletivo, que é construído a partir das regras constitutivas, experiências dos indivíduos compreendidas sob ordens gerais de significados, que são subjetivamente e objetivamente reais (SCOTT, 2014). Para uma nova ação ser aceita, primeiro precisa estar interpretada como válida no contexto local, que por sua condição própria, adquire a possibilidade de aceitação generalizada na

sociedade. Como aponta Jentoft (2004), as normas e valores estruturam o comportamento em um sentido amplo e geral, mas a dimensão cultural-cognitiva tem a função de promover ou não sua validação. Esse grau de apoio pode chegar ao ponto de que regulamentos e leis sejam sancionadas para garantir a reprodução da ordem social.

O Neoinstitucionalismo Sociológico incorpora a noção de construção social, já que os agentes e as instituições são construídos a partir de estruturas constitutivas que surgem a partir dos significados compartilhados (cognições sociais) em contextos de interação social. Como produto dessa interação, tanto os atores constituem estruturas sociais, como são constituídos por elas, assim como os modos distintos de ação. A decisão individual é resultado das condições situacionais oferecidas nas interações anteriores entre regras, normas e significados, de modo que pode ser considerada uma visão ampliada da racionalidade (SCOTT, 2014). A ação social é fundamentada a partir das características próprias do contexto, seja produto de uma lógica de adequação às normas e aos valores socialmente definidos ou por uma questão de cálculo, diante da seleção de meios. A abordagem institucional ampla não perde o ponto de vista dos agentes, nem mesmo supervaloriza formas generalizantes de coordenação das regras e quadros valorativos.

As distinções realizadas por Scott por meio de pilares institucionais são próprias para estudar os circuitos curtos, pois permitem uma descrição das instituições a partir dos principais elementos que lhes dão suporte, além de incorporar a ideia de construção social. Na próxima seção, busca-se compreender como essas instituições adquirem a capacidade de manterem-se válidas e em conformidade com a realidade social.

2.2.4 Legitimidade das instituições

Para ser aceita e sobreviver em um determinado ambiente, como um campo organizacional, muitas vezes com fortes restrições externas, as ações carecem de elementos que lhes confirmem aprovação, consentimento e apoio. Da harmonia entre a ação e determinados padrões institucionais (regras, valores, normas e significados) é que surge o conceito de legitimidade. Conforme Souza (2012), legitimidade é o reconhecimento da conformidade da organização - das suas estruturas, condutas e ações - com o conjunto de construtos sociais - as instituições - em seu ambiente institucional. Para serem consideradas legítimas, as práticas sociais não requerem coerção permanente, mas repousar em regras, sublinhadas por normas sociais, e enquadradas em subjacentes quadros cultural-cognitivos. Enquanto requerer ação para a reprodução social, então ainda não é uma instituição, mesmo

que ainda possa vir a ser. A condição de persistência também depende de quais agentes estão envolvidos em sua defesa (ETZOLD *et al.*, 2012).

A perspectiva regulativa evidencia a capacidade das organizações estarem em concordância com as regras, leis e regulamentos. A perspectiva normativa salienta o alinhamento dos indivíduos com as obrigações morais definidas por um grupo social. O pilar cultural - cognitivo destaca a existência de quadros comuns de referência, uma identidade, a partir dos quais os indivíduos reconhecem-se e constroem coletivamente o mundo social.

O Estado é tido como a organização eminentemente criadora de leis e regulamentos, mesmo assim seu papel normativo e cultural-cognitivo não pode ser menosprezado (ETZOLD *et al.*, 2012). Individualmente, sem uma base de conformidade com as normas e os padrões cultural-cognitivos da sociedade não se instituem quadros regulativos.

O exemplo do Queijo Serrano, tradicionalmente elaborado artesanalmente a partir de leite cru nos Campos de Cima da Serra, região nordeste do Rio Grande do Sul, discutido por Cruz (2012), é um exemplo. As práticas, técnicas e utensílios associados ao processamento, foram legitimados em significados e valores historicamente construídos na região, fazendo parte da identidade das pessoas. Porém o que é reconhecido para a população da região não é para o sistema hegemônico de produção e distribuição de alimentos. No modelo industrial, o leite precisaria ser pasteurizado a uma temperatura superior aos 40°C, utilizado na produção artesanal. Para os agricultores essa técnica comprometeria o resultado final, e o Queijo Serrano deixaria de existir. A autora conclui afirmando a necessidade de ações que permitam o “[...] reconhecimento, legitimação e proteção de produtos locais, tradicionais [...]” (CRUZ, 2012, p. 272), sob pena de desestimular a valorização de um alimento tradicional. Ou seja, as estruturas persistem por que são aderentes às normas e aos significados atribuídos, mas não por que estejam asseguradas em regras e mecanismos legais. Nesse caso, as práticas sociais envolvidas na produção do queijo serrano não são proporcionadas pela performance instrumental e regulativa, mas por que as práticas sociais relacionadas a esse tipo de produção e comercialização estão adjacentes a padrões normativos e cultural-cognitivos. Isso não significa, porém, que mudanças nas regulamentações não possam vir a acontecer no futuro.

A conformidade com os quadros regulativos também não é suficiente para garantir legitimidade. Por mais que explicações sejam dadas para as falhas nos sistemas de garantia de qualidade das cadeias convencionais, elas não têm sido suficientes para que sejam percebidas como em desconformidade com as instituições regulativas. Além disso, somente o enfraquecimento do sistema agroalimentar moderno não é suficiente para o fortalecimento de um sistema agroalimentar alternativo, pois para manter-se requer instituições próprias.

A persistência na abordagem institucional ampla está amparada nos contínuos ajustes de legitimidade das instituições frente a dinâmica das relações sociais, um sistema de autorizações e sanções, uma avaliação prescritiva, como também um vocabulário compartilhado de interpretação do contexto dentro do qual eles agem. As diretrizes da conduta e os comportamentos são reflexos dos componentes do ambiente institucional, os quais determinam que comportamentos sejam aceitáveis ou não. Na seção seguinte, será explanado como essas estruturas sociais - as instituições - se tornam padrões estáveis, capazes de gerar ações, como também o modo pelo qual perdem a regularidade.

2.2.5 Institucionalização, Efeito Institucional, Desinstitucionalização e Mudança Institucional.

A institucionalização pode ser considerada tanto uma propriedade, que em função de um determinado tempo e um arranjo apropriado atingiu uma ordem específica, ou o conjunto de padrões sociais que, por receber choques internos e/ou externos, pode ou não se transformar ou persistir após ser criado.

No primeiro caso, a institucionalização é vista como uma propriedade ou um estado qualitativo “ou as estruturas são institucionalizadas ou não são” (TOLBERT; ZUCKER; 1999, p. 196). Já a institucionalização como um processo, valoriza questões relativas aos fatores determinantes das variações nos níveis do institucionalizado e sobre como essas variações afetam o grau de similaridade entre as organizações. Institucionalizada é toda a estrutura social necessária para um determinado grupo social e que gera padrões estáveis de comportamento (TOLBERT; ZUCKER; 1999). Ela é criada através da ação das pessoas como forma de resolver um determinado problema e que por sua legitimidade acaba tendo recorrência em sua utilização. Para Souza (2012), uma das propriedades da institucionalização é a ordem, sua ausência representa algo não institucionalizado.

Três mecanismos diferentes levam à institucionalização, conforme aponta Scott (2014). O pilar regulativo compreende a institucionalização como resultado de determinados interesses e incentivos que, em função de um arranjo institucional particular e uma estrutura formal, permitem uma solução com retornos crescentes. A definição por um caminho alternativo ou uma nova estrutura representaria um esforço consciente como forma de melhor atender a interesses, diminuir custos ou outras recompensas.

Para o pilar normativo, a institucionalização está relacionada à lógica de compromissos e envolvimento sociais que permitem criar identidades entre os agentes e sua

forma de conduta (SCOTT, 2014). Os indivíduos identificam-se com uma determinada ordem institucional, passando a se comportar dentro de um padrão esperado e, assim, aumentam o poder cumulativo entre os compromissos. Assim, não se comportam de forma livre ou reversível, pois as ações são limitadas cada vez que tocam determinadas normas e valores.

No pilar cultural-cognitivo, a institucionalização corresponde ao processo pelo qual os atores reconhecem-se mutuamente, tipificam ações habituais e transmitem suas crenças a terceiros (BERGER; LUCKMANN, 2012). Trata-se de uma relação daquilo que tem significado para um determinado indivíduo, em confronto com o restante da sociedade. A objetividade se organiza em ações habituais, configurando-se como arranjos institucionais, desenvolvidos historicamente. Alguns padrões comportamentais poderão estar com mais ou menos ordem no sistema social, dependendo do grau de ordem ou propriedade atingida. Segundo Berger e Luckmann (2012), a institucionalização é um processo que ocorre sequencialmente através da habitualização, objetivação e sedimentação. Tolbert e Zucker (1999) ampliam essa visão para um modelo de múltiplos estágios, incluindo o papel das inovações e desenvolvendo mais sobre o que representa a objetivação.

Segundo Scott (2014), enquanto o pilar regulativo enfoca os interesses e incentivos, a abordagem de compromissos foca a identidade, e a cultural-cognitiva, as ideias e crenças. Assim, a institucionalização não é resultado de um ou outro mecanismo isoladamente, mas da forma como operam juntos, regras, normas e crenças, pois daí que surge a legitimidade.

O processo de institucionalização pode ser levado adiante por quatro portadores de elementos institucionais, que permitem explicar como as ideias se movem no tempo e no espaço e como podem ser transformadas para afetar a natureza da mensagem e as formas como chegam aos agentes (SCOTT, 2014).

Portadores simbólicos referem-se à coleção de símbolos que moldam as instituições e orientam o comportamento. Scott (2014) salienta que os teóricos regulativos evidenciam o papel simbólico desempenhado por leis e regras; os teóricos normativos, a expectativa de como normas e valores que orientam o comportamento social; e os teóricos cognitivos, a forma como categorias comuns e distinções moldam percepções e interpretações.

Portadores relacionais referem-se ao transporte de instituições por meio de conexões sociais entre indivíduos, grupos e organizações. Os aspectos enfatizados dependem dos elementos institucionais que estejam em destaque, seja como modelos estruturais no pilar cognitivo (classificações e tipificações) ou como sistemas de governança por autoridade ou coerção (normativo e regulativo, respectivamente), que funcionam como repertórios orientadores de uma base para a continuidade.

Atividades como portadores são relacionadas às ações que constroem ou modificam as instituições, vinculados ao repertório de rotinas, hábitos ou que geram novas instituições (mudança). As atividades no pilar regulativo estão vinculadas ao exercício de monitorar a aplicação das leis, tal como executar as sanções sobre aqueles que desviam a regra. No pilar normativo, as formas pelas quais a ação social é estruturada nos contextos institucionais na forma de procedimentos padrão e rotinas habitualizadas. No pilar cultural-cognitivo, as atividades são os padrões repetitivos que facilitam a ação coletiva e criam expectativa de que alguma coisa será feita de um modo específico (repertórios de modelos de interação social).

Artefatos como portadores são as produções materiais que não se encerram pelo seu aspecto físico, mas criam compatibilidade entre os agentes e sua utilização determinam padrões regulativos, normativos e cognitivos.

Depois de institucionalizadas, as organizações recebem diferentes tipos de pressões do ambiente, de modo que por mais que as escolhas gerem diversidade, existe a tendência para uma similaridade de ação entre os agentes organizacionais. DiMaggio e Powell (1999) consideram a ocorrência de um condicionamento que constrange as organizações para que procedam de uma mesma maneira ao que outras vem fazendo no campo organizacional. Isso denomina-se isomorfismo e envolve a busca por recursos, poder e legitimidade.

Os efeitos institucionais são difundidos pelo campo organizacional por meio de três mecanismos de pressão isomórfica como indicam DiMaggio e Powell (1999). A pressão pode ocorrer por organizações mais fortes sobre as mais fracas através de mecanismos formais ou informais (isomorfismo coercitivo); por incerteza ou temor tecnológico já que outras organizações encontram-se melhor posicionadas em relação ao que vem fazendo (isomorfismo mimético); ou por formas comuns de interpretação da ação frente aos problemas, principalmente através de profissionalização de práticas (isomorfismo normativo).

A desinstitucionalização refere-se ao processo pelo qual as instituições enfraquecem e desaparecem, geralmente ocasionado por três tipos de pressões: funcionais, políticas e sociais (SCOTT, 2014). As pressões funcionais são relacionadas a problemas que ocorrem pela falta de performance das instituições, paralelo a perda de sua legitimidade ou pela mudança de preferências, tais como de consumo. As pressões políticas resultam da mudança de interesses ou distribuição de poder. Pressões sociais emergem do aumento da fragmentação do consenso normativo, resultado de mudanças em relação às crenças e práticas. O enfraquecimento e o desaparecimento de um conjunto de práticas vêm sendo sucedido por outras. Quando isso ocorre, existe uma substituição da forma pela qual os padrões institucionais podem se tornar mais eficazes, corroborando com o desenvolvimento de lógicas institucionais diferentes. Daí

vem um quadro de oportunidades para a mudança institucional, que pode acontecer de forma incremental ou de forma abrupta, a partir de níveis mais micro ou de níveis mais macro.

A mudança institucional ocorre quando um conjunto de práticas, normas e crenças estão sob ataque, perdem a legitimidade ou caem em desuso. Esse quadro é acompanhado pelo surgimento de novas regras, valores ou *scripts* e responde como as organizações interpretam as instituições em um dado contexto institucional. Compreender esse processo de como instituições apoiam e constroem o ambiente para a construção social dos circuitos curtos é o que investigaremos neste trabalho. Assim, consideram-se os indivíduos e as organizações como agentes protagonistas dessa construção social, com uma agência derivada de novas institucionalidades emergentes do contexto institucional, mas também de instituições formais, valores, normas e significados. Os agentes organizacionais não estão soltos no sistema social e precisam ser entendidos em um determinado nível de análise, o que se busca demonstrar na seção seguinte.

2.2.6 Campo Organizacional

A distinção de um nível de análise para o estudo de um fenômeno social por mais que possa ser considerado arbitrário, já que um sistema social é aberto por natureza e os limites não são exatos, sempre é necessário. O nível de análise é determinado pelo escopo do fenômeno, as relações de tempo e espaço e o número de agentes envolvidos. Para o estudo do caso de Santiago, o nível de análise não pode ser tão complexo como um sistema mundial, nem tão restrito como o estudo que uma única organização pode oferecer. Isso justifica o nível de análise de campo organizacional, pois mesmo tomando que seja um subcampo de um sistema social mais amplo e que não deixe de considerar ideias e ações de campos vizinhos, congrega um conjunto de organizações que age de maneira interdependente dentro de um contexto de significado comum. Como ratifica Machado-da-Silva, Filho e Rossoni, em relação a que organizações considerar para a definição de um campo organizacional:

[...] considerar tanto aquelas organizações mais intensamente envolvidas no debate como aquelas preocupadas com a produção e a reprodução de um conjunto específico de práticas ou de arranjos institucionais relacionados à temática em pauta (MACHADO-DA-SILVA; FILHO; ROSSONI, 2010, p. 114).

Em um campo organizacional, as instituições se encontram imersas em contínuos processos de interação social, constituídas por meio de um conjunto de organizações de uma

área reconhecida da vida institucional (DIMAGGIO; POWELL, 1999). Essas organizações envolvem fornecedores, recursos, produtos, organizações reguladoras, além de outras organizações que produzem serviços ou produtos similares, em busca de estabilidade e ordem (Ibidem). Seus limites são espaciais, já que muitas atividades operam em escalas de proximidade, mas fundamentalmente ligado por conexões relacionais e culturais, independentemente da distância, desenhadas por limites temporais, dado pelo estado do campo antes e depois de passar por algum tipo de evento.

Mesmo que a perspectiva institucional esteja relacionada aos aspectos da vida social, também é sustentada por recursos materiais associados (SCOTT, 2014). O ambiente do campo organizacional é formado por um ambiente técnico e um institucional. O ambiente técnico relaciona-se ao controle e à coordenação dos processos técnicos, produção, trocas, em busca de recompensas pela produção (SCOTT; MEYER, 1999). As organizações são avaliadas e premiadas pelo processamento tecnicamente eficiente do trabalho (MACHADO-DASILVA; FILHO; ROSSONI, 2010; SOUZA, 2012). No ambiente institucional, as organizações estão em busca de suportes contextuais e legitimidade (MACHADO-DASILVA; FILHO; ROSSONI, 2010), para ajustar-se aos pilares institucionais. Assim, buscam estabelecer estruturas, processos e ações legítimos, tanto internamente como externamente, e não em função da quantidade ou qualidade dos produtos (SOUZA, 2012). Nesse ponto o conceito institucionalista dialoga com os elementos recorrentes sobre o desenvolvimento territorial, pois ambos põem ênfase sobre os fatores tangíveis (meios de produção), mas principalmente sobre os fatores intangíveis, fruto de regularidades de interação social.

As organizações recebem pressões tanto do ambiente técnico como do institucional, e os agentes não se comportam como passivos. Ao contrário, definem por escolhas que possam alcançar e defender seus interesses e os situar em sistemas de relações mais amplas, para atender o tipo de pressão que recebem, dentro de um contexto de possibilidades factuais do ambiente, o tipo de produto ou serviço (em constante construção social). Souza acrescenta:

Quando os produtos da organização não têm dimensões objetivas incontestes para serem avaliados, o ambiente tende a se elaborar e se sofisticar institucionalmente, construindo socialmente significados sobre eles (os produtos), valores, normas sociais e regras formais, através dos quais as atividades e estruturas das organizações são avaliados externamente (SOUZA, 2012, p. 68).

Conforme Scott (2014), além dos pilares institucionais, os campos são formados por mais três componentes fundamentais: lógicas institucionais, agentes e sistemas relacionais.

As lógicas institucionais referem-se a uma combinação entre conteúdo normativo e cultural-cognitivo das relações sociais que definem estruturas de significados comuns de orientação para a conduta dos participantes do campo, dado o contexto institucional (SCOTT, 2014). Trata-se de “[...] un conjunto de prácticas materiales y de construcciones simbólicas - que constituye sus principios de organización y que está disponible para que las organizaciones y los individuos construyan con base en ella” (FRIEDLAND; ALFORD, 1999, p. 314). Cada lógica está associada a um modo distinto de relação entre os sujeitos, práticas e objetos de definição de racionalização (SCOTT, 2014) e formam obrigações e estruturas de governança para restringir a ação (RAO; MONIN; DURAND, 2003).

Os agentes assumem a defesa de categorias específicas de lógicas institucionais, em função do conteúdo, da natureza das crenças e suposições, da capacidade de profundidade vertical e de sua amplitude ou articulação horizontal, aceitação e contestação que recebem. Para Scott (2014), o conceito ajuda a entender melhor as formas pelas quais modelos cultural-cognitivos atuam para constranger e para capacitar a ação social. Eles oferecem legitimidade, aceitabilidade e conformidade para que os agentes tenham apoio para exercer suas atividades, como permitem projetar e organizar estruturas, estratégias e procedimentos dentro de um quadro conceitual comum. E, ainda que exista uma lógica no interior do campo, há espaços para resistências e tensões que podem contestar a competência que uma lógica institucional oferece. A mudança institucional corresponde na ocorrência de alteração dessas lógicas, pelo avanço de interesses de alguns agentes sobre o de outros.

Os agentes que compõem um campo são pessoas e organizações, com identidades institucionalmente definidas, incluindo capacidades, direitos e responsabilidades - indivíduos, associações de indivíduos, populações de indivíduos, associações de organizações e populações de organizações (SCOTT, 2014). Os indivíduos assumem determinados papéis e os agentes coletivos certos arquétipos. Arquétipo são esquemas interpretativos ou modelos conceituais que são incorporados dentro da estrutura organizacional e seus sistemas operacionais (SCOTT, 2014). Eles fornecem as tipificações, *scripts*, esquemas, e entendimento comum de como participar da atividade social ou econômica.

Os sistemas relacionais são as redes de organizações que através de poder e controle sobre processos buscam moldar o desenvolvimento do campo organizacional. Scott (2014) acrescenta que um subconjunto importante dos sistemas relacionais são os sistemas de governança, compostas por combinações de agentes públicos e privados que empregam uma combinação de regulamentação e controle normativo para direcionar as atividades e os atores

dentro do campo. São as entidades públicas reguladoras, mas também associações comerciais, sindicatos, organizações não governamentais, conselhos profissionais e os sistemas judiciais.

A estruturação corresponde ao grau de interação e natureza interorganizacional do interior do campo organizacional (SCOTT, 2014). Para DiMaggio e Powell (1999), ocorre a partir de quatro etapas: 1) aumento do grau de interação entre as organizações no campo; 2) o surgimento claramente definido de estruturas interorganizacionais de domínio e de padrões de coalizão; 3) um incremento na carga de informações que as organizações de um campo devem se ocupar; e 4) o desenvolvimento da consciência entre os participantes de um conjunto de organizações envolvidas em um empreendimento comum. Além desses, Scott (2014) inclui: 5) extensão do acordo em torno das lógicas institucionais que norteiam as questões pelas quais os participantes encontram-se envolvidos; 6) aumento do isomorfismo entre as formas estruturais entre as populações do campo, na medida em que as organizações abraçam um repertório limitado de arquétipos organizacionais; 7) aumento da equivalência estrutural de conjuntos organizacionais dentro do campo ; e 8) maior clareza dos limites do campo.

Scott (2014) indica três componentes empíricos para identificar mudanças no campo organizacional ao longo do tempo: 1) alterações nos tipos e número de agentes individuais (funções) e coletivos (organizações); 2) alterações nas lógicas institucionais que orientam atividades; e 3) mudanças nas estruturas de governança que supervisionam as atividades. A estruturação do campo organizacional em torno das frutas e hortaliças constitui os processos pelos quais determinadas regularidades de mercado vão se formando, o que se compreende a partir de um arranjo institucional específico, e que se aprofundará a seguir.

2.2.7 Os mercados como arranjos institucionais

No neoinstitucionalismo sociológico, os mercados assumem o conceito de construção social. Diante disso, contrapõe a visão utilitarista da ação econômica de cunho puramente individual e impessoal e aceita como constituída por uma estrutura institucional, tomando como elementos principais as regularidades criadas na interação entre regras, valores, normas e cognições que constroem a vida das pessoas em seu recipiente cultural. Portanto, mercados são propriedades da organização coletiva das relações sociais, como parte dos processos de institucionalização e que podem ser tanto preservados como modificados. Conceição busca resumir a diferença entre o pensamento institucionalista e o neoclássico:

Para os institucionalistas, a principal falha do pensamento neoclássico está no “individualismo metodológico”, que consiste em tratar indivíduos como independentes, auto-subsistentes, com suas preferências dadas, enquanto que, em realidade, os indivíduos são cultural e mutuamente interdependentes, o que implica analisar o mercado do ponto de vista do “coletivismo metodológico” (CONCEIÇÃO, 2002b, p. 126).

Os mercados são sustentados por uma condição social em que a organização da circulação dos bens é desenvolvida a partir de funções exercidas pelos agentes em sociedade, por meio de relações sociais organizadas em regularidades de conduta coletiva (instituições), que vão sendo partilhadas e ordenadas em determinados arranjos institucionais. Agentes em interação constituem estruturas sociais, que, por sua vez, também são constituídos por elas (SCOTT, 2014). Por essa razão, entender os mercados de circuito curto é olhar para a diversidade de agentes que têm o poder de influenciar a situação, as inter-relações entre eles, e as estruturas sociais que orientam e/ou desenvolvem a coordenação econômica.

O conceito de transação econômica ganha o estado de uma representação de relação de troca. Nos circuitos curtos normalmente são amparadas em experiências de pequena escala, qualidades específicas dos alimentos, e relações baseadas em envolvimento direto e interconhecimento entre agricultores e consumidores. A produção e o consumo assumem características inerentes aos territórios, seja com base em hábitos alimentares, qualidades nutricionais, vigilância em saúde, ou outros fatores, como se pretende desvendar nessa tese.

As regularidades que sustentam esses padrões mais ou menos coerentes de formas de mercados são dadas pelos interesses dos agentes que portam quadros de significados e de valores comuns, contrariando a ideia de uma mão invisível que organiza dispositivos impessoais, como pressupõe a economia neoclássica. As leis, as normas técnicas, os regulamentos de controle e de relações com o mercado são importantes mas como instâncias de mediação entre fatores de desagregação e de coesão interna (AZEVEDO, 2009). Dessa forma, as escolhas tomadas na seleção dos meios para que os mercados funcionem, somente podem ser entendidas dentro de uma moldura dos condicionantes do lugar onde se expressam. Segundo Beckert (2010), os mercados são coordenados por macroestruturas sociais, que influenciam a condutas dos agentes, favorecendo que problemas de coordenação sejam resolvidos, especialmente em função do surgimento de expectativas estáveis.

Conforme Cavalheiro (2010), o mercado como construção social assume uma concepção relacional em vez da tradicional, em que além das trocas, há as relações sociais: “a interação social dos atores que recebem influência do novo quadro institucional, bem como da estrutura organizacional que se juntam para a construção da categoria mercado”

(CAVALHEIRO, 2010, p. 47). Ele é fruto das formas específicas pelas quais se organizam e se legitimam as interações sociais dos indivíduos, refletindo a correlação de forças e a maneira como, em cada momento histórico, uma sociedade se define. Por isso um ambiente institucional nunca é estabilizado, ao contrário, é mutável e, como ratifica Conceição, “condicionado cultural e historicamente e sujeito permanentemente a mudanças e rearranjos” (CONCEIÇÃO, 2007, p. 638). Os mercados refletem essa situação e não são estáticos e isolados do contexto social, político e cultural, mas, como apontam Friedland e Alford (1999), são mecanismos de distribuição, um sistema cultural institucionalmente específico para gerar e medir valor, condicionado mais pela sua legitimidade do que por sua eficiência.

2.3 O REFERENCIAL E A TESE

A decisão desse referencial teórico para o problema a ser estudado deve-se ao entendimento de que seus conceitos contribuem para a proposição desse estudo.

A expressão das formas agroalimentares alternativas são resultado de pressões sociais do ambiente externo (movimentos sociais), econômicas (*squeeze on agriculture*), ambientais (*food miles*), regulatórias (leis e políticas públicas), técnicas (outros modos de produção), notadamente expostas sobre as fragilidades do sistema agroalimentar moderno e da crise sobre a qual se cristaliza o *Quality Turn*. Salvo as especificidades da emergência do movimento relacionado a sociedades altamente reflexivas, como destacam Schneider, Cruz e Matte (2016), acredita-se que essa armadura conceitual traz contribuições importantes para buscar respostas para o problema de pesquisa. Os autores afirmam:

[...] é preciso considerar, entretanto, que essa abordagem emerge em países europeus e norte-americanos, particularmente naqueles em que o sistema alimentar é imensamente industrializado e controlado por grandes empresas, contexto em relação ao qual vários autores têm apontado para a pertinência de processos como realocação da produção e reconexão entre produção e consumo (SCHNEIDER; CRUZ; MATTE, 2016, p. 14-15).

Diante do desafio de produzir alimentos de qualidade conhecida, da necessidade de aumento de autonomia dos agricultores frente a cadeias produtivas de *commodities*, crescem as iniciativas de diferentes agentes e organizações (campo organizacional) em prol de constituir arranjos institucionais específicos (circuitos curtos de comercialização e consumo), em torno de uma maior reconexão com a comida, bem como, para o aumento da quota de produção local com fornecimento local. Isso decorre tanto do reconhecimento da qualidade

dos alimentos por parte dos consumidores, como também pela oportunidade gerada em agregação de valor e retenção de uma maior fatia do valor de varejo para a agricultura local, especialmente para os agricultores familiares.

O conceito de campo organizacional traz uma noção relacional que atende tanto à compreensão de espaço como de tempo. O conceito de circuito curto de comercialização e consumo refere-se a arranjos sociais específicos que autorizados pelos elementos institucionais de um sistema social maior (campo), criam suas regularidades específicas de funcionamento, e assim como no campo, carecem de legitimidade determinadas no interior da representação das ações econômicas. Desse modo, podem ser considerados sistemas sociais menores, pois assim como um campo, resultam de processos de institucionalização fundamentados em aspectos culturais, cognitivos, normativos e valorativos, mas também de procedimentos legais e decisões organizacionais tomadas em um dado momento histórico. Alguns indivíduos ou organizações podem por sua agência contribuir em estabelecer os fluxos entre os diferentes agentes e facilitar os processos de constituição, organização e institucionalização de práticas que ancorem esses circuitos.

Dessa forma, o conceito dialoga com a teoria institucionalista e com o objeto de estudo, pois o campo organizacional está sob o exercício de um mesmo conjunto de forças, a partir dos quais pressupõe-se que além de influenciar como acontecem os entendimentos em torno dos alimentos, também se constituem as regularidades para que as formas de circuitos curtos se instituem. Assim, o conceito de território também dialoga com o conceito de campo, pois ambos valorizam a maneira como a diversidade de agentes, por meio de uma produção coletiva e dinâmica de interações, produziram historicamente a forma de utilização dos recursos que dispõem. Também é no território que constroem-se os arranjos institucionais (forças) que constituem os mercados.

A tese que guia esse trabalho é de que um sistema agroalimentar alternativo, organizado por meio dos circuitos curtos de comercialização e consumo, diferentemente da forma como se organiza o sistema agroalimentar moderno, tem capacidade de, por meio do alimento, valorizar a maneira como se dá a interação social entre um conjunto de agentes em um dado território e retroalimentar iniciativas para superar os limites do sistema agroalimentar moderno, dentre os quais aqueles que excluem e expropriam a agricultura familiar. Para tanto, há necessidade de desenvolver ou ajustar as condições institucionais que organizam as relações sociais, no que tange aos quadros regulativos, normativos e cultural-cognitivos, tendo em vista aproveitar a possibilidade do alinhamento entre a produção, a comercialização e o consumo.

3 METODOLOGIA

A pesquisa se inscreve como qualitativa, estando de acordo com as características gerais traçadas por Pires (2010b) para esses estudos em ciências sociais: a) a construção do objeto de investigação é progressiva, flexível à adaptação durante o seu desenvolvimento; b) possui capacidade de ocupação com o estudo de objetos complexos; c) tem capacidade de combinar dados heterogêneos, fruto de técnicas diferentes de coleta de dados; d) possui a capacidade de descrever a complexidade dos vários aspectos da vida social; e, e) valoriza a exploração indutiva do campo de observação, abrindo-se para o inusitado do mundo empírico.

A pesquisa social interpretativa se caracteriza por estudar a realidade social a partir do próprio objeto estudado, a partir de uma compreensão cultural e histórica, contrariando a perspectiva de uma Ciência Natural dos fenômenos sociais, caracterizadas por buscar a natureza última das coisas por meio de indução, modelos, métodos e testes (explicação). , Enquanto a ciência natural tem por objeto de análise um mundo de objetos neutros em termos de sentido e não estruturados de acordo por suas relevâncias, o cientista social se volta para o mundo desde sempre interpretado pelos indivíduos que nele vivem (ROSENTHAL, 2014).

O principal foco dos estudos qualitativos é a produção da objetivação por meio da interpretação subjetiva das palavras e das condutas, a partir das condições históricas e sociais onde as práticas se realizam. Assim, para enriquecer em detalhes o conhecimento em torno do objeto de estudo, Pires (2010b) argumenta que os esforços voltam-se para o sentido que os atores atribuem às suas condutas ou à sua vida, o que constitui o material vital de observação.

O fundamental nesse tipo de pesquisa é o contato com o espaço onde as práticas sociais acontecem, com o olhar sobre os caracteres gerais e específicos da ação social diante de toda a imprevisibilidade que lhe é inerente. Daí que é possível compreendê-las, interpretá-las e explicá-las cientificamente (Ibidem), para evidenciar a diversidade de dimensões da vida humana (econômicas, sociais, culturais, antropológicas, políticas) e a importância dessas na produção de situações e das ordens sociais contemporâneas.

O nível de análise do campo organizacional mostra-se adequado para a pesquisa Institucional, pois considera um conjunto de organizações interdependentes que participam e constroem um significado comum compartilhado. Naturalmente, também ocorre a orientação para o delineamento do Estudo de Caso, já que segundo Tregear (2011), são adaptados para o campo e permitem explorar e explicar o processo, a interação e a dinâmica de evolução dos sistemas agroalimentares. Quando se estuda um caso, ressaltam-se tanto as especificidades, como as características que podem servir de vias de acesso a outros fenômenos ou a outros

aspectos da realidade (PIRES, 2010b). O que se espera é aprofundar na compreensão de uma realidade contextualizada em tempo e lugar, e nela, em suas variedades de evidências, apreender em detalhes suas características para posterior interpretação e compreensão.

3.1 O ESTUDO DE CASO

O estudo de caso é considerado como um delineamento de investigação que permite reunir uma grande quantidade de informações sobre um único caso, geralmente de natureza complexa que, por suas características específicas, fazem suscitar questões relevantes da vida real em uma determinada área do conhecimento, desde as ciências sociais, as ciências da saúde, o direito, a administração, as artes, dentre outras áreas do conhecimento.

A opção por esse delineamento justifica-se na medida em que as questões propostas para o estudo se referem ao “como” e ao “por que” (YIN, 2010) e exigem a compreensão diretamente no contexto onde ocorre o funcionamento da realidade e seus processos sociais. A Teoria Institucional promove o uso de estudos de caso, já que incidem sobre comportamentos reais, privilégios, discursos, além de enfatizar a metáfora (HININGS; TOLBERT, 2008), permitindo analisar o contexto no período de tempo de expressão do fenômeno estudado.

Mesmo sendo reconhecido como uma abordagem qualitativa e que se concentra na busca das propriedades ou fatores do contexto onde o fenômeno ocorre e que lhe conferem unicidade, para aprofundar questões de interesse, Yin (2009) destaca que o estudo de caso não invalida que inferências estatísticas sejam utilizadas. Para Hinings e Tolbert (2008), o cuidado é não cair no equívoco cometido por alguns trabalhos institucionais de supervalorizar os estudos quantitativos, como realizado para examinar a adoção, ou menos frequentemente, o abandono de práticas ou arranjos organizacionais particulares.

As unidades de análise para estudos de caso podem ser tanto “fenômenos individuais, grupais, organizacionais, sociais, políticos e relacionados” (YIN, 2009, p. 24). Um caso pode ser qualquer outro grupo social, uma família, um pequeno grupo, uma organização, um conjunto de relações, um papel social, um processo social, uma comunidade, uma nação ou mesmo toda uma cultura (GIL, 2009). O caso trata algo peculiar e por isso oferece distinção.

A proposta de estudar Santiago e o contexto de um conjunto de expressões de organização dos circuitos curtos gera a expectativa de oferecer subsídios para demonstrar as razões pelas quais essas formas locais de comercialização e consumo se firmam. Segundo Yin (2010, p. 39), o estudo de caso é recomendável sempre que se quer “entender um fenômeno

da vida real em profundidade, mas que esse entendimento englobe importantes condições contextuais”, a própria lógica do que se quer estudar. Dessa necessidade de compreender a diversidade é que o estudo de caso privilegia uma multiplicidade de fontes de evidências, entre as quais torna-se possível cruzar e/ou complementar informações.

Para estar coerente com um estudo de caso, Lüdke e André (1986), definem um conjunto de características a serem observadas:

- 1) Requer atenção com a descoberta, principalmente em relação àqueles elementos que devem aparecer no decorrer da investigação;
- 2) Possui relação com um dado contexto, no qual um problema de pesquisa se manifesta e se desencadeia toda uma problemática em questão;
- 3) Buscam retratar a realidade de maneira múltipla, completa e profunda em todas as dimensões que envolvem um problema de pesquisa;
- 4) Variam em quantidade e diversidade de fontes de informação, a partir das quais se torna possível cruzar elementos, fazer hipóteses, descobrir dados, dentre outros;
- 5) Permitem generalizações e entendimentos situacionais em função do conhecimento experiencial dos sujeitos;
- 6) Permitem que a realidade seja vista por diferentes perspectivas, de modo que uma situação conflitante possa fazer o leitor chegar a conclusões próprias;
- 7) Apresentam relatórios finais de maneira mais acessível aos leitores.

O estudo de caso revela um propósito de pesquisa determinado pelo pesquisador, tomado de maneira intencional e não de forma aleatória. Assim, se concentra na busca de uma grande quantidade de informações, o que o torna, como aponta Yin (2010), um método abrangente, tanto na coleta como na análise dos dados. A triangulação de pesquisa se torna importante por reunir informações, com origem em mais do que uma evidência. Para Tolbert e Zucker (1999), qualquer estudo em teoria institucional dificilmente deixará de recorrer a estratégias de pesquisas envolvendo triangulação de fontes e métodos.

Yin (2010), na tentativa de apresentar os limites do Estudo de Caso, reúne as quatro preocupações comuns pelas quais tem sido menosprezado por alguns pesquisadores. A primeira delas refere-se à falta de rigor, já que por várias vezes pesquisadores tomaram essa forma de estudo de maneira equivocada ou parcial, para influenciar a direção das descobertas ou conclusões. A segunda acusação é que apresentam dificuldade de fazer generalização científica a partir de um estudo de caso, que não permitiria a formulação de leis gerais ou teorias. O foco, porém, desse tipo de delineamento não é enumerar frequências (generalização

estatística), mas expandir e generalizar um conjunto determinado de resultados a alguma teoria mais ampla (generalização analítica). A mesma dificuldade apontada para um estudo de caso não isenta os experimentos que testam hipóteses dessa falha, pois por várias vezes é utilizado um único experimento para propor conclusões generalizantes. O estudo de caso tem, por exemplo, como vantagem sobre os estudos experimentais, a questão de atentar-se mais para a complexidade as inter-relações que fenômeno estudado traçam com o contexto onde se expressa. Em um estudo experimental normalmente essas questões holísticas, ressaltadas as questões complexas e dinâmicas da vida real, tendem a ser neutralizadas.

Outra reclamação é o volume de documentos produzidos, principalmente quando os estudos de caso são etnografias e observações participantes desenvolvidas em relação a fatos históricos. Por último, uma quarta objeção refere-se à dificuldade em estabelecer relações causais, ou seja, quando que efetivamente um determinado fator produziu de efeito. Muitas dessas objeções são frutos de uma visão institucionalizada de conhecimento científico, a qual vincula o conhecimento com o teste científico quantitativo. A saída, segundo Yin (2010), é fundamentar o trabalho e seguir um rigor científico em sua condução, preocupando-se com a completude que a análise dos resultados obtidos pode permitir.

3.2 FASES DA PESQUISA

A construção dos conhecimentos em torno do objeto de pesquisa e as definições dos contornos relacionados ao delineamento do estudo de caso aconteceram de forma progressiva e gradual, na medida em que as informações eram obtidas pelo aprofundamento da compreensão das relações, práticas e conhecimento dos atores mais importantes.

Para buscar uma melhor orientação, definiu-se por olhar o campo através de duas fases diferentes, o que também configurou momentos e características diferentes de pesquisa.

A complexidade da problemática justifica um momento exploratório e descritivo, visando uma recuperação histórica e narrativa para a compreensão de fenômenos singulares que compõem a evolução do objeto de estudo. Segundo Deslauriers e Kérisit (2010), a pesquisa exploratória permite familiarizar-se com as pessoas e suas preocupações, e a pesquisa descritiva fornece informações contextuais que podem ser base para pesquisas mais desenvolvidas. Além de melhor delimitar como os circuitos curtos se expressavam e estavam organizados, buscou também enumerar os fatos históricos, compreender o papel dos agentes envolvidos, e outras características que pudessem mostrar com clareza as circunstâncias do

ambiente onde o fenômeno acontece. Nessa fase que se decidiu por tratar o campo organizacional concomitante aos limites geográficos do município, o que pela densidade das interações entre os agentes em torno dos circuitos curtos de frutas e hortaliças, passa também a ser entendido como um território. Tratou-se da fase de contato com o campo, da interação direta com aqueles que vivenciaram a experiência, da localização das fontes de dados, do entendimento do contexto e suas inter-relações.

A fase central do trabalho buscou a compreensão teórica do funcionamento dos mercados locais, a partir da análise e interpretação do pesquisador, buscando no dizer de Deslauriers e Kérisit (2010), achar “o quê” e o “como” dos fenômenos. Trata-se de uma fase eminentemente qualitativa, com a finalidade de adentrar no universo das normas, valores e significados das ações sociais, bem como das próprias inter-relações entre os pilares institucionais e que constituem padrões de coerência, visando à mudança institucional. Conforme Yin (2010) é uma fase que busca estabelecer os vínculos operacionais ao longo do tempo. Já Soriano (2004), lembra que é uma fase que precisa sustentar-se em teorias sociais, de modo a compreender e interpretar fatos e processos sociais significativos para a sociedade.

Hinings e Tolbert (2008) distinguem que no institucionalismo a abordagem interpretativa explora de forma mais detalhada as condições em que os indivíduos são suscetíveis a levantar, aceitar ou rejeitar desafios para as ordens institucionais existentes. Para Scott (2014), as organizações incorporam uma infinidade de recursos institucionalizados na forma de sistemas simbólicos, sistemas relacionais, atividades e artefatos dentro de suas próprias fronteiras. O ponto essencial é abrir a caixa preta da institucionalização, por vezes estável, por vezes em mudança (HININGS; TOLBERT, 2008).

Para Rosenthal (2014), os cientistas sociais tem a tarefa de descobrir o modo pelo qual os agentes no cotidiano tomam para construir sua realidade social, o modo como vivenciam e interpretam o mundo e como promovem a comunicação. Como salienta:

Essas interpretações, não tem caráter arbitrário, tampouco se encontram baseadas em processos psíquicos individuais igualmente “isolados”; elas têm por fundamento, antes, estoques de conhecimento coletivamente compartilhados – internalizados no curso de socialização –, constituídos também por regras de interação e ação e por suas diversas – de acordo com a situação biográfica – formas de aplicação e interpretação em contextos de ação concretos (ROSENTHAL, 2014, p. 50).

A pesquisa institucional requer uma compreensão temporal na medida em que admite importância dos antecedentes para ajudar a compreender e interpretar um fenômeno, a partir do qual possa estruturar as fases do estudo e aprofundar com mais exatidão os aspectos

evidenciados. Assim, a pesquisa inicia com o estudo exploratório, para depois ser descritivo, para aos poucos, de maneira interpretativa, ir respondendo o problema de pesquisa.

3.3 O TIPO DE ESTUDO DE CASO

O estudo de caso configura-se segundo Yin (2010) como único. O município foi tomado como campo organizacional onde se comercializam frutas e hortaliças (unidade principal de pesquisa), a partir do qual diferentes expressões de circuitos curtos se organizam, instituem-se e se expressam (subunidades). A atenção, mesmo estando na unidade principal, é dirigida também para as subunidades associadas, como nomina Yin (2010), um projeto de estudo de caso integrado. As subunidades foram selecionadas pelos elementos de variação das formas dos circuitos curtos consideradas potenciais para oferecer oportunidades para o enriquecimento do estudo.

Para Yin (2010), um dos cuidados a serem tomados pelo pesquisador é evitar a concentração dos estudos nos níveis de subunidades e não voltar mais ao nível maior de análise. Mesmo que as formas sejam importantes, o alvo de interesse original de estudo são as condições institucionais para as expressões da diversidade de circuitos curtos e que evidenciam uma construção social dos mercados. A coleta de dados e análise exigiu atenção aos limites entre as subunidades e a unidade maior, de maneira que as subunidades não se tornassem contextos exclusivos, mas também que a unidade principal seja analisada sem desconsiderar as unidades menores.

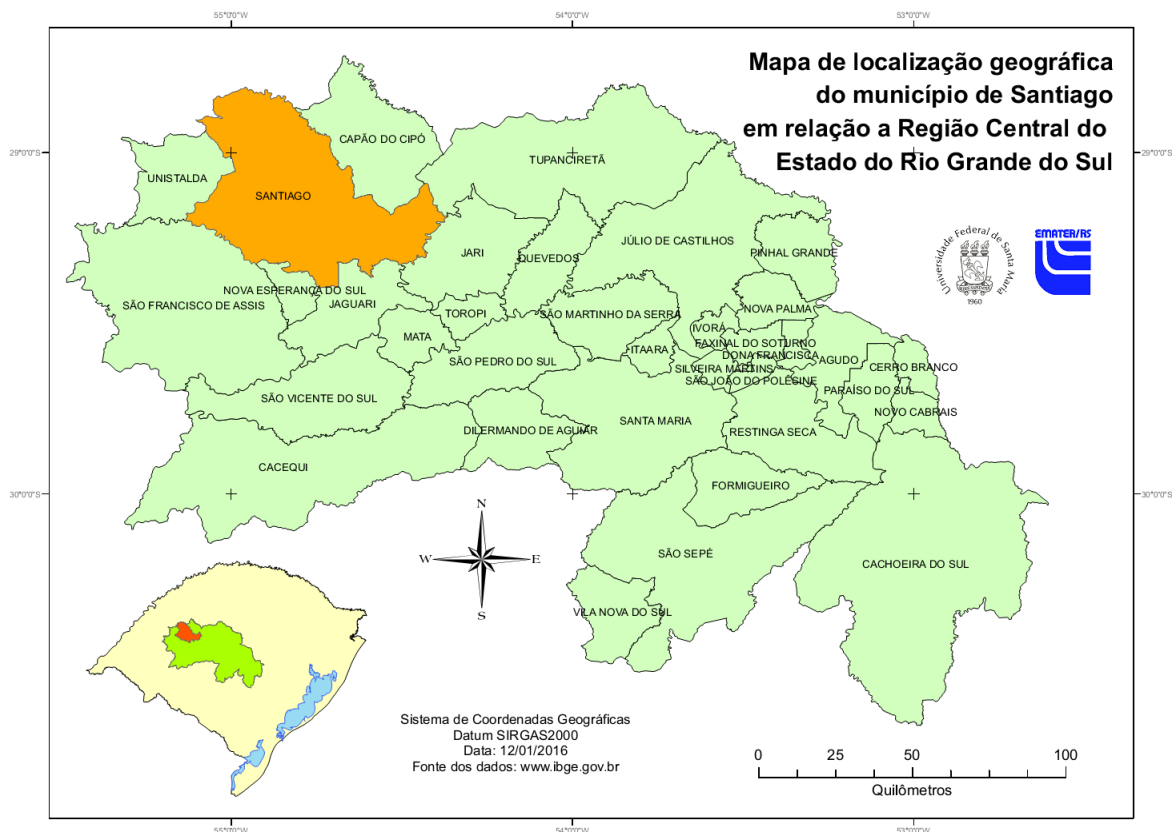
3.4 A ESCOLHA DO CASO

Dentre os principais problemas de um estudo de caso estão a definição do que se pretende com a pesquisa, além de quais abordagens metodológicas são necessárias para a sua reconstrução (FLICK, 2009). Por se tratar de uma decisão intencional, tem-se que as características do caso de Santiago sejam representativas e ao mesmo tempo reveladoras para os fins do estudo. O município encontra-se localizado na Região Central do Rio Grande do Sul (figura 1), com uma população de 50.622 habitantes, sendo 1.413 estabelecimentos rurais familiares, representando 92,75% do total (EMATER/RS-ASCAR, 2013).

Primeiramente, a escolha por essa região aconteceu em face da histórica dependência que tem do fornecimento de frutas e hortaliças desde a Central de Abastecimento do Estado do Rio Grande do Sul (CEASA-RS). Os intermediários adquirem os alimentos na CEASA-RS, estabelecem pontos de distribuição em cidades estratégicas, para depois distribuir aos pequenos varejistas e supermercados. Muitos dos agricultores que comercializam junto à CEASA-RS também adquirem a produção de terceiros, atuando como atravessadores.

A escolha de estudar frutas e hortaliças *in natura* deu-se também pela recorrência de necessidade desses tipos de alimentos para suprir a demanda. Somente Santa Maria, segundo estimativa realizada pela Prefeitura Municipal deste município, resulta um déficit anual de 12.168,79 ton. de frutas, e 57.510,08 ton. de hortaliças (PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA/RS, 2009). Na medida em que existe este potencial de consumo, fortalecessem-se oportunidades para os agricultores, dado que os alimentos *in natura* não têm tantos requerimentos de padrões de sanidade e inspeção quanto teriam se fossem propostas alternativas que vislumbrassem fomento à produção de alimentos processados.

Figura 1 – Mapa de localização geográfica do município de Santiago em relação a Região Central do Estado do Rio Grande do Sul.



Fonte: Miola (2015).

Por outro lado, o caso de Santiago torna-se relevante pela diversidade de iniciativas de circuito curto, bem como pelas capacidades locais que vão se criando para produzir, distribuir e controlar a produção de alimentos. O Hortomercado de Santiago é o local de feira livre mais importante, tendo uma participação aproximada de 800 consumidores a cada edição de feira (JACQUES *et al.*, 2012). A Feira de Orgânicos comercializa uma vez por semana na Praça Central da cidade. A Feira da Vila Nova foi instalada em 2015. Os mercados institucionais estabelecidos pelo PNAE se corporificaram na Cooperativa Santiaguense da Agricultura Familiar Ltda. (COOPERSAF), que centraliza e organiza o fornecimento para a alimentação escolar. A comercialização pelo PAA atende dez organizações sócio-assistenciais. As vendas na propriedade e as entregas nos domicílios dos consumidores têm aumentado nos últimos anos, bem como as vendas para supermercados varejistas e restaurantes locais. Os produtores de pêssago, em épocas de safra, deslocam-se para comercializar direto aos consumidores em municípios vizinhos, dado a quantidade de oferta diante do potencial de consumo local.

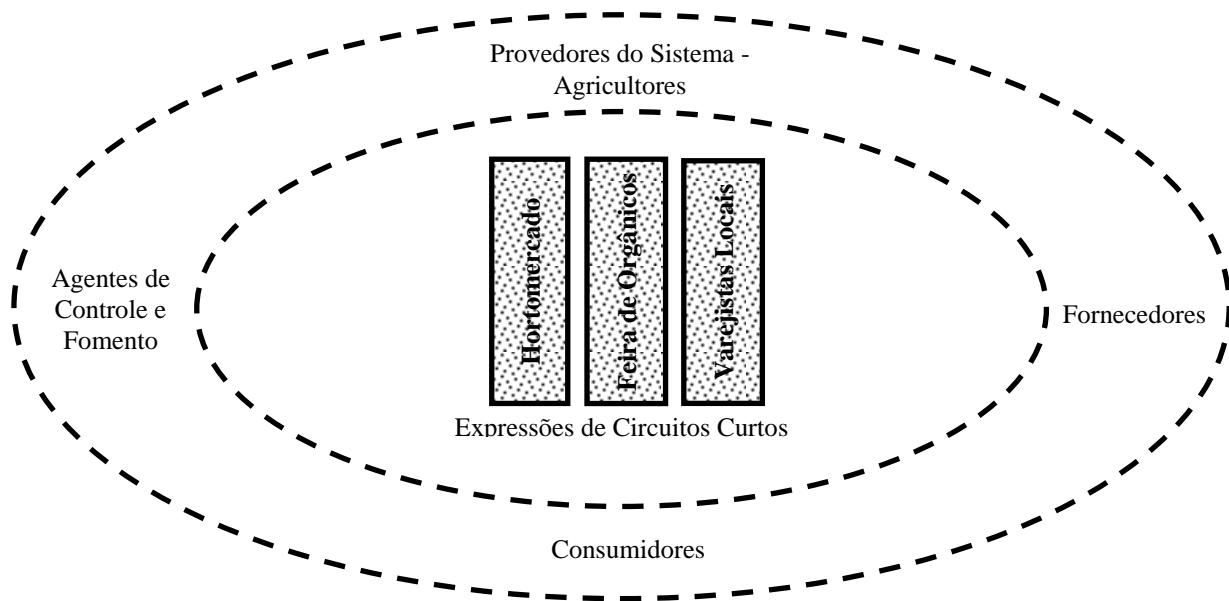
Enquanto alguns locais necessitam muita animação para mobilizar a produção local, este caso revela características, que o tornam importante para gerar os efeitos agregados de como esses mercados de circuito curto estão se institucionalizando. Supõe-se que o caso apresenta um conjunto de ações articuladas, sinérgicas e inter-relacionadas entre as organizações locais, os quais têm promovido as condições institucionais para o fomento da produção local. Assim, sem a pretensão de abarcar todas as expressões de circuitos curtos, mas interessado nos padrões distintos que sustentam e fornecem a orientação às relações adequadas entre sujeitos, práticas e objetos no interior dos circuitos, definiu-se por concentrar em três unidades integradas de análises, como nomina Yin (2009). Essas unidades de análise geram padrões de coexistência e de sinergia, mas por vezes também podem gerar concorrência, pois pressupõe-se que cada circuito incorpora diferentes elementos institucionais, práticas, informações, obrigações, meios de troca, dentre outros.

As unidades de análise escolhidas foram aquelas de maior expressividade, de significado especial na comunidade e com facilidade para obtenção dos dados. De um lado as expressões de comercialização em que a relação entre agricultor e consumidor ocorre por meio da venda direta (Feira Livre do Hortomercado e Feira de Orgânicos), e por outro quando a relação com o consumidor é promovida por um único intermediário, nesse caso o privado (venda indireta pra varejistas locais), como sugere Darolt (2013).

3.5 AS INFORMAÇÕES DE PESQUISA

Para responder aos objetivos, parte-se do pressuposto de que os circuitos curtos de comercialização e consumo se constituem com base nos atributos e características de qualidade superior dos alimentos (*quality turn*), sustentadas por padrões de interação social em um determinado arranjo institucional (regras, normas, valores e crenças), desenvolvidas por um conjunto de agentes institucionais que constituem o campo organizacional. A estrutura institucional maior é dada pelo campo organizacional e as unidades menores são as formas de circuito curto, conforme resume a figura 2.

Figura 2 – Representação do Campo Organizacional de Frutas e Hortaliças, e as formas de circuitos curtos de comercialização e consumo estudados.



Fonte: elaborado pelo autor.

As informações para responder aos objetivos da pesquisa são de quatro tipos.

O primeiro tipo têm por finalidade compreender o ambiente de estruturação do campo organizacional, sua evolução, os limites geográficos e simbólicos, identificar os participantes, além dos processos históricos e culturais constitutivos.

O segundo tipo visa identificar as mudanças que vem ocorrendo no ambiente e como têm se tornado espaços para a construção das instituições que autorizam o funcionamento dos circuitos curtos.

O terceiro tipo de informações são aquelas que serviram para criar, manter ou transformar as instituições vigentes. Tratam-se das ações, estratégias e atividades de bastidores desenvolvidas pelos participantes do campo, e que serviram para mobilizar recursos e constituir o ambiente para que práticas se mantenham e os circuitos operem.

O último tipo de informações serve para compreender quais e como os diferentes elementos regulativos, normativos e cultural-cognitivos participam da estrutura institucional.

3.6 COLETA DE DADOS E FONTES DE INFORMAÇÕES

Para compreender as formas específicas em que a ação econômica está imersa nas instituições e estruturas sociais das sociedades modernas precisa-se uma perspectiva com recortes longitudinais em diferentes momentos históricos (BECKERT, 2007a; FLICK, 2009). Ao mesmo tempo em que essa forma de coleta oportuniza clareza e profundidade nos desdobramentos em torno do problema de pesquisa, também é limitada pelo custo e tempo necessário para a realização. A opção para minimizar o problema é realizar tanto análises retrospectivas como instantâneas (FLICK, 2009).

Como se trata de momentos e níveis de análise de pesquisa diferentes, as unidades e fontes de evidências para a coleta de dados também variam. A fase exploratória da pesquisa contemplou uma fase macro, na qual se incluíram entrevistas em profundidade com informantes-chave, mediante um roteiro prévio, mas também com questões abertas e que permitiam que o roteiro fosse revisto na medida em que o diálogo acontecia (Apêndice A). Os principais entrevistados foram historiadores, extensionistas, lideranças, técnicos e agricultores que exerceram algum tipo de influência na implementação dos mercados locais. Também foram incluídas fontes documentais, como leis, atas de reuniões, notícias vinculadas na imprensa, projetos de financiamentos, programas governamentais e políticas públicas que informavam como o campo organizacional foi se estruturando (pesquisa documental e bibliográfica). Segundo Cellard (2008), o documento permite acrescentar a dimensão do tempo, e o entendimento sobre a evolução de indivíduos, grupos, conhecimentos, comportamentos, mentalidades, práticas, dentre outros. Do ponto de vista metodológico, elimina pelo menos parte da influência exercida pela presença ou intervenção do pesquisador (Ibidem).

Para verificar a expressividade das formas produtivas em torno da produção de frutas e hortaliças, o número de estabelecimentos envolvidos e como os mercados de circuitos curtos se manifestavam, foram aplicados questionários com questões fechadas, entre os meses de

julho de 2014 e maio de 2015, àqueles em que a produção apresenta uma finalidade comercial, seja como atividade principal, ou mesmo com venda esporádica (Apêndice B). Segundo Flick (2009), a aplicação de questionários se torna uma etapa importante da pesquisa qualitativa, na medida em que destaca questões para serem aprofundadas em etapas posteriores. Nessa fase, com o auxílio de uma equipe de alunos do Curso de Técnico em Agropecuária do Colégio Politécnico da UFSM, foram visitados todos os estabelecimentos produtores de frutas e hortaliças. O questionário foi composto por questões fechadas, voltadas a compreender os sistemas sociais e produtivos envolvidos com a produção, contemplando: núcleo familiar, atividades produtivas, relação organizacional, nível tecnológico e relação com os mercados. Para identificar a distribuição espacial da produção, os estabelecimentos rurais foram georreferenciados, conforme demonstra o mapa inserido no Anexo A.

Para as partes seguintes da pesquisa e com a finalidade de dar conta da fase interpretativa, tomou-se por decisão seguir os circuitos desde o agricultor em direção ao consumidor, incluído duas fontes de evidências, como recomendado por Yin (2010): observação direta e entrevistas em profundidade. Misturar-se às atividades cotidianas e às práticas sociais com a ajuda da observação participante constitui-se no melhor meio de perceber as características e particularidades, como também de interrogá-los durante a ação (POUPART, 2008). A observação foi realizada com anotações em diário de campo, onde registravam-se as rotinas e modos pelos quais os agricultores tratam o alimento desde o local de produção (estabelecimento rural) até chegar no consumidor. Acompanharam-se colheitas, práticas de higienização, acondicionamento, transporte, até a comercialização dos alimentos.

Segundo Jaccoud e Mayer (2010), a observação participante consegue reduzir a distância entre os discursos e as práticas concretas dos atores sociais. Já Thiry-Cherques (2006) chama atenção que a observação permite atingir um significado para além do diretamente manifesto, chegando à decomposição em tipos de elementos, conceitualização e relações, elaboração de um modelo genérico explicativo e de uma interpretação, que oferece a descrição da estrutura e das perspectivas explicativas e antecipatórias que encerra.

A entrevista, malgrado seus limites, continua sendo um dos melhores meios para apreender o sentido das condutas dos agentes (os comportamentos não falam por si mesmos), a maneira como eles representam o mundo e como eles vivem sua situação (POUPART, 2008). Assim, buscou-se entrevistar os envolvidos por meio de roteiros variados de pesquisa, preparados previamente, seguindo a orientação de Kjaernes, Harvey e Warde (2007). Esses autores recomendam que, para compreender as relações do sistema alimentar, deve-se estar atento à tríade, a partir da qual se canalizam e se estabelecem as relações que promovem ou

não os mecanismos de confiança em torno dos alimentos. Trata-se dos agricultores, que são os provedores do sistema (Apêndice C); os agentes regulatórios e promotores dos alimentos, representados por organizações do Estado e da Sociedade Civil (Apêndice D); e os consumidores, cidadãos da sociedade que adquirem através das diferentes formas de circuitos. Os consumidores foram entrevistados por dois roteiros diferentes, sendo um direcionado para os consumidores dos circuitos de feiras (apêndice E), e outro para os consumidores dos circuitos varejistas (Apêndice F). Essa fase de campo envolveu 69 entrevistas, como demonstrado na tabela 3. O principal desafio foi envolver os agentes que representam a ampla gama de papéis, bem como o que realmente fazem ou fizeram nesse arranjo particular.

Tabela 3 – Relação de entrevistados no campo organizacional dos circuitos curtos de comercialização e consumo de frutas e hortaliças.

Nível de Análise	Agentes	Designação na tese
Campo organizacional	Sete Historiadores	Historiador (1 a 7)
	Quatro ex-prefeitos	Ex-prefeito (1 a 4)
	Três secretários municipais e um fiscal de feira	Fomento_executivo (1 a 4)
	Quatro extensionistas rurais	Fomento_extensão (1 a 4)
	Integrante do sindicalismo rural	Fomento_org_1
	Integrante da imprensa local	Fomento_imprensa_1
Circuito Curto do Hortomercado	Cinco famílias de agricultores	Agricultor_Hortomercado (1 a 5)
	Nove consumidores	Consumidor_Hortomercado (1 a 9)
Circuito Curto da Feira de Orgânicos	Três famílias de agricultores	Agricultor_Orgânicos (1 a 3)
	Nove consumidores	Consumidor_Orgânicos (1 a 9)
Circuito Curto de venda para Varejistas Locais	Cinco famílias de agricultores	Agricultor_Varejista (1 a 5)
	Seis supermercados	Varejista (1 a 6)
	Doze consumidores	Consumidor_Varejista (1 a 12)

Fonte: elaborado pelo autor.

As entrevistas foram sendo realizadas até que não mais houvesse informações novas, já que iam sendo gravadas e transcritas imediatamente. Trata-se do princípio da saturação que, segundo Pires (2010a), cumpre uma função operacional e metodológica. Operacionalmente, reduz o desperdício de tempo e dinheiro e, metodologicamente, permite generalizar os

resultados para o conjunto do universo de análise. No decorrer da parte de pesquisa qualitativa a amostra foi não probabilística. De acordo com Desauriers e Kérisit (2010), se a regularidade e a dimensão da amostra probabilística permite conhecer os aspectos gerais da vida social, a não probabilística permite um conhecimento detalhado e circunstancial da vida social.

3.7 ANÁLISE DOS DADOS

A análise assumiu duas condições específicas. Para a tabulação e análises dos dados quantitativos provenientes da fase de caracterização da fruticultura e da produção de hortaliças foi utilizado o *software* SPSS Statistics Versão 22.0, conforme recomendado por Bruni (2012). O *software* permitiu compreender o comportamento das variáveis em termos de elementos observados, através de distribuição de frequências e medidas percentuais.

Para a fase de pesquisa qualitativa todas as entrevistas foram transcritas de forma integral, bem como as observações registradas no diário de campo, formando arquivos em pdf que foram inseridos no *software* MAXQDA versão 12¹⁴. Esse *software* permitiu facilitar que as frases registradas na coleta de dados fossem organizadas por tema. A seleção do excerto de cada texto é uma decisão do pesquisador em uma lógica de descoberta e não de verificação de hipóteses. Como salienta Rosenthal (2014), isso significa não partir de categorias previamente definidas, por mais que como salienta Deslauriers e Kérisit (2010), o pesquisador não pode se eximir de analisar seus dados a partir de um quadro descritivo e interpretativo bastante amplo, à luz de conceitos topológicos apoiados sobre os elementos estruturais e processos específicos do fenômeno em estudo.

As categorias surgiram da revisão teórica em torno do tema de pesquisa, da reconstrução de como a realidade estudada foi construída e do aporte oferecido pela literatura relacionada ao *quality turn*. A partir delas se formaram os eixos interpretativos que organizaram a narrativa e orientaram a redação final do trabalho.

Para o **objetivo específico 1** - foram lançadas duas perspectivas distintas de análise. Uma primeira para caracterizar empiricamente o objeto de estudo, para o que se utilizou como indicadores o perfil do município e dos agricultores, a localização espacial, os quantitativos produtivos, os processos tecnológicos, e as formas de comercialização. Outras informações visavam determinar a área reconhecida da vida institucional. Os indicadores se referiam a

¹⁴ Para mais informações, acessar < <http://www.maxqda.com/>>.

identificar expressões e excertos que denotassem os agentes do campo, os acontecimentos e agentes que proporcionaram o aumento da interação da estrutura interorganizacional.

Por fim, para o **objetivo específico 2** - buscou-se identificar os elementos de maior recorrência ao longo da análise dos dados e que demonstraram promover mudanças importantes em prol da institucionalização dos circuitos curtos de comercialização e consumo.

Em relação ao **objetivo específico 3** - buscaram-se indicadores que remetesse a forma pelas quais os agricultores, consumidores, varejistas e os agentes promotores têm agido para manter, consolidar e garantir a continuidade dos circuitos curtos no município.

Para o **objetivo específico 4** - as categorias são relacionadas aos pilares regulativos, normativos e cultural-cognitivos, pelos quais os circuitos curtos se estruturaram e se diferenciaram. Os indicadores remetem a documentos, e principalmente lógicas discursivas, palavras e expressões presentes nas entrevistas e observações que auxiliam a identifica-los.

4 CARACTERIZAÇÃO DA PRODUÇÃO DE FRUTAS E HORTALIÇAS EM SANTIAGO

O objetivo deste capítulo é apresentar os aspectos gerais da produção de frutas e hortaliças, da agropecuária de Santiago, sem buscar os porquês da pesquisa sociológica, os quais serão desenvolvidos nas seções seguintes. Além de uma apresentação das características gerais, destacam-se os agricultores envolvidos, os quantitativos produtivos, o perfil tecnológico e as diferentes formas de comercialização da produção de frutas e hortaliças. As questões do ambiente técnico têm por finalidade apresentar particularidades do modo de produção, pois as configurações do ambiente institucional e estratégias utilizadas pelos agentes nas formas alternativas agroalimentares não se distanciam. A permanência em um ou outro circuito também é resultado desse ajuste com o campo técnico.

4.1 ASPECTOS DA AGROPECUÁRIA DE SANTIAGO

O município de Santiago possui uma área de 2.413 Km² e uma população estimada para 2015 de 50.622 habitantes, dos quais 8,84% são rurais conforme apontam os dados do censo demográfico de 2010¹⁵. O número total de estabelecimentos rurais é de 1.730, e 1.413 são considerados de agricultura familiar (EMATER/RS-ASCAR, 2014).

Em relação à estrutura fundiária, 4,97% dos estabelecimentos, portanto, 86 unidades têm mais de 500 hectares e ocupam 54,97% da área total do município (EMATER/RS-ASCAR, 2014). Essas áreas estão concentradas na região de campos, onde, segundo Neumann (2003)¹⁶, historicamente houve predomínio de médias e grandes propriedades, atualmente ocupada pela agricultura modernizada mesclada com pecuária de corte. Por outro lado, 66,64% dos estabelecimentos têm área inferior a 50 hectares e ocupam 10,3% da área do município (EMATER/RS-ASCAR, 2014). Estão localizados, sobretudo, na porção do Rebordo da Serra Geral, caracterizada pela agricultura familiar de pequeno porte de origem de migração italiana e alemã e uma agricultura diversificada. Do restante dos estabelecimentos, 13,99% possuem entre 50 e 100 hectares, 14,39% entre 100 e 500 hectares.

¹⁵ O último censo demográfico realizado no Brasil foi em 2010. Em 2015, o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) estimou a população residente no Brasil, com data base de 1º de julho de 2015.

¹⁶ Neumann (2003), em sua tese de doutorado, determinou três zonas fisiográficas segundo a paisagem agrícola para a Região Centro: Zona I – Planalto, Zona II – Microrregião da Serra e Zona III – Depressão Central.

Na década de 70, a alta percentagem de campos e o baixo valor das áreas de lavouras revelavam estabelecimentos de grandes extensões de terra, exploração pecuária como atividade principal e uma agricultura incipiente (MAY, 1985). Essa tendência foi se alterando na medida em que ocorre o fortalecimento principalmente da lavoura de soja, após os anos 2000. Se no final da década de 80 o município chegou a ter mais de 300.000 cabeças de bovinos de corte e 240.000 cabeças de ovinos, na atualidade, esses efetivos caíram para 200.000 e 80.000 cabeças de animais, respectivamente (IBGE, 2015). Essas produções pecuárias foram substituídas pelos cultivos de cereais, especialmente a sojicultura, que já possui uma área plantada de 37.000 hectares, aproximadamente 89 toneladas de produção (EMATER/RS-ASCAR, 2014). Apesar da redução das áreas de exploração, a pecuária ainda é uma atividade importante. A produção leiteira, por exemplo, atinge uma produção anual de 2.150.000 litros, provenientes de 416 estabelecimentos rurais (EMATER/RS-ASCAR, 2014).

Santiago é considerada uma das maiores produtoras apícolas do Rio Grande do Sul. Segundo dados da Associação Regional Santiaguense de Apicultores (ARSA), na safra de 2014/2015, foram colhidos 646.600 kg de mel, provenientes de 16.165 colmeias (ROSSIGNOLLO, 2015). Outras criações animais, a exemplo de suínos e aves, são realizadas com fins de subsistência em sistemas de produção familiar.

Em relação à produção de culturas anuais, prevalece o cultivo da soja e do trigo (6.000 ha). Também existem áreas de milho, fumo, feijão e mandioca, os quais respondem por 3.400 ha, 300 ha, 140 ha, 105 ha e 525 ha, respectivamente (EMATER/RS-ASCAR, 2014), e que constituem os sistemas de produção dos pequenos estabelecimentos rurais nas regiões do Rebordo da Serra Geral. Outras atividades tais como cana de açúcar, batata-doce, cucurbitáceas, dentre outras, também apresentam produção, todavia, em áreas menores.

Além da produção de cereais e da pecuária de corte, o município se destaca na produção de frutas e hortaliças para o fornecimento interno¹⁷, conforme seção seguinte.

4.2 OS PRODUTORES DE FRUTAS E HORTALIÇAS

A frutas e hortaliças são produzidas em 40 e 61 estabelecimentos, respectivamente¹⁸, que produzem em áreas próprias (76,2 %), arrendadas (10,9 %), em parceria agropecuária (5%) ou própria e arrendada (7,9 %), em sistemas de produção diversificados.

¹⁷ Muitas das informações obtidas com os agricultores destoam daquelas disponíveis no Banco de Dados Agregados do IBGE, razão pela qual aprofundamos essas informações nos levantamentos de campo desta tese.

Considerando conjuntamente, são ocupadas 302 pessoas do núcleo familiar, 11 empregados fixos e 1.165 diárias de trabalho eventual/ano. Em 90 estabelecimentos, a mão de obra é somente familiar, e 17 ocupam diaristas. A pouca utilização de mão de obra eventual frente à necessidade informada pelos agricultores ocorre em função da baixa disponibilidade na região de trabalhadores para atividades de emprego transitório. Entre os estabelecimentos com mão de obra contratada, em sete a mão de obra é utilizada para apoiar o trabalho da família e outros quatro são estabelecimentos que a força de trabalho é somente essa.

A maioria dos estabelecimentos apresenta entre dois a três integrantes, que normalmente são o casal ou o casal mais um filho em idade escolar (tabela 4).

Tabela 4 – Número de componentes do núcleo familiar dos agricultores de frutas e hortaliças de Santiago (RS).

Número de integrantes	Frequência (n.)	Percentual (%)
1	6	5,9
2	34	33,7
3	32	31,7
4	19	18,8
5	4	4,0
6	6	5,9
Total	101	100

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos resultados da pesquisa.

A disponibilidade de uma força de trabalho maior, mormente considerada uma das características principais da agricultura familiar, não chega a 30% dos estabelecimentos. Para agravar a situação, a maioria dos responsáveis pelos estabelecimentos tem idade superior a 40 anos de idade (tabela 5). Além de serem poucos os ocupados na agricultura, existe um envelhecimento da força de trabalho, pois em 56,4% dos estabelecimentos, seus responsáveis têm idade superior a 50 anos. Apenas 14,8% têm responsável com idade inferior a 40 anos, evidenciando as dificuldades na renovação dessas atividades produtivas.

¹⁸ O produtor de frutas muitas vezes é o mesmo de hortaliças e vice-versa, razão pela qual essa informação de fruticultor ou horticultor é variável. Por exemplo, dos 41 que afirmaram ser fruticultores, em pelo menos 12 também há a produção de hortaliças com a finalidade comercial.

Tabela 5 – Classe de idades dos agricultores de frutas e hortaliças de Santiago (RS), considerando a idade do responsável.

Classe de Idade	Frequência (n.)	Percentual (%)
menor que 30 anos	6	5,9
entre 30 e 40 anos	9	8,9
entre 40 e 50 anos	29	28,7
entre 50 e 60 anos	31	30,7
entre 60 a 70 anos	20	19,8
superior a 70 anos	6	5,9
Total	101	100,0

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos resultados da pesquisa.

Esses dados comprovam o problema da mão de obra no campo, principalmente para atividades baseadas em serviços manuais. Acompanhadas pela tendência de êxodo do meio rural, atraídas por oportunidades de trabalho urbanas, essas questões acabam limitando o incremento das atividades produtivas mais dependentes de trabalho manual. Segundo informações da EMATER/RS-ASCAR (2013), enquanto na década de 70 43,19% da população estavam no meio rural, atualmente esse quantitativo reduziu-se para 8,8%.

Em relação à composição da renda dos estabelecimentos produtores, as hortaliças apresentam mais importância quando comparada com a fruticultura, como mostra a tabela 6.

Tabela 6 – Importância da produção de frutas e hortaliças na composição da renda total do estabelecimento rural em Santiago (RS).

Valor Atribuído	Hortaliças		Fruticultura	
	Frequência (n.)	Percentual (%)	Frequência (n.)	Percentual (%)
Até 20%	14	23	19	47,5
21 a 40%	11	18	9	22,5
41 a 60%	12	19,7	4	10
61 a 80%	6	9,8	5	12,5
Mais de 80%	18	29,5	3	7,5
Total	61	100,0	40	100,0

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos resultados da pesquisa.

Enquanto na fruticultura 50% das famílias dizem responder por menos de 20% da renda do estabelecimento, 39,3% colocam as hortaliças como responsáveis por mais de 61% da renda do estabelecimento. O valor de investimento inicial reduzido, o ciclo de produção abreviado, o conhecimento mesmo que superficial das atividades inerentes ao cultivo e a facilidade de comercialização da produção por diferentes tipos de mercados colocam a produção de hortaliças em uma posição mais favorável como oportunidade de geração de trabalho e renda no campo, do que a fruticultura.

4.3 O CAMPO TÉCNICO E OS QUANTITATIVOS DE PRODUÇÃO

Ao analisar as estatísticas e as referências na produção de frutas e hortaliças no Rio Grande do Sul, Santiago não é mencionado. Na medida em que, historicamente, possuiu tradição na produção pecuária, esses pequenos cultivos não tomaram a proporção dos cinturões verdes ou das regiões produtoras de frutas como em outras partes do Rio Grande do Sul. Mesmo assim, com as devidas proporções, apresenta um contingente de agricultores que se distinguem em proporções e pela forma de comercialização mais autônoma em relação a outros agricultores que produzem na região Central. Nesta seção, buscar-se-á apresentar, mesmo que de forma geral, como se constitui o campo empírico da produção de frutas e hortaliças em termos quantitativos, bem como o modo tecnológico desenvolvido.

4.3.1 A pequena expressão da Fruticultura em Santiago

A fruticultura abrange uma área de 81,02 hectares e, em virtude da sazonalidade de produção e da baixa diversidade de espécies, não chega a ser expressiva no fornecimento contínuo de frutas para o consumo do município. É caracterizada por pequenas áreas, que se tornam atividade comercial em função da possibilidade de venda que podem ser realizadas em pequenas quantidades na forma de circuito curto.

A atividade de maior relevância é o pêssego, com 34,53 hectares distribuídos em 21 estabelecimentos. As cultivares são de mesa, e a produção acontece de outubro a janeiro. A produção vitícola e de citros estão em 35 e 28 estabelecimentos, respectivamente. No caso da produção de uvas, o foco é o consumo *in natura*, ou para a elaboração de vinhos coloniais para o autoconsumo, comercializados ocasionalmente em pequenas quantidades. Já a laranja,

mesmo que tenha sido o cultivo mais importante em termos de fruticultura de Santiago, atualmente a produção comercial limita-se a dois pomares. Outros tipos de citros, como a bergamota e o limão, são cultivados para vendas esporádicas. Mesmo que o clima permita a produção de outras frutíferas, os cultivos são reduzidos, como demonstra a tabela 7.

Tabela 7 – Tipos de cultivo, número de estabelecimentos rurais e área com fruticultura em Santiago (RS).

Cultivo	Frequência (n.)	Área (ha)
Videira	35	18,12
Laranja	28	18,81
Bergamota	22	4,02
Pêssego	21	34,53
Figo	9	0,99
Oliveira	2	3,0
Noz Pecan	2	1,4
Goiaba	1	0,15
Total	120	81,02

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos resultados da pesquisa.

A fruticultura é caracterizada por um formato tecnológico simplificado. Em relação ao total, 77,5% utilizam tração manual/animal, e 22,5% motorizada. As operações de pulverização e atomização, necessários para o tratamento de doenças fúngicas e nutrição das plantas são realizados por sistemas manuais (72,5%), motorizado costal (15,0%) e tração motorizada (12,5%). A maioria dos agricultores não possui nenhum tipo de sistema de irrigação (92,5%). Em relação à adubação, 22,5% não efetuam de nenhuma forma, 17,5% utilizam adubação orgânica, 40,0% química e 17,5% uma combinação entre química e orgânica. Sobre a prática do raleio, uma das técnicas mais importantes para o aspecto e a uniformidade das frutas, 57,5% dizem não fazer nenhum tipo de prática de seleção.

4.3.2 A produção de hortaliças em Santiago

A produção de hortaliças alcança 61 estabelecimentos como atividade principal e 73 quando complementar à fruticultura. Os agricultores se dividem entre aqueles mais

especializados, com uma menor diversificação, voltados para o abastecimento dos circuitos varejistas, e aqueles diversificados, voltados para atender os circuitos de venda direta. Desse modo, a produção se torna diversificada, como mostra a tabela 8, pela importância que a diferenciação entre os itens traz para atender aos diferentes tipos de mercado.

Tabela 8 – Tipos de cultivos, número de estabelecimentos e produção anual de hortaliças com fins comerciais em Santiago (RS)

Cultivo	N.º de estabelecimentos	Unidade de mensuração	Quantidade produzida*
Alface	50	unidade	1.216.300
Alho	1	Kg	100
Batata Doce**	11	Kg	40.020
Beterraba	21	Kg	17.870
Brócolis	15	maço	14.260
Cebola	8	Kg	2.500
Cenoura	18	Kg	4.850
Chicória	3	maço	4.000
Couve em Folha	24	maço	14.780
Couve-Flor	7	unidade	2.424
Espinafre	3	maço	600
Mandioca**	21	Kg	200.256
Milho Verde**	7	unidade	36.740
Moranga	10	Kg	17.860
Morango	8	Kg	24.580
Rabanete	8	Kg	1.318
Radiche	11	maço	5.441
Repolho	25	unidade	29.289
Rúcula	28	maço	59.990
Temperos	31	maço	96.790
Tomate	14	Kg	17.440
Vagem	11	Kg	2.690

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos resultados da pesquisa.

* A mensuração dos quantitativos de cada cultivo é comprometida pela dificuldade que os agricultores possuem para dar essa informação, dados a diversidade, o número de ciclos e a distribuição da comercialização.

** Esses alimentos foram agregados como hortaliças pela semelhança na especificidade da venda.

Em relação às hortaliças folhosas, pode-se constatar a autossuficiência local, considerando a regularidade na comercialização, como destaca o agente de extensão rural do município: “*Santiago é autossuficiente nessa parte de folhosa, rúcula, repolho, couve, essas coisas assim. Isso até por uma condição de que se vem de fora chega com uma qualidade muito baixa*” (Fomento_extensão_3). Diferentemente de outras hortaliças, as folhosas têm ciclo rápido, facilidade de homogeneização dos cultivos e alto potencial de consumo.

Em relação à tecnologia empregada, a maioria dos estabelecimentos faz plantio no solo (93,4%), utiliza ambientes protegidos (59%) especialmente na forma de estufas (45,9%), com alguma forma de irrigação (54,1%) e tecnologia de pulverização manual e/ou costal (88,5%). O tipo de tração é manual/animal (60,7%) e o restante com alguma forma mecanizada de tração, seja trator ou microtrator. A adubação predominante é orgânica (36,1%), química (29,58%) ou de forma combinada (18%). Cinco estabelecimentos possuem sistemas de produção hidropônicos, e quatro não fazem nenhum tipo de adubação.

4.4 OS CIRCUITOS CURTOS DE FRUTAS E HORTALIÇAS EM SANTIAGO

Existem 12 formas de circuitos que congregam 172 formas de comercialização diferentes de frutas e hortaliças dos agricultores em relação aos mercados. Destas, 169 podem ser caracterizadas como de circuitos curtos, sendo que 55 agricultores tomam parte em um só circuito, e os outros 46, em média 2,54 circuitos.

O pêssego, em função de uma produção aproximada de 300 toneladas/safra, requer escoamento rápido e formas de comercialização estendidas para fora do município, dada a produção ser concentrada em uma época do ano, e o potencial de consumo local ser inferior à oferta. Parte é comercializada por redes de supermercados em Santa Maria e Porto Alegre, e, por mais que haja a presença de apenas um intermediário, o alimento não carrega consigo informações até o consumidor. O restante da produção é comercializado pelos próprios agricultores na forma de venda direta ao consumidor em cidades vizinhas.

As demais formas de comercialização e consumo mantêm limites materiais que coincidem com os limites geográficos do município, e a partir do arranjo espacial é que se definem os arranjos organizacionais. Para apresentar essas situações empíricas, como demonstra a tabela 9, tomou-se a classificação de Darolt (2013), utilizada para compreender a diversidade de circuitos curtos de alimentos ecológicos no Brasil. A atenção é voltada para o

tipo de relacionamento existente e o papel dessas relações na construção do significado, sem considerar o produto em questão.

A primeira categoria de circuito curto considera a interação entre o agricultor e o consumidor de maneira direta, no estabelecimento rural ou fora dele, sustentado por um arranjo institucional simplificado, em que, segundo Darolt, “o produtor entrega em mãos próprias a mercadoria ao consumidor” (2013, p. 142). Mesmo que a organização da venda possa ser intermediada, seja por uma associação ou programas governamentais, a ação econômica é dependente da ação individual, passível de transmitir informações sobre o alimento ao consumidor. A segunda categoria distingue-se pela comercialização por meio de um único intermediário e, conforme Darolt, a transmissão de algum tipo de informação e significados acontece, por “outro produtor, uma cooperativa, uma associação, uma loja especializada, um restaurante ou até um pequeno supermercado local” (2013, p. 142).

Tabela 9 – Tipos de circuito curto de comercialização e consumo de frutas e hortaliças em Santiago (RS)

Tipo de Circuito Curto		Frequência (n.)	(%)	
Venda Direta	Venda direta no estabelecimento rural	Vendas no estabelecimento rural	18	10,47
	Venda direta fora do estabelecimento rural	Feira da Vila Nova	16	9,30
		Feira de Orgânicos	7	4,07
		Feira do Pêssego	3	1,74
		Hortomercado de Santiago	37	21,51
		Programa de Aquisição de Alimentos	14	8,14
		Programa de Alimentação Escolar	20	11,63
		Vendas na Rua / Entrega Domiciliares	16	9,30
		Vende na Rua / outras cidades	3	1,74
	Sub-Total	134	77,9	
Venda indireta	Restaurantes	7	4,07	
	Varejistas Locais	28	16,28	
	Sub-Total	35	20,35	
Total		169	98,25	

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos resultados da pesquisa.

As vendas no próprio estabelecimento da produção acontecem em 10,47% das formas de mercados. Em sua maior parte autodenominam-se fruticultores (66,7%), com mais de 11 anos na atividade (72,2%). Referindo-se à importância dessas atividades na composição da renda do estabelecimento, 38,9% dizem não ser superior a 20%, 22,2% afirmam estar entre 21 e 40% e os mesmos 22,2% por mais de 80% da renda total. A maioria dos fruticultores são viticultores que produzem a uva, elaboram e comercializam vinho artesanal ou mesmo produzem uvas para comercialização *in natura*.

As feiras livres envolvem 63 dos 101 agricultores e abrangem 36,62 % das formas de circuitos curtos. A exceção da Feira do Pêssego realizada apenas no decorrer da safra, as outras três são permanentes e realizam-se semanalmente.

A Feira do Produtor Valdir Soares da Costa (Feira da Vila Nova) foi criada em 2015 e beneficia 17 agricultores, que comercializam às segundas e quintas-feiras no turno da tarde. Desses, 16 agricultores se autodenominam horticultores (87,5%), estão na atividade há um período inferior a cinco anos (75%) e combinam a comercialização com atividades da agroindústria caseira. Em relação à renda, 68,8% afirmam que essas atividades são responsáveis por até 40% do total percebido pelo estabelecimento.

A Feira dos Orgânicos é organizada pela Associação de Produtores Orgânicos de Santiago (APOS). Contempla sete agricultores e é realizada às quartas-feiras no turno da tarde e aos sábados pela manhã na Praça Moisés Viana. Somente são comercializados alimentos *in natura*, e em 71,4% dos casos a renda compõe menos de 20% da obtida pela família.

A Feira do Pêssego é formada por três produtores, associados da Associação de Fruticultores de Santiago (AFRUTIS) e que possuem as maiores áreas produtivas de Santiago. Entraram na atividade há um período compreendido entre 11 a 20 anos, e a fruticultura representa menos de 20% da renda total do estabelecimento. A produção é concentrada em um entreposto de frutas, localizado no Distrito Industrial da cidade, onde é classificada e refrigerada, para posterior distribuição para a feira livre, na Praça Moisés Viana, ou para grandes supermercados em outros municípios.

O Hortomercado é o espaço de feira mais antigo, inaugurado em 1991, coordenado pela Associação de Feirantes de Santiago. O prédio é composto por 41 boxes, dos quais 37 são ocupados por produtores de frutas e/ou hortaliças e funciona às terças e sextas-feiras, ao final da tarde. Os agricultores do Hortomercado se autodenominam horticultores (59,5%) e estão na atividade entre 11 a 20 anos ou entre 21 a 40 anos (21,6 e 43,2%, respectivamente). Em relação à renda, 35,1% afirmam que mais de 60% da renda provêm dessas atividades, 21,6% até 20%, 24,3% entre 41 e 60% e 18,9% entre 21 a 40%.

A aquisição de frutas e hortaliças pelo PAA começou em Santiago, em 2014, a partir de um projeto de 2013. Os agricultores se autodenominam horticultores, estão na atividade há pelo menos 10 anos (57,1%), e a atividade de produção de alimentos é responsável por mais de 61% da renda do estabelecimento rural (57,1%).

A compra de alimentos para a alimentação escolar teve início em 2009. Esses agricultores autodenominam-se produtores de hortaliças (81,0%) e estão na atividade em um período inferior a cinco anos (33,3%). Em relação à renda do estabelecimento, 42,8% dizem que essas atividades compõem um valor superior a 60% da renda total.

As vendas com entregas domiciliares acontecem pela comercialização direta dos alimentos nos domicílios dos consumidores. Ao todo 16 famílias participantes desses circuitos e autodenominam-se horticultores (68,8%). Os agricultores estão na atividade entre 21 a 40 anos ou entre 11 a 20 anos (37,5% e 31,3%, respectivamente). Em relação à composição da renda total do estabelecimento, 31,3% dizem que as vendas são responsáveis em até 20%, 31,3% mais de 60%, 25% entre 41 e 60, e 12,5% entre 21 a 40%. A oferta de alimentos ganha uma diversidade maior, tanto por ser constituída por alimentos *in natura* como por agroindustrializados.

A venda direta ao consumidor em outras cidades ocorre por 3 ex-associados da AFRUTIS, que obtêm licença nas Prefeituras de outros municípios para comercializarem pêssegos. Eles estão entre 11 e 20 anos na fruticultura, que é responsável por mais de 61% da renda do estabelecimento rural. Também comercializam para os mercados varejistas locais.

Diariamente são fornecidas aproximadamente 2.100 refeições em espaços de alimentação comercial de Santiago. A procedência de frutas e hortaliças provém dos supermercados varejistas, mas também de seis agricultores locais. Os quantitativos e a diversidade da oferta variam de acordo com os períodos de safra. Normalmente também comercializam com os mercados varejistas.

Existem 28 agricultores que fornecem para os varejistas, os quais 21 se autodenominam horticultores e o restante, fruticultores. A comercialização regular é de folhosas como alface, rúcula, couve e temperos, realizada por oito agricultores de sistemas de produção mais especializados ou feirantes que vendem o excedente não comercializado nas feiras. Um percentual de 39,3% estão nessas atividades há menos de 5 anos, 17,9% entre 11 e 20 anos e 32,1% entre 21 e 40 anos. Em relação à importância das atividades na composição da renda, 60,7% afirmam ser responsáveis por mais de 60% da renda total do estabelecimento.

Depois dessa apresentação do campo empírico, a próxima seção tem por finalidade desenvolver uma síntese das características mais relevantes para o objeto de estudo da tese.

4.5 RESUMINDO

O município de Santiago não apresenta a mesma tradição em produção de frutas e hortaliças do que outras atividades agropecuárias, tanto do ponto de vista de sua história de produção, como também dos quantitativos envolvidos. Mesmo assim, em torno de 6% dos estabelecimentos rurais ou 7,1% dos agricultores familiares possuem essas atividades. Dado o contexto de produção da região, esse quantitativo se torna significativo.

A fruticultura exerce mais uma função de complementação de renda do estabelecimento rural, mantidos em paralelo a outras atividades produtivas, e a produção de hortaliças normalmente acaba se tornando atividade principal. Muito disso se explica pelas operações de manejos envolvidas, pois enquanto na fruticultura elas são descontínuas e concentradas em determinados períodos do ano, na produção de hortaliças são periódicas. Em um processo de transição, enquanto a fruticultura requer investimentos elevados, maior período para se estabelecer, produção plena e ingressos de renda contínuos, nas hortaliças, os dispêndios são menores, e os resultados acontecem quase imediatamente, proporcionando ingressos de receitas regulares e distribuídos ao longo do ano.

A produção diversificada é uma característica reconhecida quando se vislumbra a comercialização por meio dos circuitos curtos. Na produção de hortaliças, a diversificação é maior que na fruticultura, e se explica pelas facilidades de ingresso, ciclos mais curtos, o aprendizado de produção concomitante a outros cultivos, e a facilidade de comercialização em pequenas quantidades. Ambas as produções apresentam formatos tecnológicos simplificados, comprovando a característica de não ser uma atividade predominante da região. Não são incorporados equipamentos, máquinas e insumos próprios de cultivos intensivos, refletindo também a consequência do limitado número de fornecedores especializados na região.

A principal característica do campo empírico é a presença de diferentes expressões de circuito curto, configurando uma característica distintiva no que se relaciona à organização de um sistema agroalimentar alternativo, diversificado e convergente. Daí resultam implicações importantes para a organização da produção de alimentos e das consequentes formas de distribuição. Além disso, deduz-se que em função de cada forma de expressão apresentar um arranjo institucional de funcionamento específico e particular, essa diversidade revela a riqueza pela qual a sociedade busca desenvolver o seu provimento alimentar, especialmente quando recorre a uma maior proximidade com os alimentos.

Pelo número de agricultores envolvidos, mas também de consumidores que têm procurado essas formas de provimento alimentar, destacam-se as formas de venda direta ao consumidor, especialmente as feiras livres, como os circuitos curtos mais importantes. Por outro lado, não se podem desconsiderar as formas de comercialização indireta, as quais têm representado uma oportunidade maior de geração de trabalho e renda principalmente para os agricultores que têm elegido a especialização produtiva, especialmente na produção de hortaliças folhosas e de pêssegos.

Mesmo reconhecendo a variabilidade entre o grau de importância atribuído às atividades na composição total da renda do estabelecimento, de maneira geral, as produções de frutas e/ou hortaliças têm representado dinâmicas importantes na diversificação econômica e geração de oportunidades no meio rural. Nos atuais momentos em que se discutem alternativas de renda para a agricultura familiar, a produção de frutas e hortaliças e a comercialização por meio de circuitos curtos demonstram que precisam ser consideradas.

Após essa breve noção do campo técnico para situar melhor a apresentação dos dados empíricos, o capítulo seguinte traz a análise sobre o campo institucional, numa tentativa de compreender os principais processos que compuseram sua estruturação.

5 A FORMAÇÃO E ESTRUTURAÇÃO DO CAMPO ORGANIZACIONAL DE FRUTAS E HORTALIÇAS EM SANTIAGO - RS

Os campos existem na medida em que vão sendo estruturados e oferecem benefícios para os participantes. Este capítulo é eminentemente descritivo e reúne os fatos passados para entender como se forma a estrutura institucional mais ampla, para daí interpretar como se instituem os sistemas menores denominados de circuitos curtos. Assim, reconstrói o campo organizacional do início à atualidade, os agentes e os acontecimentos envolvidos.

Os movimentos iniciais em torno da produção de frutas e hortaliças estão relacionados à ocupação da região colonial. Foram os colonizadores que primeiro trouxeram sementes de cereais e hortaliças para a Colônia Jaguari, como atesta registro de Stanislaw Kloburowski, polonês que veio à Colônia para averiguar a situação dos seus conterrâneos (MARCHIORI, 2001). Kloburowski descreve, por meio de uma carta, sobre um saco de sementes salvo na viagem para a nova terra, ao mesmo tempo em que lamenta ter perdido outros dois grandes baús, que continham sementes de cereais e verduras (Ibidem).

A comercialização e as formas contemporâneas de circuitos curtos de comercialização e consumo foram se organizando em quatro momentos distintos de formação e estruturação do campo organizacional. O primeiro momento é compreendido desde o surgimento da cidade até o surgimento da feira livre na Praça dos Brinquedos, especialmente pelas vendas de casa em casa. O segundo acontece pela criação da Feira livre da Praça dos Brinquedos até a construção do Hortomercado. O terceiro trata das configurações para a adequação no funcionamento do Hortomercado e um conjunto de políticas públicas de fomento à fruticultura. Por último, vive-se a fase da valorização dos alimentos da agricultura familiar, a consolidação dos circuitos curtos e alinhamento das iniciativas locais com as políticas públicas federais. Na tentativa de um recorte temporal, mas sem tentar criar linhas rígidas, essa delimitação tem os anos de 1979, 1992, 2009 como referências principais.

5.1. DAS ORIGENS DO MUNICÍPIO À ASCENDÊNCIA DAS VENDAS DE PORTA EM PORTA (ATÉ 1979)

Historicamente, Santiago foi reconhecido pela produção pecuária. A ocupação do município é explicada pelas características físicas da região, sobre as quais o gado bovino,

trazido pelos jesuítas do Paraguai, no século XVII, se reproduziu e se espalhou pelos campos, fazendo surgir o sistema de estâncias, constituinte de grande parte do espaço agrário sul-riograndense. A concessão de sesmarias a militares e servidores do Império, que vieram com as guerras e as demarcações com a Colônia Espanhola formou grandes propriedades, que mesmo rarefeitas, garantiam a posse e a defesa da região pela Colônia Portuguesa. Daí derivou-se a primeira atividade econômica explorada no município: a pecuária extensiva (SOUZA, 2000).

As regiões consideradas devolutas foram naturalmente sendo delimitadas pela paisagem da Serra Geral, que corta de forma diagonal o Rio Grande do Sul. São áreas de topografia ondulada, matas espessas e de difícil acesso, que, por não se apropriarem para a produção do gado, não havia interesse de ocupação. Nesse contexto, a política de imigração permitia a vinda de imigrantes para que, por meio da agricultura, pudessem ocupar as regiões acidentadas e devolutas, já que os portugueses dedicavam-se exclusivamente à pecuária, uma atividade considerada de menor risco e menor exigência em mão de obra.

A última colônia instalada sobre as porções da Serra Geral foi a Colônia Jaguari, contemplando áreas dos municípios de São Vicente, São Francisco de Assis, Santiago do Boqueirão, Júlio de Castilhos e Santa Maria (MARCHIORI, 2001). Os primeiros lotes foram concedidos, em 1888, na atual sede do município de Jaguari e na região de Santiago, em 1891, com a criação do Núcleo Colonial Ernesto Alves (MARCHIORI, 1999). A partir desse núcleo formam-se novos deslocamentos de ocupação de terras, que viriam a se aproximar das áreas das fazendas e da sede de Santiago. Segundo Siqueira Couto, chefe da Comissão de Colonização de Jaguari, em documento enviado ao governo provincial em fevereiro de 1891, havia grandes áreas de terras apropriadas para a colonização à margem esquerda do Rio Jaguari, as quais se estenderiam até São Tiago do Boqueirão (MARCHIORI, 2001).

A região viria a ser colonizada por pessoas provenientes da Colônia Jaguari, que juntamente com os núcleos coloniais de Ernesto Alves e de Toroquá¹⁹, já totalizavam uma população de 9.420 pessoas ao final de 1894. Em função da necessidade de terras para a constituição de novos estabelecimentos para integrantes dessas famílias, houve novas migrações, que aos poucos vão tomando essa região que se finda nas imediações ao sul da cidade de Santiago, como referenda um agricultor: *“A minha família tinha colônia perto de Ernesto Alves. Depois, por causa das enchentes que perdiam tudo, meu finado avô vendeu lá e comprou aqui duas colônias. Aqui tudo isso era mato. Eu já nasci aqui”* (Historiador_5). Lucca da Cunha (1997) relata que a colonização da região começou por Ernesto Alves e mais tarde avançou para as comunidades rurais de Vila Branca, Rincão do Lencines e Lavapés,

¹⁹ Criado em 20 de agosto 1892, ano atual município de São Francisco de Assis (MARCHIORI, 1999).

colonizadas por colonos que traziam junto histórias de insucessos. Essas experiências anteriores são predisponentes para decisões mais cautelosas pelos novos imigrantes.

A dicotomia de paisagem condicionou sistemas de produção e formas diferenciadas de composição da sociedade, que vão marcar a cultura e as relações sociais que se dão nesse município até a atualidade. Uma parte ao norte e nordeste reconhecida pela distribuição rarefeita das fazendas e a produção de bovinos e ovinos, atualmente região da soja. Outra mais ao Sul e Sudoeste, de maior densidade populacional, habitada por descendentes do núcleo de ocupação colonial, voltado para a produção agrícola diversificada²⁰.

A formação do mercado consumidor é favorecida pela constituição do exército e o deslocamento de militares, como apontam Constantino (1984) e Simões (1989), mas também por outras situações. Com o surgimento dos primeiros serviços públicos, vieram os servidores do Estado. Na busca por oportunidades de qualificação para os filhos ou pelo vínculo com as questões políticas locais, muitos fazendeiros vieram residir na cidade. Mais tarde, na década de 1930, houve a construção da Estação Férrea “São Thiago”²¹ (CONSTANTINO, 1984). Em 1937, foi instalado o Hospital de Caridade de Santiago que viria a ser referência na região. Em 1969, a Universidade Federal de Santa Maria, por meio de uma unidade de extensão, funda a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Santiago, com os Cursos de Letras e Estudos Sociais, os quais seriam o embrião do atual Campus da Universidade Regional Integrada (URI)²², e que tornou o município como um importante polo educacional da região. Por último, mesmo que a pavimentação asfáltica fosse inaugurada em 1982, a estrada entre a Região Centro, Fronteira Oeste e Nordeste, melhorou o transporte e a logística de Santiago em relação ao restante do estado. Essas ocorrências, cada uma a seu modo, deslocaram pessoas e promoveram um aumento progressivo da população (tabela 10), fazendo surgir mudanças sociais, econômicas, políticas e culturais importantes para o desenvolvimento de uma cidade adulta como nomina Constantino (1984).

Por mais que a população residente seja constituída por diversas etnias provinda de diferentes formas, a identidade sócio-cultural Santiaguense mantém hábitos e rotinas vinculadas às principais formas pelas quais ocorreu a ocupação do território, guardado principalmente na miscigenação entre os descendentes portugueses e de imigrantes italianos e

²⁰ Diversos relatos destacam a produção de vinhos, aguardente, trigo, feijão, milho, cevada, amendoim, mandioca, cebolas e produtos de origem animal como queijo, banha, torresmo e salame.

²¹ A ligação entre Santiago e a região Central ocorrera primeiro por São Francisco de Assis. Mais tarde ainda no período de colonização, foi criada a estrada geral que ligava a Vila de Ernesto Alves a sede do município, conforme pode-se registrar nos relatos da época. A estrada férrea, que foi um dos principais meios de transporte do município até a década de 90, foi inaugurada em 1932, ligando Cacequi a São Borja e São Luiz Gonzaga.

²² Atualmente a URI conta com um Campus de ensino superior e uma escola de Educação Básica.

polacos. Como cita Simões: “Santiago é meio campo e meio serra, meio estância e meio lavoura, meio rico e meio pobre, meio guasca e meio urbano, meio inculto e meio acadêmico e por isso uma terra adorável” (SIMÕES, 1989, p 17).

Tabela 10 – População total, urbana e rural de Santiago entre os anos 1940 e 1980.

Anos*	População Total (unid.)	População Urbana (unid.)	%	População Rural (unid.)	%
1940	27.793	8.667	31,18%	19.126	68,82%
1950	31.300	9.992	31,92%	21.308	68,08%
1960	34.420	15.833	46,00%	18.587	54,00%
1970	41.054	22.043	53,69%	19.011	46,31%
1980	46.627	30.394	65,19%	16.233	34,81%

Fonte: IBGE, organizado pelo autor.

Constantino (1984) destaca o papel que os militares tiveram em ampliar rapidamente o número de consumidores, e oportunizar vantagens econômicas ao comércio local, dentre os quais a comercialização direta. Diversos militares recém-chegados de outras regiões do país, como do Rio de Janeiro, realizavam as refeições em suas residências e dependiam da compra regular de alimentos. Segundo Bonotto, “não existia em Santiago uma feira sequer de hortaliças, complicando a vida desses militares acostumados a consumir diariamente tais produtos na capital fluminense” (2013, p. 35). Também eram compradores os profissionais que construía as obras de infraestrutura na cidade e transeuntes que passavam pela estação ferroviária, deslocando-se entre municípios.

As saladas, alimentos de origem animal e da agroindústria caseira vinham dos estabelecimentos coloniais e eram chamados de quitandas. Eram arranjados em balaios de taquara e transportados a pé, em jardineiras²³, charretes ou carretas, comercializados em pequenas quantidades: “*A gente ia de pé no chão. De tamanquinho. A produção quem fazia era o pai e a mãe, numa horta*” (Historiador_2). Os vendedores percorriam a cidade mais de uma vez até tudo ser comercializado.

A produção de alimentos na região colonial tornara-se uma oportunidade de geração de renda para as famílias dos imigrantes, especialmente os mais jovens, como evidencia o excerto a seguir: “*Eu sou de 32. Tinha 10 anos. Já tinha uns quantos vendedores. Eu vendia com dois balaios. Vendia na estação. Vendia verdura, pé de moleque e outras coisas. Vender*

²³ Carro de quatro rodas, puxado a cavalo, de uso nas estâncias.

de porta em porta era considerada uma atividade praticada pelos mais pobres, pessoas de baixo valor como os imigrantes” (Historiador_2).

A primeira organização voltada a regular o controle sobre a qualidade dos alimentos foi o Posto de Higiene, serviço do Governo do Estado do Rio Grande do Sul, com funções semelhantes à Vigilância Sanitária. Para comercializar alimentos de porta em porta era necessário o registro como verdureiro, usar identificação pessoal e jaleco de cor branca, como referenda um entrevistado: *“O responsável pelo Posto de Higiene me prendeu e me disse: Tu tem que ter tapa-pó branco e uma carteira de verdureiro. Sem isso não é para sair mais na rua. Conte para minha mãe. Fiz a carteira de verdureiro, dizia meu nome. Fui verdureiro até os 18 anos”* (Historiador_2). Essa história é a mesma de diversos agricultores que comercializavam desde frutas e hortaliças até os processados como geleias e compotas de doces, de carnes até animais, de leite até queijo, de cereais até as farinhas, de lenha até carvão, dentre uma série de outros produtos com origem no meio rural.

A primeira casa comercial especializada em frutas e hortaliças foi a Fruteira do Lolote, inaugurada em 1952. Os alimentos eram adquiridos em um Entrepósito de Comercialização no Bairro Menino Deus, em Porto Alegre - RS, onde se concentrava a produção proveniente do Centro do país e de produtores do entorno da capital, e transportados em caixotes de madeira, por meio de trens ou de caminhão até Santiago. O comerciante trazia em torno de 8.000 kg por semana, contemplando uma diversidade de frutas e uma menor quantidade de hortaliças, pois muitas famílias tinham hortas domésticas.

Mais tarde, surgiram as fruteiras do Caneda e do Bananeiro, que também mantinham o fornecimento para os quartéis e o hospital. A produção local de hortaliças não chegou a se desenvolver nessa época, e poucos foram os agricultores que haviam despertado para a atividade. A maioria das produções era de produtos como, mandioca, batata doce, abóbora, moranga e mogango. Mesmo assim, comercializavam-se grandes quantidades, pois em função das ligações por estradas férreas, era possível também comercializar para outras cidades, como referenda depoimento do entrevistado:

Batata era bom de vender. Não tinha de lavar batata. Entregava lá na estação de trem 15 a 20 sacos de batata e ia para São Borja. Salada a gente vendia na pensão do Bonotto. Tinha um hotel perto da rádio que a gente levava também. Lembro que levava couve rabana. Aquilo o que plantava vendia. Naquela época vendia muito em pensão, coisa assim (Historiador_5).

A estruturação do campo organizacional começa a tomar força a partir da primeira feira livre de Santiago, como apresenta a seção seguinte.

5.2 DA FEIRA LIVRE AO HORTOMERCADO (1978 - 1992)

A primeira iniciativa de comercialização direta de frutas, hortaliças e outros alimentos iniciou em 1978 com a Feira Livre da Praça dos Brinquedos. Inicialmente, 12 feirantes comercializavam nas manhãs de quartas e sábados, junto aos veículos e charretes, dispondo os alimentos em caixas de madeira sobre as calçadas, como demonstra a figura 3. Nessa época, segundo relato, a feira não tinha uma estrutura organizada e “*A gente estacionava e colocava tudo no cordão da calçada, tudo nas caixas, no chão. Até a balança ficava no chão. Naquela época era tudo a vontade, quem quisesse ir lá podia ir*” (Agricultor_hortomercado_4).

Figura 3 – Vista parcial da Feira da Praça dos Brinquedos em sua origem



Fonte: Núcleo de Comunicação da Prefeitura Municipal de Santiago

A idealização da Feira foi da Prefeitura Municipal que mobilizou os agricultores, concedeu o uso do espaço físico e disponibilizou um servidor municipal como Fiscal. O Fiscal da Feira tinha a função de motivar os agricultores, fazer cumprir os horários, autorizar a venda de alimentos, tabelar e supervisionar os preços. Primeiramente, participavam da feira os agricultores e atravessadores que revendiam alimentos adquiridos na região colonial, ou de fruteiras da cidade. A comercialização de produtos cárneos somente era permitida na forma de animais vivos, especialmente galinhas caipiras, que deviam ser abatidas no domicílio do consumidor.

A EMATER/RS-ASCAR, doravante denominada simplesmente como Emater, começa a participar das atividades da feira a partir de 1984²⁴. Além do acompanhamento por meio de visitas técnicas aos estabelecimentos rurais, também iniciou o processo de habilitar os agricultores para melhor atender os consumidores e de cuidar da aparência e a higiene dos alimentos. Houve nessa época as primeiras melhorias na infraestrutura da feira, com a disponibilização de tendas, construídas em ferro e cobertas por lona, para abrigar dos ventos e chuvas mais fortes. Em dias diferentes daqueles de realização da feira na Praça dos Brinquedos, alguns agricultores realizavam feiras itinerantes em outros bairros, como no Bairro da Vila Nova e São Jorge.

O aumento da produção de hortigranjeiros foi beneficiada pela instalação em 1984 do supermercado da Cooperativa Regional Tritícola Santiaguense Ltda., que buscava aumentar a aquisição de alimentos locais. Esse fator permitiu que alguns feirantes dessem início na produção para o fornecimento para os varejistas, como denota a fala de um entrevistado: *“Eu saía bem cedo. O guarda da cooperativa abria e recebia a alface. Eu colocava para dentro às 6 horas da manhã. Depois eu ia para a Feira. No final voltava na cooperativa para controlar o que tinha ficado* (Historiador_4). A possibilidade de entrega regular tornou-se um fator para a profissionalização da produção. Segundo May (1985), nessa época, 42% dos consumidores do município davam preferência de compra para a Cooperativa Tritícola, dada a diversidade de mercadorias, bem como os preços que eram praticados.

O Jornal A Razão de novembro de 1986 destaca a Feira do Produtor, ao mesmo tempo em que relata a inovação em plasticultura que já começa a despontar no município. Relato desse feirante informou que grande parte das hortaliças eram destinadas para atender o Supermercado da Cooperativa Tritícola (figura 4).

A participação da Emater, da Prefeitura e do Fiscal, tornaram-se fatores de motivação e de qualificação para as atividades de Feira. A recorrente visita nos estabelecimentos rurais, a melhoria na diversidade dos alimentos e a participação dos consumidores foram permitindo o aumento do número de feirantes, ao ponto de, em 1987, ter sido criada a Comissão Provisória de Feirantes, para instituir as primeiras regras de realização de uma feira livre. Esse regulamento excluía, desde então, a comercialização daqueles que não tivessem produção própria no município. Aqui começa a criação de um limite material e definidor das relações sociais que ocorrem no campo organizacional, o qual coincide com os limites geográficos do

²⁴ Por mais que o Escritório Municipal da Emater tenha sido criado em 06 de dezembro de 1966, as atividades relativas à organização da comercialização tem esse período como marco inicial.

município, bem como a decisão do pesquisador de tratar o município como o próprio território.

Com o início de uma nova gestão municipal, em 1988, foi estabelecida a Secretaria Municipal de Agricultura e Pecuária (SMAP), para atuar nas áreas de produção, gestão, comercialização, atração de investimentos e fomento às iniciativas locais na agricultura. Para avaliar a demanda local por frutas, hortaliças e alimentos da agroindústria caseira, nesse mesmo ano, a Emater realizou uma pesquisa de varejo, que constatou que 87% desses alimentos provinham de fora do município (RIO GRANDE DO SUL, 1990).

Figura 4 – Notícia vinculada ao Jornal A Razão em novembro de 1986, referente à produção de hortaliças e frutas em Santiago



Fonte: Arquivo pessoal de Ivo Felber (*in memoriam*).

Apoiados pela demanda crescente por hortaliças, esse período registra a expansão de inovações tecnológicas, a exemplo do cultivo em ambientes protegidos, que permitia produzir hortaliças mesmo em condições climáticas adversas. Para apoiar os primeiros investimentos, em 1988, a Fundação Legião Brasileira de Assistência fez uma subvenção financeira para aquisição de diversos itens²⁵, dentre os quais a construção de estufas e a implantação de irrigação para a produção de hortigranjeiros. Mesmo que fossem beneficiados somente cinco agricultores, o crédito permitiu o aumento das áreas de cultivo e o desenvolvimento de inovações a exemplo da Estufa Modelo Santiago (Anexo B) que, segundo Borne (1989), era uma alternativa para o feirante de Santiago e foi precursora dos cultivos protegidos no Rio Grande do Sul. Segundo um entrevistado “*Na época, foi o município que teve mais estufa do Rio Grande do Sul, chegando a ter 10 hectares de área coberta*” (Fomento_extensão_1). Essas inovações no campo técnico estimularam o início das primeiras operações de crédito realizadas pela Agência local do Banco do Brasil, direcionadas para investimentos em equipamentos de irrigação, filmes plásticos, microtratores e outros instrumentos de trabalho.

A Associação Santiaguense dos Feirantes foi fundada por 20 agricultores, em 29 de abril de 1989, os quais buscavam “aperfeiçoamento técnico e melhorias na comercialização” (ASSOCIAÇÃO DOS FEIRANTES DE SANTIAGO, 1989, p. 5). O ato de fundação reuniu representantes da Prefeitura (Prefeito e Secretário de Agricultura), Câmara de Vereadores, Emater, Clubes Sociais e Núcleo de Voluntariado da Legião Brasileira de Assistência²⁶, e entre as falas identifica-se o desafio para Santiago ser “autossuficiente em hortifrutigranjeiros” (ASSOCIAÇÃO DOS FEIRANTES DE SANTIAGO, 1989, p. 004).

Logo em seguida foram definidas as primeiras regras para a participação dos feirantes na Feira, dentre as quais: ser agricultor e possuir produção própria em Santiago; cuidar da apresentação e limpeza dos produtos; não reutilizar embalagens para alimentos *in natura*; fazer uso de avental; garantir o fornecimento ininterrupto de alimentos; apresentar os preços à vista para os consumidores e deixar a feira sempre limpa. O cumprimento das deliberações do regulamento e do Estatuto Social eram fiscalizadas pelo Fiscal da Feira. A discussão sobre o cumprimento das regras tomava a maior parte das conversas e reuniões entre os feirantes que começaram a ser recorrentes. As reuniões incluíam a participação de vereadores, presidentes de entidades, agentes públicos e representantes dos meios de comunicação, como as emissoras

²⁵ O extrato de contrato entre a Fundação Legião Brasileira de Assistência e o Núcleo-Comunitário de Santiago/RS foi publicado no Diário Oficial da União de 18 de Março de 1988. O objeto foi a criação de 15 microunidades produtivas de apicultura, hortigranjeiros, aquisição de junta de bois, tambo de leite, irrigação de hortigranjeiros, estufa, moinho colonial, beneficiando um total de 55 pessoas (BRASIL, 1988).

²⁶ Nas atas seguintes foi identificado a participação regular do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Santiago.

de rádios. Também ocorrem atividades de confraternização (jantares, almoços, festas, escolha da rainha da feira) e a participação dos feirantes em atividades comunitárias como desfiles cívicos e festas típicas (Festa do Gaúcho). A Festa do Gaúcho foi idealizada pela Prefeitura Municipal como um evento de promoção da produção pecuária local, o tradicionalismo, e o modo de vida do gaúcho, onde os feirantes podiam comercializar produtos coloniais.

A possibilidade da construção de um prédio exclusivo para a Feira começou a ser projetado nas eleições municipais de 1987, como promessa de campanha do candidato do Partido Democrático Social (PDS), posteriormente eleito, diante da constatação da necessidade de um espaço mais apropriado para a realização da comercialização (contornos de um campo em expansão). Em 1989, foi criada a comissão responsável por definir o modelo do prédio a ser construído, a qual reunia agricultores, técnicos da Emater e Prefeitura. O recurso financeiro foi obtido com o Governo Federal e as obras iniciaram no segundo semestre de 1991, com inauguração no primeiro semestre de 1992 (figura 5). O terreno era localizado em uma região pouco urbanizada, mas próxima ao centro da cidade, havido por permuta com o Hospital de Caridade de Santiago. O modelo do prédio foi reproduzido conforme um pavilhão de feira livre de Cachoeira do Sul, conhecido por meio de uma visita técnica, e constituído por 41 boxes individuais, farmácia, mercearia e lancheria. Portanto, o embrião para a construção do hortomercado parte de uma decisão política.

Figura 5 – Inauguração do Hortomercado em 1992



A necessidade de redução da dependência de alimentos oriundos da CEASA-RS permanecia no discurso das autoridades locais como atesta o excerto do livro de Atas da Associação dos Feirantes “[...] o prefeito falou que os feirantes têm que plantar mais verduras para não vir da CEASA porque chegam aqui com o preço muito alto” (ASSOCIAÇÃO DOS FEIRANTES DE SANTIAGO, 1990, p. 016). Com esse objetivo, em 1990, a Prefeitura aderiu ao Programa Integrado de Produção e Abastecimento de Produtos Hortigranjeiros na Região de Santa Maria, o qual propunha interligar a produção e o consumo de hortigranjeiros e estimular os pequenos produtores para o abastecimento tanto em quantidade como em diversidade para as populações urbanas das cidades da região (RIO GRANDE DO SUL, 1990). Na justificativa, o programa sustentava que a oferta local de frutas, hortaliças e produtos coloniais não ultrapassavam 17% do consumo e o restante provinha da CEASA Porto Alegre ou de São Paulo, Bahia, Paraná, Espírito Santo, Santa Catarina, dentre outros estados (RIO GRANDE DO SUL, 1990). Caberia aos 18 municípios da região Central²⁷, sob coordenação da Secretaria Estadual de Agricultura e Abastecimento através da Emater e CEASA-RS um conjunto de estratégias para reduzir essa dependência: criar uma Central de Abastecimento em Santa Maria; estimular o associativismo como forma de organização das comunidades rurais; implantar Associações de Produtores em todos os municípios e formar Conselho Consultivo dos municípios participantes da Central.

Na Fruticultura, a primeira iniciativa de fomento foi em 1990, pela adesão do município ao Programa Estadual da Citricultura da Secretaria de Agricultura do Estado do Rio Grande do Sul. O Banrisul financiava os investimentos em pomares de citros através do Fundo Estadual de Apoio ao Desenvolvimento dos Pequenos Estabelecimentos Rurais (FEAPER). Para sensibilizar os agricultores para o plantio, foi designado um técnico do Escritório municipal da Emater exclusivamente para esse fim. Até essa época, os pomares não tinham uma finalidade comercial e limitavam-se a videiras para a produção artesanal de vinhos e produção de poucas frutas para o autoconsumo.

5.3 OS AJUSTES NO HORTOMERCADO E AS INICIATIVAS NA FRUTICULTURA (1993 - 2009)

²⁷ Faziam parte do programa os seguintes municípios: Agudo, Cacequi, Dona Francisca, Faxinal do Soturno, Formigueiro, Jaguarí, Júlio de Castilhos, Mata, Nova Palma, Restinga Seca, Santa Maria, Santiago, São Pedro do Sul, São Francisco de Assis, São Sepé, São Vicente do Sul, Silveira Martins e Tupanciretã (RIO GRANDE DO SUL, 1990).

Após a inauguração do Hortomercado houve um período de ajustes, diante da desestabilização da ordem social da comercialização direta, como era dada na Feira da Praça dos Brinquedos. Os agricultores alegavam problemas como distância da feira ao centro da cidade, inexistência de proteção nas laterais do prédio, discordância em relação a dias e horários de funcionamento e ameaça de tributação sobre alimentos comercializados. Previamente, os feirantes já receavam que a troca do local pudesse reduzir as vendas, o que fora confirmado posteriormente, motivando movimentos para o “retorno à Pracinha dos Brinquedos” (ASSOCIAÇÃO DOS FEIRANTES DE SANTIAGO, 1994, p. 032). A condição de infraestrutura ainda era deficiente, necessitando de melhorias para ser utilizado:

O hortomercado estava em uma maternidade de gato. Se tu botasse um fusca no pátio, não achava depois! Estava uma sujeira, foi virando depósito de coisas velhas da prefeitura. Os feirantes não vinham para cá. Eles botavam velas em cima das coisas, por que não tinha lâmpada. Era muito rústico! Só um concreto! Eu cheguei e disse: mas eu não posso ficar aqui, dessa maneira não. Voltei na prefeitura e disse: eu fico no hortomercado, mas tem que arrumar (Fomento_executivo_4).

A melhoria física foi realizada sob a coordenação do Fiscal, colocando lâmpadas, portões, água encanada, limpeza e melhoria da aparência do local. A posse de uma nova gestão municipal em 1993, constituída pelo Partido Democrático Trabalhista (PDT), já havia aumentado os problemas de relações dos feirantes com o executivo municipal. Entre as primeiras ações estava a busca do aumento da arrecadação municipal, dirigindo atenção para a tributação dos alimentos comercializados no Hortomercado.

“A ideia inicial prevalecte seria a colocação de todos os produtos em uma planilha de vendas e após o término de cada venda efetuada, colocar-se-ia na mesma a quantidade vendida e o preço final, e a cada fechamento do mês vigente esta quantidade seria lançada no talão de guias. Apesar do bom desempenho dos palestrantes, a ideia não agradou em nada os microprodutores presentes” (ASSOCIAÇÃO DOS FEIRANTES DE SANTIAGO, 1994, p. 025).

A necessidade de registrar o que fosse comercializado em uma planilha era entendida como uma ameaça à forma de como as coisas eram estabelecidas, causando apreensão e descontentamento nos feirantes. Mesmo com o movimento em prol da tributação, inclusive com a distribuição de fichas para anotação pelo Setor de Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), de fato a iniciativa não chegou a ser posta em prática.

Para agravar a situação, a assistência técnica nos estabelecimentos rurais via-se reduzida, pois o mesmo técnico que assistia os agricultores também era o Chefe do Escritório Municipal da Emater, tomado por atividades administrativas. A Associação dos Feirantes

registrava o descontentamento: “o atual responsável não tem suprido as necessidades. Logo a seguir será enviado um documento a Emater solicitando a troca” (ASSOCIAÇÃO DOS FEIRANTES DE SANTIAGO, 1994, p. 031). A situação foi resolvida com o acréscimo de um técnico para atender os agricultores na produção de hortaliças. Na época, Santiago chegou a ter um técnico para atender os fruticultores da laranja e outro para a produção de hortaliças.

A participação dos feirantes no Hortomercado começou a tomar força em 1996, quando houve incremento nas ações de divulgação com foco nos consumidores. Por mais que as rádios locais divulgassem espontaneamente a feira desde seu início, nesse período, foram estabelecidas formas permanentes. Também foi contratado um carro de som que percorria as principais ruas dos bairros em dias que antecediam a realização das feiras. Juntam-se iniciativas como eventos especiais, sorteio de brindes e notícias em jornais²⁸, dentre outras medidas que propiciavam fortalecer a imagem do Hortomercado.

Em um plano maior de abastecimento regional, por mais que a Prefeitura tivesse se associado ao Consórcio Intermunicipal de Comercialização de Hortigranjeiros, visando comercializar o excedente da produção, e que o discurso fosse a suficiência na produção hortigranjeira, os avanços foram escassos. A adesão ao Consórcio não saiu do escopo documental e, no período breve da CEASA Regional, não houve participação da produção de Santiago. O efeito positivo dar-se-ia pela qualificação dos técnicos da Emater e pela realização de atividades de extensão rural direcionadas aos agricultores como viagens técnicas, dias de campo, palestras e atividades de demonstrações técnicas.

A Emater nos deu uma excursão. Ficamos 15 dias no Chile visitando plasticultura, fruticultura e hortas. Foi todo um grupo da região Sul. Voltamos querendo fazer tudo. A Emater investia! Tinha seminário. A gente fazia curso, hidroponia. Realmente investiam em nós. Foi a época que deslanchou em todo o Estado. Foi o arranque dessa parte da olericultura (Fomento_extensão_1)

Essas atividades favoreceram o desenvolvimento de experiências que permitiram o conhecimento para que os agricultores pudessem investir mais na produção de hortaliças e, aos poucos, alguns feirantes expandiram as entregas regulares para os varejistas.

Na Fruticultura, ocorria a continuidade da implantação do Programa de Citricultura pela Emater e a SMAP, e a área plantada com laranja atingia 80 hectares em 1996 (figura 6). Também foram fomentadas pela SMAP a instalação de 16 unidades demonstrativas de espécies de ameixa, pêssigo, figo e parreiras, com a finalidade de avaliar e demonstrar aos

²⁸ Destaca-se o papel desempenhado pelo Jornal Expresso Ilustrado de Santiago, que sempre buscou relacionar informações de saúde e qualidade de vida, com a produção realizada por agricultores do município, especialmente do Hortomercado.

agricultores a possibilidade de diversificação das fontes de renda. Segundo o extensionista da época, foram implantadas na “*Linha 8, Vila Branca, Cerca de Pedra, Ernesto Alves, Buriti e Bom Retiro. Sempre visando a região colonial*” (Fomento_extensão_2). As unidades demonstrativas eram a base do trabalho da Emater para a realização de atividades de extensão rural (figura 7), como comprova o excerto de um extensionista: “[...] *fazia uma via sacra. Eu visitava mais ou menos 270 a 300 famílias no meio rural. Eu saía de manhã e voltava de noite. Nessa época era um trabalho em cima do produtor*” (Fomento_extensão_2).

Figura 6 – Pomar de citros na Região Colonial de Santiago.



Fonte: Arquivo pessoal de José Valter Bolzan

Figura 7 – Dia de campo sobre fruticultura na Região Colonial de Santiago.



Fonte: Arquivo pessoal de José Valter Bolzan

Conforme Lucca da Cunha (1997), em 1996, a região colonial de Ernesto Alves despontava com pomares de cítrus e rosáceas já alcançando a idade produtiva, e essas alternativas representavam a única forma para o aumento da lucratividade e para que diversas famílias pudessem permanecer na agricultura.

Em 1996, foi implantado em Santiago o programa PRORENDA, desenvolvido pela Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado do Rio Grande do Sul, através da Emater, com o apoio da Sociedade Alemã de Cooperação Técnica GTZ (*Deutsche Gesellschaft für Technische Zusammenarbeit*). As ações desenvolvidas através do Método dos Dez Passos objetivavam fortalecer a participação e autogestão de grupos de agricultores, e através da disponibilização de um valor não reembolsável, o estímulo ao investimento com capital próprio para fortalecer o desenvolvimento econômico das comunidades rurais. Alguns grupos PRORENDA também incluíam feirantes, que utilizavam esse aprendizado para melhorar as reuniões da Associação. Segundo um entrevistado, tratou-se de um período com resultados positivos, com trabalho em grupo, aprendizados e aumento da participação de diversos agentes: *“Quando veio aqueles alemão a Emater funcionava que uma beleza. Eles cutucavam iam pra cima, desde o prefeito, a Emater e outros. Dificilmente havia uma semana que não vinha um ou outro para ajudar a gente”* (Historiador_5).

No final do ano de 1996, as relações entre os feirantes e a Prefeitura foram novamente abaladas. Na época, o Governo Estadual criou o Programa de Combate a Sonegação “Paguei Quero Nota”, com o propósito de coibir o transporte de mercadorias sem emissão de nota fiscal e promover o aumento da arrecadação de tributos. O aumento de arrecadação do ICMS interessava ao município, pois 25% do arrecadado retorna a sua origem, e a execução do programa dava-se por meio de um convênio entre as Secretarias da Fazenda Estadual e Municipal. Várias operações de fiscalização eram realizadas nas vias de acesso ao município. Para os agricultores evitarem a apreensão de alimentos, deviam preencher uma nota fiscal de transporte quando estivessem a caminho do Hortomercado, e outra ao retornar com o excedente não comercializado. Em uma relação já estremecida com a Prefeitura, a possibilidade de uma eventual apreensão era suficiente para aprofundar ainda mais a crise. O fim dessas ações ocorreu em 1997 com o retorno do Partido Progressista Brasileiro (PPB) frente à Prefeitura, mesmo grupo político do PDS, o qual idealizara o Hortomercado.

Tratou-se de um período de dificuldades, e mesmo com ações de promoção da feira, contava com a baixa participação dos consumidores, o que culminava com iniciativas para encontrar “outro local de vendas de hortifrutigranjeiros” (ASSOCIAÇÃO DOS FEIRANTES DE SANTIAGO, 1996, p. 036). Nem todos os boxes foram ocupados e feirantes deixavam de

ir à feira. Havia oferta de grandes quantidades de alguns alimentos, mas de diversidade reduzida. O Fiscal da Feira estimulava os feirantes a construir expositores para os alimentos, acondicionamento em caixas de isopor, embalagens e rótulos apropriados e atendimento adequado. Para aumentar a diversidade de alimentos e ocupação dos boxes, buscava-se a participação de outros feirantes, fossem ou não agricultores. Nesse período, começam as primeiras capacitações dos agricultores, como a palestra realizada em fevereiro de 1998, sobre Marketing de Consumo e Evolução (ASSOCIAÇÃO DOS FEIRANTES DE SANTIAGO, 2003, p. 043). Com a troca de administração também houve o lançamento do Programa “Nosso”²⁹, o qual visava valorizar tudo que fosse produzido em Santiago.

A partir de 2001, liderado pela SMAP, iniciam mudanças que marcam a produção de hortaliças e a fruticultura e promovem a evolução das vendas no Hortomercado. Em janeiro desse ano, realiza-se de maneira experimental a primeira feira livre no turno da tarde. Através do trabalho entre Associação dos Feirantes e Prefeitura, ocorre o fechamento das laterais do Hortomercado, a construção de uma cozinha e um muro lateral para proteger o prédio da incidência dos ventos. A Feira de Produtos Transformados, que era realizada na Praça Moisés Viana, foi transferida para o Hortomercado, fazendo surgir outras feiras³⁰, algumas acompanhadas por degustação de alimentos e até mesmo shows musicais.

Em setembro de 2002, foi implantado no Hortomercado o núcleo setorial do Programa Empreender do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), coordenado pela Associação Comercial e Industrial e Agência de Desenvolvimento de Santiago. O Empreender visava sensibilizar os feirantes para aspectos da ação coletiva, tais como novas posturas frente a parceiros, consumidores, mercados e em relação às tecnologias. As atividades com o grupo eram desenvolvidas através de tempestade de ideias onde os problemas eram identificados e discutidos até a exaustão para a definição de metas. Desse processo, desencadeia uma agenda de ações positivas que envolvem compras coletivas, atividades de divulgação, cursos de capacitação³¹ e inclusão de novos apoiadores para as atividades dos feirantes³². Em 2003, apoiado pelo Projeto Empreender, o grupo já

²⁹ Esse programa permaneceu por pouco tempo, não tendo sido encontrado mais referências a respeito. Relatos verbais informaram que os alimentos agroindustrializados chegaram a ser rotulados com a marca.

³⁰ A partir de 2002, registra-se a realização de uma série de Feiras no Hortomercado. Em 2002: Feira do Mel; Feira do Salame, Queijo e Vinho; Feira de Pães, Cucas e Doces; Feira de Frutas e Geleias; Feira da Laranja e do Mel. Em 2003: Feira do Peixe; Feira de Pães, Cucas e Doces; Em 2006: Feira do Vinho; Feira do Salame, do Queijo e do Vinho; Feira da Laranja e do Mel; Feira de Uvas e Derivados; feira de Uva e melão. Em 2008: Feira do Cordeiro; Feira do Ovo, Vinho e Queijo. A feira do Peixe é repetida todos os anos na Semana Santa.

³¹ Destacam-se os seguintes: Agroecologia (2002); Plasticultura (2003) e Boas Práticas de Fabricação (2007).

³² O Banco Sicredi fez uma doação de 5000 sacolas plásticas para serem utilizadas na feira (ASSOCIAÇÃO DOS FEIRANTES DE SANTIAGO, 2003, p. 062).

demonstrava o aprendizado para a ação coletiva e tinha condições de realizar uma leitura de sua situação, como identifica o livro de Ata dos Feirantes³³, ratificado pelo excerto abaixo:

As pessoas chegavam e discutiam na reunião. Lá de vez em quando saia umas palavras, e a gente pegava aquelas, colocava algumas coisas no meio e dava um projetinho. Por que tem gente com boas ideias, mas não tem força para fazer as coisas (Fomento_executivo_4).

A qualificação dos agricultores para a realização de uma feira de referência teve apoio na liderança da Agência de Desenvolvimento de Santiago, granjeando também a participação de organizações do Sistema S³⁴, como o SEBRAE, o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR), o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), universidades como a URI e organizações ligadas a outros setores econômicos como o Centro Empresarial. A dinâmica dos encontros de formação dos agricultores, junto ao contato com técnicos e profissionais, fortaleceram mecanismos de mobilização e motivação constantes.

O período entre os anos de 2001 e 2005 caracteriza-se pela animação de agentes externos para a promoção da ação coletiva, marcado pelas buscas por melhorias na infraestrutura, a qualificação dos agricultores, mas também para uma melhor comunicação com os consumidores e os ajustes em torno do dia e horário de realização da feira.

Enquanto a feira livre ocorria na Praça dos Brinquedos, os horários de funcionamento eram às quartas e aos sábados pela manhã. Em 2001, houve alteração no turno de realização, passando para às quartas-feiras à tarde e mantendo aos sábados pela manhã. E, por fim, a partir de agosto de 2005, passa a ser realizada nas terças e sextas-feiras, como ocorre atualmente. O novo horário permitiria atender consumidores de diversas faixas etárias e aqueles que retornam ao domicílio após a jornada de trabalho, pois como aponta o excerto, o desafio era ampliar o número de consumidores participantes da feira.

Eles tinham uma feira semanal que começava às 5 horas e às 8 horas não tinha mais produto. Eles tinham aquela clientela de aposentado. Um jovem não vai levantar as 5 horas da manhã num sábado. Um professor universitário ou outras

³³ O diagnóstico de situação evidenciava o seguinte resultado - PONTOS FRACOS: falta de organização na produção, falta de recursos e financiamento, baixa produtividade por falta de infraestrutura. PONTOS FORTES: compra de insumos em conjunto, divulgação, feira noturna, reunião aos sábados, colaboração do projeto empreender, cursos. SUGESTÕES DE MELHORIA: propaganda em rádio, irrigação e financiamento subsidiado, classificação dos produtos (ASSOCIAÇÃO DOS FEIRANTES DE SANTIAGO, 2002, p. 060).

³⁴ Compreende um conjunto de organizações voltadas para o treinamento profissional, assistência social, consultoria, pesquisa e assistência técnica, com características organizacionais similares. São as seguintes: Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI); Serviço Social do Comércio (SESC); Serviço Social da Indústria (SESI); Serviço Nacional de Aprendizagem do Comércio (SENAC); Serviço Brasileiro de Apoio a Mivro e pequena empresa (SEBRAE); Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR); Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (SESCOOP) e Serviço Social de Transporte (SEST).

peças que também gostariam de adquirir produtos direto do produtor também não vão ir lá. Existia produção e o que nós tínhamos que adaptar era o horário (Fomento_executivo_2).

O resultado foi o aumento da participação, tornando o Hortomercado uma referência de espaço de fornecimento de alimentos com origem local e capaz de guardar e renovar os traços da identidade santiaguense.

Alguns investimentos entre 2005 e 2008, por meio de políticas públicas, melhoraram a infraestrutura. Em 2005, recursos do Programa RS PAMPA foram descentralizados para aquisição de duas câmaras frias, uma embaladora a vácuo, uma cozinha industrial e 400 caixas de depósito de alimentos. Em 2006, recursos do Programa RS RURAL permitiram o revestimento no pavimento e aquisição de equipamentos para a cozinha (R\$ 21.000,00 e R\$ 5.440,00 de contrapartida da Prefeitura). E, em 2007, foi beneficiado pelo Programa Territórios do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), com recursos para aquisição de câmara de congelamento, equipamento de som, 2 toldos de proteção às chuvas, piso cerâmico, pavimentação do pátio e portão de entrada (R\$ 40.088,00 e R\$ 10.116,00 de contrapartida da Prefeitura). Os projetos de captação de recursos eram elaborados pela Emater, com apoio e intermediação política junto concedentes por parte do Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) e Prefeitura.

A coordenação do funcionamento do Hortomercado ficou a cargo da Prefeitura que, além de disponibilizar dois servidores, o Fiscal da Feira e um profissional para a limpeza do local, também paga as despesas de água, luz e manutenção do local. Os feirantes têm a atribuição de resguardar por uma utilização adequada do mesmo.

A citricultura entrou em decadência no começo dos anos 2000, pela dificuldade de comercialização e por difundir-se entre os consumidores e varejistas a crença de que a laranja de Santiago tinha “gomos secos”, não agradáveis ao paladar. Os agricultores perceberam a inexistência de uma comercialização a granel, e muitos foram dedicando-se a outras atividades. Lucca da Cunha (1997) já alertava da possibilidade de que em um futuro próximo houvesse um aumento expressivo do volume de produção, pois a renda gerada chamava atenção e poderia haver problemas de comercialização, haja vista a dificuldade de absorver localmente toda a laranja produzida. Além do mais, sinalizava que poderia haver certo processo de seleção natural, pois os primeiros agricultores transportavam e comercializavam a sua produção, o que poderia representar uma dificuldade para os agricultores, que não teriam os mesmos meios para o escoamento. Os que se mantiveram começaram a fazer a comercialização direta ao consumidor: “*A gente tentou fazer feira da laranja no*

hortomercado, mas era difícil por causa do pessoal das verduras que já traziam. A laranja também não era uma surpresa, e muita gente tem em casa. [...] Depois se fez um trabalho de venda na rua, e aí meio encaixou. Mas vender de porta em porta, 1 a 2 hectares, já complicou, já desestimulou. O agricultor está habituado a receber o comprador lá fora. Muito não sabiam o que era ser quitandeiro. E a fruta tu tinha que ir buscar mercado” (Fomento_extensão_2). O resultado foi a redução do número de pomares.

O segundo movimento importante na fruticultura ocorreu na produção de pêssegos. O Programa Nacional de Fruticultura do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), o Comitê Pró-Desenvolvimento da Fruticultura na Metade Sul do Rio Grande do Sul, criado em 1997, a existência de recursos não reembolsáveis e o interesse de uma produtora rural com experiência na atividade desde 1992 oportunizaram o ambiente de fomento para essa iniciativa. O governo federal disponibilizava recursos para o investimento na fruticultura, desde que fosse constituída uma associação com no mínimo 10 agricultores, e que o município também estabelecesse o seu próprio programa de Fruticultura. Desse modo, interessados na diversificação da matriz econômica, o Sindicato Rural e a Prefeitura, motivaram a criação da AFRUTIS em 2000, inicialmente constituída por 11 agricultores.

Para promover a atividade, o Programa Municipal de Fruticultura recebeu recursos do Programa de Apoio ao Desenvolvimento do Setor Agropecuário (PRODESA) do MAPA para a aquisição de equipamentos de irrigação e mudas frutíferas por duas ocasiões. A primeira ocorreu em 2001, quando descentralizou R\$ 297.307,00, com contrapartida da Prefeitura de R\$ 185.728,05; A segunda foi em 2002 com recursos de R\$ 30.000,00 e R\$ 5.000,00 de contrapartida. Desses investimentos, mas também de recursos próprios, resultava em 2003 uma área de 35 hectares de pêssegos com 16 agricultores envolvidos.

Dentro das estratégias do Programa de Fruticultura da Metade Sul, em 2000, foi criada pelas Associações de Fruticultores de Santiago, São Vicente do Sul e Manoel Viana a Associação Regional de Fruticultores da Fronteira Oeste, com a finalidade de estimular e organizar o desenvolvimento da fruticultura na região fronteira Oeste (ASSOCIAÇÃO REGIONAL DOS FRUTICULTORES DA REGIÃO FRONTEIRA OESTE, 2000, p. 01). Os municípios de Cacequi, São Francisco de Assis e Jaguarí aderiram logo em seguida, tendo sido construída uma *packing house*³⁵ em São Vicente do Sul, destinada à recepção, seleção refrigeração e organização da produção para a comercialização na forma de circuito longo. Cada município se tornou responsável por organizar sua própria assistência técnica e também os mecanismos de promoção e fomento da fruticultura. Desse processo, apoiado pelo

³⁵ Os recursos para a construção foram descentralizados pela Prefeitura Municipal de São Vicente do Sul.

Programa Estadual de Fruticultura do Rio Grande do Sul (PROFRUTA/RS)³⁶, criado em 2003 (RIO GRANDE DO SUL, 2003), foi constituída no mesmo ano a Cooperativa Regional de Fruticultores (COOPERFRUTES). Logo em seguida, em 2005, a cooperativa entrou em decadência, enfraquecida por problemas de conservação do pêssego na pós-colheita, mas também pela distância dos municípios até a central de recebimento, o abandono progressivo da atividade por alguns agricultores e o surgimento de novas formas de comercialização, especialmente de circuito curto, e que dispensava a unidade de refrigeração.

As vendas sob a forma de feira livre na Praça Moisés Viana surgem justamente na safra de 2005, quando houve o avario da câmara fria da COOPERFRUTES. Conforme o extensionista da época, *“Sugeri uma feira livre na praça. Depois de muita insistência eles resolveram colocar uma loninha. [...] Eu disse: Tu vai ter que sentar aí e dar troco. Mas ele nunca tinha pegado dinheiro na mão. Não tinham a habilidade de venda numa feira. Mas aos poucos foram aprendendo e a feira se tornou um grande negócio para vender pêssego in natura”* (Fomento_extensão_2). A venda de pêssego na forma direta ao consumidor foi tomada como alternativa e espaço de manobra diante da crise e da eminente perda da fruta.

Dadas as dificuldades de comercialização de aproximadamente 300 toneladas/ano, a Prefeitura destinou um pavilhão do Distrito Industrial para ser um entreposto de recebimento, seleção e distribuição do pêssego, como também uma classificadora de frutas (R\$ 24.000,00) e uma câmara fria (R\$ 68.0000,00). Os agricultores transportavam a fruta colhida para o local, onde eram selecionadas e refrigeradas para a comercialização nas redes de supermercados Walmart e Zaffari ou para a Feira do Pêssego. Ao final da safra, todos os custos de comercialização eram divididos proporcionalmente, de acordo com o volume de produção.

A qualificação dos agricultores era gerenciada pela AFRUTIS, apoiada pela Prefeitura e o Sindicato Rural. A assistência técnica era privada, já que a Emater prestava o serviço somente para agricultores orgânicos, que não era o caso dos associados da AFRUTIS. Como atividades relevantes, realizou-se, em 2002 e 2005, o 1º e o 2º Seminário Regional de Fruticultura do Centro Oeste do Rio Grande do Sul, respectivamente. Em 2007, foi realizado o V Seminário de Fruticultura da Metade Sul do Rio Grande do Sul (figura 8), quando vieram palestrar as maiores referências da fruticultura daquela época no Rio Grande do Sul.

³⁶ Para a participação do PROFRUTA os municípios deveriam possuir Secretaria de Agricultura e Conselho Municipal de Agricultura, além de ter estabelecido a prioridade de desenvolver um Programa Municipal de Fruticultura. Esse programa operava através das linhas de crédito correntes no país tais como PRODEFRUTA, MODERFRUTA, MODERINFRA, MODERAGRO e PRONAF (RIO GRANDE DO SUL, 2003).

Entre os anos de 2006 e 2008, houve o atendimento aos associados da AFRUTIS pelo Programa Juntos para Competir³⁷. O acompanhamento era realizado por um Consultor, responsável por facilitar junto com os agricultores, uma leitura de causa e efeito em toda a cadeia do pêssego, e a partir dela, elaborar um plano global de metas e ações, traduzidas em planos anuais, semestrais e mensais. Também participava do acompanhamento um consultor técnico em pêssego, que, além de reuniões coletivas, desenvolvia visitas técnicas individuais diretamente nos pomares dos agricultores, traçando um plano de melhorias para os pomares. Destaca-se o avanço na profissionalização tecnológica, mas também um conjunto de atividades que, através de uma identidade visual e aplicações em folders, receitas, sacolas e mascotes, buscava aproximar a produção local do consumidor, a exemplo da realização do Dia do Pêssego, em 13 de janeiro de 2009, como demonstra a figura 9.

Figura 8 – Pronunciamento de autoridades por ocasião da abertura do V Seminário Estadual de Fruticultura da Metade Sul do Rio Grande do Sul



Fonte: Arquivo pessoal de Gustavo Pinto da Silva

³⁷ O Juntos para Competir é impulsionado pelo Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas no Rio Grande do Sul (SEBRAE/RS), em parceria com a Federação da Agricultura do Rio Grande do Sul (Farsul) e o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR/RS). O programa busca organizar e aprimorar as cadeias produtivas do agronegócio no Rio Grande do Sul, como a bovinocultura de corte, a suinocultura, a ovinocaprinocultura, a fruticultura, a floricultura, a vitivinicultura, a apicultura e a cultura da cana-de-açúcar e seus derivados.

Figura 9 – Atividades junto aos consumidores, por ocasião do Dia do Pêssego.



Fonte: Arquivo pessoal de Gustavo Pinto da Silva

A terceira fase do processo de estruturação do campo organizacional de frutas e hortaliças também foi apoiada por inovações no campo técnico e que, associadas ao aumento da disponibilidade de crédito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), permitiu qualificar os sistemas de produção. Destacam-se os avanços em novas cultivares, produção agroecológica, plasticultura, irrigação e melhorias no controle de pragas e doenças. As informações começam a circular de maneira instantânea, chegando até os agricultores pela Emater, pelos fornecedores de insumos, na interação entre os agricultores e pelos meios de comunicação. Mesmo não se constituindo fornecedores locais especializados em insumos para a produção de frutas e hortaliças, começa a haver uma participação de agentes de outros municípios. Novos agricultores ingressam e se fortalecem na produção de hortaliças, visando atender principalmente os circuitos varejistas.

Mesmo que os ajustes fiscais do Governo Estadual em 2007 tivessem feito demitir os dois técnicos e o supervisor regional em frutas e hortaliças da Emater, que eram referência técnica, esse abalo foi minimizado pela facilidade de comunicação.

Ao completar esse período, a produção de citros entrou em declínio, e a de pêssegos se dispersou por diversas formas de comercialização. O Hortomercado tornou-se consolidado e com oportunidades para que houvesse sua expansão, como aponta a fala do entrevistado:

Nós víamos essa coisa crescendo. [...] Tinha fila de 40 a 50 querendo ir para o horto e nós não conseguíamos aumentar a infraestrutura. No momento também não tinha que aumentar a infraestrutura, mas aumentar e organizar a cadeia. Nos tínhamos previsão de dobrar o horto. Eu já tinha projeto para fazer outro pavilhão. Tinha 1000 planos. Era visível, como as pessoas nos recebiam, tu já enxergava por que eles estavam faceiros (Fomento_executivo_2).

O sucesso do Hortomercado torna-se o embrião para outras iniciativas de alteração do sistema agroalimentar, que vão se manifestar na fase de consolidação dos circuitos curtos.

Segundo o prefeito que viabilizou a construção do Hortomercado, a feira livre permitiu organizar a comercialização local, e a partir dela é que se criara o espaço de aprendizagem para as outras iniciativas, como justifica: “*A feira legitima a comercialização organizada. O Hortomercado é um espaço de aprendizagem! Muitas pessoas começaram ali o aprendizado em torno da relação com o consumidor e como produtor de alimentos. A matriz é o Hortomercado*” (Ex-prefeito_3).

5.4 CONSOLIDAÇÃO DAS EXPRESSÕES DE CIRCUITO CURTO (A PARTIR DE 2009)

O ano de 2009 tem como referência a criação do PNAE³⁸, que obriga a compra mínima de 30% da alimentação dos estudantes da rede pública de educação básica, de jovens e adultos, da agricultura familiar. As tratativas locais para essa aquisição já havia se sucedido em 2003, quando o setor público, por meio da Secretaria de Educação e da Secretaria de Desenvolvimento Social, sinalizavam com a possibilidade da participação dos feirantes no processo de licitação para aquisição dos gêneros alimentícios (ASSOCIAÇÃO DOS FEIRANTES DE SANTIAGO, 2003). O propósito não teve seguimento em virtude da modalidade de licitação ser a do menor preço, o que acarretaria uma transação econômica nas mesmas condições que os atravessadores recebiam. Mais tarde, em 2007, o debate teve novo ânimo, quando o STR organizou uma viagem para conhecer a experiência da alimentação escolar em Rolante/RS (ASSOCIAÇÃO DOS FEIRANTES DE SANTIAGO, 2007, p. 81). Também não houve prosseguimento da ideia, dada a impossibilidade da Associação emitir nota fiscal de venda (ASSOCIAÇÃO DOS FEIRANTES DE SANTIAGO, 2007, p. 082).

O PNAE tornara-se o dispositivo regulamentar para um circuito já idealizado por agricultores e agentes locais e tem sua primeira chamada pública em janeiro de 2009, como atesta o trecho do livro de atas: “[...] a feira vai entregar produtos para a merenda escolar, a licitação será no final do ano até janeiro e por 3 meses: fevereiro, março e abril” (ASSOCIAÇÃO DOS FEIRANTES DE SANTIAGO, 2009, p. 089). Entre os anos de 2009 e 2011, o fornecimento dos alimentos foi realizado por seis grupos informais, constituído principalmente por feirantes do Hortomercado. A possibilidade de venda simultânea também para o PAA fortaleceu que a Emater e o STR mobilizassem os agricultores para a criação de uma cooperativa da agricultura familiar, já que os regulamentos de compra desses mercados institucionais priorizam a produção regionalizada de agricultores familiares organizados. A

³⁸ As compras da Agricultura Familiar para o PNAE foram instituídas pela Lei n.º 11.947, de 16 de junho de 2009, e Resolução/CD/FNDE n.º 38, de 16 de julho de 2009.

cooperativa, além de atender às exigências legais, também facilitaria a organização da produção, logística e transporte.

A COOPERSAF foi fundada por 75 associados em agosto de 2011. Através dela são comercializadas frutas e hortaliças, mas também cereais, panificados, doces, mel, lácteos, carnes, embutidos, dentre outros. A aquisição de frutas e hortaliças para a rede pública municipal de educação é organizada pela Secretaria de Educação e Cultura e para as escolas vinculadas a 35ª Coordenadoria Estadual de Educação, individualmente por cada escola. A Emater é a entidade articuladora que, com os agricultores e nutricionistas, promove a organização da oferta em função da demanda das escolas. Nos anos de 2012, 2013 e 2014, foram comercializados, respectivamente, R\$ 249.483,35, R\$ 252.860,90 e R\$ 362.386,96. Entre os 20 agricultores que entregam frutas e hortaliças, apenas três são exclusivos desse tipo de circuito. Todos os demais participam de menos mais um circuito curto.

A comercialização para o PAA na modalidade de Doação Simultânea ocorreu em 2014, por projeto de compra elaborado em 2013. A organização da compra foi realizada pela Secretaria de Desenvolvimento Social diretamente com os agricultores, sem a participação de outros agentes do município. As entregas dos alimentos são realizadas na sede da Secretaria, que distribui para 10 entidades sócio-assistenciais³⁹, beneficiando 1.400 pessoas.

Com a finalidade de avaliar a percepção sobre os alimentos, compreender o perfil dos consumidores que participam das feiras livres do Hortomercado e repensar a forma de atuação do setor público municipal frente ao fomento da produção de alimentos, a SMAP desenvolveu, entre os meses de março e abril de 2009, uma pesquisa de opinião junto aos consumidores. De maneira mais expressiva, os dados apontaram para consumidores com idade superior a 50 anos (52,93%), renda entre R\$ 500,00 e R\$ 2.000,00 (49,99%), que compram semanalmente (73,53%), e estão em busca de alimentos mais saudáveis (SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E PECUÁRIA, 2009). A maioria disse estar satisfeito com a qualidade dos alimentos (82,35%), mas 67,64% responderam que gostariam de ter certeza de que os alimentos são efetivamente orgânicos, saudáveis, mesmo isso representando um maior preço final de venda (Ibidem).

Para dar conta das expectativas dos consumidores, mas também para aproximar mais o que era realizado pelos feirantes ao nível de feira daquelas exigências legais em torno dos

³⁹ As organizações beneficiadas pelo PAA são as seguintes: Asilo Santa Izabel; Associação de Pais e Amigos de Excepcionais de Santiago; Albergue Municipal; Projeto TAIFA (Trabalho, Amizade, Integração e Fraternidade ao Adolescente); Grupo de Convivência de Idosos; Abrigo Institucional de Meninos; Abrigo Institucional de Meninas; Centro de Referência em Assistência Social Vó Ângela; Centro de Referência em Assistência Social Volante Vó Ângela e Centro de Referência em Assistência Social Delci Viero Ruivo.

alimentos, em 02 de dezembro de 2010 foi instituído pela Prefeitura Municipal de Santiago o Regulamento das Feiras, vinculando-as à gestão administrativa da SMAP. Para tornar democrática a participação da sociedade civil nessas decisões, também foi criado um Conselho Administrativo da Feira do Produtor⁴⁰, o qual tem por finalidade “assessorar o Secretário Municipal de Agricultura e Pecuária nas tomadas de decisões e ajudar a cumprir esse regulamento para o bom andamento da feira do produtor” (SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E PECUÁRIA, 2010, p.2). Também buscou-se o acompanhamento do Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (INMETRO), para que, através de fiscalizações aleatórias, disciplinasse os procedimentos técnicos e de pesagem dos alimentos comercializados no Hortomercado, dando legitimidade para a relação com os consumidores.

A informação das expectativas dos consumidores em relação aos alimentos, bem como a recorrência da mídia em torno da produção orgânica motivaram a mobilização de um grupo de agricultores para esse tipo de produção e para constituir uma feira livre específica. Considerando que os feirantes do Hortomercado demonstravam-se reticentes à ideia da produção orgânica, a SMAP e a Emater identificaram uma engenheira agrônoma e uma agricultora para liderar a organização do movimento de produção. Ambas já tinham experiência prévia na produção de orgânicos e vinham pondo em execução essas atividades em seus estabelecimentos rurais, sendo que a engenheira agrônoma também era consultora do SEBRAE em assuntos relacionados à alimentação.

O grupo inicial constitui-se por sete agricultores, para os quais foram direcionadas atividades de qualificação, cursos, palestras e viagens técnicas, e disponibilização de subsídios financeiros para corrigir os solos, adquirir adubos orgânicos e cobrir fretes. A APOS e a Feira de Orgânicos foram criadas em 2013. A APÓS buscou a certificação da Rede Ecovida na forma participativa⁴¹, em função de apresentar custos menores que outras certificadoras, e registrou-se junto ao Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos do MAPA⁴². Os consumidores dividem-se entre os da feira livre, os que compram nos estabelecimentos rurais, os que recebem alimentos a domicílio, restaurantes e os varejistas. Entre os desafios da APOS encontra-se o da necessidade de aumentar o número de

⁴⁰ O Conselho Administrativo da Feira do Produtor é formado por um representante de cada uma das seguintes organizações: SMAP, Secretaria Municipal de Saúde; EMATER-RS/ASCAR; Associação Santiaguense de Feirantes; Consumidores da feira; Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Santiago e Agência Municipal de Desenvolvimento.

⁴¹ A APOS foi certificada de forma participativa em 2015. Os pressupostos e princípios dessa modalidade de certificação podem ser conferidos em Ecovida (2004).

⁴² A produção orgânica brasileira é regulamentada pelo decreto presidencial de nº 6.323, de 27 de dezembro de 2007 (BRASIL, 2007).

agricultores, principalmente para atender à demanda dos varejistas, que requerem uma oferta mais regular de alimentos.

A compra pelos varejistas vem desde a Cooperativa Triticola Santiaguense na década de 80. A demanda tornou-se maior pelo aumento de consumo, mas também pela dificuldade de obtenção de alimentos frescos da CEASA-RS, distante 450 km de Santiago.

De forma geral, o aumento da demanda por alimentos determina oportunidades para o ingresso de novos agricultores principalmente na produção de hortaliças. O ingresso também se explica pela baixa renda proporcionada pelos cultivos tradicionais que historicamente ocuparam a agricultura familiar. Os cultivos como o milho e feijão são *commodities* sujeitas à produção em escala. O fumo, um dos principais cultivos da região, dada a inflexibilidade de negociação com as empresas e a inexistência de uma política de preços mínimos se tornou uma atividade incerta. O leite, visto como uma alternativa até recente, foi imerso em sucessivos escândalos de contaminação, havendo redução do preço pago ao agricultor, retração das unidades de beneficiamento e diminuição das linhas de coleta. Cassol (2013), estudando a Feira Livre de Passo Fundo, encontrou informações semelhantes. Segundo o autor, a reivindicação dos agricultores é pelo desenvolvimento de uma alternativa de renda, naquela região muito dependente da produção de grãos e *commodities* agrícolas.

A produção de hortaliças, ao lado da comercialização de alimentos agroindustrializados por circuitos curtos, tornou-se um negócio seguro, de venda fácil e liquidez imediata. A comercialização para um tipo de circuito curto oportuniza, logo em seguida, a comercialização para outro. Quando tratados em conjunto permitem um nível de renda superior àquele que teriam em atividades tradicionais.

Outro fator promotor dessas atividades é oriundo da existência do PRONAF MAIS ALIMENTOS⁴³, criado em 2008. Além da possibilidade de aprimorar os sistemas produtivos com investimentos, como aquisição de máquinas, equipamentos de irrigação, construção de estufas, o programa tem facilitado a aquisição de veículos para o transporte para a comercialização por meio de circuitos curtos, facilitando o descolamento, promovendo agilidade nas entregas e o aumento de autonomia na comercialização para os agricultores. Essas situações também favorecem o aumento da comercialização em nível de outro circuito curto, através de entregas domiciliares a exemplo do que era feito por meio das quitandas, conforme exemplifica a notícia vinculada em jornal (figura 10).

⁴³ O Pronaf Mais Alimentos destina recursos para investimentos em infraestrutura o estabelecimento rural, tais como máquinas, equipamentos, veículos, pomares e estufas e, assim, cria as condições necessárias para o aumento da produção e da produtividade da agricultura familiar (MDA, 2015).

O Hortomercado tornou-se espaço reconhecido de feira livre convencional. A renovação dos integrantes prioriza a sucessão de componentes da própria família⁴⁴, o que gera uma lista de espera de outros agricultores interessadas. As questões do regulamento são executadas sob supervisão do fiscal da feira.

O movimento mais recente em torno dos circuitos curtos ocorreu com a instalação da Feira da Vila Nova, enquanto ocorria esta pesquisa. A feira tem a finalidade de avaliar a possibilidade de construção de outro pavilhão em outro bairro da cidade. Apenas um feirante é especializado na produção de panificados. Todos os demais alternam frutas, hortaliças, cereais e alimentos da agroindústria caseira. A legislação que os regulamenta são o Regulamento de Feira e o Estatuto social da Associação dos Feirantes da Vila Nova.

Figura 10 – Reportagem de jornal local em relação à comercialização domiciliar.



Fonte: Jornal Expresso Ilustrado (2015).

Se a produção de hortaliças tem aumentado nos últimos anos, a fruticultura não vive o mesmo entusiasmo. Na citricultura, a maioria dos pomares foi eliminada. Na produção de pêssegos, a gestão coletiva da seleção, comercialização e distribuição para os varejistas,

⁴⁴ A sucessão por meio de membros da família é uma prática desde o começo da Feira, na Praça dos Brinquedos. Atualmente está amparada no artigo 28º do Regulamento da Feira do Produtor: “Será permitida a transferência da matrícula e respectivo Box por morte ou invalidez do titular, a um membro de sua família em 1 grau de parentesco, quando requerido até 30 (trinta) dias após o óbito ou da Declaração de Invalidez, aprovado pelo Conselho da Administração” (SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E PECUÁRIA, 2010, p. 6).

realizada pela AFRUTIS, não foi atraente para os agricultores com menor escala de produção. Dos agricultores que preconizaram a AFRUTIS, cinco voltaram-se para os mercados de maior proximidade, varejistas locais, vendas nos estabelecimentos rurais ou em ruas de outras cidades; três se mantêm na AFRUTIS e comercializam para as redes de supermercados e Praça Moisés Viana e oito abandonaram a atividade ou mantêm pequenos pomares.

A terceira e atual fase consolida e diversifica as formas de circuitos curtos, marcada por: reconhecimento da importância da agricultura familiar; potencial de alinhamento com as políticas públicas federais e de crédito criadas para promover e proteger os mercados locais; marco legal local em torno da comercialização de alimentos pela agricultura familiar e o reconhecimento sobre questões alimentares de maneira mais ampla. O capítulo seguinte busca interpretar como aconteceu a estruturação do campo organizacional e quais espaços oportunizam a construção de regras, normas e representações em torno dos circuitos curtos.

6. A ESTRUTURAÇÃO DO CAMPO ORGANIZACIONAL E AS NOVAS INSTITUCIONALIDADES

O capítulo 6 apresenta duas seções. A primeira tem a finalidade de interpretar como os componentes organizacionais se engajaram em atividades para produzir e reproduzir o campo organizacional, destacando os vínculos estabelecidos, acontecimentos e como vão desenvolvendo ordens sociais territoriais favoráveis a um sistema agroalimentar alternativo. A segunda seção abre um espaço para a discussão dos espaços de construção e mudança institucional, em que pese denominar de novas institucionalidades, as quais promovem a institucionalização de padrões de interação social que contribuem com os circuitos curtos de comercialização e consumo para o caso estudado.

6.1 COMPONENTES ORGANIZACIONAIS, ACONTECIMENTOS MARCANTES E ESTRUTURAÇÃO DO CAMPO ORGANIZACIONAL

A origem da comercialização através de circuitos curtos provém da oportunidade gerada pelo aumento de demanda por alimentos, concomitante à constituição do espaço urbano. A proximidade e o vínculo com a região colonial e a produção de autoconsumo das famílias dos agricultores criaram as condições para o incremento da produção e a venda de porta em porta, no que é denominado de produção de subsistência. Segundo Grisa e Schneider (2008), a produção de subsistência pressupõe o que é consumido pela família (autoconsumo), mais a parte destinada para a circulação mercantil, e ambas são importantes para a reprodução social das famílias. A busca de maior autonomia e controle dos recursos ao nível de município fomentou a organização de um sistema social que configura o campo organizacional estudado.

Diversos indicadores podem ser utilizados para a determinação da abrangência de um campo dentro de um sistema social mais amplo (SCOTT, 2014). As fronteiras se definem em função das organizações reconhecerem-se reciprocamente, possuírem interesses convergentes, estarem presas em um mesmo conjunto de relações sociais, políticas e culturais. Os limites incluem foco sobre os agentes, as atividades, as relações e os marcadores culturais (SCOTT, 2014). O limite de adesão foi o território de Santiago, já que as ações de estruturação do campo foram desenvolvidas a partir dos limites geográficos do município, da proximidade física e por operarem no mesmo contexto. Incluem agricultores que participam de repertórios comuns de atividades em torno de dois alimentos (frutas e hortaliças), a partir dos quais se estabelecem os vínculos de interação com os consumidores e outros agentes, fazendo com que

os diferentes circuitos se constituam (sistema de relações). E, por último, há uma história precedente que acontece por meio de cognições compartilhadas desde longa data que fazem parte de crenças culturais e padrões normativos específicos de contexto (contexto histórico). Assim, é desse contexto histórico que derivam aspectos cultural-cognitivos constituintes da identidade individual e coletiva dos agentes, os quais favorecem a aproximação entre os componentes organizacionais em torno da busca da autonomia dos processos que organizam o desenvolvimento do território, no caso visando à construção da autossuficiência na produção de alimentos e a geração de oportunidades para os agricultores.

A expansão da população urbana na década de 1980 para 30.000 habitantes e um conjunto de agricultores que realizava a comercialização de porta em porta promoveram a base para a mudança institucional. Desde essa época, já havia a preocupação do setor público com a autonomia dos agricultores e a exportação da renda para outras regiões, já que o fornecimento era realizado por intermediários que adquiriam na CEASA-RS. O livro de atas da Associação dos Feirantes ratifica: “gerar oportunidades” e “eliminar a dependência externa no abastecimento”. A origem do campo resguarda-se em um compromisso de juízo de valor, já que o abastecimento a partir da produção local seria melhor para o desenvolvimento rural, gerando oportunidade para os agricultores, ao invés de buscar o alimento fora da região.

No começo do campo, as organizações são em menor quantidade, estão isoladas e distantes uma das outras. Porém, na medida em que surge a iniciativa de senso coletivo (Feira da Praça dos Brinquedos), ocorre formação de uma área institucional de interesse comum, com incremento de interação e reconhecimento da importância do vínculo entre organizações. Aos poucos evolui, organizando e incorporando recursos do ambiente, no sentido de promover os interesses de agentes que buscam participar do fornecimento de alimentos.

Os agentes são indivíduos, associações de indivíduos, populações de indivíduos (agricultores e consumidores), organizações, associações de organizações e populações de organizações, conferindo pluralidade institucional, como demonstra a tabela 11. Alguns se constituem a partir de sistemas relacionais, arranjos de organizações públicas e privadas e que, em maior ou menor grau, configuraram uma rede de facilitação e proteção em torno das iniciativas, fazendo desencadear procedimentos e ações no campo. Isso concorre para o aumento da densidade organizacional e o fortalecimento de ligações relacionais que favorecem a coalizão e a mudança nos aspectos valorativos e cognitivos.

Tabela 11 – Principais agentes do campo organizacional de frutas e hortaliças em Santiago (RS) de acordo com suas fases de formação / estruturação

Fase	Tipo de Agente	Agente
A ascendência das vendas de porta em porta	Populações de indivíduos	Agricultores Consumidores
	Organizações	Posto de Higiene
Da Feira Livre ao Hortomercado	Populações de indivíduos	Agricultores Consumidores
	Associações de indivíduos	Associação Santiaguense de Feirantes
	Organizações	Banco do Brasil - Agência de Santiago Câmara Municipal de Vereadores Cooperativa Regional Triticola Santiaguense Ltda. Emater/RS-ASCAR Fundação Legião Brasileira de Assistência Prefeitura Municipal de Santiago (SMAP) Banrisul - Agência Santiago
	Associações de Organizações	Consórcio Intermunicipal de Comercialização de Hortigranjeiros
Os ajustes no Hortomercado e as iniciativas na Fruticultura	Populações de indivíduos	Agricultores Consumidores
	Associações de indivíduos	Associação dos Fruticultores Cooperativa Regional de Fruticultores (COOPERFRUTES)
	Organizações	Emater/RS-ASCAR MAPA, MDA Prefeitura Municipal de Santiago (Secretaria da Fazenda, SMAP) SENAI Sindicato Rural de Santiago GTZ URI – Campus Santiago
	Associações de Organizações	Agência de Desenvolvimento de Santiago Associação Comercial e Industrial de Santiago Associação Regional de Fruticultores da Fronteira Oeste Comitê de Fruticultores da Metade Sul Consórcio Intermunicipal de Comercialização de Hortigranjeiros Juntos para Competir
Consolidação das expressões de circuito curto	Populações de indivíduos	Agricultores Consumidores
	Associações de indivíduos	APOS Associação dos Feirantes da Vila Nova COOPERSAF
	Organizações	Prefeitura Municipal de Santiago (SMAP, Secret. de Desenvolvimento Social, Secret. de Educação e Cultura) Emater/RS-ASCAR Sindicato dos Trabalhadores Rurais Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome, MDA e MAPA Imprensa local (rádios e jornais) Supermercados Varejistas INMETRO
	Associações de Organizações	35ª Coordenadoria Estadual de Educação Conselho Administrativo da Feira do Produtor Rede Ecovida
	Populações de organizações	Entidades socioassistenciais de Santiago

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos resultados da pesquisa

Por mais que todos os agentes contribuam na estruturação do campo, destaca-se o papel da Prefeitura, que lidera ações políticas para criar as condições para a comercialização por meio de circuitos curtos. Existe um esforço para criar ou transformar os quadros institucionais, tanto de regras, mas também para influenciar as formas de pensamento e o comportamento dos demais participantes do campo, fazendo avançar esses interesses. Destacam-se as atividades de divulgação do Hortomercado para os consumidores, como forma de informá-los e prepará-los para participar desse novo mercado.

A participação dos agentes, excetuando os agricultores e os consumidores, assume dois papéis principais, implicados em estabelecer o campo organizacional. O primeiro é facilitar a organização e a qualificação dos agricultores na produção e comercialização dos alimentos (agentes promotores). Concorre para isso a obtenção de crédito, a qualificação, o suporte para a formação de uma agenda de compromissos, dentre outros aspectos que resultam no aumento das informações que minimizam as dificuldades de funcionamento do campo. Outros agentes regulamentam, controlam e atestam a conformidade das práticas desenvolvidas pelos agricultores, com a finalidade de ajustar a comercialização, mas também para conferir credibilidade para os circuitos (agentes regulatórios). São aqueles que guardam as regras, como a Associação Santiaguense dos Feirantes, o Conselho de Administração da Feira de Santiago, a Prefeitura, o escritório da Emater e o INMETRO. Esses tanto constroem como capacitam as estruturas sociais e se situam em um nível superior na determinação de como esses mercados podem se constituir. Trata-se de um papel de autoridade e que, por mais que não seja assumida como direta sobre como o campo funciona, em função de ser consideradas fonte de recursos ou ter a capacidade de definição de procedimentos operacionais, acaba incidindo sobre os papéis exercidos por outros agentes. Por meio dos agentes que vai ocorrendo as coalizações e concertações de ações em um nível horizontal, mas também alinhamentos verticais, especialmente com linhas de crédito e políticas públicas existentes.

Os consumidores, por mais que sejam menos notados na descrição do campo organizacional, na medida em que estão constituídos por um sistema de valores e representações, orientam seus julgamentos e percepções em torno de ligações que permitem que os circuitos se organizem. Esses julgamentos tornam os consumidores não em espectadores da constituição dos mercados, mas em agentes com papel relevante na adaptação e inclusive na criação dos circuitos de conformação local ou regional (AZEVEDO, 2009), como se mostrará no capítulo 7 desta tese. Por meio de papéis exercidos por agentes que as instituições se tornam possíveis como presença real na vida dos indivíduos (condições

objetivas) para interpretações subjetivas. Para Berger e Luckmann (2012), as instituições se incorporam aos indivíduos por meio de conhecimentos comuns, fruto de contextos localizados, mas também da atividade de estruturas sociais mais amplas.

Os agentes buscam defender seus próprios interesses, e por mais que os conflitos não sejam inexistentes, no campo, estão mais propensos a construir coalizões e unir esforços em torno de um objetivo comum. Destaca-se como primeiro momento o início da Feira na Praça dos Brinquedos, quando se juntam e assumem papéis no apoio à organização da feira livre. Muitas dessas conexões são estabelecidas pelo compromisso normativo e cognitivo que as organizações possuem em enquadrar-se conjuntamente para encontrar soluções coletivas para questões do território (contexto organizacional). Outras conexões são regulativas, como quando o município toma parte de programas estruturantes na produção de hortaliças e frutas, um regional e outro estadual: o Programa Integrado de Produção e Abastecimento de Produtos Hortigranjeiros na Região de Santa Maria e o Programa Estadual da Citricultura. Mais tarde, entre 2002 e 2008, vários acontecimentos promoveram os contornos para expansão do campo e sua institucionalização, como destaca a tabela 12. Os investimentos com recursos de crédito não reembolsável, especialmente do RS Rural, RS Pampa, Programa dos Territórios e Programas de Fruticultura, são os alinhamentos verticais que se instituíram nessa fase e revelam a importância de recursos provenientes do Estado para causar a estruturação dos sistemas agroalimentares alternativos e o desenvolvimento de um determinado território.

No caso da fruticultura, duas políticas públicas oportunizam o incremento da produção de citros e de pêssego e determinaram trajetórias para a configuração do campo e do desenvolvimento dessas atividades no território: o Programa Estadual de Citricultura e o Programa de Fruticultura. Desse modo, percebem-se processos de estruturação que surgem desde os agentes do território, através da busca por uma tomada de sentido local (nível inferior), mas também entrelaçando com oportunidades que surgem do ambiente institucional mais amplo – outros campos – com os quais se relaciona (nível superior). De acordo com Scott (2014), a mudança institucional vem de duas fontes de ação. A primeira provém de ações que são tomadas dentro de entendimentos, normas e regras e que servem para reproduzir a estrutura institucional ou no máximo estimular mudanças incrementais. A segunda provém de processos políticos ou ações, cujo objetivo é mudar as regras ou estruturas que regem as ações.

Tabela 12 – Acontecimentos marcantes no processo de formação/estruturação do campo organizacional de frutas e hortaliças em Santiago (RS)

Fase	Acontecimento
A ascendência das vendas de porta em porta	Vinda de efetivos militares para Santiago Oferta de serviços públicos Instalação da Viação Férrea
Da Feira Livre ao Hortomercado	Criação da Feira Livre da Praça dos Brinquedos Participação da assistência técnica e extensão rural Recursos não reembolsáveis para aquisição de materiais para produção de hortaliças Organização e regulamentação da organização dos agricultores Construção do Hortomercado Municipal Fomento À produção regional de hortaliças Adesão ao Programa Estadual de Citricultura
Os ajustes no Hortomercado e as iniciativas na Fruticultura	Crise da transferência de local da feira Problemas de relações entre Feirantes e Prefeitura Municipal de Santiago Busca pelo reconhecimento dos consumidores Ascensão e queda da produção citrícola do município Arranjos institucionais em torno da produção de pêssegos e instalação de pomares Atividades de extensão rural com fomento a fruticultura Realização de feiras de comercialização Direta Mudança dos horários das feiras Processos de animação e facilitação com a participação de organizações externas do município visando a ação coletiva Investimentos de Programas do Estado na forma de recurso não reembolsável Aumento da disponibilidade de crédito para financiamento
Consolidação das expressões de circuito curto	Organização dos mercados institucionais Surgimento da Coopersaf Regulamentação das feiras Estabelecimento da APOS e da feira Aumento da diversificação de formas de circuitos curtos Aumento do número de estabelecimento rurais com produção de hortaliças Criação da Feira da Vila Nova Aumento da disponibilidade de crédito para financiamento

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos resultados da pesquisa

Os processos de facilitação e mediação por agentes que se incorporam ao campo como o Programa Empreender e o Juntos para Competir, ambos pertencentes ao Sistema S, contribuíram na determinação de uma direção para o Hortomercado e para o projeto de implantação da cultura do pêssego. Segundo Scott (2014), campos sempre são subcampos de sistemas sociais mais amplos e precisam levar em conta as ideias e ações que acontecem nos campos vizinhos. Para o autor, nesses estágios iniciais de desenvolvimento, as organizações não podem simplesmente copiar as receitas de sucesso. Elas precisam criar sua própria fórmula, o que exige o entendimento de sua condição, mas também o horizonte no qual pretende descortinar.

Para Jeziorny (2015), tratando de desenvolvimento territorial, assim como os campos organizacionais, o território também é um sistema aberto. Segundo o autor, como tal está

sujeito a responder a estímulos externos, e as respostas dependerão da forma pela qual o sistema de governança está organizado internamente. A falta de organização interna e de um conjunto de relações existentes poderia incorrer, por exemplo, em não aproveitar as oportunidades externas existentes. Nesses casos a presença de agentes mediadores foi essencial, como também evidenciou Garcia-Parpet (2003), para a criação do mercado de morangos de Fontaines-em-sologne na França. Para a autora, esse tipo de trabalho permitiu um investimento psicológico para a produção de uma crença coletiva nas chances de sucesso, o consenso e a confiança mútua entre todos os participantes (Ibidem). Silva e Deon (2015) já haviam destacado em estudo anterior, o papel que os animadores possuíram na construção dos mercados de circuitos curtos de Santiago. Os autores chamaram de animadores aqueles agentes de fora do grupo de agricultores, que mediam e favorecem o fluxo de informações na tentativa de valorizar e criar as condições para um equilíbrio de forças, podendo ser extensionistas, técnicos, lideranças políticas ou outros.

Atualmente, mesmo que exista um maior número de formas de comercialização, acréscimo no número de agricultores, aumento da mobilização para a compra local e a busca por uma alimentação mais saudável, houve redução e distanciamento dos agentes promotores e regulatórios do campo. A Prefeitura Municipal, a Emater e o STR permanecem mais próximos, e os demais agentes ocupam posição pontual, como por exemplo, disponibilizando recursos de crédito para custeio e investimento. A forma como o campo organizacional opera constituiu certa estabilidade dos padrões de interação e contribui para que as decisões de produção, distribuição e consumo entre os agentes aconteçam dentro de expectativas de resultados previsíveis e tomados como certos. Ultimamente percebe-se um padrão de interação entre os agricultores, mais em decorrência da dinâmica de funcionamento de cada circuito. As entregas domiciliares e as vendas nos estabelecimentos rurais, por exemplo, independem da participação de outros agentes, a não ser aqueles envolvidos diretamente com a transação, os agricultores e os consumidores. Se por um lado, esse anonimato permite a continuidade da comercialização, por outro, minimiza possibilidades de aprimoramento desses circuitos e uma consequente inclusão de novos agricultores.

O mesmo não sucede nos mercados institucionais, feiras livres ou vendas para os varejistas, pois a comercialização está sustentada em arranjos regulatórios mais complexos, nos quais leis e regulamentos, ou mesmo mecanismos coercitivos informais, determinam os procedimentos dos agentes. Entre os agricultores que operam no Hortomercado, por exemplo, a cada edição da feira eles interagem entre si, com o fiscal da Feira e com os consumidores. Entre os agricultores que realizam entregas para os varejistas, há interação com os

compradores e entre os agricultores. Esses momentos são de troca de informações e ideias, que oportunizam ajustes no funcionamento dos circuitos, mas também do campo. De maneira geral, mesmo que os circuitos curtos estejam sobre o exercício das mesmas forças no campo organizacional, estas não têm sido suficientes para constituir mecanismos de interação entre eles. Assim, operam isoladamente e perdem as vantagens coletivas que poderiam alcançar por meio do poder de reivindicação conjunta ou mesmo pelo poder de barganha.

O incremento no número de informações, a oportunidade de renda e a legitimidade que se cria ante as organizações que sustentam esses mercados alimentares fundamentam o desenvolvimento de inovações no campo técnico. Mesmo que tivesse havido a assistência técnica privada, principalmente no pêssego, a Emater é reconhecida pelos agricultores como portadora do papel de fornecer os serviços de assistência técnica e extensão rural. Nos últimos anos, essa organização vem perdendo um pouco dessa legitimidade, tanto pela falta de identificação dos técnicos em relação à produção de frutas e hortaliças, mas principalmente em função das configurações institucionais e organizacionais sob a qual a extensão rural está organizada no Rio Grande do Sul e no Brasil, como um aparato estatal de governo. Como a Emater sobrevive de recursos do Estado, sua permanência depende de estar alinhada e atuar em programas e políticas de governo, muitas das quais eminentemente burocráticas. Desse modo, acaba havendo redução do acompanhamento nos estabelecimentos, além de outras atividades de formação para resolver problemas do dia a dia dos agricultores.

A falta de assistência técnica tem sido atribuída pelos agricultores como um limite sobre a quantidade de frutas e hortaliças ofertada de maneira regular e diversificada para os mercados locais. As informações acabam derivando dos fornecedores de insumos, dos meios de comunicação e também das trocas de conhecimentos realizadas com seus pares. A diferença está na produção de orgânicos que tem programa próprio de qualificação e acompanhamento da Rede Ecovida e da Emater, mas que se reduz exclusivamente para os associados da APOS. A Emater parece não ter se dado conta do potencial que a alimentação tem para sua legitimidade institucional, bem como para proporcionar projeto de desenvolvimento rural mais amplo, que dialogue com o contexto do território.

Mesmo sem haver um processo de formação orientada para os agricultores, o contexto favorece semelhanças técnicas nos sistemas de produção e também na forma como as relações econômicas dos circuitos curtos são realizadas. Em termos de atividades produtivas, há uma predisposição para a produção de folhosas, mesmo que, ao nível de ambiente técnico, ainda haja muita experimentação de tecnologias, insumos e manejos, acompanhando a recomendação do vendedor ou agricultor mais próximo.

O reconhecimento das semelhanças institucionais entre os agricultores e na forma pela qual os demais agentes participam do funcionamento desses mercados é evidenciado pelas lógicas institucionais. Por mais que possa haver diferenças, a lógica do resultado econômico, da criação de oportunidades para a produção local e do provimento de alimentos para o consumo local são as que mais apresentam estruturas cognitivas para o comportamento dos participantes do campo. Nos últimos anos, outras lógicas têm ingresso e revelam a natureza aberta de um campo, sempre influenciado e influenciando as mudanças que ocorrem no ambiente. Destacam-se o aumento da proximidade dos consumidores com os agricultores e a crença que uma alimentação saudável vem tomando para conformar uma melhor qualidade de vida. Nesse sentido, independente do circuito, há uma preocupação permanente dos agentes do campo em assegurar a identidade do agricultor como um produtor de alimentos, relacionando-o à sua capacidade de produzir alimentos melhores do que aqueles proporcionados pelo sistema agroalimentar moderno.

Cada circuito tem seu próprio quadro de representações, construídas e variáveis em torno dos arranjos institucionais estabelecidos dentro do território e também do entendimento que a sociedade em geral vai tendo deles. Essas lógicas ocorrem por meio de espaços de formação de regras, normas e significados – as novas institucionalidades – que vão constringendo, mas também autorizando e capacitando a ação social, que por fim acaba instituindo algumas regularidades em favor de um sistema agroalimentar alternativo. Por esses motivos, existem dificuldades de unificar um entendimento coletivo e que possa constituir um fundamento defensável para decisões mais alinhadas entre os agentes, independentemente dos circuitos. Há um entendimento geral sobre o funcionamento do campo organizacional, mas na medida em que os circuitos estão sob a influência de regras, valores e crenças divergentes (autorizações e mecanismos de ajustes diferentes) se torna mais difícil uma orientação compartilhada.

Scott (2014) pondera que as lógicas institucionais variam em função de profundidade vertical, seu conteúdo e natureza das crenças, mas também em função de sua articulação horizontal, a compatibilidade entre arranjos institucionais relacionados. No caso estudado, existem dificuldades de constituição de um sistema relacional que possa desempenhar a defesa de um projeto maior de desenvolvimento territorial a partir dos circuitos curtos e dos alimentos. Os entendimentos específicos de como cada circuito funcionam isoladamente, não são suficientes para organizar um entendimento geral sobre o campo organizacional. Mesmo assim, do ajuste entre as diversas instituições valorativas e cultural-cognitivas constituintes do

campo organizacional, a partir das quais os circuitos se formam e se diferenciam, tornam-se vantagens competitivas em relação às formas convencionais de produção e comercialização.

A rede de agentes que suporta essas iniciativas acaba sendo liderada pelo Setor público, especialmente a Prefeitura, que busca organizar e criar as condições para que a comercialização mantenha-se, independentemente do circuito curto em que se realiza.

O campo foi se moldando por mudanças incrementais. Algumas medidas que primeiramente pareciam de pequeno efeito podem ser compreendidas na medida em que focam nos resultados que causaram, diante de todo o contexto de expressão. De outro lado, o cenário de valorização dos alimentos vivido nos últimos anos representa um fator causal para o desenvolvimento desses mercados. Não é mais necessária tanta mobilização em torno da comercialização por meio dos circuitos curtos, já que um novo tipo de consumidor começa a envolver-se mais com a origem e outros conhecimentos sobre os alimentos. Paralelamente, decorrente principalmente da crise em que se aprofunda o sistema agroalimentar moderno, a comunicação e os profissionais da área da saúde têm se incorporado como agentes promotores de informações que provocam mudanças nos aspectos valorativos e cognitivos da sociedade.

Ainda que o cenário possa ser considerado favorável para o desenvolvimento desses mercados de proximidade, que vários agricultores participem de mais do que um circuito, que os consumidores tomem parte por meio do consumo de alimentos produzidos no território, que haja o compartilhamento de valores e significados entre diversos agentes, como era de se esperar o campo organizacional mantém-se em construção. Diversos agricultores têm entrado principalmente na produção de hortaliças nos últimos anos, e o fazem como espaço de manobra na busca por autonomia, diante do *squeeze* do aprofundamento da crise agrícola. Eles não desenvolviam esses tipos de atividades de forma regular anteriormente, e o aprendizado vem ocorrendo dentro de um processo mais ou menos autônomo de acertos e erros, em que aprendem em função da proximidade e ações colaborativas por meio de vivências comuns. O conhecimento técnico especializado, por mais que seja uma condição fundamental para o desenvolvimento da produção de frutas e hortaliças, e com serviços de assistência técnica mais organizada em período precedente, atualmente não tem sido um limitador para as atividades produtivas. O aprendizado tem acontecido por meio do interconhecimento e da interação social entre os próprios agricultores, vivido nesse território, em que os próprios agricultores são os agentes de mudança.

A tabela 13 ampara-se nos indicadores propostos por DiMaggio e Powell (1999) e Scott (2014) na tentativa de aproximar e caracterizar como ocorreu a estruturação do campo organizacional dos circuitos curtos de comercialização e consumo de frutas e hortaliças de

Santiago. A análise decorre das diversas fases e processos que constituíram sua formação, o relacionamento entre os agentes, o entendimento que possuem sobre esse espaço relacional e a função que a comunicação e o conhecimento exercem sobre seu resultado.

Tabela 13 – Indicadores de estruturação do campo organizacional de frutas e hortaliças em Santiago (RS).

Indicadores do grau de estruturação do campo / fase	A ascendência das vendas de porta em porta	Da Feira Livre ao Hortomercado	Ajustes no Hortomercado e iniciativas na Fruticultura	Consolidação das expressões de circuito curto
Grau de interação entre as organizações	Não eram visíveis	Intensa, pelos desdobramentos para a criação Feira da Praça dos Brinquedos	Intensa, pelos ajustes para o funcionamento do Hortomercado e no arranjo institucional da fruticultura	Redução da interação entre as organizações, e cada circuito opera por suas próprias organizações.
Surgimento de estruturas inter-organizacionais de domínio e padrões de coalizão	Não eram visíveis	Tornaram-se mais visíveis em função da atuação da Prefeitura e da Emater	Visíveis em função de políticas do Estado e atividades conjuntas entre as organizações	As coalizações são mais evidentes nos circuitos que operam a partir de programas institucionais.
Incremento de informações que as organizações devem se ocupar	Não eram visíveis	Inovações tecnológicas foram surgindo, impulsionadas pelo trabalho da Emater	Elevou-se pelo incremento de informações, inovações e as atividades de qualificação	A informação decorre dentro dos próprios espaços de interação social.
Consciência entre os participantes de empreendimento comum	Não eram visíveis	É altamente motivado pela organização da feira	Têm dois momentos: um de baixa, até 2000, um de alta, após esse ano.	Maior entre os agricultores que operam em mais de um circuito
Acordo em torno das lógicas institucionais	Resultado econômico	Resultado econômico; criação de oportunidades e provimento local dos alimentos.	Resultado econômico; criação de oportunidades; provimento local dos alimentos; diversificação produtiva.	Resultado econômico; criação de oportunidades; acordo com as regras; provimento local; promoção de uma vida saudável; reconexão.
Isomorfismo entre as formas estruturais e entre as populações	Não eram visíveis	Mimético	Normativo Mimético	Normativo Mimético Coercitivo
Equivalência estrutural de conjuntos organizacionais dentro do campo	Não existe um repertório de atividades comuns e as ligações são por amizade	Perseguem-se ações conjuntas em função da assistência técnica e inovações.	Diferenciação de comportamentos em torno da comercialização direta e da produção de frutas.	O repertório de atividades se institui de acordo com as práticas desenvolvidas em cada tipo de circuito.
Clareza dos limites do campo	Restringem-se ao município	Restringem-se ao município	Restringem-se ao município, com participação de agentes externos.	Restringem-se ao município, com participação de agentes externos.

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos resultados da pesquisa

O capítulo seguinte tem por finalidade sistematizar questões apreendidas ao longo da descrição e interpretação da estruturação do campo organizacional e que podem ser considerados espaços para a construção de regras, normas e representações em torno dos circuitos curtos de comercialização e consumo, ao que se denominam novas institucionalidades.

6.2 A CONSTRUÇÃO DE NOVAS INSTITUCIONALIDADES PARA OS CIRCUITOS CURTOS DE COMERCIALIZAÇÃO E CONSUMO

As novas institucionalidades⁴⁵ referem-se às condições sobre as quais os agentes se confrontam, dentro da realidade em que vivem e a partir das quais passam a se orientar para desenvolver comportamentos padronizados. As instituições não nascem ou mudam sem a existência de condições ou circunstâncias apropriadas. Ao contrário, elas vêm de um conjunto de aspectos do contexto que interferem na forma como as pessoas fazem suas escolhas e das condições que garantem que novas escolhas possam ser realizadas de maneira semelhante. Segundo Machado-da-Silva e Gonçalves (1999), em paralelo à institucionalização, é importante prestar atenção sobre a natureza da influência exercida pelo ambiente. Ao adjetivar como novo, referem-se aos eventos do contexto institucional que, por favorecerem a percepção diferenciada das características do alternativo, em detrimento daquelas do convencional (velho), estruturam comportamentos diferentes daqueles praticados pelos agentes.

Embora Scott (2014) não utilize o termo institucionalidade, discute sobre os mecanismos envolvidos na criação ou na manutenção das instituições, considerados como a classe delimitada de eventos, que alteram as relações entre um conjunto de elementos em formas idênticas ou muito semelhantes ao longo de uma variedade de situações. O conjunto de novas institucionalidades contribui para reforçar as condições para a mudança institucional dentro do que se pode nominar de novo quadro de institucionalização – o sistema agroalimentar alternativo. Para mudar as bases a partir das quais as situações são dadas – as instituições – também precisam ser alteradas ou mesmo revalorizadas.

Por mais que diversas instituições possam ser consequências do conhecimento e da história de ação e interação social dos indivíduos em tempos precedentes, transmitidas entre as gerações, somente são mais reconhecidas na atualidade. Isso se deve aos processos que

⁴⁵ De acordo com Cunha e Cintra (2000, p. 95), o sufixo “-dade” é acrescido a adjetivos para formar substantivos que expressam a ideia de *estado*, *situação* ou *quantidade*. No adjetivo institucional, o sufixo é acrescido, formando o substantivo institucionalidade, que significa o estado ou condição de institucional.

informam que a maneira pela qual uma situação era resolvida no passado continua válida na atualidade. Outras situações também surgem em função de que ocorreram mudanças na forma pela qual as relações se dão na sociedade, ao ponto de determinar novos procedimentos. Assim, um determinado padrão institucional ganha ou não o *status* de institucionalizado, de acordo com a capacidade de ser recuperada, validada, legitimada e disseminada.

As novas institucionalidades garantem a permanência e/ou expansão dos níveis de institucionalização dos circuitos curtos de comercialização e consumo, na medida em que configuram as condições para que padrões institucionais específicos a esses circuitos possam existir. Desse modo, representam bases para o aumento do comércio local e, assim, reforçadoras daquelas instituições alinhadas com o desenvolvimento territorial.

Sumpsi (2007), ao referir-se ao termo institucionalidade dos territórios rurais, valoriza a organização relacional e espacial, que configura os espaços onde decisões e alinhamentos são tomados para o desenvolvimento. Wilkinson (2008) se refere a novas institucionalidades como respostas que têm surgido por parte de grupos subalternos do setor rural, face às ameaças e oportunidades frente às mudanças que vem acontecendo no sistema agroalimentar. Triches (2015) utiliza o termo ao referir-se ao PNAE como uma política de Estado constituída por leis e regulamentos, voltadas a orientar a conduta para favorecer a aquisição de gêneros alimentícios de pequenos agricultores e fornecê-los em melhor qualidade para os estudantes. Já Guimarães *et al* (2015) compreende novas institucionalidades como as distintas formas que os atores sociais do meio rural têm construído para se afirmar como protagonistas no sentido de transformar, produzir e reproduzir os seus modos de vida. De uma forma ou outra, trata-se de construções sociais, amparadas em diferentes pilares institucionais e que originam, capacitam ou autorizam a emergência de novos padrões de ordem – as instituições.

Três temas se sobressaem e demonstram ser importantes para contribuir com a temática que se propõe a dar conta dos estudos dos circuitos curtos de comercialização e consumo. O primeiro e o segundo são mais relacionadas ao contexto institucional local, e o último a um contexto de âmbito maior, que influencia este, mas também outros campos organizacionais: 1) As características do contexto histórico, cultural e organizacional na promoção dos elementos locais; 2) A agência do setor público na organização e fomento dos circuitos curtos; 3) A importância do discurso profissional e da mediação da informação para a construção dos mercados.

6.2.1 Contexto histórico, cultural e organizacional

Santiago apresenta características históricas, culturais e organizacionais que facilitam a formação do contexto institucional para o desenvolvimento das ações em torno da construção dos mercados de circuito curto.

A produção dos alimentos que constituem o consumo das famílias Santiaguenses, seja de frutas, hortaliças, cereais, agroindustrializados, mantém o vínculo reconhecido com o espaço predominante de agricultura familiar e a produção de subsistência, conhecido como região colonial. Mesmo com a expansão dos cultivos de *commodities*, existe um conhecimento alimentar vinculado ao povoamento desse lugar, salvaguardado nas comunidades rurais, o qual continua atuando e interagindo, contribuindo para a valorização e proteção do modo de produção e esses tipos de alimentos. Embora seja comercializado apenas no Hortomercado, o alimento agroindustrializado se torna um guardião da cultura alimentar e, ao estar associado com esse circuito curto, favorece a comercialização de frutas e hortaliças, assim como tem a sua comercialização legitimada por estas, como será aprofundado em discussão posterior. Muitos consumidores, ao participarem da Feira dos Orgânicos, não entendem as razões pelas quais não é permitida a venda de alimentos da agroindústria caseira. Afinal, segundo eles, feira é uma expressão daquilo que é produzido no município.

Por outro lado, o fato da identidade cultural da população urbana santiaguense carregar a vinculação com o rural e a lembrança dessa vida antes de migrar para a cidade, é outro fator predisponente para a valorização das instituições ligadas aos circuitos curtos. A identidade é formada por processos sociais, determinados por uma estrutura social e, uma vez cristalizada, é mantida, modificada ou remodelada por meio de relações sociais (BERGER; LUCKMANN, 2012). Para os autores, as estruturas sociais históricas engendram as práticas e os comportamentos que podem ser observados na vida cotidiana.

Várias das questões alimentares fizeram parte da socialização primária dos indivíduos, e por isso carregam na mente esses hábitos de consumo. Para Berger e Luckmann (2012, p. 174), “o mundo interiorizado na socialização primária se torna muito mais firmemente entrincheirado na consciência do que os mundos interiorizados nas socializações secundárias”. Tais fatores denotam a força do cultural na estruturação de um sistema de significados e laços sociais compartilhados entre os agentes (o cognitivo) e que contribuem para organizar comportamentos que facilitam a mobilização social e o reconhecimento das práticas que acontecem no interior dos circuitos curtos, seja pelos consumidores ou pelos agentes organizacionais.

No funcionamento dos circuitos curtos, o peso cultural oferece um amálgama para as operações de compra dos agricultores pelos consumidores no Circuito dos Orgânicos e do Hortomercado, quando, por exemplo, valorizam alimentos vinculados com o espaço e as relações sociais dadas no território, como será observado no capítulo seguinte. Segundo Tedesco (2013), por mais que muitos alimentos passem por uma reelaboração, quando provindos do que denomina de territórios étnicos, carregam consigo elementos simbólicos na forma de um valor cultural agregado, nos quais as pessoas valorizam, por exemplo, alimentos tradicionais ou técnicas de produção que perpassaram gerações. Para o autor, as condições e as formas de produção resultam de culturas e de histórias e são passíveis de ser valorizadas por meio das relações sociais que organizam as ações econômicas (Ibidem).

No circuito varejista, os elementos culturais estão relacionados à preferência dos supermercadistas por adquirir alimentos produzidos por agricultores do município. Segundo Martins (2015), o município apresenta 93 supermercados, 31 mercearias e três fruteiras. Muitos desses varejistas dão valor ao senso de pertencimento ao lugar e levam tal fator em conta por ocasião da definição da compra de frutas e/ou de hortaliças. Entre os agentes promotores e de fomento dos alimentos a força do pilar cultural faz desencadear ações promotoras e fortalecedoras dessas formas de comercialização. Tais situações de proximidade ainda são reforçadas pela frequência de interação oportunizada pelos circuitos, os quais tornam mais fortes os vínculos de confiança e reciprocidade entre agricultores, consumidores e demais agentes do campo.

Outra condição do contexto local está relacionada à facilidade de promoção de interação entre as organizações, com a finalidade de fazer desencadear atitudes e ações de interesse coletivo no território, como pôde ser percebido na descrição dos momentos distintos de formação e estruturação do campo organizacional. Aqui não se trata dos laços sociais que ligam quem produz e quem consome os alimentos, mas daqueles que se estabelecem entre os componentes organizacionais, predispondo-os para a construção de arranjos relacionais em favor de uma situação de desenvolvimento relacionada à realocização física dos alimentos. Ainda que não existissem dispositivos regulativos que organizasse as relações entre as organizações, várias ações em benefício dos circuitos curtos derivou-se de um processo que nasce e se incrementa pela capacidade de governança existente entre os agentes, que mesmo com origens de interesses heterogêneos e não sendo provenientes exclusivamente do setor público, tomam para si as decisões que tem a ver com a gestão territorial.

Para Torre, (2014), a proximidade geográfica é neutra em essência, e o que lhe oferece sentido é a proximidade organizada. A proximidade organizada por sua vez é movida por uma

lógica de pertencimento, quando, por exemplo, os agentes pertencem ou participam de um mesmo grupo social ou por uma lógica de semelhança, quando existe uma aproximação cognitiva em termos de referências comuns, em função das pessoas compartilharem representações, valores e normas. Para o autor, de uma forma ou de outra a proximidade organizada também pode ser considerada neutra, pois não garante que interações entre as pessoas possam ocorrer. Assim, são as ações humanas, as interações sociais, que determinam se os agentes vão ou não interagir e cooperar entre si, criar sinergias e, portanto, situações favoráveis às dinâmicas de desenvolvimento.

Por mais que o desenvolvimento desses mercados de circuito curto não fosse realizado a partir de projetos estruturados em uma perspectiva de longo prazo, na medida em que houve necessidade de respostas para os problemas inerentes a sua construção, foram estruturando e enlaçando agentes de diferentes segmentos, numa espécie de coordenação localizada. Assim, existe em Santiago uma capacidade de cooperação incorporada na forma de sistemas relacionais, que mesmo informais, favorecem a construção de ações comuns em prol de propósitos coletivos. A história comum, representações, habilidades e conhecimentos são combinados na forma de um sistema de funções de interação padronizada, o qual é ativado na medida em que acontecem encontros, reuniões, dentre outros, em torno de uma agenda comum. Tal sistema de interações favorecem relações organizadas para o desenvolvimento territorial e geram retornos como a obtenção de recursos financeiros externos, o alinhamento com políticas públicas, como também para atrair agentes de sistemas sociais mais amplos, como, por exemplo, o SEBRAE e o SENAI. Assim, a criação da sinergia ao nível de território se torna intensificada pela mobilização da lógica de pertença e de semelhança, associada à proximidade organizada. Para Torre (2014), quando esses tipos de relações acontecem ao nível de território, os efeitos da sinergia se espalham e contribuem para o desenvolvimento.

O conjunto de ações para fortalecer o sistema agroalimentar local acontece ao mesmo tempo em que ocorre a propensão tanto de sistemas sociais mais amplos, como dos sistemas locais para o envolvimento em torno de questões alimentares, as crises, as preocupações em torno da qualidade de vida, a criação de mecanismos regulativos de promoção e valorização de um alimento mais natural, saudável e vinculado à origem. É nesse sentido que acontece o alinhamento das ações locais às políticas públicas voltadas para organizar os mercados para a participação da agricultura familiar, a exemplo do PRONAF, PNAE e PAA. Existe uma passagem da condição de valor atribuído para um desenvolvimento rural a partir dos mercados alimentares locais e da agricultura familiar, para uma situação real, em que esforços e medidas vão sendo tomadas como a criação de uma nova feira livre ou o surgimento da

COOPERSAF. Essa é uma condição própria de Santiago, que demonstra pelo menos em torno do objeto estudado, a capacidade de dinamizar seu desenvolvimento a partir de sua proximidade organizada, mas também geográfica. Para Sumpsi (2007), territórios menores beneficiam-se para projetos que envolvem as economias de proximidade, as redes sociais, a participação, a confiança mútua e o empoderamento dos atores locais.

Conforme Scott (2014), estudos a partir da perspectiva institucional mais do que outros aportes teóricos enfatizam a importância do contexto em que as organizações operam. Para o autor, conhecer o que veio antes e as condições que determinaram os fatos atuais, permite entender as origens e como as instituições atuam sobre as condições humanas. Da mesma forma, esse tipo de análise permite entender um campo organizacional como estrutura mas também como agência, como ponderam Machado-da-Silva, Filho e Rossoni (2010). Para os autores, o campo sempre é constituído previamente, num processo de estruturação que temporalmente precede o momento presente e, portanto, apresenta propriedades estruturais que podem ser reproduzidas e/ou transformadas de modo consciente ou tacitamente. Por outro lado, ele também é um sistema de posição social e de relacionamentos, capaz de facilitar, restringir ou motivar as ações dos agentes. Segundo Scott (2014), entre o contexto e a resposta, os agentes estão interpretando, imaginando e avaliando outras escolhas.

As pessoas podem agir de diversas maneiras, mas percebe-se que as ações delineadas a partir da capacidade organizacional territorial em torno de um pacto com o lugar demonstram constituir determinadas ordens institucionais estruturantes dos mercados de circuitos curtos. Assim, as instituições que constroem uma determinada realidade social são processos propícios a mudanças, contrariando a tendência de estudiosos que as veem como ordens estáveis de constrangimentos.

6.2.2 A agência do setor público

Santiago apresenta características políticas que facilitam a formação do contexto institucional para a institucionalização dos mercados de circuito curto. A Prefeitura Municipal, no topo da hierarquia de influência sobre o campo organizacional e apoiada por um conjunto de outras organizações, fez principiar uma série de ações que envolveu a criação e o reforço das condições para a mudança institucional.

Na década de 1990, ao tentar melhorar a arrecadação municipal, houve momentos em que foi entendida por outros agentes do campo como oposta aos interesses dos agricultores.

Simultaneamente, ocorreu a diminuição de participação e de coalisões. Essa falta de apoio refletiu a não aderência daquilo que a Prefeitura, comandada por um grupo político diferente daquele que se identificava com a construção do Hortomercado propunha em relação às instituições defendidas pelas outras organizações e pelos agricultores. Ou seja, o campo é uma arena de conflitos e influências em que grupos buscam alcançar algum tipo de dominação, na tentativa de fazer valer seus interesses em detrimento dos interesses de outros.

Mais tarde, principalmente entre os anos de 2000 e 2008, a Prefeitura liderou outras atividades visando aproximar sistemas relacionais e estruturas interorganizacionais do Estado (ministérios, programas de governo, políticas públicas). O momento foi marcado pelo acréscimo do número de organizações de apoio à agricultura familiar e aos circuitos curtos, principalmente permitindo a adequação das infraestruturas e a mobilização de capacidades para a produção e a comercialização dos alimentos.

Segundo Vian e Pitelli (2007), por mais que as organizações busquem a estabilidade institucional, a estrutura de um campo pode se alterar na medida em que as estratégias tomadas pelos agentes vão se ajustando. De uma forma ou de outra, a Prefeitura Municipal manteve sua capacidade de influência, pois além de ser um agente de fomento e promotor dos alimentos, também tem o papel regulativo e coercitivo. Outras organizações como o Escritório Municipal da Emater e o STR também se destacaram na construção de alternativas em relação às atividades desenvolvidas no campo organizacional. De acordo com Etzold *et al* (2012), para as instituições serem legítimas, aqueles que as defendem também precisam ser, consequência da posse dos recursos, da autoridade, conhecimento técnico especializado, posição oficial, características pessoais e mais importantes: reconhecimento social e prestígio.

Tanto Wiskerke (2009) como Morgan e Sonnino (2010) destacam a importância do setor público para a economia alimentar nacional. Ao analisar as ações implementadas em Nova York e Londres, para encontrar soluções para as debilidades do sistema agroalimentar moderno, Morgan e Sonnino (2010) identificaram que as soluções estão começando a ser elaboradas e implementadas no nível municipal. São os governos municipais que têm instituído formas para projetar sistemas alimentares que transcendem dicotomias simplistas entre a escala local e a global e entre o desenvolvimento urbano e rural.

A nova institucionalidade é a mediação do setor público municipal para construir as alternativas para a agricultura familiar, frente aos elementos institucionais existentes no território, que o autorizam e dão legitimidade para que as coisas possam ser feitas. Mesmo que o que se tenha atualmente não tivesse sido planejado detalhadamente dentro de uma visão estratégica de longo prazo, nem dependeu de grandes investimentos, não houve desvio entre

as ações que visavam criar as condições para estabelecer formas de comercialização por meio dos circuitos curtos. A lógica de pertencimento e semelhança constituída, vivificadas pelas relações sociais, geram compromissos protagonizantes de acontecimentos que alteram as estruturas sociais, conformam os circuitos isoladamente e, de maneira geral, contribuem na estruturação do campo como um todo.

O Circuito Varejista, por exemplo, caracteriza-se por um funcionamento por meio de um reduzido número de componentes organizacionais, normalmente independente do setor público. As instituições que os coordenam são fruto principalmente das interações que provêm de um quadro de referências envolto nas transações realizadas entre fornecedores de insumos, agricultores, varejista e consumidores. Todavia ele se ajusta e se reforça na medida em que instituições regulativas como o PRONAF permitem que investimentos em infraestrutura do ambiente técnico possam ser realizados. Por outro lado, na medida em que existe excedente de alimentos não comercializados por meio do circuito do Hortomercado ou dos Orgânicos, também acabam compondo a oferta local desse circuito, reduzindo a demanda por alimentos provenientes do intermediário. Estes, por sua vez, dependem de uma maior ação do Setor Público para a sua organização.

Nos outros circuitos, a ação do Estado pode representar mais importante, haja vista que remove barreiras para que os circuitos possam ser reconhecidos, adequam-se espaços físicos, constroem-se infraestruturas e autoriza-se a comercialização de um ou outro produto. Desse modo, intervenções aparentemente comuns e temporalmente longínquas, acabaram deflagrando processos convergentes na organização do sistema agroalimentar. Destacam-se, por exemplo, as políticas públicas do Estado, as quais nos mercados institucionais, por exemplo, vieram para reforçar e autorizar instituições já existentes e que definem a forma como as coisas podem ser realizadas no território, mas também para incorporar novos elementos. Foi o caso do princípio da entrega dos alimentos para o PNAE, ocorrido por meio da oferta proveniente dos feirantes do Hortomercado. O que acontecia nesse circuito pode se tornar subsídio para o funcionamento de outros circuitos curtos, instituído posteriormente. Assim também acontece com a forma como outros circuitos promovem seu funcionamento.

Outro fator predisponente a sucessão de acontecimentos em torno do fomento à comercialização por meio de mercados de circuito curto é a continuidade de governos de um mesmo grupo político, atualmente o Partido Progressista (PP). Desde o começo da Feira na Praça dos Brinquedos até a atualidade, somente um mandato foi realizado por um grupo

político diferente a este. Assim, dada essa trajetória e a organização administrativa⁴⁶ para atuar sobre os mercados alimentares, existe certo reconhecimento da sociedade local que relaciona o quadro político com a continuidade dos propósitos de amparar o fortalecimento da agricultura familiar. O PP não distanciou suas práticas políticas das características culturais e históricas de Santiago, até por que muitos dos ex-prefeitos proveem da região colonial e identificam-se com essas formas de produção e comercialização de alimentos. Existe um quadro histórico e cultural mais amplo componente da formação indentitária das pessoas que acaba por evocar uma ordem de significado que explica como as coisas podem ser realizadas.

Institucionalmente, a continuidade é resultado do processo de institucionalização, que reconhece essas forças identificadas com a comercialização por meio de circuitos curtos. Como estão institucionalizadas as instituições vão condicionando e autorizando a ação dos agentes, dentro das próprias restrições que impõem. Dessa forma, constituem-se os limites para que o grupo político gestor da Prefeitura possa promover ações que não se distanciam dos elementos institucionais constituídos na comunidade. Por promover ações em conformidade com o que a comunidade espera, tanto a Prefeitura como o grupo político dominante acabam ganhando legitimidade. *“Existe uma credibilidade pela maioria da população, fazendo que a mesma apoie. O consumidor defende. Isso faz com que as pessoas tenham até medo de fazer alguma crítica”* (Fomento_executivo_3).

Qualquer grupo político alternativo que venha tomar frente ao poder público municipal, como aconteceu com o PDT na década de 90, e venha a romper com os limites institucionais, corre o risco de ser entendido como contrário aos interesses locais, e sujeito a não ser legitimado. Ou seja, o processo institucionalizado foi fazendo com que as pessoas alinhem seus valores, suas referências, alinhando também as ações. A Prefeitura, para manter sua legitimidade, age afastando práticas que possam provocar desordem nas regularidades constituídas. Promove mas também flexibiliza regulamentações para não quebrar o consenso normativo. Desse modo, como já está institucionalizado, existe uma espécie de prêmio para o partido que está identificado com a causa, valores e representações culturais. A ação política está institucionalizada em elementos cultural-cognitivos e valorativos e os agentes políticos agem autorizados por essas instituições.

Por outro lado, dificilmente a alternância política inviabilizaria os circuitos curtos, pois o processo está institucionalizado para além dos governos. Mesmo assim, é importante

⁴⁶ Em nível de estrutura administrativa da Prefeitura, o papel de apoiar os circuitos curtos não é somente da SMAP, mesmo com uma função preponderante sobre as feiras. Os circuitos varejistas são fomentados e têm ações para esse fim por meio da Secretaria de Indústria, Comércio e Turismo; O circuito do PNAE pela Secretaria de Educação e Cultura; e o circuito do PAA pela Secretaria de Desenvolvimento Social.

destacar a capacidade que os agentes públicos têm em reconhecer essas formas de mercados e de atuar sobre a formação de estruturas sociais que comportem os circuitos curtos.

A ausência das ações do setor público ou a insensibilidade dos agentes poderia ter inviabilizado a emergência do movimento em torno dos sistemas agroalimentares alternativos. Apesar de o institucionalismo privilegiar a continuidade pela estrutura social, não desconsidera a agência individual e coletiva frente às instituições. Conforme Scott (2014), agência destaca a capacidade de causar efeitos sobre regras, laços relacionais ou distribuição de recursos, e que de algum modo possam influenciar o estado das coisas no mundo social. Percebeu-se a capacidade de influência por meio de alterações nos três pilares institucionais.

A primeira fonte de agência foi o apoio para o cumprimento de regras e outros procedimentos coercitivos, visando promover⁴⁷ e proteger o campo organizacional. A disponibilização de um fiscal de feira foi tomada para preservar regras definidas coletivamente e para constringer comportamentos indesejados. Por isso foi elaborado um Regulamento de Feiras, com uma primeira versão construída na década de 1980, atualizado em 2010 e apoiado pelo estatuto da Associação dos Feirantes e pelo Conselho Administrativo de Feiras, mais recentemente. Posteriormente, na medida em que os problemas foram surgindo, outras medidas regulativas pontuais foram incorporadas, conforme registrado no livro de atas da Associação dos Feirantes. A APOS não está sob o exercício de um fiscal de feira, e o cumprimento do Regulamento de Feiras, do Estatuto Social e do Regulamento de conformidade de produção orgânica da Rede Ecovida é realizado pelos próprios agricultores.

Para Scott (2014), as organizações que operam com o setor público são mais propensas a responder às pressões institucionais, particularmente aos requerimentos legais e regulamentares. Os agricultores se tornam legítimos operando nos circuitos do Hortomercado e dos Orgânicos na medida em que seus comportamentos estão em conformidade com o cumprimento dessas prescrições. Trata-se de mecanismos que destacam a opção de prioridade para a agricultura familiar, padronizam atividades no interior das feiras, facilitam aportes de apoiadores para os circuitos e que, pelo caráter de gerar previsibilidade, ganham o reconhecimento dos consumidores. O esforço consciente dos agricultores visa resguardar a condição da comercialização direta de maneira permanente, preservando a autonomia e a possibilidade de transmissão da condição de ser feirante para outro componente familiar.

⁴⁷ Entre os instrumentos promotores, destaca-se a lei municipal n. 075/2001, que previa a criação do Programa de Infraestrutura rural objetivando disponibilizar serviços subsidiados de patrulha agrícolas nos estabelecimentos rurais (PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTIAGO, 2001). Os estabelecimentos tinham um subsídio no pagamento dos serviços que poderia chegar a 50% em caso de ter área de terras de até 20 hectares.

A flexibilização dos elementos regulativos relacionados aos alimentos da agroindústria caseira é uma forma de autorizar que os circuitos curtos das feiras livres não deixem de desenvolver. O cumprimento da legislação de um ambiente social maior entraria em conflito com a atividade econômica de parte dos agricultores, bem como com as crenças, conhecimentos e entendimentos que os consumidores possuem sobre os alimentos que os reconectam a sua cultura. Portanto, a Prefeitura se apoia nas instituições já existentes para promover novos mecanismos de controle e incentivos para validar e legitimar seu poder e interesse dentro do campo, mas também, concordando com Sonnino e Marsden (2006), ajustar no nível político/institucional o contexto regulatório, sob o qual as formas alternativas são construídas, compartilhadas e reproduzidas. A agência nesse caso é tanto um processo que busca ajustar as interações sociais dos demais agentes para constituir novas instituições, como também é um produto de instituições mais antigas.

Como segunda linha de intervenção (agência), o setor público buscou postular um processo amparado na combinação dos recursos organizacionais locais oportunizados pela proximidade organizada, para perseguir o intento de construir um lugar melhor para viver, no qual prioriza os projetos territoriais. No fundo, existe uma cadeia de consequências morais que atrai a participação de uma série de agentes organizacionais, em que deixar de apoiar as iniciativas locais significaria uma posição antagônica aos projetos coletivos da sociedade. Segundo Scott (2014), em situações como essas, ao que denomina de contrato relacional, os agentes se perguntam sobre de que forma precisam se comportar, invocando sua própria identidade. Desse modo, imbuir esforços para ações conjuntas faz parte da construção de sua própria legitimidade, e que inclui reputação, amizade, interdependência e altruísmo.

Diversas organizações operaram em soluções institucionais que removeram obstáculos, facilitaram que novas habilidades fossem adicionadas, e decisões fossem estabelecidas, de modo que os circuitos se estabelecessem. Os agentes auxiliaram com recursos financeiros, facilitaram o diálogo, trataram das capacidades dos agricultores e, de maneira geral, transferiram legitimidade para os circuitos, fazendo com que principalmente os consumidores também os reconhecessem como legítimos. Segundo Guimarães e Silveira (2007), abordando o desafio de viabilizar agroindústrias rurais, mas citando como fundamental de ser trabalhado em qualquer iniciativa de desenvolvimento rural, cinco tipos de capacidades precisam ser mobilizadas: adequação das estruturas físicas existentes (capacidades instaladas); valorização dos laços existentes dentro da comunidade (capacidades mobilizáveis); aprimoramento das formas como as coisas são realizadas, não perdendo o saber fazer herdado (capacidades aprimoradas); acréscimo sobre as capacidades anteriores

(capacidades adquiridas); e, quando os conhecimentos locais não são suficientes, adição de novos tipos de conhecimentos para viabilizar o que se deseja realizar (capacidades adicionadas). No caso do campo organizacional, mesmo com os limites existentes perceberam-se ações em todas essas capacidades.

O agente público favorece um clima de confiança, encoraja e ajuíza a ação dos outros agentes. Segundo Azevedo (2009), a administração pública é a principal articuladora dos compromissos técnicos, sanitários e de gestão que servem de guias para mudanças nos mercados alimentares. Isso faz parte de um projeto político e concepção da atuação do setor público, que mesmo que haja a troca de indivíduos frente à administração, continua sendo racionalmente trabalhado. Até a atualidade, não foram expostos interesses que fossem suficientemente fortes para obstruir as ações em torno do desenvolvimento dos mercados de circuito curto. Assim, mesmo os circuitos varejistas acabaram se beneficiando, já que o aumento da produção reduziu a dependência de alimentos da CEASA-RS, que anteriormente abastecia a maioria dos supermercados da cidade.

Como terceira linha de intervenção, destaca-se o papel do setor público em projetar a alteração dos quadros cognitivos, em relação a como os componentes organizacionais percebem os alimentos. Nas diferentes fases de estruturação do campo organizacional, tem havido uma série de mobilizações e ações para alterar os significados da produção de frutas e hortaliças e os alimentos agroindustrializados por sua procedência (local x de fora) e em função de seu modo de produção (convencional x orgânico). Destacam-se participações em programas de rádios, veiculação de notícias em jornais, divulgação por meio de carros de som, distribuição de folhetos, realização de feiras especiais, sorteio de brindes, shows musicais, participação em feiras, participação em desfiles, realização de atividades de degustação, dentre outros. Referindo-se ao consumidor, o entrevistado, no excerto a seguir, exemplifica a necessidade de recuperar os critérios de discernimento a partir de razões de saúde e, assim, transformá-lo em um agente de mudança:

[...] começamos muitas entrevistas em rádio, buscando mostrar que no local da feira não ia pegar aquele tomate lindo, maravilhoso, grande. Também falávamos da questão orgânica. Ali tem menos agrotóxico, não digo que seja zerado, mas existe uma preocupação com isso. Ali tem um produto com mínimo de agrotóxicos. Nós simplesmente mostramos isso para a sociedade (Fomento_executivo_2).

Entre as organizações do setor público, a Prefeitura incorporou em suas atividades a necessidade de criar uma imagem das feiras livres relacionada a um local de alimentos bons, saudáveis, que fazem bem para a saúde, provenientes diretamente do local de produção e com

oferta regular ao nível de município, como demonstra a figura 12. Conhecimentos e informações desse tipo sensibilizam e afetam as decisões dos consumidores, como uma espécie de mecanismo favorável à institucionalização, principalmente em um território onde historicamente já existe proximidade com esse tipo de produção.

Figura 11 – Anúncio de divulgação das feiras-livre de Santiago.



Fonte: Informativo da Prefeitura de Santiago (2015).

Schneider (2009), discutindo a importância de iniciativas de descentralização e a valorização da participação e do protagonismo dos atores da sociedade civil para tornar a ação estatal exequível, chama a atenção para a importância das prefeituras, enquanto esferas infranacionais do poder público. No caso, pode-se perceber a Prefeitura como o agente que tem favorecido o protagonismo de outros agentes para a construção de uma ordem social no que tange a construção desse sistema agroalimentar alternativo.

De maneira inter-relacionada, os agentes fazem desencadear uma nova institucionalidade relacionada à capacidade de agência local, desenvolvendo ações que ativam diferentes mecanismos de institucionalização. Tais ações reforçam-se mutuamente para a construção da realidade social, influenciando diretamente a coordenação do campo organizacional, ao ponto de promover uma proteção da produção, comércio e consumo alternativo, em relação àquelas formas de provimento do sistema agroalimentar moderno.

6.2.3 O discurso profissional e a mediação da informação

Entre os papéis relevantes na organização e promoção dos circuitos curtos de comercialização e consumo em Santiago, destaca-se o desempenhado pelas organizações e profissionais relacionados à saúde, mas também àqueles que mediam a comunicação e divulgam informações sobre a temática agroalimentar, seja proveniente do nível do campo organizacional ou de sistemas sociais mais amplos. Como cita Machado-da-Silva, Filho e Rossoni (2010), a abrangência de um campo não está sujeita apenas às influências endógenas, pois enquanto sistema social não existe autonomia plena ou isolamento em relação a processos sociais mais amplos.

A informação tem o poder de promover a alteração das lógicas institucionais e, assim, ao desafiar as instituições que amparam o sistema agroalimentar moderno, contribuir com a mudança institucional. Conforme Scott (2012, 2014), as lógicas institucionais são combinações de elementos normativos e cultural-cognitivos que operam ao nível geral em termos de campo, fornecendo orientações práticas para constranger ou para capacitar a ação social. Desse modo, projetam estruturas, estratégias, procedimentos ou formas institucionais, mas também fornecem o apoio para os agentes exercerem as atividades selecionadas, sob o disfarce de compreensão, aceitabilidade e legitimidade (Ibidem). Na medida em que os indivíduos agem por impulso de determinadas lógicas em detrimento de outras, altera-se o modo de organização da vida social.

Nos últimos anos, entre as lógicas institucionais que desafiam a convencionalização dos alimentos destacam-se as preocupações com a qualidade dos alimentos em função da saúde e a qualidade de vida. Existe uma mudança no discurso dos profissionais da área da saúde, especialmente médicos e nutricionistas, reforçado pela mídia que, por meio de uma série de argumentos normativos, defendem que, para as pessoas terem uma vida longa e saudável, existe a necessidade da mudança dos entendimentos em relação às práticas de consumo, especialmente sobre o que consomem, a origem e o modo de produção. Scott (2014) ressalta que alguns grupos sociais são dotados de prerrogativas especiais e estão revestidos de capacidades que lhes permitem exercer uma liderança moral na sociedade, tornando-se racionalizadores e promotores de certas arenas da vida social. Para Díaz Méndez e Benito, “Hoy la confianza (y la información) está basada en fuentes especializadas, son los expertos en nutrición y salud quienes indican al ciudadano qué es bueno para comer” (DÍAZ MÉNDEZ; BENITO, 2008, p. 265).

O ambiente constitutivo originado principalmente das crises alimentares, mas também da evolução dos conhecimentos em relação à nutrição, dietética e medicina influenciam o comportamento dos agentes do campo organizacional, na medida em que tocam em um valor importante que é a vida. Para Allaire (2012), os julgamentos em torno da qualidade dos alimentos são expressões de muitas arenas públicas que formam determinadas narrativas e são defendidas na forma de conhecimento popular, opiniões da mídia, leis e regulamentos, teoria científica, dentre outros. Nos excertos a seguir, pode-se perceber a existência de relações com o discurso profissional, e como essas informações têm determinado narrativas em nível de conhecimento compartilhado na sociedade.

Quando dá uma notícia de que tal produto é bom para tal coisa, colesterol, isso ou aquilo, é só gente na feira procurando aquilo ali. (Agricultor_hortomercado_4).

A televisão com os programas instrutivos, te apresentam os produtos que são bom para alguma idade, se tem problemas de diabetes, colesterol. Alimentos que devem ingerir mais e aqueles que não têm que consumir (Consumidor_hortomercado_3)

Na época que descobrimos que tinha um produtor fazendo produção orgânica no município, fomos procurar saber. Fomos nos inteirar mais sobre o que acontece em relação a produção de alimentos mais orgânicos para melhorar a qualidade de vida das pessoas: a questão do uso de agrotóxicos, matérias passadas por médicos, nutricionistas, do Ministério da Saúde. Buscando pessoas especialistas, para ver por que uma ou outra coisa é bom para a saúde. Como isso é feito na cidade de Santiago. Vamos até a propriedade para mostrar como os agricultores produzem. A gente vai na propriedade, por que no caso dos orgânicos estão com esse negócio do selo. Nosso papel aqui não é só ver se as pessoas fazem, mas ver se isso está dentro daquilo que a gente acredita que deve ser a qualidade de vida (Fomento_imprensa_1).

A mídia contribui muito! Só para ter uma ideia, a gente vendia 4 caixas de batata doce por semana e agora estamos vendendo doze. Por que a batata doce passou a ser a queridinha. O pessoal que malha e se preocupa com o corpo quer batata doce. Quando sai uma reportagem na TV ou revista explode o consumo (Varejista_1).

O caráter afirmativo das representações em torno do discurso profissional, difundidas através de informações da mídia, enfraquece os conhecimentos, crenças e ideias de como os alimentos convencionais eram percebidos. Na medida em que trazem as informações sobre os problemas da produção de alimentos no âmbito do sistema agroalimentar moderno, estão dando conta de que estão ocorrendo mudanças no ambiente, enfraquecendo a legitimidade das instituições que o suportam. A revelação dos altos índices de resíduos de agrotóxicos encontrados em frutas e hortaliças contribui com a falta de credibilidade das organizações de regulação, coincidindo com a redução do consumo de alimentos de origem desconhecida. Segundo Hernández (2005), as complexidades crescentes dos sistemas alimentares, associadas

às veiculações na mídia, contribuem para fomentar um número cada vez maior de medos alimentares que mesclam o imaginário com o real. Esses elementos geram outra ordem cognitiva, mas também normativa, as quais acabam restringindo a conduta, em relação ao que era dado. Os indivíduos começam a observar as soluções dadas, o que os outros vêm fazendo, e aos poucos vão se gerando motivos e justificativas subjacentes, que alteram os padrões comportamentais, promovem o desenvolvimento de um novo consenso social (novas ideias) e alteração dos compromissos existentes dentro do campo (identidade). Para Berger e Luckmann (2012, p. 109), a institucionalização não é “um processo irreversível a despeito do fato das instituições, uma vez formadas, terem a tendência de perdurar”. Ou seja, instituições que perduram por longos períodos a exemplo daquelas ligadas à convencionalização dos alimentos também podem enfraquecer, dando lugar para outras que valorizem a proximidade.

As informações dos meios de comunicação fortalecem as pressões que ressignificam as práticas alimentares, especialmente vinculando-as aos diversos aspectos ligados à reconexão com a comida. A comunicação permite o reconhecimento público da existência de um quadro de insatisfação, mas também aponta soluções. Ao apresentar uma solução, a exemplo dos excertos antes citados, eles atribuem certa legitimidade normativa e cognitiva e revelam outras estruturas sociais para resolver determinados problemas. Para Fonte (2010), na medida em que a informação tem o potencial de educar tanto os produtores de alimentos como os consumidores em matéria de práticas de qualidade e consumo alimentar, ela tem o potencial de contribuir com as iniciativas para a realocação dos sistemas alimentares.

No caso estudado, as informações provêm do sistema social mais amplo, principalmente quando relacionadas a temas gerais como saúde e qualidade de vida. Por outro lado, também provêm do campo organizacional, até por que a presença de 12 formas de circuitos curtos por si só reforça a pressão sobre os meios de comunicação, como destaca um entrevistado: *“Santiago já tem uma mídia criada em função da produção de hortifrutigranjeiros: formação de cooperativas, grupos, infraestruturas como o hortomercado, os orgânicos, a merenda escolar, agora está abrindo uma feira nova”* (Fomento_imprensa_1). Scott (2014) chama atenção de que os elementos institucionais são profundamente portáteis e, assim, como as organizações podem ser afetadas por forças locais, elas também são afetadas por forças que têm origem em ambientes muito distantes. Dessa forma, podem chegar nas pastas de consultores, nas mochilas de pessoas que vem de fora, pela internet, imagens de cinemas, dentre outros (Ibidem).

O contexto do município facilita que as divulgações das informações se deem de forma abrangente, dado que as organizações de comunicação procuram se legitimar a partir de

uma imagem de responsabilidade para com o território, priorizando informações que os conteúdos relacionem-se aos sistemas locais. Desse modo, uma mesma informação é divulgada invariavelmente por mais de um meio de comunicação⁴⁸, ocasionando um aumento da densidade informacional. Por circular rapidamente, proporciona que as ideias e conhecimentos favoreçam relações e procedimentos que ocorrem entre os agentes dentro dos circuitos curtos, como o reforço das relações sociais. Para Berger e Luckmann (2012), a distribuição do conhecimento fornece significados integradores, servindo como um contexto que outorga sentido objetivo para a experiência e o conhecimento fragmentado do indivíduo.

Na medida em que esses elementos normativos e cultural-cognitivos criam bases de significação subjetivamente reais, instituem-se elementos de legitimação para uma ordem institucional a partir da qual procedimentos e ações passam a ser autorizados. Os sistemas simbólicos ordenam e por isso legitimam os papéis cotidianos, as prioridades e os procedimentos operatórios no contexto de um quadro de referência daquilo que é concebível (BERGER; LUCKMANN, 2012). Enquanto a mídia global mostra situações distantes da realidade do município, o contexto facilita que os agentes possam ir vivenciando a mudança.

Portanto, a informação relacionada à alimentação, tal como vem sendo disseminada nos últimos anos, tem conseguido causar alterações sobre os sistemas simbólicos e, desse modo, por meio da agência dos componentes do campo, exerce uma mudança institucional que tem beneficiado o coroamento de um sistema agroalimentar alternativo. Do lado dos consumidores, percebe-se o aumento do número de pessoas que, mesmo de forma parcial, tem adotado inovações reflexivas nas práticas de consumo. O aumento do número de agricultores vinculados a um ou outro tipo de circuito demonstra o aumento do envolvimento com produção para esses fins, reincorporando e gerando autonomia para aqueles historicamente marginalizados do processo excludente de desenvolvimento da agricultura. De forma agregada, percebe-se que, mesmo que por vezes se pareçam despropositadas, o discurso profissional e as veiculações na mídia desempenham um papel na construção de normas e representações vinculadas à estruturação dos sistemas agroalimentares alternativos.

No próximo capítulo, aprofundar-se-ão os entendimentos sobre as instituições que criam as forças institucionais dentro do campo, valendo-se para isso de três circuitos curtos de comercialização e consumo, como demonstrado na metodologia deste trabalho, a saber: o Hortomercado, a feira de orgânicos, e a venda para o varejo local.

⁴⁸ O município apresenta seis rádios (Rádio Santiago AM, Rádio Itu AM, Rádio Verdes Pampas FM, Rádio Nova 99 FM, Rádio URI FM, Rádio Central FM), dois jornais semanais (Jornal Expresso Ilustrado e Jornal Folha Regional) e dois blogs mais influentes (Nova Pauta.Com e Rafael Nemitz).

7 ELEMENTOS INSTITUCIONAIS DO CAMPO ORGANIZACIONAL

O campo organizacional não existe sem ocorrer um alinhamento entre um conjunto de padrões de interação social de natureza múltipla (pilares institucionais). A organização desse capítulo foi determinada pela categorização das entrevistas, quando se buscava identificar a imbricação entre as instituições que atuam como forças orientadoras e modeladoras da conduta dos agentes e que valorizam e criam espaços para os circuitos curtos.

Scott (2014) fez a distinção entre três pilares institucionais (cultural-cognitivo, valorativo e regulativo) para esclarecer os princípios pelos quais a abordagem institucional ampla sustenta sua interpretação da construção social da realidade. Todavia, instituições cultural-cognitivas, valorativas e regulativas não atuam separadamente. Ao contrário, operam de forma inter-relacionada, e o efeito institucional é uma expressão agregada. Uma valoração encontra-se apropriada inconscientemente pelos indivíduos por meio de uma cognição social objetivada em função de como os fatos são percebidos. Logo, elementos de valores não são inatos. Constituem-se e são implicações de cognições sociais compartilhadas, as quais determinam uma relação de causalidade entre ações aceitas como corretas e outras tomadas como erradas. Ou seja, o conhecimento precede os valores (BERGER; LUCKMANN, 2012). Por outro lado, os valores orientam as cognições e logo as práticas realizadas. As regras são objetivações que tomam o poder coercitivo da autoridade para tomar força.

Para Friedland (2014), a vida social é organizada por uma multiplicidade de esferas de valor, que são defendidas e pretendidas por meio do exercício de práticas sociais ou pelo discurso. Toda ação humana contém um conteúdo cultural e cognitivo proveniente das trajetórias sociais vividas, organizadas sob a forma de uma lógica intelectual própria, que, por sua vez, está associada a algum tipo de valoração e a um propósito de utilidade para a vida ou para seu mundo (Ibidem). A ação reflete as representações que os agentes têm em torno do contexto social onde ocorrem, quando passa pelo crivo da aceitabilidade, já que nessas circunstâncias são especificadas as extremidades valorativas e selecionados os meios adequados para realizá-las. De acordo com Cassol (2013), é o contexto social e cultural que confere familiaridade e orienta para a busca por determinados produtos.

Como os relacionamentos exercidos no interior do campo ganham os contornos da proximidade, eles permitem associações de parâmetros de valor e de significado, diferentes dos convencionais (MARSDEN; BANKS; BRISTOW, 2000). Para o consumidor, essa associação pode se revelar na escolha do que e como consumir. Para o agricultor, pode estar na decisão do que produzir, de que modo e como comercializar. O mesmo tipo de juízo de

valor também está nas decisões dos agentes promotores e regulatórios para fomentar, resguardar ou controlar as formas alimentares alternativas. A cada decisão há uma associação de valorações, legitimados por trajetórias sociais dos indivíduos e do conhecimento e experiência que possuem da realidade da vida cotidiana. Conforme Berger e Luckmann:

Os mecanismos conceituais que mantêm os universos simbólicos acarretam sempre a sistematização de legitimações cognoscitivas e normativas, que já estavam presentes na sociedade de modo mais ingênuo e que cristalizam no universo simbólico em questão (BERGER; LUCKMANN, 2012, p. 143).

As decisões e entendimentos dos agentes em torno de diversos itens que compõem a construção do sistema agroalimentar alternativo são resultados de julgamentos diferenciados de importância (processo valorativo), concomitante a uma cadeia de consequências mentais (processo cognitivo) ou de sanções e incentivos (processo regulativo). As elaborações cognitivas fornecem os elementos interpretativos para que os comportamentos possam ser estruturados e os procedimentos tomados. Como discutido na seção anterior, as instituições derivam de várias circunstâncias. Algumas se desenvolveram em um período de tempo mais curto e outras em um tempo mais longo. Algumas estão inscritas na cultura e modo de vida das pessoas. Outras nascem das práticas sociais realizadas no interior do campo em face das condições organizacionais do mesmo. Algumas se legitimam frente às fragilidades do sistema convencional, outras dentro das fortalezas das formas de comercialização com proximidade. Outras, ainda, provêm de níveis mais amplos da sociedade, oriundo, por exemplo, do discurso de profissionais da área da saúde e medidas pelos meios de comunicação. Essa diversidade de situações e pesos atribuídos são fatores explicativos para as diferenças entre formas alternativas e formas convencionais, mas também para como ocorre a construção social dos mercados e a expressão por meio de diferentes tipos de circuitos curtos.

Portanto, pretende-se identificar e compreender quais são os elementos institucionais associados aos mercados de circuito curto, Hortomercado, Feira dos Orgânicos e Mercados Varejistas, mas que também convergem para um efeito institucional comum, dadas as condições institucionais vigentes no campo. São através desses elementos que as pessoas se comunicam e se orientam no circuito e que também acontece a pressão para a conformidade dentro do campo organizacional. A conformidade, por sua vez, permite que haja legitimidade das instituições e algum tipo de efeito institucional.

7.1 QUALIDADE

As discussões sobre a qualidade dos alimentos estão presentes nos meios acadêmicos, nas conversas informais entre consumidores, na mídia (CRUZ; SCHNEIDER, 2010) e no conteúdo de políticas públicas de segurança alimentar, como PAA e o PNAE. Essa discussão vem acompanhada da alteração do significado da noção de qualidade dos alimentos, como discutido no capítulo 2. A principal mudança está associada à defasagem do conceito de quantificação de atributos de produto e processo, próprios do sistema agroalimentar moderno, para noções mais qualitativas, inerentes a concepções do preferível, do desejado e dos meios legítimos para perseguir esses fins. O discurso moral sobre o significado ganhou forma diante da crença de que o marketing de massa dos alimentos levou a uma mesmice, diminuiu a “autenticidade” e a conexão com localidades e tem causado a exploração dos agricultores nos países do terceiro mundo (MIELE, 2006).

A ressignificação do conceito pode ser atestada pelo avanço de processos tecnológicos de produção mais equilibrados, como a produção orgânica, mas também pelas formas mais justas de comercialização e consumo e que recuperam o valor agregado sobre os alimentos para os agricultores, para as quais uma série de valores morais vem sendo atribuída. De acordo com Sassatelli (2004), isso é assim porque o consumo de alimentos e seus discursos alternativos raramente são isolados, mas colocam práticas alimentares no contexto de questões mais amplas e implicadas em noções de justiça, decência, natureza e saúde e que funcionam como códigos para a justificativa prática da ação.

Para Allaire (2012), a qualidade é resultado de julgamentos e instituições que operam no interior dos mercados. Um julgamento está relacionado a um fim (valor) e, para sua exequibilidade, mobiliza tradições, entendimentos, conhecimentos e crenças (cognições). Encontra-se associada a representações que, diante de novas situações, são confrontadas com memórias anteriores, fornecem os meios e ordenam práticas sociais objetivamente praticáveis por meio de distintos papéis desempenhados na realidade social. Por trás dessas, ainda pressupõem-se métodos e sistemas de produção, interesses e disputas de poder (SONNINO; MARSDEN, 2006). Portanto, a qualidade toma a noção de construção social e é resultado da negociação em torno de um quadro valorativo relacional (contexto), realizado na interação social entre os agentes (agricultores, consumidores, agentes promotores e reguladores).

Diferentemente dos alimentos tradicionais e artesanais, como o caso do Queijo Serrano estudado por Cruz (2012), que apresenta particularidades típicas ligadas ao processo e ao lugar, as frutas e hortaliças se caracterizam mais por sua generalidade, associada a aspectos

físicos, modo de produção e padrões de negociabilidade. O entendimento de qualidade condiz com objetivações materiais convencionais, numa perspectiva de estética do alimento: uma fruta e/ou hortaliça colhida há pouco (frescor), com cheiro característico, com peso e/ou tamanho adequados, sem sinais da presença de insetos ou de doenças, íntegra fisicamente, com maturidade apropriada, sem murchamento e acondicionadas em embalagens adequadas. Essas características têm conotações com a vida útil do alimento e adequação para o consumo.

Na feira, o consumidor já objetivou que o alimento provém de um agricultor local, foi colhido há pouco, é fresco e apropriado para o consumo. Esse conhecimento chega legitimado pelo interconhecimento com os agricultores, a tradição que explica como as feiras são realizadas, mas também pela regra constitutiva que determina que somente sejam comercializados nas feiras alimentos produzidos em Santiago. “A Feira do Produtor é o local onde os pequenos e médios produtores rurais **do município de Santiago** se reúnem para expor e comercializar seus produtos hortifrutigranjeiros e demais produtos coloniais, diretamente aos consumidores” (SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E PECUÁRIA, 2010, p. 1, grifo nosso). Quando o agricultor requer admissibilidade ao Conselho Administrativo da Feira, suas condições são analisadas pela Emater ou pelo Departamento Técnico da SMAP que, após visita ao estabelecimento rural, emite um laudo técnico certificador e autorizativo. Essa instituição regulativa assegura a conformidade do agricultor entre os agentes do circuito, ao mesmo tempo em que legitima a associação do que é comercializado nas feiras com a procedência local. De acordo com um agente promotor dos alimentos, a feira é “[...] *uma extensão dessa pequena propriedade, com a possibilidade de ele continuar a vender o produto*” (Fomento_executivo_1). Portanto, ele não comercializaria um alimento diferente daquele produzido para o consumo de sua família.

A compra de um alimento na feira remete à ideia de que foi produzido em condições mais próximas das naturais (modo de produção) e por um agricultor do lugar (origem/procedência do alimento): “*É fresquinho. É mais natural. A gente sabe que é colhido lá na roça*” (Consumidor_hortomercado_9). Portanto, os consumidores creem que esses alimentos foram produzidos por quem preza pelo cuidado, dignos de crédito e inspiram mais confiança e reputação do que aqueles de fora do município, como os comercializados pelos circuitos varejistas convencionais. Segundo Azevedo (2009), um dos pressupostos apresentados para os circuitos curtos é justamente essa ligação mais estreita entre a sociedade e a natureza, com potencial de reduzir a alienação do consumidor.

Nos circuitos varejistas, a decisão de compra do consumidor se apoia mais sobre a estética do alimento do que sobre outros entendimentos. Para atender a esse critério, os

varejistas valoram as condições pelas quais as frutas e/ou hortaliças chegam até o supermercado. Os alimentos produzidos em Santiago percorrem menores distâncias e chegam com aspectos estéticos melhor preservados, do que quando proveniente da CEASA - RS, como exposto nos excertos a seguir:

O nosso comprador (o consumidor) é muito criterioso em relação ao aspecto. A gente só trabalha com o local avaliando bem. Normalmente o produto é bom, não dá tanto tombo. Ele carrega ali e já descarrega aqui. O produto que vem de São Paulo, ele já desce lá do centro do país, descarrega em Porto Alegre, descarrega em Santa Maria, carrega novamente, descarrega aqui, e até chegar ao consumidor fica levando tombo. Produto com qualidade coloca aqui e vende. Mais que preço! A gente viu esse ano. Tivemos um pêssego e uma uva que trazia colocava ali e vendia. E o preço era maior que os da concorrência (Varejista_5).

A gente avalia se tem qualidade ou não na compra: padrão, tamanho. Não pode ser coisa pequenininha. Não pode ter nada estragado. (Varejista_6).

Tomando a alface como exemplo, em função do histórico de transações, o agricultor já tem uma expectativa sobre a pretensão do varejista em relação aos seus aspectos estéticos, o tamanho por exemplo. Então, quando não consegue atender da maneira como supunha, ajusta as características dentro do espaço de manobra que lhe é cabido. Para o agricultor, não pode ser nem muito grande, nem muito pequeno: *“Pé muito grande para o supermercado não é bom. Quem compra um pé grande não come em um dia. Então ele não retorna a comprar”* (Agricultor_varejista_1). Por outro lado, quando muito pequena, ela *“não gira”*. O ajuste do tamanho é realizado pela junção de duas plantas em uma só unidade: *“[...] coloca três unidades! Junta com um palitinho e forma um pé de alface. Isso quando o produto for de péssima qualidade”* (Agricultor_varejista_4). Portanto, a base material define práticas compartilhadas em torno de uma qualidade perceptível, condição para a manutenção das entregas no circuito varejista.

Outra prática para assegurar a estética são as precauções contra o murchamento. Para manter a integridade até chegar ao consumidor, seguindo o exemplo da alface, elas são colhidas mais próximas da entrega, lavadas em água corrente, acomodadas em caixas plásticas, permanecendo em ambiente com temperatura amena e baixa ventilação até o transporte. *“Levanto às 5 da manhã e o produto chega novinho no mercado. Não colho no dia anterior porque tu colocas no carro e normalmente ela já chega abatida na cidade. Se for colhida no dia, bem embalada, indo molhando já na hora da colheita ela dura 5 dias”* (Agricultor_varejista_3). As entregas são realizadas nos depósitos ou direto nas gôndolas expositoras, quando agricultores e varejistas novamente negociam essas representações. A perda das características estéticas requer a substituição por uma planta nova na entrega

seguinte, quando o agricultor recolhe aquelas que não foram comercializadas. A troca é uma prática legitimada entre os agentes do circuito varejista, sem a necessidade de um ajustamento contratual formal, e que tanto resguarda o varejista de perdas eventuais, como preserva a relação comercial entre agricultor e varejista. Poucos agricultores não aceitam a troca. Nesses casos, a compensação é substituída pela redução no preço pago pelo alimento ou a sujeição a entregas contínuas na medida em que vai havendo o consumo: “*Quando subir a última caixa, os últimos 25 pés para a banca, já me ligam. Às vezes é quente e tem que ligar a irrigação para dar uma molhada para colher, para não murchar*” (Agricultor_varejista_1).

No circuito varejista, o consumidor recebe poucas informações sobre o que acontece antes da gôndola e dá credibilidade ao controle realizado pelo varejista, que se preocupa mais com a estética do que com outras representações em torno do alimento. “*O mercado não quer saber como é produzido. Eles querem produto bonito e aparente. Eles cuidam mais o inseto, uma lagarta, uma lesma, [...]*” (Agricultor_varejista_5). Isso demonstra o poder do varejista frente à estruturação dos mercados locais, dada a condição da limitada comunicação com os consumidores. Mesmo em pequenos mercados como em Santiago, as relações entre as pessoas vêm sendo perdidas, corroborando o anonimato das grandes cadeias, como apontou Wiskerke (2009). Dadas as devidas proporções, essas estratégias são semelhantes às aquelas de acumulação, tomadas pelos supermercados controlados pelos impérios alimentares.

Diferentemente destes, os alimentos para o Hortomercado são colhidos pela manhã, lavados, dispostos em caixas plásticas e organizados por tipo e volume, para serem comercializados à tarde, como se verifica abaixo. O transporte é realizado em veículos com a carga coberta para prevenir da agressão do vento e da contaminação do ambiente.

Uma hortaliça tem que ser bonita, bem verde, bem grande, não sendo amarelada, nem nada. Alface lava com água bem limpa, coloca nas caixas, cuidando para não apertar, nem nada. Deixa bem úmida, coloca uns panos úmidos por cima. A gente utiliza sacola só para entregar, nova e nada de usada (Agricultor_hortomercado_1).

Pela interação face a face, a estética do alimento tem relação com aparência, tamanho e limpeza. Em virtude dos vários boxes do Hortomercado estarem dispostos um ao lado do outro, e os consumidores circularem pelo corredor central, eles têm a possibilidade de conferir as diferenças entre os cuidados tomados pelos agricultores e assim fazer juízo de valor sobre o que veem, mas também sobre aquilo que possa ter acontecido com os alimentos antes de chegarem até eles. Como os agricultores associam a procura maior por uma ou outra banca

com a diversidade e aparência dos alimentos, existe uma pressão de reprodução das práticas de sucesso que já vem sendo utilizadas por outros agricultores.

Para a Feira dos Orgânicos, os alimentos recebem cuidados semelhantes àqueles do Hortomercado. Porém, existe uma maior personalização do alimento, pois são embalados em pequenas quantidades ou individualmente em sacos plásticos transparentes e acondicionados em caixas de isopor. Esse tratamento isola o alimento da condição externa e facilita a comercialização, como detalha o excerto a seguir:

Tira a verdura, lava, deixa bonitinho, arruma e ajeita com plástico transparente para aparecer o produto. Transporta em caixa de isopor, porque o vento que pega para transportar faz as verduras murcharem, principalmente as folhosas. Na caixa de isopor tu consegue colher até um dia antes, pois ela conserva a temperatura. Tu colheu e botou na caixinha. Colocou e deu! Tem que colher bem de manhã ou bem de tardezinha, por que se o sol tiver quente ela da uma murchada. Na feira quando expõe alface a gente fica ali colocando aguinha, para o vento não secar. A cenoura em vez de vender num molho solto a gente vende num saquinho. A couve a gente vende picada na feira. São coisas que tu vai aprendendo. Ela tem que estar bonita e gostosa, por que daí o pessoal leva tranquilamente (Agricultor_orgânico_1).

Essas diferenciações refletem cuidados com a estética do alimento, mas também para reduzir perdas. Quando acondicionados em caixas de isopor, os alimentos são preservados do manuseio do consumidor pela exposição, já que ele associa qualidade com uma estética que pode ser verificada pela visão e o toque. Apalpar é uma condição de perceber fisicamente a consistência, o volume de uma hortaliça ou o estágio de maturação de uma fruta. Em uma produção diversificada como para as feiras, dificilmente o agricultor consegue atingir uma padronização aos moldes de uma produção convencional especializada, razão pela qual possui alimentos em diversas condições físicas. O consumidor, por sua vez, utiliza suas percepções e estratégias para mitigar eventuais prejuízos que possam ocorrer por ocasião da compra:

O consumidor apalpa, por exemplo, a alface por duas coisas. A primeira é olhar, e ver o tamanho. Depois pelo cheiro. Mas na alface ele pega para ver se está consistente, se tem peso, se não é só volume. Será que tem bastante folha? (Fomento_extensão_3).

Tem gente que leva a rúcula ensacadinha. Mas não adianta. O pessoal quer botar a mão. Ele quer olhar. Nós levemos, escolhemos as mais graúdas por que o pessoal reclama que para lavar é ruim. Nós levávamos tudo empilhadinha. Mas tem umas senhoras que chegam e dão uma revirada (Agricultor_hortomercado_3)

Quem é que não sabe que o melão quando está amarelo está maduro? Pois tem umas com as unhas, desse tamanho, chegam e metem a unha. Um dia eu contei uma moranga verde que voltou, tinha 38 cravada de unha (Agricultor_hortomercado_3).

Esses aprendizados, vividos na interação pessoal, permitem que os agricultores justifiquem as razões pelas quais os alimentos não atingiram a estética pretendida, em função de características das variedades, ocorrência de pragas, doenças, intempéries, dentre outros. Na Feira de Orgânicos, as representações dos consumidores já estão mais ligadas a alimentos menos padronizados, e os critérios físicos também se ajustam: *“Aqui pode ter uma aparência mais feia, o que hoje não estou vendo, mas sabe que é saudável”* (Consumidor_organicos_5).

De uma ou outra maneira, representam uma passagem desde questões puramente tecnológicas (externo) para compromissos com outros valores e cognições de causalidade que transpõem a ação econômica e compõem uma qualidade que pode ser negociada e construída. Segundo Silveira e Zimmermann (2004), muitas vezes o consumidor põe ênfase em características externas, como tamanho, cor e integridade, mesmo sem saber sobre as características intrínsecas aos alimentos. Para normalizar as práticas sociais e ajustar as relações com os consumidores, novas rotinas e ações habituais são tipificadas e vão sendo incorporadas, muitas das quais inspiradas em outros circuitos. Segundo Miele (2006), o consumidor busca negociar suas disposições de compra com outros desejos e considerações, como uma concepção de aparência visual ou outras contingências que afetam a experiência completa dos alimentos, como os locais de compras ou serviços associados. Mesmo que as feiras sejam espaços de interação face a face, também retêm representações habitualizadas e valorizadas pelos consumidores nos circuitos varejistas, como o uso de embalagens. O hábito “[...] fornece a direção e a especialização da atividade que faltam no equipamento biológico do homem, aliviando assim o acúmulo de tensões resultantes dos impulsos não dirigidos” (BERGER; LUCKMANN, 2012, p. 76). Assim, guardadas as semelhanças, os fatores que constituem as relações em um ou outro circuito se explicam a partir do contexto de expressão.

A compra do agricultor pelo varejista está associada à estética e à regularidade, enquanto dos consumidores com o varejista, à frequência na disponibilidade. A qualidade que interessa ao supermercado encontra-se centrada na aparência e resistência do fruto ao transporte, na regularidade de oferta ao longo do ano (MAZON, 2010), capaz de eliminar a sazonalidade de produção independentemente da origem da fruta e/ou hortaliça. Esses relatos evidenciam os desafios dos agricultores permanecerem nos circuitos varejistas, pois precisam produção regular de alimentos, padronizados e em quantidade. Para tanto, é necessário reduzir a diversidade (média de 2,23 cultivos de frutas e 5,8 de hortaliças), aumentar a especialização e investir em infraestrutura produtiva. São circuitos movidos pela racionalidade de eficiência técnica, produção em escala, beneficiando principalmente agricultores mais capitalizados e com disponibilidade de mão de obra, normalmente contratada.

A participação na feira é mais flexível, pois a oferta dos alimentos é organizada pela possibilidade de produção, nas quantidades já habituadas de venda: “*Na feira tem que levar o que vai vender e também aquilo que dá para fazer*” (Agricultor_hortomercado_4). Não existem sistemas de produção especializados em poucos cultivos, pois para atender a demanda e compor a renda, os agricultores precisam recorrer à diversificação de cultivos ou ocupar-se com a agroindustrialização de alimentos. Os feirantes orgânicos têm em média 3,6 espécies de frutíferas e 7,0 de hortaliças; e os do Hortomercado, 2,60 e 7,6, respectivamente. Os agroindustrializados adicionam valor agregado aos alimentos, ao mesmo tempo em que geram oportunidades de escolhas para os consumidores, como justifica um agricultor:

[...] se todo mundo levasse só verdura e fruta a renda cairia pela metade. O consumidor entra lá e nem todos querem a mesma coisa. Então ele vai na banca compra um alface, o queijo, o leite, o pão, uma bolachinha. Ele entra ali e compra tudo o que precisa. E a gente precisaria criar mais outras coisas. Só que a gente não vence (Agricultor_hortomercado_1).

O que cada agricultor vende em dinheiro depende do produto. Quem vende salada tem que levar uma camioneta. Tem gente que leva carne que faz um monte de dinheiro (Agricultor_hortomercado_2).

Os produtos da agroindústria são um chamativo. A maioria leva salada, mas leva alguma coisa de carne. O produtor do hortomercado não é especialista em nada (Agricultor_hortomercado_3).

Ao mesmo tempo em que os consumidores adquirem alimentos agroindustrializados, também compram frutas e/ou hortaliças. Para os consumidores, as feiras representam o lugar dos alimentos com um mínimo de processamento e sem a presença de conservantes. Já para os agricultores, a comercialização desses alimentos contribui para formação de sistemas diversificados, dentre os quais se incluem a produção, mesmo que em pequena escala, de frutas e/ou hortaliças.

Nas feiras livres, os consumidores associam o alimento como de melhor qualidade em relação aos do circuito varejista. Essa qualidade está vinculada à origem, já que, por ser produzido por agricultores locais, supõe-se um maior conhecimento em torno do modo de produção. Mesmo que a maioria das hortaliças folhosas comercializadas pelos varejistas seja produzida em Santiago, tal como excedentes de feira, em função dessas informações não serem comunicadas, elas são percebidas como de fora do município, portanto, recebem menos confiança pelos consumidores. O anonimato do circuito varejista torna esses alimentos sob mesmos entendimentos que aprofundam as crises de legitimidade do sistema agroalimentar moderno, a exemplo da contaminação química das frutas e/ou hortaliças. O crédito da

qualidade pela origem é dado ao local de comercialização independente do conhecimento sobre o modo de produção. O alimento local transmite a ideia de que recebe maior cuidado na produção, portanto, oferece menor risco para a saúde e é mais saudável. Ferrari (2014), avaliando as feiras livres de Chapecó, ratifica que “se percebe uma crença na qualidade intrínseca dos produtos coloniais e agroecológicos vendidos na feira livre” (2014, p. 143). A sustentação dessa origem está relacionada à identidade sociocultural compartilhada, mas também às redes interpessoais que enlaçam tanto quem produz como quem consome.

A qualidade está vinculada ao lugar e às circunstâncias de produção semelhante aquelas de produção doméstica feitas em experiências passadas dos consumidores. A identidade sociocultural do Santiaguense é resultado de uma composição étnica entre o colono imigrante e o criador de gado. Ambos carregaram o modo de vida do meio rural e, logo da vinda do campo para a cidade, mantiveram as residências com pequenas hortas caseiras. “*Os terrenos eram comprados e logo o mato derrubado para o plantio do arvoredo e a construção da horta*” (Historiador_2). May (1985), avaliando a expressividade da produção caseira de olerícolas em 1985, no entorno da cidade de Santiago, atestou que a maioria das residências tinha hortas domésticas, totalizando 12 hectares. Em função da doação e distribuição do excedente de produção para os vizinhos e amigos, por mais que servissem para manter vivas a amizade e a ligação, as hortas eram tidas nessa época como enfraquecedoras da comercialização dos hortigranjeiros nos supermercados.

Segundo o Agricultor_varejista_4, “*levava 20 pés por dia e, acredita, não chegava a vender todos*” (Agricultor_varejista_4). Com a mudança de estilo de vida da sociedade, associada ao salário, à diminuição do tempo de permanência no domicílio, ao papel assumido pela mulher no mundo do trabalho, houve alterações das formas alimentares, mas que não chegaram a distanciar as práticas sociais de consumo. A origem conhecida por meio da compra é uma forma de resguardar as condições de procedência dos alimentos, as quais se atribui uma menor utilização de tecnologias adulteradoras do processo natural de produção, como a manipulação genética das espécies e o uso de agrotóxicos. Além disso, geram impressões de paladar e gosto diferenciadas em relação àqueles alimentos provenientes do circuito varejista convencional, como sustenta um agricultor: “*O gosto da alface que produz na terra é totalmente diferente. A cenoura orgânica é doce. Estava colhendo rúcula para uma família e eles diziam: a gente sente o cheiro da rúcula. Que diferença!*” (Agricultor_orgânico_1); “*Ele dá um alimento diferenciado, ..., e como dá no prato*” (Consumidor_hortomercado_9). Segundo Cayot (2007), ao lado da segurança do alimento, há

sempre a necessidade de comer algo com sabor, fator atribuído ao alimento que carrega a noção de tradicional e que representa uma imagem de bom para a saúde dos consumidores.

O alimento produzido pelo agricultor toma uma percepção de ser típico do patrimônio cultural alimentar local, de subsistir as tentativas de alteração e de ser capaz de qualificar pratos da cozinha regional. Em uma cultura territorial maior (município de Santiago), existem trocas específicas entre uma cultura alimentar do sistema de estância, baseada no consumo de carne, com aquela do colono, que insere uma diversidade de alimentos de origem vegetal, a exemplo das hortaliças folhosas e tubérculos: “*Em Santiago se come muita carne e não tem como comer carne sem salada*” (Ex-prefeito_3). Essas combinações geram uma gastronomia alimentar típica e que, mesmo diante das mudanças no modo de vida das pessoas, mantém-se na cultura por meio de cognições compartilhadas. Como sustentam Berger e Luckmann (2012), esses entendimentos chegam até às pessoas por ouvirem dizer e por experienciarem com os mais velhos e faz com que resgatem suas lembranças. Assim, a partir dos alimentos, resgata-se a tradição, um saber fazer passado de geração para geração, o qual confere sentido ao consumo para quem busca não apenas alimentar-se, mas saborear um saber fazer com identidade (FROEHLICH; VENDRUSCOLO, 2012).

A tipicidade está associada ao elemento humano específico do território que se relaciona ao prazer de comer, mantido por um paladar nostálgico oriundo de tempos precedentes, quando os riscos inerentes ao consumo eram menores. Trata-se das percepções sensoriais que, segundo Cayot (2007), são fruto das habilidades perceptivas dos consumidores, da memória alimentar e outros aspectos psicológicos e sociais. Para Froehlich e Vendruscolo (2012), trazendo o caso da Quarta Colônia de Imigração Italiana, essas narrativas do passado são reelaboradas e acionadas no presente com um objetivo específico e causador de distintividade. Para os autores, trata-se do mito de origem, em que a origem passa a ser ressignificada sob um processo de positivação, da simplicidade, a rusticidade e a qualidade natural, e que compõem a reivindicação de uma identidade territorial. Hernández (2005) acrescenta que dada a evolução da produção e da distribuição agroalimentar, perdeu-se o contato com o ciclo de produção, a origem real, os procedimentos e as técnicas envolvidas. As frutas e os legumes se tornaram insípidas e sem interesse gustativo, pois as características desenvolvidas por meio de seleções foram àquelas favoráveis ao produtor, ao transportador e ao vendedor: lucro, solidez do fruto, possibilidade de cozimento precoce ou mecanizado, maturação artificial, cor, visual, atraente, dentre outros (Ibidem). Assim, consumir alimentos procedentes do lugar são sinais distintivos que reconstituem a imagem do natural, fresco e com gosto, em oposição ao que por vezes parece ser artificial ou, como nomina Hernandez

(2005), plástico e sem alma⁴⁹. Como lembra o entrevistado: “*Esse pessoal que migrou do meio rural eram pequenos produtores e tem os mesmo gostos por aqueles produtos que consumiam lá*” (Fomento_executivo_1).

O fato dos consumidores comprarem de um agricultor de Santiago está associado à ideia de alimentos mais saudáveis, entendidos como seguros, que refletem hábitos peculiares de consumo e bons para a saúde. Essa condição é sustentada por meio da interação interpessoal, mas também validada pelo discurso de outros agentes, como os mediadores da informação que, ao associarem a qualidade do alimento com a produção local, reforçam ainda mais essa crença (figura 11). Segundo Beckert (2007b), o enquadramento normativo e cognitivo dos mercados, ancorado em sistemas de crenças sociais, é um elemento constitutivo de seu surgimento, pois molda a avaliação da oportunidade e adequação dos produtos oferecidos e, assim, reduz a incerteza nos mercados.

Figura 12 – Notícia sobre os benefícios do morango e a produção local de Santiago.

EXPRESSO ILUSTRADO - 24 de dezembro de 2010

SAÚDE

cadernoX 07

Quer morango saudável?

Quem for ao hortomercado certamente, terá uma surpresa ao encontrar o estande do seu Odacir Colpo, isso porque ele produz moranginhos de ótima qualidade, e o mais importante, sem agrotóxico. Em sua propriedade ele cultiva diversas hortaliças, alface, beterraba, vagem, espinafre, tempero verde e cebola, com esses produtos ele abastece alguns supermercados da cidade. Conforme Odacir, o segredo da qualidade dos moranginhos é adubação correta, água natural, rotatividade da terra e a



Odacir Colpo e os filhos Felipe e Alexandre.

forração dos canteiros é feita com folha de pinus ao invés de lona preta, que aquece e prejudica o fruto. Nessa colheita já foram vendidos cerca de 400 kg e a safra ainda não terminou.

Os benefícios

O morango contém grande quantidade de vitamina C, que evita a fragilidade dos ossos, má formação dos dentes, dá resistência aos tecidos, age contra infecções, ajuda a cicatrizar ferimentos e evita hemorragias. Possui, em menor quantidade, vitamina B5 (Niacina) e Ferro. A Niacina evita problemas de pele, do aparelho digestivo, sistema nervoso e reumatismo; e o Ferro é importante porque faz parte da formação do sangue. Natural ou em sucos, é recomendado como auxiliar do tratamento da gota e reumatismo. É ainda eficiente contra infecções do fígado, garganta e vias urinárias. O morango amassado com mel é um bom remédio para os males dos rins; e sua folha em forma de chá purifica o sangue, fortalece e alcaliniza o sistema nervoso, além de ser excelente diurético.

Odacir reside na rua Alceu Carvalho, em frente a Associação do Banco do Brasil, bairro Alto da Boa Vista, e as encomendas podem ser feitas pelo fone 9629-6287.

Fonte: Jornal Expresso Ilustrado (2010).

Por mais que os agricultores assumam um discurso perante os consumidores, de uma produção baseada em variedades tradicionais, dentro de uma preocupação de manter as

⁴⁹ Na feira também se encontram frutas e hortaliças inexistentes em outros circuitos, como: araticum, pitanga, cereja, guabiroba, arará, chicória de capoeira, tomate coração de boi, couve rábano, dentre outros.

características de um alimento que “vem da terra”, propiciador de saúde e qualidade de vida, ao serem questionados sobre a produção ser mais ou menos orgânica, afirmam desenvolver sistemas de produção híbridos. Na fase exploratória da pesquisa, foi solicitado que atribuíssem um escore de 1 a 10 para o modo de produção, sendo que o escore 1 relacionava-se à predominância de métodos de produção próprios de sistemas mais convencionais, e o escore 10 para sistemas de produção mais orgânicos. Observou-se que agricultores que participam dos circuitos varejistas utilizam tecnologias mais convencionais, pois 60,7% atribuem um escore até o valor de cinco. Já os do Hortomercado mencionam sistemas tecnológicos mais híbridos, pois 59,4% estão no quadrante entre o escore 6 e 10. Já os agricultores da Feira de Orgânicos possuem sistemas de produção totalmente orgânicos. A convencionalização passa a ser uma tendência na medida em que existe regularidade nas entregas e expectativa de aumento de renda em torno de um circuito curto em específico.

O discurso dos alimentos isentos de agrotóxicos fornece legitimidade para a conduta dos agricultores em relação às questões de qualidade do alimento, sobretudo para se ajustar as novas institucionalidades normativas e cognitivas provenientes do campo. De acordo com Mazon (2010), os benefícios econômicos da comercialização, dentro da expectativa do varejista, exige aplicação de produtos químicos, o que torna invisível a percepção dos riscos à saúde. O que preocupa em Santiago é a gravidade do tema, pois a assistência técnica é insuficiente e inexistem fornecedores que priorizem a produção de frutas e hortaliças e, assim, são utilizados insumos de forma desordenada, como comprova o depoimento a seguir:

Um dia bateu aqui um senhor que trabalhava com hidroponia. Aí olhei e era tapada de tripes, de raspadora nas alface dele. Aí expliquei que não adianta fungicida. Isso não vai combater! Se não for um veneno para sugador não adianta, pois ele se esconde debaixo da folha. Tem que ser um que ele sugue e daí a carência é 14 dias. Tem uns de contato como o Decis que é rápido. É meio perigoso por que tem produto que se aplica na alface e é 14 dias. Mas para a rúcula é 80. E o pessoal aplica e não quer saber disso” (Agricultor_hortomercado_5).

Já os agricultores orgânicos, ao se ajustarem à condição estatutária da APOS e da certificação pela Rede Ecovida, sofrem a pressão coercitiva de assumir uma posição de não utilizar insumos sintéticos. A presença de um selo certificador permite informar ao campo organizacional sobre a conduta dos associados, apoiando-se no pilar regulativo, para ganhar mais valor e reconhecimento para esse tipo de produção do que simplesmente teriam a partir de uma informação oral. O selo é um artefato e, segundo Scott (2014), artefatos permitem aumentar as possibilidades de comercialização, como também de proporcionar legitimidade institucional dentro do campo. No circuito varejista, o consumidor acredita na reputação do

varejista, ao qual se atribui a crença de que não seria capaz de fazer alguma coisa para prejudicá-lo, tal como comercializar um alimento com agrotóxicos.

A qualidade vinculada a um alimento capaz de nutrir, preservar a saúde e gerar longevidade é mencionada no discurso dos consumidores. Essa cognição está amparada na nova institucionalidade advinda de recorrentes informações sobre formas adequadas de se alimentar, alimentos mais saudáveis (modo de produção), como também dos riscos que as tecnologias aplicadas à produção e ao processamento podem trazer como demonstram os depoimentos abaixo:

O principal é a saúde. O pessoal está voltado a cuidar da saúde. Sabendo que é uma alimentação saudável, eles vêm buscar mesmo (Consumidor_hortomercado_9).

Eu gastava cinco filés lá em casa. [...] Meu guri comia 70 barras de cereal na frente do computador. Trocamos tudo! Tudo por frutas, legumes e hortaliças, em grande quantidade. Fomos formados para uma dieta e já tem um movimento bem diferente (Consumidor_orgânico_3).

Eu consumo por causa da saúde. Os médicos mandam comer frutas (Consumidor_varejista_4).

O aumento das inquietações sobre as propriedades materiais dos alimentos, associado às expectativas pessoais dos consumidores, define comportamentos e decisões de compra por alguns tipos de alimentos. Allaire (2012) classifica essa tendência como uma dimensão hedônica da alimentação, que se origina de uma preocupação dos indivíduos por algum tipo de benefício pessoal. Para uma saúde mais equilibrada, os consumidores reconhecem dietas baseadas em um maior nível de frutas e hortaliças, dietas vegetarianas, dietas ricas em fibras, alimentos que, além das funções nutricionais básicas, também geram efeitos funcionais para a saúde. Essas representações proporcionam informações que causam o aumento da demanda dentro dos circuitos, como referendam os depoimentos abaixo:

A televisão apresenta programas instrutivos com os produtos que são bons para alguma idade, se tem problemas de diabetes, colesterol. Alimentos que devem ingerir mais e aqueles que não deve ingerir (Consumidor_hortomercado_3).

A televisão está fazendo a propaganda mas falta produzir. Ela explora o que da audiência para ela. Ela manda tomar suco de couve e isso fez aumentar o consumo, uma coisa fora do comum. Aqui tem um médico aposentado que faz um programa na rádio e coloca no jornal aquilo que é bom para a saúde. Depois meu Deus do Céu, o que tem de gente procurando coisa. Assim é o esquema da televisão, o que o Vida e Saúde colocar, vem peso de gente. O povo tá apavorado com as questões de saúde. Tudo para prevenir aquilo que pode vir acontecer (Agricultor_orgânico_3).

Por mais que informações da mídia possam corresponder a estratégias de marketing e propaganda em prol de algum tipo de interesse, como o depoimento acima reconhece, também incluem informações científicas e que contribuem com a mudança institucional.

Nos circuitos varejistas, a qualidade associada à saúde refere-se à diversidade e à disponibilidade de frutas e hortaliças para uma dieta mais equilibrada. Há uma mudança das crenças dos consumidores em relação à participação de frutas e hortaliças na dieta, porém sem se colocar questões como o tipo e como o alimento foi produzido (hidropônicos, orgânicos e convencionais): “*Fruta e hortaliça é uma medicina, é um remédio* (Consumidor_varejista_2); “*Frutas e hortaliças são qualidade de vida*” (Consumidor_varejista_10).

Nos circuitos curtos da Feira dos Orgânicos, a qualidade está vinculada tanto em função de frutas e hortaliças fazerem bem para a saúde, como na crença da inexistência de uso de pesticidas. Já no Hortomercado, ela se sustenta sobre a utilização de uma quantidade de insumos sintéticos que não ofereçam risco à saúde dos consumidores. O consumidor da feira de Orgânicos_8 acentua: “*Sempre me preocupei com a alimentação. É tanta coisa, que acho que o veneno está por traz de tudo*”. Quanto mais a origem for conhecida, menor a incerteza e o risco de um modo de produção artificializado e, portanto, um alimento de melhor qualidade. Mesmo que não seja uma conclusão absoluta, pois diferentes cognições envolvem a racionalidade dos agentes, o consumidor da feira de orgânicos está mais preocupado com as questões de segurança e saúde. Já o consumidor do Hortomercado é mais sujeito a informações que denotem impressões de sabor, reconexão com o passado, mesmo que isso implique consumo de insumos sintéticos, como justifica o depoimento do agricultor:

O consumidor quer saber da qualidade, se tu usa ou não usa produto. A maioria entende que os produtos tem sua carência. Eu digo para o consumidor, se eu for plantar tomate e não tratar. Eu trato no começo, quando começa a produzir eu paro. E, normalmente só passo fungicida. E, produtos de baixa carência. Senão tu não libera para o consumo (Agricultor_hortomercado_5).

O principal fator que tem promovido a aproximação do consumidor com o agricultor são representações em torno de um consumo mais responsável em relação a questões de saúde e qualidade de vida. As objetivações das cognições passam pela interação com quem produz, a disponibilidade e credibilidade das informações, de modo que essas representações tornam-se instituições que beneficiam especialmente os circuitos curtos das feiras.

O circuito varejista ainda não se apropriou desses entendimentos e tem se amparado preponderantemente sobre a visão comercial que prioriza a qualidade do alimento enquanto estética. Por outro lado, esses circuitos são potenciais na organização de uma demanda

estruturada capaz de reter mais valor para a região e permitir o aumento das possibilidades de comercialização para os agricultores locais, como complementa Ferrari:

A agricultura familiar frente às mudanças no padrão de consumo do sistema agroalimentar pode se apresentar em vantagem estratégica na medida em que seus produtos forem associados à tradição, à natureza, ao artesanal e ao local, um conjunto de valores agora valorizados pelos consumidores urbanos (FERRARI, 2013, p. 226).

Considerando que as decisões de compra dos consumidores levam em conta elementos profundamente pensados e reflexivos, o desafio é que os circuitos varejistas tomem para si o papel de disponibilizar um maior número de informações sobre o alimento. Somente a compra do alimento do agricultor local e sua distribuição, sem tratar da produção de significados em torno do consumo, não parecem ser suficientes para a criação de oportunidades para a agricultura familiar ao nível do território. Ao mesmo tempo, independentemente dos efeitos contraditórios, conforme Balem e Silveira (2015), são justamente os supermercados os locais de maior aquisição dos alimentos. O setor de frutas e hortaliças está entre os principais destaques do portfólio de produtos das superfícies de varejo (ANJOS; GODOY; CALDAS, 2005), aumentando ano após ano os espaços em suas lojas para esses tipos de alimentos. Portanto, sua importância para o desenvolvimento territorial precisa ser considerada.

De maneira geral, enquanto o fator qualidade no circuito curto varejista está associado à estética, disponibilidade e regularidade, outras práticas e discursos mais heterogêneos e reflexivos ligam qualidade às feiras livres. As feiras, apesar de serem circuitos limitados na capacidade de incluir novos agricultores familiares, representam espaços que facilmente dialogam com o conceito de qualidade negociada, numa perspectiva de construção social. Aqui estamos tratando de uma qualidade ampla, como sustenta Silveira *et al* (2008), a qual valoriza a qualidade nutricional, gosto e sabor característicos das formas de produção, métodos de produção mais ecológicos, mas também outras questões que, por mais que não tenham a garantia do poder público de sua aptidão ao consumo (alinhamento com o pilar regulativo), atendem a preferência dos consumidores. A realidade social está menos sujeita a leis e deliberações, por mais que haja os estatutos sociais das associações dos Feirantes e da APÓS e o Regulamento e Conselho Administrativo das Feiras.

A maioria desses entendimentos reforça a proximidade e proporcionam a realocação, diante do temor causado pelo distanciamento proporcionado pelo modo convencional de produção e distribuição dos alimentos. Os elementos culturais não estão tão salientes, porém são facilmente mobilizáveis, como se aprofundará na próxima seção.

7.2 RECONEXÃO COM O PASSADO

A localização espacial dos estabelecimentos produtores de frutas e hortaliças coincide, sobretudo, com a área de ocupação da porção ao sudeste do núcleo urbano da cidade de Santiago (Anexo A). Trata-se de uma região de topografia ondulada, solos profundos e pedregosos, vegetação arbórea e arbustiva, pequenos estabelecimentos familiares, que confere uma paisagem colonial típica. O povoamento aconteceu tardiamente por imigrantes oriundos, sobretudo, da Colônia Ernesto Alves, parte da Colônia Jaguari, em função da necessidade de áreas próximas, dado o aumento do número de integrantes no núcleo familiar.

Os imigrantes incrementaram as atividades comerciais e desenvolveram a agricultura de Santiago, até então considerada pouco diversificada e apoiada demasiadamente sobre a produção pecuária bovina e ovina (CONSTANTINO, 1984). As atividades do colono opunham-se àquelas do criador, pois tinham estabelecimentos familiares diversificados e atividades de pequena escala visando o autoconsumo. Essa particularidade do sistema de produção se objetiva na crença de que produzir alimentos diversificados é “negócio” de colono. *“O grande produtor não se identifica com isso. Essa agricultura familiar é que se identifica”* (Ex_prefeito_3). Os fazendeiros não produziam muito mais do que carne e alguns alimentos como *“mogango, abóbora, milho, batata doce, mandioca e trigo; e frutas como marmelo, pera, laranja e bergamota”* (Historiador_1). As crenças fornecem um grau de aprovação para que determinadas ações passem a ser tomadas como verdadeiras.

Mesmo que a modernização da agricultura tivesse influenciado e pressionado os sistemas de produção, e as famílias reduzissem a diversidade de cultivos alimentares em prol de *commodities*, no que Balem e Silveira (2015) denominam erosão cultural alimentar, o conhecimento sobre a produção diversificada não se perdeu. Os processos históricos de ocupação e produção de alimentos, além de outros aspectos particulares da cultura alimentar, foram repassados nas práticas sociais entre as gerações e recriados por meio dos circuitos curtos, representando um patrimônio particular do território (sistema simbólico). Para Hernández (2005), determinados elementos pré-existentes próprios de uma identidade coletiva podem ser convertidos em um patrimônio, os quais permitem interpretar a história, como o próprio território no tempo e no espaço.

A proximidade entre os estabelecimentos rurais favoreceu a interação social e o convívio entre os vizinhos, o que foi suficiente para guardar os conhecimentos (estrutura social) na forma de elementos de significado, práticas e artefatos, mantidos institucionalizados na cultura local. Ainda concordando com Balem e Silveira (2015), esse conhecimento faz

parte das representações das famílias e pode ser ativado facilmente através de políticas públicas como o PNAE ou por espaços de comercialização direta. Em 2015, foi criada a Feira da Vila Nova, e a maioria dos novos feirantes vinha desenvolvendo outras atividades, como a produção de milho, feijão e fumo. Com a feira, rapidamente alternaram a prioridade entre as atividades, passando-se a dispender mais tempo para aquelas de liquidez imediata.

A região colonial contemplada pelas localidades de Paraíso, Vila Betânia, Vila Branca, Viadutos, Cerca de Pedra, Buriti e Ernesto Alves representam o principal espaço dessa organização produtiva diversificada e de pequena escala, reconhecida por rotinas e representações próprias da identidade de colono. *“Geralmente esse pessoal de horta é para áreas pequenas, e não para grandes áreas. Essa região é assim”* (Historiador_4). Cultivar frutíferas e hortaliças e o processamento de alimentos compõe esses sistemas de produção desde sua formação histórica, como relembra o Ex_prefeito_4, referindo-se à década de 1970: *“Naquela época a colônia era rica! Era coisa mais linda chegar na casa de um colono. Em qualquer casa que tu chegavas era bem recebido. Aquela fartura deles querendo te agradar”*. Portanto, essa produção de autoconsumo se tornaria a atividade originadora das atuais.

Essa historicidade também se reproduziu na venda da quitanda. A comercialização de porta em porta estava atrelada a uma estratégia de venda do excedente de produção para adquirir bens não produzidos na colônia, como salienta o Historiador_2: *“No final de semana o meu pai pegava aquele dinheirinho e ia numa olaria e comprava tijolo e um pouquinho de cimento”*. O aumento da população urbana e a melhoria da trafegabilidade proporcionada pela estrada que cortava a colônia ao meio, desde Ernesto Alves até a cidade e que, em 1982 tornou-se a BR 287, facilitou o deslocamento e a transformação da venda da quitanda numa estratégia de reprodução familiar. De acordo com Maye (1985), na década de 1980, o comércio ambulante era expressivo. A quitanda tornara-se tradição de muitos colonos e tudo que produziam, desde alimentos de origem animal (embutidos, pequenas porções de carne *in natura*, leite e derivados), de origem vegetal (hortaliças, frutas, ervas medicinais, cereais, tubérculos, doces e geleias) e até lenha de fogueira eram comercializados fracionados.

Essa gente é que produz (referindo-se aos colonos). Foi a necessidade de buscar a sobrevivência. Era de carroça, charrete, traziam muito leite e outras coisas. O Perassolo da Vila Branca trazia uva, figo, pera, frutas em geral ... Quitandeiro aqui tinha bastante (Historiador_2).

Desde criança eu me lembro de que era um costume do pessoal vir vender na cidade os seus produtos. Traziam laranja, traziam galinha, o que eles tinham.... Como pode ver hoje ali na feira. Eu me lembro de ver o pessoal de carrocinha com laranja enfiada em uma madeira, como uma amostra. Sempre foi assim (Ex-prefeito_4).

O aprofundamento da crise estrutural da renda agrícola nas atividades vinculadas aos complexos agroindustriais (que a exemplo da soja⁵⁰ foram sendo incrementadas na Colônia), o descontentamento com a relação assimétrica com o atravessador⁵¹, a falta de autonomia na venda foram fatores motivadores para buscar alternativas na comercialização. Mesmo que “fazer a quitanda” pudesse ser considerada uma atividade depreciativa⁵², na medida em que se adquiria a habilidade do comércio e se obtinha o transporte para vender de porta em porta, formava-se um novo quitandeiro. A aprendizagem foi sendo contínua e com o tempo se aperfeiçoou, assim, muitos quitandeiros se tornaram feirantes, como destacam os relatos a seguir:

O pai nunca deu dinheiro para ninguém, se quisesse dinheiro tinha que trabalhar. Então eu colhia bergamota nesses pomares antigos, pois tinha certos pés que davam fora de época. E eu, cansei de vender bergamota no campo do ferroviário. Íamos vender laranja e bergamota na porta dos estádios. Depois, a gente pegava um caminhão e vendia em todos os bairros (Fomento_executivo_1).

Por um longo tempo fui de bicicleta toda sexta feira, depois de carroça com cavalo, e mais tarde consegui comprar uma camionete. Daí tu consegue abranger uma área maior de entrega. Às vezes é meio dia e não consigo atender a todos. Começou a aumentar a área de abrangência. Às vezes é uma encomenda da semana que o consumidor já ligou pedindo. Levo aquilo e ele já me compra outra coisa. (Agricultor_organicos_3).

A quitanda adquiriu o status de prática social repassada na forma de tradição entre gerações. Outrossim, comprar do quitandeiro constituiu-se numa representação compartilhada de compromisso moral distintivo da comunidade com quem vive, produz e comercializa dessa forma. Assim, não é um valor intrínseco ao alimento, mas atrelado às condições relacionais, tanto sociais como do patrimônio físico. Trata-se de elementos éticos ligados à tradição e à identidade cultural que o consumidor recupera a partir do alimento⁵³. Para Froehlich e Vendruscolo (2012), referindo-se à produção colonial e artesanal, elas também representam a

⁵⁰ “Eu comecei plantando soja aqui nesse lugar com uma junta de boi. Essas alfaves eu inventei a campo fora. Comecei assim sozinho. Ninguém dava bola para esse negócio de verdura. Não tinha nem informação” (Agricultor_varejista_4).

⁵¹ “Eu vendia para uma intermediária! Eu entregava a 25 centavos e ela vendia a 75 centavos. Ela ganhava 50 centavos e eu 25. Então em um belo dia eu convidei ela para repartir, 35 para cada um. Ela não quis. Então eu disse: vamos parar! E, não vem mais buscar que não tem mais. Vou tentar vender por conta senão vou botar fora. Naquela época já tinha a exploração” (Historiador_4).

⁵² Segundo o entrevistado Historiador_2: “Essa é uma atividade cansativa, chata! Tinha os prevalecidos. Vender hortigranjeiro era para miserável”.

⁵³ A quitanda compõe a identidade cultural da população dessa região. A música Quitandeira de Sadi Machado, Miguel Marques e Eurides Nunes, vencedora da Tertúlia Nativista de Santa Maria de 1983, é um exemplo disso. Uma de suas estrofes traz a seguinte LETRA: “Entra no povo planejando a venda / Lembra as encomendas da última viagem/ Lá na hospedagem da velha Ritoca / Moranga e mandioca e o feijão-de-vagem”.

produção da agricultura familiar, que supõe uma produção caseira, carregada de sentimentos de nostalgia e proximidades com a “tradição”.

Essas representações fazem parte do imaginário dos agentes do campo organizacional, públicos ou privados, os quais têm suas histórias imersas nessa mesma condição, como ratifica o relato do Historiador_1: *“Boa parte da população de Santiago é descendente de imigrantes da colônia Jaguari, que produziram, enriqueceram, foram assumindo as propriedades da riqueza, mas suas raízes são daqui”*. Portanto, consumir e fomentar a produção de alimentos provenientes dessas condições representa uma aproximação com a própria identidade social, uma reconexão com a cultura. Ademais, torna-se um compromisso moral dos agentes para preservar práticas tradicionais, o modo de vida dos agricultores e os espaços rurais ainda resistentes à modernização (natureza), os quais ultimamente vêm sendo paulatinamente incorporados pelas áreas de soja, que vão transformando e homogeneizando a paisagem territorial. Os elementos culturais têm a função constitutiva de definir os interesses dos agentes, pois é a partir dela que se cria a possibilidade de que certas atividades sejam autorizadas e/ou praticadas (SCOTT, 2014). Esses interesses, portanto, são ascendentes das situações sociais e construídos dentro do contexto institucional (Ibidem).

Para Lucchese-Cheung, Batalha e Lambert (2013), os alimentos são carregados de significados simbólicos e, como tais, difusores e construtores de identidades sociais. Para os autores, com quem também concordam Froehlich e Vendrusculo (2012), os indivíduos recebem influências de valores, normas, tabus e crenças, e suas práticas alimentares representam meios de lhes aproximarem dos seus grupos de pertencimento, de identificação com um grupo. Portanto, mais do que uma necessidade física, o ato de alimentar-se permite fazer relações com a trajetória de construção social dos indivíduos, recuperando e revalorizando a imagem nostálgica de um lugar, sobre o qual se constituiu um modo de vida e no qual a produção para o autoconsumo fazia parte. Para Muchnik (2006), estamos aqui tratando de imagens mentais relacionadas a valores culturais e identitários, mas também como aspectos de qualidade organoléptica, com aparência e sabor presumível (tipicidade).

As sensações de pertencimento que animam os circuitos curtos vêm da associação da compra com a valorização do trabalho do agricultor no lugar onde o alimento é produzido, a tipicidade caracterizada pelo saberes passados de gerações em gerações, dentre outras representações, como demonstram os excertos abaixo:

Um pouco dessa aceitação do produto local pelo local tem uma parte de cultura de nossa cidade, em função da grande quantidade de gente que veio do interior. Essa parte do porta em porta. Tem gente que quer resgatar essa situação e é uma

tradição aquela condição de ter a relação com o pessoal do interior. A maioria do pessoal que está na cidade conhece ou foi de lá (Fomento_extensão_4).

Eu fui criada mais com produtos de fora, por que meu pai tinha uma chacinha. Então a gente trazia tudo. Automaticamente compro todas as hortaliças dali. [...] sei que é um produtor que é nosso. Que está ali produzindo” (Consumidor_hortomercado_1).

[...] fui criado para fora. Comecei a trabalhar muito cedo. Com 8 anos eu já ajudava os meus pais, mas trabalhava para fora. [...] Meu pai teve que vir embora para cidade com uma mão na frente e outra atrás por que trabalhava lá fora praticamente de graça. Quando eu vim para o meio dos agricultores eu pensei, eu tenho que dar uma mão para esses agricultores, naquilo que meu pai não teve lá fora. Esse é uma das minhas metas (Fomento_executivo_4).

O alimento permite a proximidade entre as identidades sociais dos agentes do campo organizacional. Segundo Schneider e Tartaruga (2004), mesmo que as pessoas, os produtos, as mercadorias, as imagens e as ideias mudem de lugar, o que se percebe em vários lugares é a luta identitária com todo seu vigor. A compra local pelos varejistas é tida pelos agricultores como resultado de uma valorização dessa vida pregressa e das relações de interconhecimento. “*Aquela pessoa que vem debaixo ele valoriza os outros. Um dia ele foi como nós!*” (Agricultor_varejista_4); “*Fora as redes, os demais mercados valorizam o produto de Santiago. Fora as redes! Eles visam o lucro! O mercado daqui te conhece, até procura te dar uma mão. A rede não! Eles só querem saber se tu tens ou não tem*” (Agricultor_varejista_4). As redes, em função das compras centralizadas e despersonalizadas, são vistas por priorizar a compra pelo preço e a estética do alimento, que devem ser condizentes ao que a central de compras obterá ao comprar de qualquer outro agricultor.

Nas feiras, a compra dos agricultores é uma forma de reconectar-se a um mesmo grupo social. Houve mudanças nas trajetórias entre os indivíduos que os colocaram em situações diferentes na atualidade, porém a memória permite compartilhar entendimentos a partir dos mesmos sistemas simbólicos. A compra representa a forma pela qual o consumidor pode, à sua maneira, colaborar para criar condições de trabalho para os agricultores familiares e recuperar aquilo que está na eminência de desaparecer (modo de vida no meio rural).

Portanto, as representações dos agentes do campo organizacional são fruto de uma construção social infundida com as características culturais da região (lugar), que tanto dão sentido, como autorizam o acontecimento de práticas sociais. Mesmo diante da força dos impérios alimentares, os valores interiorizados pelos agentes em suas trajetórias de vida fornecem a autorização cognitiva para o fortalecimento dos circuitos curtos. Desse modo, o campo organizacional não é apenas uma fonte de recursos materiais, mas também de

elementos simbólicos e subjetivos, construídos no decurso de circunstâncias históricas específicas e vivenciadas em experiências coletivas. Segundo Brunori (2007), por mais que as características dos alimentos possam ser dinâmicas, os consumidores escolhem os alimentos de uma comunidade por que percebem essas características distintivas.

Um sistema de normas e valores não nasce sem um corpo de definições culturais provenientes do lugar que as pessoas ocupam na sociedade e das trajetórias pelas quais passaram. A cultura opera em um nível mais profundo de constituição da realidade, nas estruturas pré-conscientes que se corporificam em rotinas e determinam comportamentos. Na abordagem neoinstitucionalista, os fatores culturais representam esses aspectos simbólicos realizados por definições externas e que, segundo Scott (2014), funcionam como dispositivos que proporcionam repertórios a partir dos quais os agentes selecionam peças para definir as suas linhas de ação (definições internas). Para Berger e Luckmann (2012), os aspectos simbólicos são produtos sociais que têm uma história capaz de transcender o domínio da vida social, permitindo que o indivíduo possa localizar-se nas mais solitárias experiências. Ou seja, para entender o seu significado tem-se que entender a história de sua produção (Ibidem).

Os quadros culturais podem estar institucionalizados em diferentes graus (SCOTT, 2014), servindo como meios e fontes de conduta individual (FRIEDLAND; ALFORD, 1999). Isso quer dizer que o recipiente cultural é importante, mas não é o único fator predisponente para que os padrões de interação ganhem regularidade e as ações aconteçam. Pessoas em uma mesma condição podem perceber uma situação de maneira diferente, tanto em termos do que é como do que deveria ser (SCOTT, 2014). O entendimento comum é construído numa negociação com o passado, mas que também pode ser negligenciado, já que a construção social do indivíduo é ajustada no dia a dia, no transcurso das experiências contemporâneas. Além disso, a escolha de um determinado alimento e a forma de aquisição é contingenciada por outros fatores como renda, disponibilidade, distância da residência aos pontos de fornecimento, condições de saúde pessoal, laços de amizade, dentre outros.

Enquanto iniciativas como as indicações geográficas têm buscando o resgate e a revalorização de identidades em torno dos alimentos fortemente amparadas no pilar regulativo, os circuitos curtos de comercialização e consumo de Santiago demonstram fazer essa reconexão com o passado amparados sobretudo no pilar cultural-cognitivo e normativo. A dimensão cultural e simbólica vivifica o sentimento de pertencimento e identidade compartilhada e permite que vínculos sociais sejam reativados e mobilizem estratégias em benefício de uma sobrevivência para alimentos produzidos em um mesmo território, podendo se tornar uma estratégia de desenvolvimento territorial, conforme a próxima seção buscará tratar.

7.3 DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL

Para os estudos do campo organizacional dos circuitos curtos de comercialização e consumo, faz-se uso de uma abordagem de desenvolvimento territorial (como já discutido a partir de Abramovay (2010) na parte inicial desse trabalho), discutida por Schneider e Tartaruga: está-se tratando do papel do contexto e do espaço social como fator de desenvolvimento (SCHNEIDER; TARTARUGA, 2004), e valorizando os atributos políticos e culturais das comunidades e dos atores sociais ali existentes (SCHNEIDER, 2009).

O território não se define somente pelos aspectos físicos onde a produção e as relações econômicas acontecem (proximidade espacial), mas pela maneira como se produz a interação social em seu interior (ABRAMOVAY, 2001). Segundo Sumpsi (2007), se existem características socioeconômicas comuns e se persiste entre a população um sentido cultural de vinculação com a região, ou seja, uma identidade territorial, então existe um território.

As instituições como valores, normas, ideias, crenças, tradições e conhecimentos aparecem a partir dessa referência territorial, fornecendo estrutura e significado e, associada ao fomento dos agentes locais e decisões de compra, transformam-se em estruturas de coordenação para uma estratégia de desenvolvimento territorial a partir dos circuitos curtos de comercialização e consumo. Como pondera Abramovay (2001, p. 168), “o segredo do desenvolvimento não reside em dons naturais, na acumulação de riqueza, nem mesmo nas capacidades humanas, mas nas instituições, nas formas de coordenação da ação dos indivíduos e dos grupos sociais”. Para Azevedo (2009), os circuitos estão submetidos às instituições e a valores próprios das escalas onde se inscrevem. Dessa concepção de coordenação horizontal decorre o vínculo tão íntimo com o desenvolvimento do território. Assim, o desenvolvimento é resultado do emaranhado institucional que confere distintividade na forma de apropriação espacial (JEZIORNY, 2015), em que essas características influenciam sobre a formação de instituições mais favoráveis para o aprendizado coletivo, a inovação, a dinamização dos territórios e a diminuição das desigualdades (FAVARETO, 2010).

Os valores, ideias e representações atuam como forças modeladoras sobre práticas e intervenções do campo organizacional, reduzem as incertezas dos resultados, capacitam os agentes na estruturação dos mercados de circuitos curtos e contribuem no desenvolvimento territorial. Portanto, a concepção de mercado não é restrita a uma racionalidade instrumental, diretamente mercantil e monetarizável, mas está envolta em uma racionalidade substantiva, de conteúdo social que promove a proximidade das relações sociais e econômicas, a

solidariedade entre as pessoas e a indissociabilidade entre o rural e o urbano, a natureza e a sociedade, a produção e o consumo.

A corrente hegemônica pressupõe o desenvolvimento territorial por meio de estratégias setoriais, que valorizam as cadeias de *commodities*, a produção e a conexão com mercados dinâmicos de articulações fora do território. Nessas estratégias, ocorre uma individualização e redução da solidariedade entre os agentes, já que as relações e interações econômicas e comerciais são organizadas por corporações transnacionais e ocorrem independentemente daquelas existentes no território. Já por meio dos circuitos curtos, as relações sociais são compartilhadas em torno de referências territoriais que favorecem o aumento da reciprocidade e solidariedade no campo organizacional como um todo, baseado na valorização da diversidade produtiva, mas também em relação às trajetórias sociais dos agentes. Ocorre um aumento do reforço das articulações em escala local, contribuindo com um maior controle e domínio sobre o exercício de seu funcionamento, com a melhoria da distribuição de alimentos para a população, com o aumento do valor agregado e com a garantia de que os rendimentos possam ser razoavelmente distribuídos entre os mais fracos e para os agricultores que operam com escala reduzida.

A origem da intervenção política a favor dos mercados alternativos em Santiago está associada à ideia de alcançar autonomia em relação à procedência dos alimentos para o abastecimento e à criação de oportunidades para a agricultura familiar. Primeiramente, movido pelo interesse do escoamento da produção local (relocalização física). Mais recentemente, instigado pelas transformações que ocasionaram a relocalização simbólica dos alimentos, como uma forma de resistência às forças externas. Portanto, como nominou Brunori (2007), tornou-se uma relocalização relacional, importante tanto pelo escoamento, como por construir uma base de significados reposicionadora do alimento local.

Historicamente, os municípios da Metade Sul dependeram de frutas e hortaliças providas da CEASA-RS. Existe uma construção normativa dos consumidores de que os varejistas devem dispor de uma diversidade desses alimentos, independentemente da origem. Essa representação, facilitada pela globalização, que transpôs as barreiras da falta de comunicação e também pelas tecnologias de tratamento pós-colheita e refrigeração, favoreceu a especialização de um segmento de provedores. A exceção das hortaliças folhosas, o restante das demanda de Santiago provém da CEASA-RS, por meio dos próprios varejistas quando

possuem transporte próprio, de empresas distribuidoras⁵⁴ ou pelas redes de varejistas (Rede Vivo e Rede Super), que compram por meio de uma Central de Compras.

Essas vinculações da produção externa com o consumo local demonstram, mesmo que de forma parcial, os vínculos estabelecidos entre os mercados locais e as grandes cadeias e a vulnerabilidade em relação à dependência global, que desconsidera contingentes menores de consumidores e os recursos sociais de um dado território. A dependência externa ordena um desenvolvimento espacial desigual, pois a demanda agregada e a renda decorrente se concentram em uma região favorecida, não raro distante do local de consumo, delimitando áreas centralizadas e periféricas (MARSDEN, 2009). Os mercados menores tornam-se pouco atrativos para algumas atividades econômicas, bem como para a construção de arranjos institucionais mais favoráveis para o desenvolvimento de algumas atividades econômicas. Segundo Silveira e Heinz (2005), utilizando o caso dos alimentos artesanais da agroindústria caseira, quando em pequenos centros urbanos mantêm-se entre a população de origem rural o hábito de produção para o consumo próprio, ocasionando a diminuição da demanda por esses alimentos. A solução nesses casos, como apontam os autores, seria buscar mercados maiores. Para Veiga (2002), a geração de uma demanda agregada por produtos e serviços seria uma forma de promover a economia local dos territórios, fortalecendo uma revalorização espacial da economia. No caso estudado, dadas as características inerentes aos alimentos, fica claro que essa demanda é mais facilmente organizada com as hortaliças do que com as frutas.

A organização dos mercados tem como entendimento a necessidade de redução do domínio e controle da participação dessas empresas distribuidoras: “*Nosso objetivo era tirar o atravessador que comprava lá fora e vinha vender na cidade*” (Fomento_executivo_1). Por mais que a intermediação comercial possa proporcionar a regularidade e oferta de alimentos para os consumidores, a simples disponibilidade física não resolve questões socioeconômicas, culturais, espaciais e ambientais envolvidas com a produção (MALUF, 2004). Assim, mesmo que não se atinja toda a demanda necessária pelos varejistas, como é o caso das frutas, a compra de uma parcela de produção local já reduz a periodicidade das entregas dos alimentos pelos intermediários, pois os custos de transporte se mantêm os mesmos. Conseqüentemente, o aumento do tempo entre as entregas prejudica a estética dos alimentos, pois nem todos os varejistas têm as instalações adequadas para conservação dos alimentos. Através dos relatos dos consumidores nos circuitos varejistas e por meio de observações, foi possível certificar

⁵⁴ Durante a coleta de dados, verificaram-se veículos de distribuidoras realizando entregas nos circuitos varejistas, tais como: Logal Logística de Alimentos (Porto Alegre), Comércio de Frutas Bavaresco (Porto Alegre), Marcante Comércio de Frutas e Verduras (Santo Ângelo), Frutas Sul (Santo Ângelo) e Distribuidora de Frutas Sombriense (Santa Maria).

ausência principalmente de frutas nos supermercados, mas também com aparências danificadas e envelhecidas. Ao contrário, nas feiras, diversos alimentos possuem qualidade física superior, explicação para serem mais procurados pelos consumidores.

As feiras, em paralelo com outros tipos de circuitos curtos, estão associadas ao conhecimento de que sua dinâmica de funcionamento oferece condições de reduzir a participação dos intermediários, ampliar a oferta, viabilizar o comércio local, melhorar a negociação em termos de qualidade e o controle sobre a procedência dos alimentos, além de reconectar o consumidor às experiências anteriores. Outras consequências estão em torno da valorização e ampliação das oportunidades para a agricultura familiar, pois: permite fazer prosperar os pequenos e médios estabelecimentos, melhorar a autonomia frente à venda, reter um maior valor agregado, promover a inclusão social e manter os integrantes do núcleo familiar nesses sistemas de produção. Portanto, valorizar esses circuitos é um caminho para reconhecer a positividade da qualidade superior da pequena produção em relação aos alimentos de nenhum lugar (CASSOL, 2013), mas também para contribuir com o desenvolvimento territorial, pois tem o potencial de aumentar o valor adicionado líquido na economia e a geração de mais oportunidades (WISKERKE, 2009).

Segundo Schneider (2010, p. 519), a agricultura familiar é reconhecida pelo potencial dinamizador das economias locais, dado que a “capacidade de inovação dos agricultores familiares e sua interação com as instituições locais são fundamentais para que possam ampliar a geração e agregação de valor, assim como reduzir custos de transação e estimular economias de escopo”. Essa tomada de sentido em torno da noção de agricultura familiar foi favorecida pela legitimidade social e política decorrente da criação do PRONAF, em 1996, que afirma esse conceito, mas também por ir se incorporando no discurso da sociedade em geral e por ser a responsável pela grande maioria dos alimentos que vai à mesa dos brasileiros. Paralelamente, o desenvolvimento de um quadro regulamentar de políticas estruturantes, como o PAA e o PNAE, que buscam justamente organizar demandas agregadas de alimentos para a agricultura familiar, também oportunizou um amplo debate, especialmente em Santiago, e favorecera que novas representações em torno dos alimentos começassem a ser referenciadas entre os cidadãos.

Trata-se de uma institucionalização do conceito de alimento relacionado ao vínculo com a agricultura familiar, conceito que vai se tornando uma expressão de generalidade, no qual as medidas para integrar os agricultores aos mercados em nível de município representam um reconhecimento àquelas características superiores à produção em cadeias. Segundo Wilkinson (2008), essa “*pequenez*” da agricultura familiar é vista como uma

vantagem estratégica na medida em que, associada com a tradição, a natureza, o artesanal e o local, podem ser premiados pelo mercado. As cadeias produtivas, quando tratadas em nível territorial, somente incluem um pequeno número de estabelecimentos, os quais se dedicam a realizar uma primeira ou pouco sofisticada transformação (AZEVEDO, 2009).

Enquanto os circuitos curtos varejistas são operados a partir de um menor número de agentes (agricultores, varejistas e extensão rural), os circuitos das feiras livres são expressões de arranjos mais complexos, tomando uma representação de interesse público da comunidade. Assim, incluem mais positivamente os consumidores, mas também organizações que originalmente não tratam das temáticas do meio rural, a exemplo do Centro Empresarial de Santiago e de algumas organizações do Sistema S. Mesmo com a ausência de sistema relacional formal, isso não tem sido uma condição para que deixem de ordenar ações e promover alinhamentos entre pessoas, políticas ou iniciativas com potencial de promover uma transformação política e institucional do território⁵⁵. Essa ação coletiva nas questões de interesse público revela um consenso social que condiz com a institucionalidade já discutida na seção 6.2.1 e ratificado pelos depoimentos dos entrevistados:

Santiago sempre teve muita parceria. [...]. Isso faz parte já de uma cultura que se criou de as pessoas se ajudarem no município. [...] É uma forma de solidariedade que temos entre nós na comunidade de Santiago. Aquele espírito de uma cidade hospitaleira. [...] Não existe uma coisa que dê briga entre as pessoas (Fomento_executivo_3).

Outras organizações que ajudam – o CONDER – Conselho de Desenvolvimento Rural de Santiago que congrega todas as atividades, a URI, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais, o Centro empresarial, o sindicato rural, o banco do Brasil,... A agricultora estava com dificuldades para comprar um trator cultivador, falamos com o gerente do Banco que estava aqui no conselho. Falamos das dificuldades dela e logo já foi aprovado o financiamento. Essa congregação de todas as entidades o agricultor se sente protegido (Fomento_executivo_1).

A proximidade organizada, ou como nomina Azevedo (2009), o círculo de cooperação espacial, revela uma característica distintiva de concepções cultural-cognitivas entre os agentes públicos e privados que facilita o reconhecimento mútuo e a troca de informações. Essas instituições tornam-se um amálgama importante para internalizar decisões e tomar iniciativas, bem como para organizar formas de dominação e poder, de modo que haja

⁵⁵ Em maio de 2015, o Banco Sicredi doou um valor financeiro correspondente a 500 sacolas retornáveis, as quais foram distribuídas nas feiras livres do município. Durante a fase de coleta de dados, em 30 de outubro de 2014, foi possível participar de um momento de integração entre as organizações empresariais do município, quando o Centro Empresarial promoveu o “Happy hour da Agroindústria”. Esse tipo de atividade é desenvolvida na última quinta-feira do mês com o objetivo de integrar as organizações locais, para fazer surgir novas ideias. É definido um tema gerador de interesse da comunidade e as novas ideias vão sendo registradas em um mural de anotação coletiva, para posteriormente serem analisadas.

facilidade na definição do rumo do desenvolvimento territorial para além do que pressupõe uma perspectiva de desenvolvimento de uma cadeia em específico.

A diferença das intervenções em favor dos circuitos curtos foi ter se centrado na questão da comercialização. Conforme Sumpsi (2007), não se trata de produzir para depois ver como vai vender, mas o contrário, criar as condições para vender e depois produzir. Para o caso, a demanda foi constituída pelo número expressivo de consumidores, e os agricultores já tinham no seu modo de vida esse tipo de atividades produtivas. Portanto, unir o consumidor ao agricultor era o elo necessário.

O apoio institucional foi vital para os circuitos curtos, pois além de auxiliar na aquisição de capacidades e na formação dos recursos humanos, transferiu a legitimidade das organizações para ativar esses mercados, como exemplifica o Agricultor_3 da Feira de Orgânicos: “*No início da feira vieram muitas pessoas perguntar se era mesmo orgânico e quem garantia. Daí estava ali o pessoal da Emater, o Secretário da Agricultura. Eles dão um aval por que o pessoal desconfia!*”. O envolvimento dos agentes do campo confere credibilidade social e reforça os vínculos entre as relações sociais para qual o acordo institucional é reconhecido. Esse efeito também é procedente na relação entre o agricultor e o varejista, quando a legitimidade do técnico extensionista facilitava a mediação da venda:

A abertura de mercados eu sempre fiz para o agricultor. Eles sabem produzir, tem a produção e aí acaba tendo dificuldade de influenciar na hora da venda. Fazia isso pela relação pessoal, mas principalmente por nosso trabalho como extensão da Emater. Tu quer ver o produtor estar bem, ganhando dinheiro. O agricultor me dizia estou com tomate, não consigo vender. Daí eu ajudava na primeira venda. Depois eles se conhecem e daí vai embora (Fomento_extensão_3).

Para Sonnino (2006), o local deve ser suficientemente circunscrito a ser valorizado, governado e protegido através de formas específicas de apoio político. Como aponta Maluf, “a proximidade física não é suficiente para gerar relações sistemáticas e sinérgicas entre os agentes econômicos instalados numa determinada região, relações que constituem condição para a conformação dos referidos circuitos regionais” (2004, p. 308). As organizações facilitaram acordos e ajustes em torno de concepções comuns entre os agentes e também facilitaram a construção das normas regulativas que estruturam e coordenam a ação em torno de incentivos e interesses. No entendimento do agente público, esses arranjos organizacionais devem oferecer o apoio para a definição e execução das indicações projetadas, mas sem a interferência na escolha realizada pelo coletivo. O Fiscal da Feira, por exemplo, ao se

concentrar em mediar interesses conflitantes, de certo modo acaba dirigindo seus esforços para reduzir o efeito daquelas práticas que possam vir a ser causadoras de perturbações:

Tem que deixar que eles se organizem. A prefeitura ou outro órgão tem que apenas consolidar a organização deles, normatizar e fazer sua presença, mas para que a organização aconteça. Agora, o fiscal é que reúne eles! Mas são eles que estabelecem as regras, horários,.... Claro que o fiscal dá orientação, mas a coisa funciona dessa forma (Ex-prefeito_3).

Segundo Berger e Luckmann (2012), os dispositivos legais são importantes quando os processos de institucionalização não forem completamente bem sucedidos. As regras garantem a conformidade e o controle dos agricultores em suas relações associativas, na participação, no uso dos espaços coletivos para comercialização, mas também no controle sobre o que, como e em que condições os alimentos podem ser comercializados. Em um nível superior dentro do campo organizacional, foram criados o Regulamento Geral e o Conselho Administrativo das Feiras, elementos organizativos e coercitivos que autorizam a política de fomento aos circuitos de feiras. Porém, hierarquicamente mais abaixo, cada feira tem seu regulamento próprio, e enquanto a Feira dos Orgânicos é regulamentada pelo Estatuto Social da APOS e o regulamento específico de feiras, o Hortomercado está regulamentado pelo Estatuto Social da Associação dos Feirantes.

As regras da Feira de Orgânicos envolvem a habilitação do agricultor para práticas sustentáveis e solidárias visando afirmar a positividade do modo de produção orgânico. Já no Hortomercado, as regras orientam o uso coletivo do espaço físico, uniformização dos alimentos, sanidade, higiene, acondicionamento, horários, utilização do box, dentre outros. Na Feira de Orgânicos, o sistema de controle e autoridade está sob o exercício da APOS. No Hortomercado, é responsabilidade da Associação dos Feirantes e do Fiscal de Feira. Trata-se do isomorfismo coercitivo, como apontam DiMaggio e Powell (1999), com a atribuição formal de fazer cumprir e fiscalizar o cumprimento dos regulamentos que contingenciam e unificam a ação dos agentes.

A questão mais controversa dos aspectos regulativos é a autorização para a comercialização de alimentos da agroindústria caseira nas feiras livres, como prevê o Artigo 11º do Regulamento Geral de Feiras e que afeta diretamente a Feira do Hortomercado:

Poderão ser comercializados na feira do produtor os produtos oriundos do meio rural, como os hortifrutigranjeiros, como as hortaliças, verduras, frutas, flores, cereais, oleaginosas, etc. bem como os produtos de origem animal e vegetal beneficiados ou não, produzidos dentro da propriedade rural pelo produtor e seus

familiares e dentro das boas práticas de manejo, higiene e sanidade (SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E PECUÁRIA, 2010, p. 2).

Esse consentimento está contemplado no Regulamento Geral, mas também pela flexibilização de outras legislações para produtos de origem animal e vegetal⁵⁶. Abrandar o efeito institucional do elemento regulativo é fruto da compreensão do arranjo institucional que sustenta as feiras, principalmente liderado pela Prefeitura Municipal, que considera a legitimidade construída ao longo do tempo por essas formas de comercialização perante o campo organizacional. Segundo Berger e Luckmann (2012), o universo simbólico fornece a legitimação final da ordem institucional, outorgando a esse a primazia na hierarquia da experiência humana. Comercializar alimentos agroindustrializados faz parte da sucessão de acontecimentos que explicam o consumo no território, a tradição da venda da quitanda, mas também por não haverem fatos que tivessem lesado a saúde dos consumidores. Proibir a comercialização representaria uma violação ao universo simbólico instituído em relação ao passado, ao modo de vida, como também para a composição da renda da agricultura familiar particularmente situada na região colonial. Portanto, nesse caso, os elementos regulativos se subordinam às influências normativas e cultural-cognitivas, como resume o excerto abaixo:

Eu sempre digo que o feirante é uma extensão da propriedade dele. Se o consumidor vai e procura produtos coloniais dentro da propriedade, ele pode vir procurar aqui dentro da feira. Aqui ele vende o que se produz lá fora. Ele também fica responsável por essa parte de sanidade. Ele é responsável! O consumidor está comprando diretamente dele, ele olha nos olhos do agricultor, e diz: Eu conheço o senhor! Se o produto der qualquer problema, que até hoje em 22 anos não aconteceu, o consumidor deixa de comprar (Fomento_executivo_1).

Existe uma tradição e uma concepção dada pela repetição de transações que o alimento comercializado em nível de circuito curto tem mais qualidade em seu sentido amplo e é mais confiável aos consumidores, do que quando resguardado pelos elementos regulativos providos do ambiente institucional geral. Segundo Mior (2010), esses alimentos contam com a incorporação do atributo “colonial”, que chama atenção do consumidor como um “selo” de qualidade. Silveira e Heinz (2005) acrescentam que o processo de produção tem uma dimensão de arte e não meramente técnica, e o toque que cada produtor dá ao seu produto é o diferencial para ser um produto único. A subordinação do regulativo ao universo simbólico, compartilhado e aceito no campo organizacional, garante a continuidade da venda direta, o

⁵⁶ A Lei n.º 7889, de 23 de novembro de 1989, dispõe sobre a inspeção industrial e sanitária dos produtos de origem animal e dá outras providências como estender os serviços de inspeção aos estados e municípios.

que para os agricultores representa um valor agregado superior ao que teriam somente com a comercialização de frutas e hortaliças.

Se continuar as leis que estão nos prejudicando, o hortomercado não vai ter vida longa. Se proibir os produtos da agroindústria termina o hortomercado. Só com salada e essas coisas não defende. Tem que levar uma galinha, um pedaço de carne. Para fazer 50 pila tem que levar uma camioneta cheia. Aí tu vai comprar umas coisas no mercado terminou o dinheiro (Agricultor_hortomercado_2).

Permanece a representação de que para atender a preocupação normativa implícita de desenvolvimento territorial, as regras nem sempre devem ser cumpridas na “frieza da letra”, desconsiderando as percepções, hábitos e tradição das pessoas. Ao autorizar determinadas práticas, outros elementos normativos e representações são colocados no arranjo institucional. Dentre elas está o compromisso do setor público em criar as possibilidades para uma melhor condição de vida daqueles que precisam de ajuda, o mais fraco, o que teve mais dificuldades na vida, que no caso são percebidos como os agricultores familiares.

A finalidade maior da Secretaria de Agricultura hoje é atender o pequeno produtor. O grande anda com as próprias pernas! Eles tem tecnologia das multinacionais, tem crédito, sem falar em milho, arroz, soja (Fomento_executivo_1).

Uma coisa é tu nascer filho de uma pessoa com formação, curso superior, uma mãe com muita cultura, um pai com trabalho organizado, um lar que as pessoas acordam cedo e dormem cedo, que tenha diálogo, que tenha uma roupa legal para dormir, que tenha acesso a escola, seja pública, ou que possa pagar para ir para uma escola privada. Outra coisa é estar em outra condição: levantar cedo, trabalhar de sol a sol, morar mal [...] então tu não pode ter a mesma visão. Tu tem que entender a necessidade de todos. Mas tu tem que limitar a ação do governo para aquelas pessoas que precisam mais. Além disso, cada um tem o seu tempo (Fomento_executivo_2).

Na prática, o cumprimento dos elementos regulativos em relação aos alimentos agroindustrializados comprometeria a participação dos agricultores familiares que operam com pequenas quantidades de frutas e hortaliças. A participação no Hortomercado é favorecida pela compatibilização de um conjunto de alimentos que fazia parte do modo de vida diversificado de subsistência e que não exige conhecimentos sofisticados para produção. Para a renda estar sujeita exclusivamente a frutas e hortaliças haveria necessidade de aumentar a escala, inovar em processos tecnológicos, investir em infraestrutura, o que colidiria com fatores cultural-cognitivos e também questões estruturais das famílias, como a baixa disponibilidade de mão de obra e o envelhecimento rural. A consequência seria a

redução das oportunidades de trabalho no meio rural, com um conseqüente aumento da participação de alimentos do sistema agroalimentar moderno para o fornecimento local.

[...] nós proibimos os fiscais de fiscalizar. Vai fiscalizar aquilo que realmente trás prejuízo para o município. Não fiscalizar vendedor de ovos, de queijos. Isso foi uma lição para nós. E nós deixamos os produtores vender aqui por causa disso. Por que tu tem que olhar o outro lado. É a sobrevivência dele. Ele vende, mas sai dali e vai no mercado. Ele indiretamente ele faz circular aquele dinheiro. Ele gasta aqui. Transforma igual o imposto. Por que eu vou tributar uma miséria. A Prefeitura não vai mudar por causa disso (Ex-prefeito_1).

O estímulo a formas descentralizadas de produção e à diversificação das economias locais mostra-se desejável para criar ambientes e instituições favoráveis a ampliação das possibilidades dos indivíduos e a diminuição dos constrangimentos negativos sobre suas escolhas (FAVARETO, 2010). Assim, as instituições existentes na comunidade institucionalizadas por meio de processos sociais decorridos em um período de tempo superior a uma geração produzem tensões em relação aos aspectos regulativos que provêm de sistemas sociais ampliados. Para não inviabilizar o circuito do Hortomercado e não perder a lente do desenvolvimento territorial tomaram-se medidas por meio do Regulamento Geral e da ação da Prefeitura para atender parcialmente as instituições regulativas e, assim, tornar mais tênue os constrangimentos sobre as instituições cultural-cognitivas e normativas. Conforme Marsden (2009), para promover desenvolvimento é necessário criar espaços de ação, tal como proteger ou pelo menos blindar novas atividades das prevalecentes condições regulamentares. Isso demonstra que as instituições também são fontes de poder, interesses e conflitos.

Enquanto o circuito Varejista e dos Orgânicos recebe menor efeito institucional de sanções sobre seu funcionamento, no Hortomercado, esse ambiente institucional é mais contingenciado. A pergunta que fica é: como compatibilizar essas instituições para que aspectos cultural-cognitivos e regulativos possam se adaptar para a realidade dos agricultores familiares e também para o que o consumidor espera de uma feira livre? A excessiva regulamentação poder trazer prejuízos nos saberes que vem sendo transmitidos entre as gerações, como já apontou Guimarães (2011), ao estudar a produção e comercialização de alimentos coloniais na Quarta Colônia-RS, como também na forma que o consumidor vincula esse alimento com sua cultura alimentar. Para a formalização das agroindústrias nas quantidades de alimentos necessárias para viabilizar economicamente o empreendimento, incorreriam altos investimentos e alterações em questões estruturais das famílias, condição que a maioria dos estabelecimentos crê não ter possibilidade de suportar.

Por outro lado, dada uma série de contingências do município de Santiago, como a deficiência de técnicos e a dificuldade de assistência técnica, tem havido impedimentos para o avanço de um quadro regulatório em âmbito territorial que, ao mesmo tempo em que os retire da clandestinidade, não os incorpore em uma condição semelhante àquela da produção industrial. Dessa forma, o circuito do Hortomercado é favorecido pela credibilidade construída ao longo dos anos, mas também pelo controle de um agente legítimo do campo, que tem a capacidade de ponderar os interesses de outros agentes e deliberar medidas para proteger o funcionamento dos circuitos, como confirmam os entrevistados:

Enquanto estiverem esses caras aí na Prefeitura a gente não perde o espaço da feira. O Secretário da agricultura nos acompanha direto (Agricultor_organicos_2).

Nós sempre tivemos um vínculo muito forte politicamente com a colônia e a agricultura familiar. [...] A colônia tem uma mudança no perfil a partir de 74 e 75 com o apogeu da soja. Aí ela começou a mudar um pouquinho. Nossa colônia antes era de uma agricultura de subsistência. E tradicionalmente sempre a sobra do produto da subsistência vinha para a cidade (Ex-prefeito_1).

As estruturas sociais que mantêm esses mercados são favorecidas pela posição estratégica instituída no agente Prefeitura, que se esforça para manter certo equilíbrio em nível do sistema social. Segundo Scott (2014), os agentes podem envidar esforços conscientes não somente para criar instituições, mas também para defendê-las e para preservá-las. O avanço para uma regulamentação compatível com a realidade da agricultura familiar para a comercialização da diversidade de alimentos que produz (codificação em leis) permitiria mecanismos mais sólidos para a condição dos circuitos sustentarem os processos de desenvolvimento territorial.

Outra condição favorável para a estruturação dos circuitos curtos no campo organizacional é o entendimento que se formou em termos do provimento de uma oferta regular de alimentos com base na produção local. As pressões sociais em torno de uma alimentação saudável, associadas ao potencial de consumo da população urbana de Santiago, tornaram-se fatores de estímulo para uma crença comum entre os agentes, na existência de oportunidades para a produção e comercialização local.

Nosso meio rural em Santiago é muito pequeno. Tem 4 mil e poucas pessoas que moram lá para uma população de quase 50 mil. Para uma população grande ainda tem muita coisa que pode ser produzida. Santiago tem uma situação em que o meio rural está privilegiado. Pena que muitos ainda não se deram conta disso, no sentido de produzir um pouco mais voltado para essa área. Nós temos dificuldades de produção. Nós temos comércio garantido (Fomento_org_1).

Esse discurso, que toma uma noção de representação, aliado à autonomia frente ao processo de venda, e a percepção da melhoria das condições materiais dos feirantes tornaram-se um atrativo para o ingresso de novos agricultores na produção e comercialização por meio dos circuitos curtos: *“Todo o produtor que vende no Hortomercado estão bem de vida. Lembro-me das camionetes Aero Willys, um corcelzinho, ... Hoje tu vai lá e eles tem Courier nova, F1000, F250, quase todo mundo está bem”* (Fomento_executivo_1). Ser feirante se tornou uma distinção valorizada em nível de campo organizacional.

A comercialização por meio dos circuitos curtos constitui um novo tipo de competitividade para a agricultura familiar, pois dadas as condições limitadas de capital e infraestrutura, acabam retendo uma parte do valor que seria apropriado pelo intermediário. Somente nos últimos 5 anos, a produção de hortaliças teve um acréscimo de 41% no número de agricultores. Segundo uma entrevistada atuante na organização sindical, não existem muito mais oportunidades capazes de proporcionar liquidez imediata e renda regular para os agricultores familiares fora da comercialização direta: *“Então para tu ficar lá fora tem que ter uma renda mais de semana, mais de mês”* (Fomento_org_01). Assim, o incremento no número de estabelecimentos rurais com formas de produção e comercialização orientadas para os circuitos curtos também pode ser interpretado como uma medida de legitimidade cognitiva, e que estabelece relação, de forma adicional, com o surgimento de atividades do mesmo tipo. O resultado é a criação de um movimento sinérgico e virtuoso que produz efeitos para o desenvolvimento rural, como é reconhecido nos depoimentos abaixo.

Nós tínhamos mais de 20 pedidos de novos feirantes para o Hortomercado. Mas como não tinha vaga e já estava em nosso plano de ação criar uma feira na Vila Nova, foi só abrir as inscrições que em uma semana tinha 15 produtores. Eles acham que a feira é uma maneira segura de produzirem e comercializar os seus produtos. O Hortomercado é o grande responsável pelo aumento de produtores e de produção (Fomento_executivo_1).

O cara tinha horta para consumo doméstico lá no Passo da Cruz. Quando ele casou o pai dele comprou aquela propriedadezinha, e o pai terminou vindo junto. Aquilo é um cafundó desgraçado que só dava para criar ovelha e cabrito. Mas agora eu me surpreendi! Ele é um grande produtor de alface, de não sei mais o que. [...] O cara está entregando nessas redes grandes e eu não sabia! Verduras e outros hortigranjeiros. Ele deve ter umas oito estufas enormes. Não sei o que motivou e mobilizou ele. Que vocação é essa? Ele começou do nada! Será que é por que ele não teve escolha? Por que não tem outra formação? Nunca vi falar que ele participasse de algum treinamento técnico, nem de dia de campo. E não teve nenhuma intervenção pública. Eu não sei se ele não foi induzido pelo sucesso do vizinho? Pode né? (Ex-prefeito_1)

Os circuitos curtos também se apresentam como uma alternativa ao abastecimento local. A coleta de dados para esta tese coincidiu com a greve dos caminhoneiros no Brasil, ocasionando o fechamento de rodovias e a interrupção no transporte de alimentos oriundos da CEASA-RS para municípios da região. Nesse período, não houve problemas de fornecimento ou diminuição dos estoques de hortaliças nos circuitos varejistas, como informou a Varejista_1: *“Agora mesmo estamos zerado de fornecedor de frutas, em função da greve dos caminhoneiros. Se tivesse da região, não aconteceria isso”*. Existe um arranjo produtivo em torno de hortaliças, mas o desafio é ampliar a oferta para outros tipos de alimentos.

Dada a aceitabilidade dos alimentos de produção local por parte da demanda, como já discutido, o desafio para o abastecimento encontra-se no lado da oferta, especialmente na constituição de arranjos que possam assegurar o conhecimento para a produção. Quando os agricultores foram questionados sobre as preocupações em torno da participação na produção, citaram as dificuldades na assistência e capacitação técnica. Para transpor para estágios mais seguros no abastecimento, esforços precisam ser realizados para minimizar esses problemas.

Os processos cultural-cognitivos e suas relações de causalidade, mais do que subvenções financeiras e investimentos em bens de capital, formam uma série de consequências que unem os agentes e conduzem para uma maior vitalidade e dinamismo ao desenvolvimento territorial. Essas regularidades se tornam subsídios para descortinar uma janela de oportunidades para práticas agroalimentares alternativas ao sistema agroalimentar moderno, na qual são os segmentos mais fragilizados da agricultura os que têm tido maior capacidade de se inscrever nessa realocização, ou melhor, na reterritorialização da comida.

Marsden (2009), tratando do que denomina de blocos essenciais para a construção do desenvolvimento rural na Europa por meio das intervenções do Estado, destaca três princípios fundamentais para minimizar as vulnerabilidades e aumentar a sustentabilidade, aos quais associamos a noção de desenvolvimento territorial. O primeiro é a busca por um tipo de competitividade da economia rural local que não privilegie os preços fixados ou critérios reguladores de cadeias globais, mas a robustez e inclusão de novos quadros institucionais, além da capacidade social e prática para, a partir de uma mesma base de recursos, gerar vários tipos de cadeias de valor e de produtos. Para o autor, isso significa criar identidades imaginativas para tipos diferentes de produtos ou serviços rurais, a partir dos quais seja possível aumentar o nível de interações ao nível de território.

Os circuitos curtos mantêm sistemas simbólicos que ordenam as decisões dos consumidores locais e a proximidade com os agricultores. A passagem para uma escala superior de produção, a exemplo dos circuitos varejistas, implicaria o cumprimento de

elementos regulativos e uma redução do efeito institucional dos elementos normativos e cognitivos. Um fato assim poderia comprometer os sistemas de produção diversificados, o conjunto de relações sociais que acontecem entre os agentes de diferentes origens organizacionais, bem como o próprio conhecimento resguardado na tradição sociocultural do território. Marsden (2009) chama atenção justamente para o papel que práticas e recursos do passado podem desempenhar para criar e manter novas redes de ação, a partir das quais se pudesse acrescentar mais valor em nível territorial.

O segundo princípio ressaltado por Marsden destaca que, em vez da escala, a economia rural precisa a partir da mesma base de recursos desenvolver mais de uma coisa ao mesmo tempo, criando uma economia de escopo e de diversidade, em vez de escala e intensidade (MARSDEN, 2009). Ou seja, precisa de fato ser de inclusão e redistribuição territorial. Nos últimos anos, desenvolveu-se uma multiplicidade de circuitos curtos que em maior ou menor grau estabelecem comunicação entre quem produz e quem consome os alimentos. Essa tendência reforça a capacidade que os circuitos curtos possuem em acolher a diversidade social e econômica de agricultores familiares, os quais escolhem participar de um ou outro circuito de acordo com as condições materiais e conhecimentos que possuem. Em alguma medida os circuitos curtos valorizam a matriz rica e diversificada de atividades econômicas, criando empregos estáveis e percebidos com dignidade e respeito dentro do território.

O terceiro elemento destaca a interação entre o local e o conjunto de formas de produção e consumo entre zonas rurais e urbanas no sentido de criar uma sinergia de lugar (MARSDEN, 2009). O caso estudado revela que os fatores normativos e cognitivos constituem uma força institucional para inscrever os agricultores na promoção de alimentos de qualidade em circuitos integrados com o consumidor urbano. Os circuitos curtos são sustentados por um conjunto de agentes rurais e urbanos capazes de oferecer as condições para a agricultura familiar promover a oferta de alimentos através de mercados diferenciados, distanciando-se da dominação que o varejista apresenta em muitos locais. Segundo Marsden (2009), essa reformulação dos fluxos de pessoas, bens e serviços entre espaços urbanos e rurais geram novas conexões, nas quais o rural ganha pelo fornecimento de uma variedade de produtos ou serviços ou mesmo como local de refúgio para uma sociedade cada vez mais urbanizada e cosmopolita. Os circuitos curtos têm representado para Santiago um fator predisponente para a reaproximação do rural com o urbano, dentro de uma estratégia que pode ser concebida como coletiva, que valorizar as potencialidades e solidariedades territoriais, distando-se do modelo de desenvolvimento industrial que vem sendo forjado impetuosamente.

7.4 RELAÇÕES SOCIAIS

Os indivíduos participam permanentemente de uma variedade de relações sociais, que vão sendo tipificadas e tomadas para amparar e conformar o comportamento em sociedade. São essas relações sociais que, em função de seu conteúdo, fornecem significado para a ação e, do mesmo modo que constroem e fornecem sentido para a conduta dos agentes, também vão sendo constituídas por eles. As relações sociais possuem conteúdo simbólico, o conjunto de estruturas de significados (ZELIZER, 2008), e instrumental, os bens materiais envolvidos nos circuitos curtos – artefatos, alimentos, espaços físicos (as feiras), dentre outros.

Os tipos de relações sociais que conferem alteridade para as formas agroalimentares alternativas são evidenciadas em práticas sociais amparadas em compromissos sociais e econômicos de longo prazo. Para Kirwan (2004), diferentemente daquelas dos mercados convencionais, são desenvolvidas no domínio local e aproximam quem produz de quem consome. Enquanto nos mercados de circuitos curtos as relações sociais derivam principalmente de processos e avaliações da qualificação dos alimentos amparados no envolvimento direto das pessoas, nos de circuito longo são substituídas por procedimentos regulativos⁵⁷ os quais informam sobre as operações que ocorrem no anonimato.

Goodman (2003) destaca a importância das relações interpessoais de reciprocidade e confiança para produzir valores e significados culturais em torno da comida. Para Sabourin (2012), processos de qualificação que buscam minimizar os efeitos danosos da troca mercantil introduzem a dimensão de reciprocidade nas relações de troca, pois geram sentimentos e valores de confiança, reputação, honra e responsabilidade.

Por mais que interações sociais locais não estejam ausentes da intolerância e relações de poder desiguais (HINRICHS, 2003), nos contextos locais existe mais facilidade de serem promovidas. Para Murdoch, Marsden e Banks (2009), diversos conjuntos de relações sociais e práticas culturais fazem parte das práticas cotidianas de provimento alimentar. Essas relações organizam as atividades humanas e formam as bases que fortalecem as transações econômicas e contribuem com os entendimentos sobre a qualidade dos alimentos.

A confiança é a chave para o sucesso e estabilidade nas relações (FERRARI, 2014), associada à forma como as pessoas se relacionam entre si, como interagem em redes sociais e como desenvolvem suas relações com as instituições políticas (KJAERNES; HARVEY; WARDE, 2007). A confiança tem a capacidade de gerar determinadas ordens. A

⁵⁷ A afirmação não tem por objetivo anular a importância das regulamentações nos mercados de circuitos curtos. São justamente elas que oferecem prescrições em torno das relações sociais, principalmente em situações de turbulência ou de mudança social.

reciprocidade é um sentimento de compromisso em relação ao outro, solidariedade e mutualidade (SABOURIN, 2011). Para Pecqueur (2009), a reciprocidade está relacionada com aspectos para além do nível das transações puramente comerciais, estendidas aos ambientes de proximidade dos agentes, considerando fidelidade, gratidão e identidade. O autor complementa: “[...] o agente que se insere num dado sistema de reciprocidade deve poder contar com a manutenção, no tempo, da sua identidade relativamente a um conjunto mais complexo: os ofícios, a família, a comunidade, o grupo social e mesmo o território (na sua aceção de uma construção de atores)” (2009, p. 89). A reciprocidade não pré-existe aos indivíduos, ao contrário, é intersubjetiva, reflexiva e passível de reversão e não pode ser considerada uma simples permutação de bens ou objetos (SABOURIN, 2011; SABOURIN, 2012). Já a confiança é um ato de fé condicionado a outro ou a determinados arranjos institucionais e organizações quando o agente se sentir incapaz de fazer um determinado julgamento. A atribuição de confiança para as características intrínsecas dos alimentos pode ser relacionada a elementos pessoais ou a referências objetivas (ALLAIRE, 2004).

Para Sabourin (2012), em uma relação de reciprocidade simétrica de repartição de bens ou serviços dentro de um grupo se forma o sentimento de confiança, um valor ético, assim como o respeito e a fidelidade. Desse modo sustenta:

As relações mobilizadas em tais estruturas de reciprocidade geram valores materiais ou instrumentais imateriais (conhecimentos, informações, saberes), mas produzem também valores afetivos (amizade, proximidade) e valores éticos como a confiança, a equidade, a justiça ou a responsabilidade. (SABOURIN, 2011, p. 34)

Nesta tese, entende-se reciprocidade e confiança como construções cognitivas e valorativas que derivam da experiência dos agentes em atividades sociais e trocas econômicas e que, por sua legitimidade, sustentam relações interpessoais, mas também são geradas a partir delas. Assim, resultam da interação e do diálogo, de conhecimentos, crenças e práticas, a partir das quais significados vão sendo compartilhados e se tornam legítimos, ao ponto de qualificarem as relações de reconhecimento mútuo. Tornam-se fatores causais para predizer que determinados comportamentos solidários sejam habitualizados, legitimados e estabilizados em situações sociais duradouras em torno dos alimentos, das pessoas e do território. Por isso, fazem parte das circunstâncias que permitem manter o universo simbólico e atenuar as tensões em torno do conhecimento limitado das questões agroalimentares e explicam como os circuitos curtos podem tornar-se importantes estratégias de desenvolvimento territorial.

No circuito varejista, por ocasião das entregas, os agricultores encontram-se e interagem diariamente. É o momento de falar sobre os cultivos, de observar as condições de entrega dos demais e de discutir as condições de venda, preços e formas de pagamento. Esses elementos constituem um quadro de referência, a partir do qual é definido aquilo que pode ser considerado uma conduta adequada para a venda, mas também para compreender as intenções que os outros têm em relação à conduta tomada pelos agricultores. O preço, por exemplo, é uma decisão coletiva do circuito. *“Essa parte de preço quase todo mundo está unido. Se aumentar o preço para alguém, tu chega no outro dia e fala que quer aumentar e ele já está sabendo”* (Agricultor_varejista_4). O preço com um varejista se torna o mesmo dos demais dentro do circuito e também uma referência para os que são praticados por outros circuitos.

Por mais que exista um entendimento em torno das práticas aceitas, não existe uma organização formal que medeie os interesses entre os agricultores no circuito varejista. A ação de um agricultor independe a do outro, e os limites estão associados a uma conduta cognitivamente prescrita e validada pela interação social própria das relações de interessoalidade, a exemplo de um agricultor não tomar o ponto de fornecimento do outro. *“Entre nós a gente sabe quem fornece para um ou para outro. Atrapalhar negócio, querer cortar a frente, não pode!”* (Agricultor_varejista_4). A ordem é simbólica, confrontando o indivíduo permanentemente com o ambiente e os valores morais.

Assim também acontece a relação entre o agricultor e varejista. Os varejistas por ocasião da compra se veem no lugar do agricultor, pois, vivendo em um mesmo território, têm uma história compartilhada, que torna a negociação com o agricultor como se fosse uma obrigação moral: *“Para querer comprar da gente e ajudar, tem que conhecer os dois lados da coisa. Esses conhecem. Daí ele te dá valor. Se interessa por ti!”* (Agricultor_varejista_4). Foi constatada a prática do varejista relacionada a “desenvolver o fornecedor”, como nomina o Varejista_1. Trata-se da oportunidade de compra para um determinado agricultor, como forma de proporcionar que, pelo fornecimento, ele desenvolva as aprendizagens para atender o que o varejista pretende em relação às condições de fornecimento dos alimentos.

Quando vem um agricultor que está começando podemos dar uma oportunidade para ele. Ele traz o produto e nós queremos que ele comece. O fornecedor antigo as vezes tem a quantidade, mas aí quando esse acabar, pode o novo fornecedor entregar. Quando vem um pé pequeno de alface, a gente diz, tua alface não está boa de tamanho. Vamos deixar uns dias! Daí trocamos de fornecedor e na semana seguinte retornamos para esse que a salada dele já está adequada. Com isso o novo fornecedor vai aprendendo o padrão de produto que nós precisamos. Não adianta trazer por exemplo, uma batata grossa e grande. É uma relação que vai se construindo (Agricultor_varejista_1).

Essas diferenças são identificadas entre as redes de supermercados de compra centralizada, em relação aos varejistas com origem em Santiago. O anonimato de uma central de compra não personaliza a condição de vida dos indivíduos, como sustenta o Agricultor_varejista_4 e Agricultor_varejista_5, respectivamente: “*Eles não conhecem o serviço, não conhecem o trabalho, quanto que custa*”; “*As redes não entendem quando dá tempestade*”. O contrário pode ser feito pelo varejista do município, pois a compra permite particularizar o fornecedor e jogar nessa decisão o peso da pessoalização: “*A diferença que nós como mercado particular temos em relação às redes e que compramos tudo o que podemos do nosso jeito. Aqui é um negócio familiar, a gente está sempre em cima e tem esse contato, nós damos atenção para isso*” (Varejista_2). A história comum, o contato pessoal, ratificado pelo histórico de entrega, oportuniza para o varejista colocar-se nas circunstâncias vividas pelo agricultor. Desse modo, não é uma conduta adequada deixar de dar atenção ao agricultor, não comprar de quem plantou ou pressionar pela redução do ganho.

Quando eles estão produzindo algo diferente eles procuram nós e convidam para ir lá conhecer as estufas, ver um investimento novo e a gente vai (Varejista_2).

A gente preza pela qualidade. Muitas vezes o tomate do fornecedor local é muito melhor do que o do atacadista. Na safra dele, ele vai ter aquele produto especial para entregar para nós. O atacadista vai ter sempre. Ele já plantou contando que vai vender para nós. Quando o produto dele for se findando ele já avisa. Temos mais tantos dias e depois podem pegar de outro fornecedor (Varejista_2).

Geralmente o agricultor só traz de manhã e a hora que terminar terminou. Senão fica dispendioso para o agricultor. Aumentam os custos dele (Varejista_6).

Ou seja, a compra e outras ações desenvolvidas pelo varejista na relação com os intermediários também são moldadas pelos interesses dos agricultores. Os varejistas não atribuem sentido somente para a sua conduta do ponto de vista da maximização de resultados, mas também para a conduta tomada pelos agricultores dentro do histórico de relações que constituíram. Os depoimentos abaixo registram a dimensão que tomam as relações sociais, nas quais relações de confiança organizam práticas de negociação dentro do circuito:

“Ele (varejista) chega dar até cheque em branco para mim. A gente joga canastra junto duas vezes por semana. Eles me dão entre R\$ 1.000,00 e R\$ 1.500,00 em cheque. Daí eu vou anotando numa agenda. E vou dizendo, ainda tem saldo. Para esses mercados o que sustenta é a amizade” (Agricultor_varejista_1).

No [varejista] eu chego com minhas caixas de pêssego, limão ou laranja, peso, eles me dão uma ordensinha e estou indo embora. Lá o tempo é largar da camionete e

estou liberado. No [varejista] chego lá, descarrego, é fácil, coloco o meu pêssego lá dentro, não preciso entrar em fila nenhuma, e, se não tem ninguém para pesar eu mesmo peso e já digo deu tantos kgs. Me dão um valezinho. No [varejista] é a mesma coisa, chego e vou pesando. Só vai para um caderno. Ali no [varejista] não tem frescura, pode chegar a qualquer hora. Cansei de entregar as 8hs da noite. A partir da hora que eles pegam confiança na pessoa né, nem vão lá na balança (Agricultor_varejista_2).

Portanto, há uma organização de estruturas de significados, ascendentes das situações sociais vividas no território, que colocam outros elementos para serem hierarquizados, e para condicionarem a decisão dos varejistas, que não àquelas peculiares da impessoalidade da troca econômica. O mais importante é o compromisso da palavra dada, o tempo de relação comercial e o interconhecimento. As relações de reciprocidade, principalmente de amizade, justiça social e solidariedade não são dissociadas da relação econômica e, na medida em que os compromissos se estabelecem, os níveis de confiança extrapolam a simples troca mercantil⁵⁸. Assim, representam forças que contribuem na condução do engajamento dos varejistas para a definição de como se devem dar as relações de comércio para melhor contribuir na estruturação dos mercados locais, conseqüentemente, para a promoção do desenvolvimento. Quando perguntado sobre como o varejista pode contribuir, ponderou: *“Eu acho que para ajudar e promover é incentivar esse pessoal pela compra. Se o pessoal produz e vem aqui e tu não quer, então estou desestimulando eles”* (Varejista_3).

Na relação do varejista com o consumidor, as representações e entendimentos que ligam o alimento a uma série de representações da qualidade se reduzem. Mesmo que pudesse ser identificado um tipo de reciprocidade ternária, no qual há um processo de intermediação qualificada pelo varejista (SABOURIN, 2011), informando o consumidor sobre os elementos que compõem a origem dos alimentos frente aos mercados anônimos, esses casos são menores. Segundo depoimento de um varejista, a informação da origem do alimento tem sido um diferencial para o aumento nas vendas⁵⁹, mas pode ser considerado um relato isolado, dado o entendimento geral dos demais entrevistados. A maioria dos varejistas constituiu uma ideia de que os consumidores estão preocupados somente com a estética dos alimentos, e a disposição dos alimentos na gôndola já é suficiente para as decisões sobre a compra.

⁵⁸ As relações entre os varejistas e os atacadistas também não são isentas de uma lógica de reciprocidade, como pode-se verificar no excerto a seguir: *“Tu tem durante o ano inteiro uma parceria com um fornecedor em termos de compra e entrega. Quando chega na época da safra tu tem a oferta local. Só que daí tu não pode deixar de lado aquela pessoa que fornece o ano todo. Fica um pouco complicado para administrar essa questão. O produtor que está aqui quer vender a gente tem vontade de comprar dele, mas a gente não pode deixar de fora aquele que entregou o ano todo”* (Varejista_4).

⁵⁹ *“O consumidor diz, esse tomate é muito bom. Então nós contamos, esse tomate é nosso, daqui da região. Nós acabamos vendendo muito mais em função de dizer que é daqui mesmo. Mas é um trabalho em que vamos informando no corpo a corpo, no dia a dia”* (Varejista_1).

“Cada dia o consumidor está mais exigente, mas em termos de apresentação da banca, a limpeza. O produto que pode ser embalado ou não e que não foi embalado. O brócolis daqui do produtor que vem sem embalar, às vezes ele não sai. Agora esse que vem embalado na bandejinha, com selinho é garantido” (Varejista_3).

Na medida em que o consumidor associa o varejista como responsável pelo provimento e confia no sistema regulativo, reduzem-se as informações para outros controles sobre os alimentos. A preocupação é criar soluções institucionais que façam os consumidores confiar nos modos de regulação impostos por eles: “o selinho”, como pondera o Varejista_3. Por isso há uma tentativa de ligar a imagem de confiável com as garantias oferecidas pelo varejista, ao invés de ser com os processos de produção ou com os agricultores. O problema é que o selo não está remetendo a uma certificação de origem ou de processo, mas com a marca do varejista, subtendendo um “profissionalismo”, ante o arranjo regulamentar que lhe legitima. A organização formalizada representa o principal mecanismo contemporâneo para o estabelecimento da confiança (KJAERNES; HARVEY; WARDE, 2007). A confiança do consumidor está relacionada a representações em torno de uma conformidade técnica sobre os processos que acontecem antes da chegada do alimento na gôndola, sem considerar uma conformidade social, como por quem e onde os alimentos foram produzidos. Sabourin (2011) alerta que, quando o corretor (varejista) passa algum tipo de informação para o consumidor, a estrutura se torna capaz de produzir confiança, responsabilidade e reputação, tanto para o agricultor como para o varejista. Esse não é o caso dos circuitos varejistas estudados.

De outra parte, os agricultores também não constituem formas de informação para os consumidores desses circuitos. Para justificar a inexistência de ações desse tipo, constituíram uma representação de que o varejista e o consumidor estão mais atentos para a estética e o preço do alimento e que uma rotulagem, por exemplo, implicaria aumento de custos e poucas implicações sobre as decisões de compra: “O supermercado quer ver produto. Não está preocupado se é orgânico, hidropônico, ou como foi produzido” (Agricultor_varejista_1); “O consumidor muito pouco liga de onde vem o produto. Se tu fizer qualquer coisa a mais vai chegar mais caro para o consumidor, tipo 10 centavos. Ele vai olhar as duas e vai levar a outra, por que afinal é alface” (Agricultor_varejista_4). Assim, as representações em torno das relações que ligam agricultor e consumidor nos circuitos varejistas não são as mesmas que no circuito de feiras. Segundo Mazon (2010), ao considerar as características de produção de tomates, quando eles passam à porta do varejista e entram na esfera de circulação, as características que diferenciam o alimento desaparecem.

Nos circuitos de feiras livres, os elementos que constituíram as relações sociais para a formação do grupo já exigiram esforços coletivos. As atividades envoltas na organização das feiras contribuíram para ativar a coesão social entre os agricultores, auxiliando na formação de uma identidade de feirante, mas também como forma de coordenação para oportunizar a ação coletiva. *“O que mais motiva é a união do pessoal. Tu vê, tu sai daqui, trabalha e vai lá. Nós somos quarenta e poucos. Lá somos uma família”* (Agricultor_hortomercado_1).

O “clima de feira” caracterizado pelo contato interpessoal com os demais agricultores, com o fiscal de feira, com os consumidores implica em expectativas para certos tipos de relações sociais. Os agricultores têm conhecimento sobre o que necessitam fazer enquanto os outros agentes sabem o que podem esperar. Trata-se de uma situação prática, apropriada por sistemas simbólicos que, além de institucionalizar a feira, torna-se um processo social que enlaça e sedimenta compromissos específicos dentro do circuito. As pessoas estão conectadas umas às outras através de um projeto comum e, mesmo que não se conhecessem anteriormente, passam a compartilhar as mesmas referências (TORRE, 2014).

Entre os feirantes do Hortomercado, o que mais os prende são os laços de respeito. As relações são mediadas por questões como participação na feira, saúde de familiares, utilização de insumos, mas sem aprofundar em questões de ordem econômica ou de funcionamento da feira. Mesmo que a maioria dos feirantes provenha de uma mesma localidade, o dia a dia e o constante preparo dos alimentos os isolam em seus estabelecimentos rurais. O dia de feira minimiza essa condição, e as pessoas reafirmam sociabilidades importantes para o convívio.

A redução dos conflitos, com a consequente estabilidade do funcionamento do Hortomercado, sem grandes questões que exijam trabalho conjunto, reduziu uma ação coletiva mais propositiva. O grupo está mais unido pelos laços de amizade e solidariedade, mas não muito disposto a mudanças dentro do que vem sendo dado, já que podem significar riscos para instabilidades, como sugere o Agricultor_hortomercado_3: *“Ali quanto menos fizer reunião a coisa anda melhor. Se tu começar a colocar ideia só estraga. Uns estão ali vendem mas não está nem aí”*.

Ao mesmo tempo dessa acomodação, os agricultores mencionam questões que poderiam ser minimizadas a partir da reivindicação coletiva, tais como a falta de assistência técnica e a ameaça permanente de fiscalização sobre os produtos agroindustrializados. Porém, inconscientemente, há um esforço cognitivo para transferir essas responsabilidades para outros agentes do campo, tendo em vista que se possa manter um equilíbrio entre os membros do grupo, caracterizado por manter as coisas como estão: *“Muitos, desde que possam entrar, vender e ir embora, não querem nada com nada”* (Agricultor_hortomercado_3). A

proximidade entre os feirantes permite compartilhar interesses por algumas coisas, mas não por outras. O importante, segundo o Agricultor_hortomercado_1, é “*não ter inimizade*”. A mobilização foi empregada para reunir interesses desconectados, mas que, na medida em que a estabilidade da comercialização foi alcançada, ela perdeu o significado. A decisão de manter o equilíbrio dado pela interpessoalidade entre os feirantes pode representar uma ação desastrosa ante ao ajustamento para a participação dos sistemas alternativos agroalimentares.

A Feira dos Orgânicos vive uma situação diferente, pois reúne um conjunto maior de fatores predisponentes para a ação coletiva. Além de mais recente, constituída por um grupo menor de pessoas, está sob o exercício da pressão normativa da sociedade por alimentos mais saudáveis, mas também regulativa, relacionado a suas exigências técnicas. O agricultor se sente instigado a ser fiel à ideia da produção orgânica “[...] *nós temos que por o fio do bigode não podemos produzir e levar lá qualquer coisa*” (Agricultor_orgânicos_3). Essa consciência determina alinhamentos em torno de práticas para a produção ser realizada, dentro de atividades associadas como antagônicas ao sistema agroalimentar moderno, e que favoreçam o enfraquecimento normativo sobre os alimentos convencionais (desinstitucionalização).

Além dos encontros nas feiras, os agricultores realizam atividades periódicas para discutir questões da APOS, visitas entre os estabelecimentos rurais, atividades de integração, além de cursos, palestras, viagens de estudo ou outras atividades de qualificação. Essas atividades proporcionam uma orientação cognitiva para o alinhamento de interesses entre os feirantes, e que vão além dos temas tratados no dia a dia, numa busca por legitimidade ante os demais agentes do campo, bem como em relação aos outros circuitos. Mesmo assim, não conseguem resolver algumas questões como o aumento da diversidade na feira e aumento no número de agricultores.

Para Rao, Monin e Durand (2003) e Scott (2014), os grupos se diferenciam em grupos de interesse e grupos de identidade. Os grupos de interesse têm uma preocupação em desafiar as estruturas econômicas e políticas, dentro de uma perspectiva mais instrumental como, por exemplo, tomar o mercado que melhor remunere seus produtos. Já os grupos de identidade se diferenciam por esforçar-se em torno de oportunidades para exercer a autoexpressão, remodelando as identidades dos indivíduos e promovendo mudanças nos estilos de vida e práticas individuais (RAO; MONIN; DURAND, 2003). Desde o início da Feira na Praça dos Brinquedos, os associados da Associação dos Feirantes buscaram constituir um espaço físico para ampliar as vendas de alimentos, sustentado na ampliação das relações sociais com os consumidores. O objetivo desse envolvimento está de acordo com Ferrari (2014), quando entende a feira como veículo que promove a legitimidade institucional para seus participantes.

Assim, no caso do Hortomercado, há uma preocupação menor em mostrar “quem somos”, pois, ao mesmo tempo em que se afirma a venda do que “vem da roça”, torna-se contraditório encontrar alimentos próprios do sistema agroalimentar moderno, a exemplo do milho verde transgênico. Ou seja, ao alcançar a condição de comercialização sem intermediários, outras oportunidades deixaram de ser conjecturadas.

Os feirantes Orgânicos, sem desconsiderar as questões econômicas, buscam remodelar suas identidades para produzir melhor e ganhar legitimidade em quadros culturais mais amplos. Primeiramente, a participação no circuito decorre de experiências passadas e a percepção em torno de problemas do sistema agroalimentar moderno: “[...] *quando meu filho esteve com um tumor cerebral e a gente precisava coisas orgânicas para comer por que fez quimioterapia e tal, não podia comer nada com agrotóxicos, nada cru. E, nossa dificuldade foi tão grande que eu enfrentei*” (Agricultor_organicos_1); “*A produção de orgânicos sempre foi uma meta que eu tinha na vida*” (Agricultor_organicos_3). Esses juízos geram a formação de uma autoimagem e um enquadramento cognitivo em relação a um determinado papel a ser desenvolvido na sociedade em torno da tríade agricultor x alimento x saúde, que passa pela mudança da própria identidade socioprofissional de agricultor.

Participar do grupo e ser reconhecido como agricultor orgânico faz parte do propósito de mostrar a possibilidade de desenvolver a produção orgânica, mas também para diferenciar-se em relação aos demais circuitos. São recorrentes as críticas e a imposição da dúvida sobre o processo de produção de orgânicos, como menciona a agricultora: “*Eu escuto muito na feira: Isso é orgânico? Capaz que vocês não botam um veneninho aí? Isso me incomoda, quando as pessoas duvidam da gente. Quero te ver produzir com essas caldinhas!*” (Agricultor_organicos_1). Se por um lado essas situações geram alguma desconformidade com um quadro de referência local, por outro ajuda a sedimentar os mecanismos para a formação da identidade desses agricultores.

Nas relações entre agricultores e consumidores nas feiras do Hortomercado e dos Orgânicos, as questões econômicas pertinentes à comercialização são mediadas pelos laços afetivos provindos das relações interpessoais. O contato permanente e a igualdade de posições produz o que Sabourin (2011) denomina de reciprocidade binária simétrica – face a face – fortalecendo valores afetivos como: amizade, reconhecimento mútuo ou valores éticos de fidelização e respeito. Não existe um selo que proporcione legitimidade em torno das informações sobre a valoração da qualidade e produção de significados das frutas e/ou hortaliças no Hortomercado. Nos alimentos orgânicos, existe o selo da Rede Ecovida.

Para desenvolver conformidade em torno de um quadro de referência comum, em que exista um papel reconhecível para os indivíduos, a legitimidade recebe uma base moral e uma cognitiva (SCOTT, 2014). A base moral é a “palavra dada pelo agricultor” e que descreve representações (cognitivo) que proporcionam detalhes sobre sua compreensão acerca de como o alimento foi produzido, colhido, armazenado, transportado, assim por diante. Muitas dessas combinações fazem parte da experiência de vida do agricultor e que, quando contrapostas com as representações dos consumidores por processos de interação social e de aproximação dos mundos, geram regularidades que constituem esse sistema simbólico de feira. O poder e a influência das instituições cultural-cognitivas dependem do quanto é possível expandir suas reivindicações como válidas dentro do círculo de pessoas que as aceitam (SCOTT, 2014).

Essas ideias fluem através de artefatos, que incorporam elementos técnicos, mas também simbólicos, como o contato e a conversa dada pelo atendimento. Para demonstrar a capacidade de cozimento de uma mandioca, por exemplo, o agricultor transporta uma panela com alimento já preparado. Para autenticar que o pêssego está na maturação adequada, deixa uma faca à disposição do consumidor. Para atestar a consistência de uma moranga ou melão tolera que o consumidor toque o alimento. A feira permite esse tipo de negociação mais íntima, pois um determinado artefato incorpora, como aponta Scott (2014), um conjunto de ideias ou uma carga simbólica muito maior do que a essência material pode mostrar. Além do artefato, a perspectiva de reencontro a cada feira favorece a transparência nas relações.

No entendimento dos agricultores, o elemento que provoca a conexão com o consumidor é o bom atendimento. Muitas vezes esse ato começa antes mesmo da realização da feira, pois em função de pedidos específicos ou contingências dos consumidores, encomendas são realizadas com antecedência. *“Tem gente que compra por telefone. Eles ligam e pedem, e a gente leva e entrega na feira. São 5 kg de feijão, uma mandioca. Geralmente são consumidores que chegam mais tarde e pedem para que não se esqueçamos deles”* (Agricultor_hortomercado_4). De acordo com Sabourin (2011), frequentemente o agricultor marca a relação de reciprocidade com a troca por uma dádiva simbólica, que pode ser um punhado de feijão, uma fruta, um tomate suplementar, dentre outros. Essa dádiva também pode ser essas atividades distintivas de tratamento ao consumidor, seja reservando alimentos ou o preparo de um prato típico da gastronomia local, como batatas doces assadas.

Na Feira de Orgânicos, os agricultores outorgam um tempo maior de atendimento aos consumidores. Concorre para isso o tempo de realização das vendas que, por compreender um turno inteiro, implica uma distribuição mais uniforme do fluxo de compradores. O

consumidor diferencia-se pela recorrência na feira⁶⁰ e, por ter associado um conhecimento e uma crença nesses alimentos, procura aproximar ao entendimento dos agricultores. Portanto, ele busca falar do processo de produção, reclamar do sistema convencional, trocar receitas, conhecimentos e reviver hábitos. *“Aqui tem menos gente, não é um acúmulo de gente, ele conversa (consumidor), a gente bate papo, dá receita”* (Agricultor_organicos_1).

Por outro lado, o acondicionamento dos alimentos em caixas de isopor facilita a gestão sobre a regularidade dos alimentos ao longo da feira. Como o consumidor não está vendo o interior das caixas, os alimentos vão sendo dispostos sobre as gôndolas na medida em que as vendas vão ocorrendo, assegurando os aspectos estéticos tacitamente acordados, independente do horário que o consumidor participe. Ainda, para facilitar o atendimento, como os feirantes utilizam a comercialização de maneira integrada, não há necessidade de o consumidor realizar suas compras na mesma rapidez que precisa realizar no Hortomercado.

No Hortomercado, o tempo da feira já é menor do que a dos Orgânicos. Em função do conhecimento de que os melhores alimentos são comercializados imediatamente após a abertura da feira, existe um acúmulo de consumidores na primeira meia hora de realização. Diferentemente dos feirantes orgânicos, os do Hortomercado precisam fazer o atendimento rápido, pois pode significar um maior número de pessoas atendidas e, conseqüentemente, maior volume de alimentos comercializados: *“A gente só vai ensacando, devolve o troco e deu”* (Agricultor_hortomercado_2). Não existe um tempo para uma conversa mais delongada, como cita o Agricultor_hortomercado_2: *“Às vezes a gente nota que é uma pessoa conhecida e queria ficar conversando, fazer umas palavras, mas não dá. Não dá tempo nem de prestar atenção que é uma coisa que a gente gostaria”*. Porém, o consumidor também deseja rapidez no atendimento, já que isso permite otimizar o tempo para visitar um maior número de boxes.

Aquilo ali é um corre, corre. Se tu não for ligeiro para atender o cara não chega mais. Por que ele quer recorrer todas as bancas. Tem que ser ligeiro para ele entrar, comprar e poder ir nas outras bancas. Tem que estar com uma mão contando o dinheiro e na outra já alcançando a sacola. Cuida para ver se não é um carreiro de formiga! O consumidor com um olho está comprando de ti e com o outro já está observando lá na frente. Feirante molóide tem que ir fazer outra coisa. Se quiser vender tem que ser ligeiro. Tem que estar entregando e já levar somado (Agricultor_hortomercado_2).

Existe um conjunto de representações que indicam as bancas com maior afluência de pessoas. Normalmente, essa condição relaciona-se ao tipo de alimento em uma qualidade pretendida, mas também pela forma de atendimento. Como a feira é realizada em dois dias

⁶⁰ *“Lá na feira eu mantenho sempre os mesmos. O dia que eu não vou, depois eles perguntam – o que foi que aconteceu?”* (Consumidor_organicos_8).

por semana, nem sempre o agricultor consegue participar de todas. Todavia esse “não ir à feira” pode significar a compra do consumidor fidelizado em outro agricultor. *“Difícilmente os nossos fregueses vão a outro feirante. Eles vão todas as vezes ali. Ele vem na terça e na sexta. Mas se eu não for na terça, ele pode comprar um produto melhor do que o meu”* (Agricultor_hortomercado_1). Portanto, por mais que o regulamento permita que o agricultor possa faltar até 30% das feiras anuais, a crença da importância da participação contribui para a fidelização dos consumidores, atenuando também as ausências. Para o consumidor, a distinção do agricultor e a proximidade por meio de relações sociais ordenadas representam os caminhos para a obtenção de um alimento mais confiável.

Alguns feirantes desenvolvem um maior prestígio do que outros. O reconhecimento por produzir um alimento de melhor estética, o atributo de profissionalismo, a movimentação da banca, a comercialização de todos os alimentos constituem elementos favoráveis para uma espécie de hierarquização entre os feirantes, já tomada como certa entre os integrantes do circuito. *“Com o tempo eu já sei quem vai limpar a banca e quem vai sobrar produto. Não posso citar nomes, mas pessoas que não sei se é no gesto? se não são simpático? Tem uma banca ali que são pessoas maravilhosas, mas sempre sobra coisas”* (Fomento_executivo_4).

A conversa permite objetivar o mundo ao mesmo tempo em que promove sua ressignificação, já que na interação social há uma troca de saberes e conhecimentos que vão reorganizando seu conteúdo, ou como salienta Scott (2014), a manutenção de certo esforço para a persistência das estruturas sociais. Diferentemente do circuito varejista, nas feiras, crenças e informações compartilhadas permitem que os consumidores façam julgamentos sobre outros elementos que envolvem a compra, muitos dos quais os tranquilizam em relação aos medos alimentares inerentes ao sistema agroalimentar moderno. Os agricultores veem suas relações sociais ampliadas, ao mesmo tempo em que incluem novas práticas sobre aquelas que já desenvolvem, pois, como salienta Ferrari (2014), a feira é um espaço social de aprendizagem que permite a criação e/ou a expansão dos negócios. Portanto, nas feiras, a compra é arbitrada no interior das relações sociais e, tomando a referência de Berger e Luckmann (2012), a conversa se torna o veículo mais importante de conservação da realidade, já que por meio dela, é possível manter, modificar e reconstruir a realidade subjetiva.

A compatibilidade de significados pressupõe a absorção dos papéis, promovendo uma reciprocidade de comportamento. O consumidor começa a assumir o mundo em que o agricultor vive, pois, a exemplo de vivências anteriores, cria um reconhecimento em torno de elos que os unem, determinando uma coerência de motivação para processos sociais que se

estendem para o futuro. Para Berger e Luckmann (2012), em geral os indivíduos lembram-se das realidades do passado, mas a melhor maneira de refrescar essas lembranças é conversar com aqueles que atribuem o mesmo tipo de importância. As relações fazem a trama que enlaça o passado com o presente, que tem o alimento como mediador. O comprador acaba recuperando esse passado e nele amparando sua condição de consumidor. A confiança emerge como uma ordem quase natural capaz de manter a coerência da atividade social, mas também de consolidar a regularidade e estabilidade das transações econômicas.

Essas adesões dos consumidores aos circuitos de feira permitem originar relações sociais específicas tanto com os agricultores, mas também entre os próprios consumidores. Alguns feirantes do Hortomercado revelaram que, mesmo numa condição financeira melhor, já aposentados, continuam a fazer a feira, pois ela proporciona satisfação, lazer e melhora no espírito. O mercado físico da feira se torna um lugar de sociabilidade e de encontros sociais:

O dia de Horta é quase um dia de lazer. Isso aqui cria vida. Pessoas que passam uma semana sem se ver, voltam aqui. Eles não conseguem sair. Tem consumidores que vem aqui que me cumprimentam que eu não sei da onde vem. Mas vem em todas as feiras. Já aconteceu de uma pessoa falhar duas feiras e eu já me preocupar. Por que realmente algumas pessoas acontecem coisas que a gente não queria que acontecesse, adoeceram, faleceram, deu algum tipo de problemas. E eu digo, e o Seu fulano? Aqui tinha o seu Simões que falhou uma feira e eu perguntei para outro, por que ele não veio naquela. E acredita que abri o jornal e tinha falecido. Ele veio até a última feira na vida dele. Essas coisas nos alegram (Fomento_executivo_4).

A reciprocidade do consumidor para com o agricultor também é ampliada, e o consumidor passa a dar atenção para as demandas dos agricultores. A Feira de Orgânicos realiza-se com barracas improvisadas, e os dias de chuva, temporais e frio são causadores de transtornos. Essas vivências comuns fazem com que um entenda a situação do outro, gerando laços de respeito e solidariedade, como explica a consumidora da Feira de Orgânicos:

Eu queria mesmo é que arrumassem um lugar para eles ficarem. No inverno eles botam aquelas barracas e enche d'água. Fica tudo dentro d'água. Tem que dar um jeito, tem tanto lugar para outras coisas, por que não fazem para eles (Consumidor_orgânicos_6).

No Hortomercado, em função do expressivo movimento dos consumidores e o tumulto por ocasião das vendas, existem relatos que, na distração dos feirantes, algumas pessoas se infiltram para cometer furto de alimentos. Nesse tipo de situação, os consumidores demonstram um tipo de solidariedade para com os feirantes, que não diz respeito ao valor material, mas a sentimentos de justiça e valores humanos.

“O ladrão espera quando amontoa muita gente na frete. De repente entra uma mão boba no meio assim. No passado tinha um que roubava milho toda semana. Daí um outro freguês nosso viu ,e tomou as nossas dores. Eu vi ele pegando, e quando ele me perguntou quanto dava eu disse: essas deu tanto, mas as que o Sr. colocou na sacola eu não sei, por que não pude contar. Ele me disse: aqui não tem nada. E daí o freguês saltou e disse: Como não tem nada se eu estava te cuidando? Daí uma outra compradora deu um puxão na sacola dele e disse: Conta vizinha, quantas ele colocou! Tinha nove espigas. Daí fiz a conta e disse deu tanto! Ele pegou e pagou. Por isso, tem gente que acabamos fazendo uma amizade com as pessoas e elas ficam ali esperando por que tem bastante gente. E como já são amigos da gente, ficam vendo aquilo que a gente não consegue ver. Tem gente que diz para gente, sabemos do sacrifício que vocês fazem para ter esses produtos para vender. E saber que tem gente que tem coragem de vir aqui para roubar. Tem gente que dá valor para quem trabalha” (Agricultor_hortomercado_2).

Na medida em que esses desvios fogem as definições institucionalizadas de como se deve dar a compra na feira livre, eles são negados e recebem um status ontológico negativo, como sugere Berger e Luckmann (2012). Trata-se de um tipo de representação considerado como um ato de má fé e que merece repressão do grupo. Percebe-se que, tendo em vista ser Santiago uma cidade de porte médio, as concepções de compra dos alimentos e as representações em torno de um compromisso moral em ajudar os mais desfavorecidos - agricultores familiares – ainda estão bastante dominadas por elementos cultural-cognitivos, que por sua vez estão relacionados a conhecer uns aos outros.

O interconhecimento também minimiza o risco. Entre os feirantes das feiras livres existe um conhecimento sobre consumidores para quem se pode vender “na caderneta” e aqueles não recomendáveis. Entre os agricultores também já está estabelecido quem são os varejistas “bons de negociar” e aqueles que podem resultar consequências indesejáveis. Portanto, confiança e reciprocidade estão incorporadas em diversas formas de ação social, inerentes à comercialização e ao consumo, estruturando comportamento regulares dentro das formas alternativas agroalimentares. A manutenção dessas relações sociais permite prever e controlar questões de ordem material, além de evitar prejuízos e constrangimentos no relacionamento com pessoas de um mesmo território.

As relações sociais, percebidas dentro dos processos inerentes a interação social dos circuitos curtos, tornam-se um recurso hábil para favorecer relações comerciais favoráveis para os agricultores familiares. As relações sociais oportunizam maiores chances de honestidade e compromisso entre os agentes, trazendo impactos positivos sobre projetos coletivos e identidades compartilhadas. Assim, reduzem-se os efeitos das regularidades pelos quais se institucionalizam os mercados do sistema agroalimentar moderno.

7.5 VALOR MONETÁRIO

Desviando de uma visão sobressocializada desses mercados alimentares, identificou-se motivações para expandir a utilidade nas relações de troca, onde os agentes atribuem importância para a escala, a formação do preço, a acumulação e a relação custo-benefício. Aqui não se tratará da exclusividade da utilidade instrumental e a visão de um agente movido por uma intencionalidade pura como forma de explicar os comportamentos (subsociabilizada), que, como pondera Théret (2003), o neoinstitucionalismo sociológico se contrapõe. Para a abordagem institucional ampla, as trocas e os resultados econômicos recebem influência de uma orientação cognitiva de preferências e esforços em torno de maximização e de resultados de institucionalização de macroestruturas políticas, sociais ou econômicas.

Para Friedland e Alford (1999), a individualidade, a escolha e a liberdade têm sido conformadas institucional e historicamente pelo surgimento do capitalismo, do Estado, da democracia, do núcleo familiar e da religião cristã. Existe um aparato ideológico e simbólico que se impõe como uma lei geral sobre a sociedade, que deposita no indivíduo o interesse autônomo, utilitarista e instrumental, sempre em busca de inovação e riqueza. Os mercados de circuito curto, caracterizados por um contexto que leva ao estreitamento dos laços sociais, não estão isentos dessas representações e julgamentos, pois, como aponta Ferrari: “os laços sociais e conexões pessoais de modo nenhum impedem a relevância do preço e a ausência absoluta das sensibilidades mercantis” (2014, p. 156). A conduta socialmente construída e o caráter instrumental e estratégico sempre estão relacionados, por vezes ultrapassando a razão sem, contudo, contradizê-la (FRIEDLAND; ALFORD, 1999).

Para Berger e Luckmann (2012), mesmo em um universo comum de significação que outorga sentido geral, existem conflitos entre atividades, interesses e bases de legitimação. Os agentes têm suas próprias perspectivas e formas pelas quais buscam minimizar resultados ineficientes. O problema é quando decisões, que priorizam a alocação eficiente de recursos e preservam as dimensões de escala e preço, consomem e desorganizam os elementos sociais, envolvendo o distanciamento, a insensibilidade econômica, o egoísmo e o conflito.

Nos últimos anos, a demanda por frutas e hortaliças e o volume de vendas tem aumentado nos circuitos varejistas. O setor também ganhou gôndolas modernas, designs e campanhas de marketing arrojadas, como destaca o Varejista_2: “*Aqui nós temos em torno de 140 itens e vendemos em torno de 120 mil por mês de hortifrutigranjeiros. Chega a 9 a 10% da venda total do supermercado! É bem expressivo!*”. O ponto fraco do negócio encontra-se no risco da perecibilidade, pois ocasionam perdas elevadas nos alimentos e aumento do preço

final ao consumidor. A estratégia é fazer chegar ao consumidor um alimento com preço competitivo, de forma diversa e regular, o que exige habilidade na gestão da compra, como justifica:

Vários fatores contribuem para isso: nós temos fornecedores bons, tanto o atacadista como o local; o transporte ser adequado e rápido; giro bom no mercado, utiliza câmara fria e cuidado na manipulação. Outra coisa importante é acertar o tamanho da compra – depende do preço (muito caro não vende), do dia do mês, feriado, da estação de produção - vai olhando a banca, os relatórios de venda, se é início de mês, essas coisas todas. É um algoritmo complexo para o sucesso na venda (Varejista_2).

Se por um lado essas estratégias podem trazer vantagens em relação à concorrência, por outro também se tornam cognições compartilhadas que orientam para a compra dos agricultores locais. O alimento não é comprado do local somente em função de valores sociais e éticos, mas também por que as perdas são menores, o alimento é de melhor aparência, mais fresco e por isso sujeito a um preço de venda mais competitivo. Criou-se uma crença de que em termos de hortaliças folhosas, “*O que vem da CEASA-RS chega amarela e torcida*” (Agricultor_hortomercado_4). Alimentos locais, ao contrário, são mais íntegros. Por outro lado, a distância das regiões produtoras e do maior distribuidor do Estado (CEASA-RS), além da malha viária que não integra um sistema conjunto de logística com outros municípios, (acesso) encarece o transporte, tornando um negócio desinteressante para os intermediários. Esse relativo isolamento físico se torna uma barreira estrutural que serve como uma resistência do território para com a presença de distribuidores e atacadistas.

O varejista tem um entendimento de que para manter a competitividade no circuito, precisa fazer chegar ao consumidor um alimento nas mesmas condições daqueles das feiras. Dificilmente o intermediário atacadista consegue atender esse tipo de demanda, como informa o Varejista_2 “*O próprio atacadista já sugere que não tem condições de entregar hortaliças e folhosas por causa da conservação*”. O aspecto territorial acaba aproximando a produção do consumo, cujas vantagens se localizam no menor custo de transporte, mas também na qualidade e confiabilidade dos alimentos e na maior identificação com hábitos de consumo (MALUF, 2004). Para manter esse tipo de oferta, o varejista considera a compra eventual mesmo quando os agricultores não conseguem a regularidade nas entregas, como explica:

Nós temos dois tipos de agricultores que nos fornecem: os de sempre e os de oportunidade. Às vezes estaciona um agricultor com uma camionete de fruta ou hortaliça, por exemplo, a gente vai ali olha os produtos deles, tenta pegar umas referências, da onde é, tal, Se a gente acha que o negócio está viável a gente faz (Varejista_2).

Já o fornecimento de frutas possui características diferenciadas em relação ao de hortaliças, com mudanças no arranjo institucional que lhe sustenta. Primeiramente, em função das tecnologias de tratamento pós-colheita e a importação de outros países, os atacadistas e intermediários conseguem manter a oferta por um maior período de vida útil do que as hortaliças. Também, em virtude das condições climáticas desfavoráveis, a produção local limita-se há poucos cultivos, muitos dos quais sem consumo expressivo. Para agravar a situação, os sistemas de produção da região não têm tradição em fruticultura, e inexistem uma assistência técnica que assegure conhecimentos ao ponto de garantir a produção de alimentos com a qualidade estética, na mesma regularidade do que é proporcionado pela CEASA-RS. Esses fatores contingenciam a oferta dos agricultores locais para os circuitos varejistas, bem como no fomento dessa atividade como estratégia de desenvolvimento rural.

Naquelas atividades com produção mais significativas, a exemplo do pêssego, a comercialização para o varejista é inferior ao que é comercializado por outras formas de circuito curto. Existe uma tendência de que o varejista utilize o preço médio em nível de CEASA-RS, como uma referência para definir os preços a serem ofertados pela produção local. Como o agricultor normalmente colhe uma fruta madura e a entrega é realizada no mesmo dia, ele tem um entendimento de que em função dessa qualidade superior, é digno de obter um preço melhor do que sugerido pelo varejista. *“O meu pêssego eu não trabalho com preço da CEASA. Esse da CEASA é ruim, não presta! Esse não compete com o nosso”* (Agricultor_varejista_2). Esse fator distancia-o do circuito varejista e aproxima da venda direta ao consumidor, com possibilidades de obtenção de um maior valor agregado, liquidez imediata e a comercialização de frutas que seriam rejeitadas pelo varejista: *“Em casa, eu vendo todo o pêssego estragado para fazer doce. Em mercado eu não posso colocar!”* (Agricultor_varejista_2). A questão de receber o dinheiro na hora significa construir um fluxo de caixa que reencaixa o tempo de vender e receber, contrariando a maioria das atividades convencionais que separa esses tempos (FERRARI, 2014). A venda direta também não incorre operações difíceis de serem realizadas pelo agricultor, a exemplo do que descreve:

No supermercado da Rede é ruim de chegar no depósito deles, os corredores são estreitos. É uma briga para chegar com duas ou três caixas. E tem que ser tudo nas costas. Se tiver um caminhão na frente eles não recebem. Tem que descarregar aquele primeiro. Então tu perdes duas horas para entregar umas coisinhas. E, tem que sair nota na hora. Daí se torna muito ruim de entregar. Não é por negócio, é que é chato mesmo fazer a entrega. E minha produção me falta. Eu vendo toda. Hoje posso escolher onde vender (Agricultor_varejista_2).

No pêssego a situação é favorável para o fornecimento local. Quando provenientes de outras regiões, precisam ser colhidas em estágios anteriores à maturidade total, armazenadas em câmara fria e mantidas com tratamentos pós-colheita para chegarem em condições de consumo. Desse fato decorre a ideia entre os consumidores de que a fruta do varejista é “verde” e que, por ter permanecido em câmara fria, tem facilidade de sofrer o escurecimento da polpa. Esses acontecimentos, aliados à produção sazonal e ao consumo elevado, favorecem a comercialização por meio dos circuitos de feiras ou pelos varejistas melhores de negociar.

Quando a oferta do pêssego é superior à demanda local, os agricultores constituem a venda para municípios limítrofes: o circuito longo. O mesmo não aconteceu com o citros na década de 1990. Naquela época, a produção local não recebia o julgamento que recebe atualmente, as feiras livres não eram reconhecidas, e os agricultores precisavam vender de porta em porta, tornando a atividade onerosa. *“Esse negócio de vender de porta em porta, 1 a 2 hectares, já complicou, já desestimulou. A desistência desse pessoal da citricultura foi a falta de estímulo no ponto final: a comercialização”* (Fomento_extensão_2). Aprenderam a produzir, mas não dominaram a venda, além do que a *“[...] laranja não era uma surpresa, e muita gente tinha em casa”* (Fomento_extensão_2). A produção de laranjas em pomares domésticos é uma tradição de quem possui suas origens no meio rural.

No caso das hortaliças, quem tem o poder de definição de preço de compra do agricultor no circuito varejista é o comprador. Essa situação culmina com a tendência de estabilização dos preços, como vem acontecendo com a estabilização do preço da alface. *“Hoje o que mais me desmotiva é a defasagem de preço. Está defasado desde 1994. Para ti ter uma ideia eu entregava alface a 80 centavos e o boi era 90. Hoje eu entrego a 1,00 e o boi está 5,00. O plástico era 80,00 e hoje é 900,00”* (Agricultor_Varejista_5). Houve aumento da pressão econômica sobre os agricultores, e se mantém no circuito aqueles que produzem com escala. Entre os varejistas, aqueles de Santiago, independentes de redes, oferecem maiores espaços de manobra em termos de preços para os agricultores:

Tem mercado que paga melhor que os outros. Tem um aí que me paga hoje 1,20 e vende a 1,79. A rede tá pagando 1,00 e vendendo aos mesmos 1,79. Os supermercados daqui diminuem a margem para nos beneficiar. Não teria por que colocar uma margem tão grande se tem troca. A rede tu não mexe com eles. A rede [Nome da Rede] me cobra furo de balanço. Fez um balanço negativo, e não se sabe onde é, mas quem divide somos nós. Hoje mesmo entreguei 79 pés. Ele fecha o caixa do mês e faltaram 74 pés. Se alguém levou lá de dentro, roubou, ..., quem paga sou eu. Além disso, faço toda a troca. Tudo é pelo sistema deles. Se determinarem o preço lá não sei onde, a Rede determina o preço em Santa Maria, não adianta espernear eles são obrigados a cumprir. Nem que eu queira baixar o preço para fazer a coisa fluir mais. Eles não aceitam (Agricultor_varejista_5).

Os varejistas revelam que a definição do preço de compra é uma questão fundamental. Enquanto as Redes orientam o preço de compra pelo valor praticado pela sua central, os varejistas de Santiago consideram elementos como a época do ano, a disponibilidade e o histórico de entregas do agricultor. Os excertos abaixo revelam essas diferenças de opiniões:

“Não pode desconsiderar o custo de produção. Se nós conseguir na CEASA ou em outras regiões do país, a gente vai buscar de outro lugar” (Varejista_4).

O preço é feito conforme o custo. Não olhamos a cotação da CEASA. O agricultor vem aqui e diz: Tenho batata doce e o preço é R\$ 1,00. A gente vai acrescentar uma margem. Mas é um preço sempre negociável com ele em função da qualidade, do histórico das entregas e da oferta na região. E assim, aquele que fornecia vai querendo fornecer (Varejista_1).

Os consumidores dos circuitos varejistas associam a compra com o preço, mas também com uma qualidade acreditada para uma alimentação adequada para a saúde. *“Aqui a fruteira é muito boa: a qualidade e o preço” (Consumidor_varejista_7).* Como estratégia para ganhar reconhecimento no circuito, os varejistas associam o menor preço com um dia da semana. *“É um costume de quarta e quinta feira vir na promoção que sai mais em conta” (Consumidor_varejista_10).* O propósito do varejista é aumentar o volume de vendas, muitas vezes realizados à custa da penalização do agricultor que, para continuar as entregas ou reduzir o estoque, abdica de um preço superior. Colhe e vende mais, mas ganha menos.

Nos circuitos das feiras, o agricultor associa a participação com um maior espaço de manobra no quesito preço, pois retém a margem de lucro do intermediário. Por mais que o preço se aproxime ao do praticado com o varejista, ainda assim é mais rentável. O preço é definido em função das condições que o agricultor percebe sobre o alimento, numa condição de qualidade que vai além da simples estética. *“Tem que reconhecer o quanto vale teu produto. Não é tabelado. Eu vendo por quanto quero” (Agricultor_hortomercado_5).* No Hortomercado, o agricultor atribui o preço diante da oferta existente, mas também observando o praticado pelos demais agentes do circuito. Já o consumidor, por saber que os preços são decisões do momento, tentam induzir a otimização da compra por meio da negociação. *“Alguns consumidores chegam ali e dizem: O da senhora do lado está tanto! Só que como a minha banca e a do pai é uma do lado da outra, a gente faz o mesmo preço. Fazem para ver se a gente baixa!” (Agricultor_hortomercado_1).* Por essas razões, no sentido de harmonizar qualidade percebida e preço, eles investigam rapidamente o que tem para a venda e os preços praticados. Em relação ao circuito dos Orgânicos, esse consumidor dá mais importância ao valor monetário.

Na Feira dos Orgânicos, o preço é acordado coletivamente entre os agricultores, em função das condições gerais de estética e a qualidade intrínseca ao modo de produção. Mesmo assim, a observação entre o que vem sendo praticado entre os varejistas e no Hortomercado é um fator importante, pois representa a relação de concorrência entre os circuitos e uma forma de atrair consumidores diferentes. Segundo os feirantes na feira de Orgânicos participam dois tipos de consumidores. O grupo daqueles ativos, que constantemente estão na feira, e que dão mais valor para uma alimentação baseada em alimentos orgânicos do que a preço: “*Esse cliente normalmente não pergunta preço. Ele diz: Quero isso, isso e isso, e quanto deu no final*” (Agricultor_organicos_3). E, os consumidores eventuais, aqueles que participam da feira, em função de passar pelo local: “[...] *esse chora preço, dá uma olhada, revisa. São os clientes da oportunidade de passar*” (Agricultor_organicos_3).

Esses diferenciais refletem instrumentos de coordenação entre circuitos. O varejista uma negociação que permita atender sua expectativa de resultado econômico. O agricultor também se empenha para o aumento de autonomia e de valor agregado, mas também para outras questões, como: disponibilidade e idade da mão de obra, tempo na atividade, disponibilidade de tempo para a comercialização, disponibilidade de transporte, diversidade na produção de alimentos, dentre outros. A combinação desses elementos impactam as rotinas diárias do estabelecimento rural, institucionalizando determinadas lógicas, as quais somente podem ser entendidas quando examinado o conjunto do processo envolvido desde a produção até a comercialização. Porém, para o agricultor, esses limites entre circuitos são perfeitamente discerníveis, como demonstram quando justificam a busca por otimização econômica:

[...]a diferença da feira para os supermercados é que nos supermercados, a gente vende num valor menor (Agricultor_organicos_1).

No hortomercado é bom que é a vista. No supermercado tem mais 2,3% para descontar e 15 ou 30 dias para receber (Agricultor_hortomercado_5).

Eu fico no varejista, por que eu não tenho mão de obra. Para ti participar de uma feira tu tens que ter vários produtos. Não adianta eu ir lá só com alface. Eu vou acabar perdendo dinheiro e tempo. Eu não tenho condições de diversificar. Na feira se tu não tem diversidade de itens não adianta ir (Agricultor_varejista_5).

De modo geral, enquanto nos circuitos varejistas o valor monetário fornece um maior grau de orientação para as regularidades que se sucedem, no circuito do Hortomercado, e mais ainda no dos Orgânicos, esse fator institucional apesar de ser importante tem sua importância minimizada.

7.6 SINTETIZANDO: A MUDANÇA INSTITUCIONAL

A apresentação das condições institucionais a partir dos cinco fatores que reúnem e apoiam as instituições, por meio de pilares institucionais diferentes, os quais interagem, reforçam-se e complementam-se, permitiu tornar mais forte a tese da existência de um processo de mudança institucional em prol dos sistemas agroalimentares alternativos.

O enfraquecimento de um conjunto de crenças, valores e de regras, substituídas por outras, demonstram um quadro de desinstitucionalização e institucionalização, na forma como são percebidos, valorados e regulamentados os fatores institucionais. Essa mudança também está associada com a perda de legitimidade de instituições diante das evidências de problemas de desempenho associadas às práticas realizadas no interior do sistema agroalimentar moderno (pressões funcionais). O que era tomado como certo, e parte do entendimento sobre a realidade social, vem tomando novos significados.

Em função da perda de legitimidade do sistema convencional, aumentaram as oportunidades para o surgimento de instituições alternativas, dentro de lógicas institucionais desafiadoras, como a procura por alimentos mais saudáveis e que representem a possibilidade de uma melhor qualidade de vida. Percebe-se a existência de processos exógenos a Santiago, mas também elementos endógenos, constituídos no decurso do desenvolvimento do território e que, na atualidade, tomam sentido ao ponto de constituírem uma força cumulativa para facultar a mudança institucional. Mesmo com o predomínio incontestado do sistema agroalimentar moderno, há uma substituição gradual da forma pelos quais os consumidores proveem seus alimentos, acompanhada do esforço deliberado do setor público, que fornece suporte institucional para que novos arranjos possam ser construídos (pressões políticas). Essas instituições poderiam ser distribuídas em um *continuum* entre os circuitos estudados, o que se procurará desenvolver de maneira comparada nos próximos parágrafos.

A qualidade nos circuitos dos Orgânicos e do Hortomercado está vinculada à procedência dos alimentos, modo de produção, diversidade e tipicidade. O consumidor proporciona mais valor aos alimentos procedentes desses circuitos do que ao que vem de fora, já que fornecem representações vinculadas à gastronomia alimentar típica, à ideia de saúde e qualidade de vida. Já nos circuitos varejistas, a qualidade dos alimentos está confiada ao supermercado, o qual dá mais peso à questão da estética dos alimentos do que a outras.

O consumidor toma alguns comportamentos em detrimento de outros, de acordo com o tipo de circuito de onde adquire os alimentos. Em função do interconhecimento e proximidade com o agricultor, as feiras proporcionam segurança às questões inerentes ao

consumo. Acredita-se mais na procedência do alimento e na ética do agricultor, do que no anonimato do supermercadista. De maneira geral, a qualidade no circuito varejista está associada com as instituições que sustentam o sistema agroalimentar moderno. Já nos circuitos do Hortomercado e Orgânicos associam-se àquelas do sistema agroalimentar alternativo.

A reconexão com o passado também é um fator importante para a mudança institucional. Três elementos são revalorizados em função de guardar certos conhecimentos, saberes, práticas em condições locais específicas: a produção de alimentos pela agricultura familiar, a condição do alimento ter sido produzido em uma região reconhecida como colonial e como cultura da quitanda. O consumidor atribui pouca importância à reconexão com o passado por ocasião da compra em um circuito varejista. Já entre agricultor e varejista, especialmente os varejistas independentes de redes, reconhecem e priorizam a compra dos agricultores locais pois produzem no território, podendo inclusive ter compartilhado experiências com esses (valores culturais).

Já nos circuitos do Hortomercado e Orgânicos, comprar do local, da agricultura familiar e daqueles que tem uma vida pregressa vinculada à comercialização de alimentos é um fator definidor da compra pelo consumidor (valorativo). O reconhecimento da condição do colono, da cultura alimentar, da identidade coletiva, do modo pelo qual as pessoas faziam e fazem para comercializar seus alimentos, forma elementos constitutivos para definir comportamentos (pilar cultural-cognitivo). Mesmo que o pilar regulativo não seja tão distinto, ele não deixa de ter sua força. Destaca-se a comercialização de alimentos agroindustrializados nas feiras que, mesmo com as limitações em torno da inexistência de um serviço de inspeção, não se distancia das trajetórias sociais dos indivíduos que vivem nesse lugar.

O desenvolvimento territorial também é um fator de coordenação importante para o sistema agroalimentar alternativo em Santiago. Comprar, apoiar e fomentar os circuitos curtos é uma forma de reconhecer a endogeneização dos processos de desenvolvimento, tornando-se uma forma de compromisso identitário com o lugar onde se vive (valorativo). Se por um lado pode ser considerado como uma proteção defensiva, por outro são instituições que oferecem oportunidades para a mudança institucional em prol de um caminho para que as pessoas do território possam produzir, comercializar, ter mais renda e viver melhor. Assim, muitas ideias e soluções avançam, incorporando-se nas rotinas dos agentes locais e tornando-se mais amplamente aceitas por representarem uma solução para determinados problemas, tais como: gerar autonomia no abastecimento local, contrapondo-se à dependência externa; reconhecer a positividade da agricultura familiar; apoiar e preservar coisas típicas do lugar; ordenar a

cooperação entre organizações para propósitos comuns; outorgar suporte público institucional para os circuitos curtos e promover a geração de trabalho e renda.

No campo regulativo, algumas instituições têm um peso mais forte para influenciar o comportamento e os resultados em torno do desenvolvimento territorial, quando o foco são os circuitos do Hortomercado e dos Orgânicos. Os estatutos sociais da APOS e Associação dos Feirantes, a participação da APOS na Rede Ecovida, o Regulamento Geral das Feiras e o Conselho Administrativo constituem o aparato legal que organizam e criam as condições para o desenvolvimento desses circuitos curtos. Por mais que não seja reconhecido como tal, o Regulamento Geral das Feiras institui um programa municipal de desenvolvimento que protege a produção local de alimentos e habilita a agricultura familiar de Santiago. Para contribuir, os pilares cultural-cognitivo e normativo, muito mais do que o regulativo, unem agentes que dão legitimidade às dinâmicas de comercialização, proporcionando bases importantes de desenvolvimento territorial, muito mais do que rural.

As relações sociais sedimentam a forma de funcionamento dos circuitos curtos. Nos circuitos varejistas, tido por relações sociais frias, calculistas e instrumentais, percebe-se a presença de valores morais como decisores da compra dos alimentos em domínio local. Dessa proximidade e das estruturas de significado entre agricultor e varejista, e não em função de instituições formais, forma-se o quadro de referência que prediz as condições da transação comercial e também o conteúdo material dos alimentos. As situações ascendentes das situações vividas no território possuem mais valor do que outros interesses que poderiam ser atribuídos a um comportamento maximizador de um varejista. Porém, essas relações rompem-se por ocasião da comunicação de significados entre o varejista e o consumidor. O consumidor está mais preocupado com a conformidade técnica do alimento (pilar regulativo), do que como, por quem e onde os alimentos foram produzidos (conformidades sociais).

Enquanto nos circuitos dos Orgânicos e do Hortomercado as relações entre os agricultores estão organizadas em torno da prerrogativa do aumento do poder de reivindicação e barganha advindo da ação coletiva, resguardados pelos dispositivos do estatuto social, a relação entre os agricultores no circuito varejista é informal, dado pelo interconhecimento em função da coincidência de horário das entregas de alimentos. Enquanto no Hortomercado as representações em torno do sentido das relações sociais entre os agricultores relacionam-se a manter a estabilidade da venda, na Feira dos Orgânicos, refere-se a buscar por legitimidade frente à pressão advinda de quadros sociais mais amplos.

Nas feiras livres, as relações sociais entre quem compra e quem produz estão relacionadas à acreditação nos marcadores de qualidade e no arranjo institucional que autoriza

seu funcionamento. A partilha de significados e valores é facilitada pelo diálogo. Enquanto nos circuitos dos Orgânicos encontra-se tempo para troca de ideias, opiniões e entendimentos, no Hortomercado, tudo acontece de maneira rápida, dentro de uma perspectiva mais otimizada dos agricultores comercializem todos os alimentos, e dos consumidores adquirirem os de melhor qualidade e a um preço mais compensador. Através das situações de interconhecimento e da repetição de transações que as relações sociais vão sendo ampliadas, enlaçam-se diferentes agentes (identidade) e sedimentam-se compromissos afetivos e éticos. São eles que se tornam importantes veículos para a construção desses mercados locais, com capacidade de irem institucionalizando-se.

Diferentemente do circuito varejista, nas feiras, crenças e informações provindas do campo permitem que os consumidores façam julgamentos sobre outros elementos que envolvem a compra. A compatibilidade de significados pressupõe a absorção dos papéis entre agricultores e consumidores, promovendo uma reciprocidade de comportamento e uma coerência de atitudes que tem por finalidade a minimização do risco.

O fator institucional valor monetário permite compreender os processos mentais pelos quais os agentes maximizam e aperfeiçoam a participação econômica nos circuitos. A compra vinculada à proximidade física no circuito varejista também acontece em função de vantagens em relação à qualidade estética dos alimentos, buscando a redução de perdas, alimentos mais frescos, ponto de colheita mais adequado e melhor aparência. O poder de compra é do varejista, que dá valor à competitividade, preço, escala, quantidade e regularidade. Varejistas vinculados às Redes oferecem menos espaço de manobra para os agricultores. Já os varejistas independentes, além de preço, também dão importância para as questões éticas e afetivas que envolvem a transação comercial, como desenvolver um novo fornecedor ou mesmo ajustar o preço ou condições de entrega para garantir a viabilidade econômica do agricultor.

Na produção de frutas, os agricultores rejeitam os circuitos varejistas em favor da comercialização para formas de circuito curto de venda direta, em função de perspectivas de melhor preço, liquidez imediata e por ser possível comercializar toda a diversidade de frutas.

No circuito do Hortomercado e das Feiras, tanto o consumidor como o agricultor têm maior espaço de manobra em relação ao preço dos alimentos. O preço é uma definição do momento da feira, que leva em consideração o praticado nos outros circuitos, mas também as próprias características do circuito. No Hortomercado, o preço é uma decisão individual do agricultor, considerando a oferta, mas também a qualidade em seu sentido mais amplo. Na Feira dos Orgânicos, os preços dos alimentos são definições coletivas, e as representações em torno do diferencial do modo de produção orgânico são consideradas.

De modo geral, os fatores institucionais, em que pese serem considerados no conjunto de seu dinamismo, são importantes elementos de coordenação do funcionamento dos circuitos curtos e, principalmente, são bases para a mudança institucional. Através de suas forças institucionais, resgatam sentidos, impõem limites, mas também oferecem estímulos para a ação dentro do que se pode nominar de construção social dos mercados de circuitos curtos de comercialização e consumo para um sistema agroalimentar alternativo.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta tese, buscou-se estudar os condicionantes para a construção social dos mercados por meio dos circuitos curtos de comercialização e consumo de frutas e hortaliças. O pressuposto inicial foi de que não existem perspectivas alentadoras para a agricultura familiar dentro do que se nomina sistema agroalimentar moderno. Para um reposicionamento desse segmento de agricultores frente ao processo de desenvolvimento, a partir do provimento dos alimentos de base territorial, existe a necessidade de um ajustamento das condições institucionais do contexto. Por essa razão, durante o trabalho, buscou-se olhar para as características do ambiente organizacional, que permitem a harmonização do territorial com as condições institucionais externas. Do mesmo modo, presumindo que as formas de comercialização possuem arranjos institucionais específicos, também não se deixou de examinar como se produzem determinadas situações – os circuitos curtos.

A primeira consideração, de caráter mais geral, está relacionada à moldura na qual se inscreve o assunto pesquisado em contraponto ao referencial teórico. O *quality turn* é caracterizado por se basear em ligações confiáveis entre agricultores e consumidores; na crítica ao sistema político e econômico ligado às grandes corporações; na reivindicação por questões de justiça social, produção sustentável e valorização de produtos locais; no apoio ao tripé produto, processo e lugar. Na Europa, o *turn* vem das crises alimentares, a descrença nos sistemas de auditoria do sistema agroalimentar moderno, mas também como forma de adicionar valor nos territórios rurais. Nos Estados Unidos, vêm de reivindicações de justiça social, sustentabilidade ambiental e como crítica ao aumento da desconexão entre agricultores e consumidores. De maneira geral, a emergência desses mercados sugere o ativo envolvimento dos consumidores, em sociedades altamente reflexivas, e concentra-se em aspectos que ressignificam a qualidade dos alimentos em função de sua distintividade.

Em contrapartida, o movimento em Santiago surge do interesse deliberado dos agentes em torno de questões relacionadas à ameaça constante sobre a diminuição da renda e o modo de vida da agricultura familiar (alternativa de renda) e, somente mais recentemente, como um olhar mais crítico sobre os reflexos que o sistema agroalimentar moderno vem causando sobre o consumo. Assim, a ascendência de experiências em torno do sistema agroalimentar alternativo em Santiago tem origens diferentes em relação ao *quality turn* vivido na Europa. O contato direto e permanente entre o agricultor e consumidor, a convivência do agricultor com o varejista, a participação de agentes de controle e fomento dos alimentos são favoráveis para o estabelecimento de determinadas ordens de interação local. Diferentemente da Política

Agrícola Europeia que, como marco regulativo, sustenta o *turn*, em Santiago, o principal fator de mudança institucional são as características históricas, culturais, organizacionais e políticas que institucionalizam instituições valorativas e cultural-cognitivas. Ações aparentemente triviais do dia a dia exercem uma influência mais significativa sobre a consciência coletiva e a conduta das pessoas e suas relações com os alimentos. Os agricultores e consumidores, quando comparados aos agentes de controle e fomento dos alimentos e varejistas, têm mais consciência sobre os significados que envolvem a alimentação. Ou seja, a virada da qualidade assume as características do contexto sociocultural e histórico do lugar onde se origina.

Outra consideração é para sustentar a aderência ao neoinstitucionalismo sociológico como abordagem teórica para explicar a realidade estudada. A decisão de olhar para o contexto a partir do nível organizacional de campo, por meio de um recorte temporal, permitiu entender a complexa teia de acontecimentos, agentes e relações sociais, a partir das quais a racionalidade coletiva vai sendo construída no sistema agroalimentar alternativo. A preocupação com a autonomia no abastecimento, a apropriação da renda no território, a geração de oportunidades para os agricultores familiares, numa espécie de agenda de desenvolvimento, conduziu a construção de estruturas sociais que definiram os limites simbólicos do campo organizacional, concomitantes ao limite das fronteiras geográficas do município. Já a aproximação aos circuitos curtos, entendendo-os como sistemas sociais menores, permitiu identificar padrões de interação social específicos, modos de racionalidades diferentes e que, ao cabo, assumem características exclusivas. Ou seja, uma mesma atividade – comercialização e consumo de frutas e hortaliças – é realizada de maneiras distintas, e por meio delas abrem-se espaços para a produção proveniente da agricultura familiar.

O funcionamento das formas de circuitos curtos é favorecido pelas condições situacionais e identitárias do contexto de proximidade desse território. A mudança aconteceu por meio de ações incrementais, entendidas no recorte longitudinal, mas também da capacidade de agentes de controle e fomento dos alimentos, preponderantemente públicos, que souberam posicionar-se e negociar seus interesses e o dos agricultores em relação aos demais, fazendo desencadear ações causais para um clima favorável de recomposição social. Ademais, destaca-se a capacidade dos agentes em colocar as iniciativas locais em harmonia com recursos de sistemas sociais mais amplos, de onde foi possível incorporar recursos do ambiente. De um lado encontram-se as subvenções financeiras e políticas provenientes do Estado, importantes para estruturar o Hortomercado, a fruticultura e os mercados institucionais. De outro, estão as ideias e os conhecimentos que permeiam o debate

agroalimentar, e que demonstram a influência de forças não locais sobre as ações e interações sociais, realizadas entre os agentes do campo organizacional.

Voltar-se para o campo organizacional também foi importante para compreender a complexidade em torno da realocação dos sistemas agroalimentares. A construção social dos mercados de circuito curto depende de processos organizativos capazes de conformar simultaneamente uma série de recursos, a exemplo da necessidade de reconhecimento pelos consumidores (demanda) ou da oferta regular e diversa de alimentos pelos agricultores.

Ainda que o sistema agroalimentar alternativo traga respostas satisfatórias e envolva um conjunto de organizações do campo, existem dificuldades em colocar o alimento, como o elo por onde se constituam as estratégias de promoção do desenvolvimento territorial. Mesmo sob um aparato institucional específico em torno dos circuitos curtos, não existe um projeto maior que integre as práticas alimentares, vistas como fonte de relações sociais e econômicas para o desenvolvimento do território. Existe reduzida interação entre circuitos e poucas decisões conjuntas. A superação dessa visão fragmentada exige uma nova forma de pensar o território, que passa pela agência dos agricultores, dos agentes de controle e fomento, a exemplo da Prefeitura e dos prestadores dos serviços de extensão rural, mas também em instituições regulativas como políticas e programas municipais ou mesmo por meio de ações que maximizem o efeito institucional de instituições normativas e cultural-cognitivas.

A organização de uma demanda estruturada territorialmente de alimentos vem sendo favorecida pela defesa dos mercados de circuito curto e sua realocação como resposta para a exclusão causada pela produção de *commodities* agrícolas, mas também por prover mais informações para os consumidores. Porém, em territórios que não se constituíram por meio de arranjos produtivos especializados para algum tipo de produção, a exemplo de frutas e hortaliças, as dificuldades que se instituem no campo técnico parecem ser maiores. Por mais que o conhecimento provenha das interações entre os agricultores, favorecido pela proximidade e facilidade de comunicação, isso não tem sido suficiente para superar as dificuldades em torno da oferta regular e diversa de alimentos saudáveis. Percebe-se que por mais que tivesse havido avanços em termos de extensão rural, as questões inerentes à produção e que demandam assistência técnica periódica e regular podem ser contingentes para a construção social dos mercados de circuito curto, de base territorial.

Os circuitos curtos em Santiago foram favorecidos pelas condições sobre as quais os agentes se confrontam dentro da realidade em que vivem e a partir das quais se formam regras, valores e significados para determinados comportamentos padronizados. Ao nível de campo organizacional destacam-se as seguintes características: históricas e culturais, em que

pesem os padrões de interação social não se distanciar de identidades e trajetórias culturais coloniais; organizacionais, vinculadas à capacidade de cooperação dos agentes em torno de propósitos coletivos e políticas, visando a uma agenda que favoreça, autorize e proporcione legitimidade para uma mudança institucional. As condições para a institucionalização dos circuitos no campo organizacional também é fruto da interdependência com ambientes institucionais mais amplos. O discurso profissional das áreas da saúde e nutrição, mediado pelos meios de comunicação, proporciona informações que causam o aumento das pressões que ressignificam as práticas alimentares, alterando as lógicas institucionais e, assim, desafiando as instituições que amparam o sistema agroalimentar moderno. O olhar a partir do que se denominaram novas institucionalidades permitiu identificar mecanismos pelos quais as instituições passam a existir e ser aceitas, ao mesmo tempo em que revelam fontes de agência importantes para a mudança institucional em prol de um sistema agroalimentar alternativo.

Diferentemente da institucionalização de estruturas regulativas, aparece uma multiplicidade de instituições normativas e cultural-cognitivas, com efeito institucional na promoção e organização do sistema agroalimentar alternativo por meio dos circuitos curtos de comercialização e consumo. Elementos tradicionais são muito fortes e instituições cultural-cognitivas são reforçadas através da transmissão oral e do conhecimento comunicado de maneira intergeracional. Esses elementos favorecem um padrão de organização social que protege e autoriza a constituição de arranjos institucionais; beneficiam a relação dos agricultores com outros agentes, seja com o consumidor nas feiras, seja com o supermercado nos circuitos varejistas e reduzem as incertezas dos consumidores sobre os alimentos. A análise da construção social dos circuitos curtos fica enriquecida quando entendida a luz das forças valorativas, culturais e cognitivas. Sua negligência pode representar um equívoco quando conjectura-se a inclusão da agricultura familiar para uma oferta territorial de alimentos.

Por mais que se reconheça o limite da identificação dos fatores institucionais para outros estudos em escalas mais amplas ou para estudos comparados, para além de um estudo de caso, os fatores permitiram capturar a complexidade da realidade social, tornando mais evidente o modo pelo qual os pilares institucionais se relacionam na constituição dos arranjos de interação social. A qualidade, a reconexão com o passado, o desenvolvimento territorial, as relações sociais e o valor monetário são os principais fatores que organizam as forças institucionais para a realocação alimentar em Santiago. Alguns fatores pavimentam mais o suporte institucional, outros mais o ambiente técnico e outros mais as questões econômicas. Porém, quando os mercados operam, esses fatores se fundem.

A noção de qualidade associa-se a entendimentos sobre estética, modo de produção, procedência, regularidade, diversidade, tipicidade e saúde. Os circuitos varejistas valorizam mais a estética, regularidade e saúde pelo consumo. O arranjo institucional se alinha às características da produção em escala industrial, eficiência técnica, padronização e generalização. Os agricultores recebem pressão coercitiva de mecanismos informais e mimética em face do *squeeze* tecnológico. As instituições que reúnem os agricultores nos circuitos varejistas são as mesmas que capacitam os consumidores a procurar outros circuitos.

Os circuitos das feiras valorizam mais a procedência, diversidade, tipicidade e saúde em função da forma como os alimentos são produzidos. A pressão coercitiva advém de mecanismos formais, mas principalmente por um sistema relacional de interação direta, com forte conteúdo normativo e cultural-cognitivo, relacionado com a história do território, a vida pregressa dos consumidores, mas também com o cuidado em função das informações sobre a produção e o consumo dos alimentos. Ordenando em um *continuum*, ganha-se em padronização no circuito varejista e em personalização no orgânico. As referências que ligam ao alternativo em relação àquelas do convencional se perdem em função da escala de produção, notadamente nos circuitos varejistas. Dadas as devidas proporções, o circuito varejista, especialmente as redes de supermercados, organizam-se a partir de estratégias de acumulação e centralização aos moldes daquelas tomadas pelos impérios alimentares.

A valorização dos alimentos, a partir de um passado vivido, representa um patrimônio particular desse território e denota a função constitutiva dos elementos culturais vinculados à memória, os quais são resignificados diante das fragilidades do sistema agroalimentar moderno e passam a orientar padrões de interação social para a institucionalização de sistemas agroalimentares alternativos. O Hortomercado, ainda que menos legitimado pelo pilar regulativo como pressupõe o sistema agroalimentar moderno, configura-se como um guardião de racionalidades e práticas sociais. De maneira geral, o varejista quando compra do agricultor, o consumidor quando compra das feiras e os agentes de controle e fomento dos alimentos ao atuarem em favor dos circuitos curtos associam suas condutas com instituições valorativas e cultural-cognitivas e menos com forças reguladoras da estrutura institucional.

As relações sociais promovem a diminuição da incerteza e aumentam a segurança de participação em um ou outro circuito, permitindo que pequenos negócios persistam mesmo com pequenas escalas de produção. Aonde as relações sociais operam, os elementos regulativos acabam sendo minimizados. De outra parte, ainda que considere a relevância dos fatores institucionais da qualidade, a reconexão com o passado e o desenvolvimento

territorial, ao ser posto em frente ao mundo prático das relações econômicas, revelam-se variações de racionalidade ligadas a valores e representações de expansão do valor de troca.

Os agentes do campo organizacional não são passivos às pressões institucionais e, através de ações deliberadas, monitoram e atuam para manter a conformidade das instituições e assim reproduzi-las, mas também reagem para transformá-las. Percebe-se um processo de construção social da realidade que é dinâmico, sucedido por múltiplos estágios e implicam orientações para os diversos agentes do campo. Portanto, mesmo as instituições sendo ordens sociais estão sujeitas a incompatibilidades, contradições, conflitos, que de algum modo são fontes para mudanças. Os interesses que influenciam a quantidade de agência para a mudança institucional, produto das contingências institucionais, variam entre os agentes.

A Prefeitura, autorizada pelo poder coercitivo que lhe é instituído, busca constituir estruturas de governança, mas também fornecer incentivos e controles para otimizar o efeito institucional de estruturas sociais normativas e cultural-cognitivas que autorizam as práticas alimentares ao nível de território. Esse agente, apoiado por outros do campo organizacional, amparam-se no fator do desenvolvimento territorial, para tomar medidas minimizadoras dos efeitos de ameaças de instituições externas, principalmente regulativas do sistema agroalimentar moderno, que preconizam o que seja qualidade dos alimentos. Os agentes são autorizados pelas estruturas institucionais existentes e com base nelas principiam medidas de institucionalização de instituições de cunho territorial, a exemplo da criação do Conselho Regulativo das Feiras, que serve para institucionalizar o processo de mudança institucional. Essas medidas, em paralelo a outras como a criação do Hortomercado e da Feira dos Orgânicos, não são produtos extraordinários da ação de um agente, mas da contingência das instituições. Pela aderência aos elementos institucionais estabelecidos, essas formas de circuitos curtos vão sendo reconhecidas e assim tomam validade no campo.

Também se destaca a agência dos consumidores. Diante da incapacidade de respostas das instituições do sistema agroalimentar moderno frente aos entendimentos sobre qualidade do sistema agroalimentar alternativo, rebuscam na história, mobilizam recursos, constroem e autorizam novas regularidades e, pela aquisição dos alimentos, incluem a participação dos agricultores nos circuitos curtos. As práticas dos agricultores também se ajustam e remodelam-se, explicando os arranjos institucionais específicos de cada circuito.

O caso demonstrou que os circuitos curtos têm capacidade de incluir a agricultura familiar e ser um vetor de desenvolvimento territorial. O receio da inexistência de mercados vai cedendo espaço para a representação de que o que liga a produção territorial aos mercados é o tipo de interação social envolto na transação entre quem produz e quem consome, seja o

consumidor final ou o varejista. O mercado é resultado de um complexo de estruturas sociais construídas no processo de interação social entre os agentes, institucionalizadas no tempo, sujeitas a mudanças e que podem ser entendidas quando analisadas as condições institucionais do contexto e aquelas provindas de outros níveis do sistema social. O limite deixa de ser a constituição da demanda, mas o conhecimento tecnológico necessário para constituir a oferta. Mesmo assim, dada a pressão econômica da falta de renda em outras atividades rurais, vai ocorrendo o aumento da densidade das formas de comercialização por meio dos circuitos curtos e pavimentando as vias do desenvolvimento territorial.

Também existem diferenças entre os circuitos. A participação dos agricultores no circuito varejista os vincula à escala de produção, regularidade e especialização produtiva. Se de um lado tiram os espaços de manobra sobre autonomia e agregação de valor, por outro podem estar mais harmonizados com as características estruturais que constituem a agricultura familiar tais como: êxodo rural dos jovens, envelhecimento rural e a redução da capacidade de trabalho das famílias. Já as feiras do Hortomercado e Orgânicos proporcionam mais autonomia na comercialização. Por outro lado, exigem tempo para comercialização, diversidade e nem sempre se identificam com os limites estruturais da agricultura familiar. O potencial de uma maior contribuição do circuito varejista para a agricultura familiar e o desenvolvimento territorial dependem de um maior alinhamento com as instituições do sistema agroalimentar alternativo, em detrimento de se apoiarem exclusivamente sobre o sistema agroalimentar moderno.

O consumo agregado de hortaliças, o conhecimento para a produção e a menor produção por área proporcionam mais vantagens para constituição dos circuitos curtos por meio desses alimentos do que por meio das frutas. Na medida em que aumentam os quantitativos de produção de frutas, cria-se a necessidade de expansão do circuito, a exemplo do que acontece com o pêssego. Assim, municípios com núcleos urbanos menores precisam articular a capacidade de oferta com a demanda de mercados mais amplos, o que pode significar a perda da autonomia da venda pelos agricultores. De um lado, isso ajuda explicar as dificuldades em torno da promoção da fruticultura ao nível territorial. Por outro reforça a necessidade da constituição de territórios mais amplos, para projetos dessa natureza.

Além dessas considerações, também é preciso apontar algumas limitações desta tese. Apesar do agendamento das entrevistas, os consumidores do circuito varejista reclamavam por brevidade, o que limitou a profundidade do detalhamento.

Mesmo que o estudo de um caso permita adentrar em profundidade nos aspectos escolhidos para estudar, a decisão por escolher três circuitos limitou o olhar sobre outros.

Também restringiu o entendimento sobre as lógicas de dominação e conflitos que operam no campo e de forma mais pronunciada entre os diferentes circuitos curtos.

Por mais que se procurasse seguir os conceitos do neoinstitucionalismo sociológico, em alguns momentos houve necessidade de dialogar com conceitos de outros referenciais teóricos. A limitação encontra-se na incapacidade de aprofundamento teórico, dentro do que poderia ter sido feito. Por outro lado, o estudo demonstra a riqueza de perspectivas pelas quais a sociologia da alimentação consegue dialogar e articular-se, nutrindo-se em diversas tradições teóricas e disciplinares, o que abrem lacunas para outros estudos.

Ao chegar ao final desta tese, podem-se observar oportunidades de aprofundamento. Primeiramente em relação à perspectiva de sucessão na agricultura familiar. Percebeu-se que muitos dos estabelecimentos envolvidos com frutas e hortaliças vêm tendo continuidade por meio dos filhos dos agricultores, casais jovens, moças e rapazes que veem nessas atividades uma oportunidade para estruturarem suas vidas. Também podem ser estudadas, questões de gênero, no que tange a responsabilidade da participação das mulheres. Especialmente no Hortomercado, são as esposas que mais trabalham na horta, que preparam os alimentos para a feira, que elaboram os agroindustrializados e que fazem boa parte das vendas.

As questões de poder envoltas em cada circuito também são interessantes para outros estudos, pois se percebe que um campo é movido pela capacidade de liderar, fazer ajustes e tomar o controle. Estudar e qualificar mais o papel que diferentes organizações podem ter na construção dos mercados locais, especialmente as organizações de assistência técnica e extensão rural, é uma agenda que requer ser explorada. A extensão rural pode contribuir mais na construção desses mercados e na articulação da oferta com a demanda, seja na produção propriamente dita, seja na organização dessa produção para orientá-la aos mercados.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, R. Desenvolvimento e instituições: a importância da explicação histórica. In: ARBIX, G; ZILBOVICIUS, M.; ABRAMOVAY, R. (Org.). **Razões e ficções do desenvolvimento**. São Paulo: Editora UNESP, 2001. p. 165-177.
- ABRAMOVAY, R. Para uma teoria dos estudos territoriais. In: VIEIRA, P. F. (org). **Desenvolvimento territorial sustentável no Brasil: subsídios para uma política de fomento**. Florianópolis: APED: Secco, 2010. p. 27 - 47.
- ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do Capitalismo agrário em questão**. São Paulo: Editora da Unicamp, 1992. 275 p.
- ABRASCO. **Fortalecimento da Agenda de Segurança Alimentar e Nutricional na Saúde Subsídios para as Conferências de Saúde e de Segurança Alimentar e Nutricional**. 15 jun 2015. Nota técnica. Disponível em: <http://www4.planalto.gov.br/consea/eventos/conferencias/5a-conferencia-nacional-de-seguranca-alimentar-e-nutricional/documentos-da-5deg-conferencia/documento-gtansc-abrasco-para-subsidiar-conferencias-san-e-saude_2015_final-1.pdf>. Acesso em: 10 jul. 2015.
- ALLAIRE, G. Quality in economics: a cognitive perspective. In: HARVEY, M.; MCMEEKIN, A.; WARDE, A. (Org.). **Qualities of food**. Manchester: Manchester University Press, 2004. p. 61–93.
- ALLAIRE, G. The multidimensional definition of quality. In: AUGUSTIN-JEAN, L.; ILBERT, H.; SAAVEDRA-RIVANO, N. (Org.). **Geographical Indications and International Agricultural Trade**. London: Palgrave MacMillan, 2012. p. 71–87.
- ALTEMBURG, S. G. N.; CALDAS, N. V.; GRISA, C. Hábitos alimentares e representações sociais entre alunos de escolas públicas no Sul do Brasil. In: ANJOS, F. S.; CALDAS, N. V. (Org). **Construção social da qualidade na produção agroalimentar**. São Paulo: Editora LiberArs, 2014. p. 173 - 195.
- ALTIERI, M. A.; TOLEDO, V. M. The agroecological revolution in Latin America: rescuing nature, ensuring food sovereignty and empowering peasants. **Journal of Peasant Studies**, v. 38, n. 3, p. 587-612, 2011.
- ANJOS, F.S.; GODOY, W. I; CALDAS, N. V. **As feiras-livres de Pelotas sob o império da globalização: perspectivas e tendências**. Pelotas: Editora e Gráfica Universitária, 2005. 197 p.
- ANVISA. **Programa de análise de resíduos de agrotóxicos em alimentos (PARA): Relatório de atividades de 2011 e 2013**. Brasília: Anvisa, 2013. 45p. Disponível em: <http://portal.anvisa.gov.br/wps/wcm/connect/58a5580041a4f6669e579ede61db78cc/Relatorio_PARA_2011_12-30_10_13.pdf?MOD=AJPERES>. Acesso em: 05 mar. 2014.
- ASSOCIAÇÃO DOS FEIRANTES DE SANTIAGO. 1. 1989. Santiago. **Livro de atas...** Santiago / RS: ASSOCIAÇÃO DOS FEIRANTES DE SANTIAGO, 2008. 100p.
- ASSOCIAÇÃO REGIONAL DOS FRUTICULTORES DA REGIÃO FRONTEIRA OESTE. 1. 2000. São Vicente do Sul. **Livro de Atas...** Santiago / RS. ASSOCIAÇÃO REGIONAL DOS FRUTICULTORES DA REGIÃO FRONTEIRA OESTE. 2000. 100 p.

AZEVEDO, C. La configuración de los circuitos “de proximidad” en el sistema alimentario: tendencias evolutivas. **Documents de Análisis Geográfica**, Barcelona, n. 54, p. 11 - 32, 2009.

BALEM, T. A.; SILVEIRA, P. R. C. A erosão cultural alimentar e os desafios para a segurança alimentar. In: GUIMARÃES, G. M. *et al.* (org). **O Rural Contemporâneo em debate**: temas emergentes e novas institucionalidades. Ijuí: Editora Unijuí - Coleção Ciências Agrárias, 2015. p. 187 - 210.

BECK, U. A reinvenção da política: rumo a uma teoria da modernização reflexiva. In: GUIDDENS, A; BECK, U; LASH, S. (Org.). **Modernização Reflexiva: política, tradição e estética na ordem social moderna**. São Paulo: Ed. Unesp, 1995. p. 11-71.

BECKERT, J. How Do Fields Change? The Interrelations of Institutions, Networks, and Cognition in the Dynamics of Markets. **Organization Studies**, v. 31, n. 5, p. 605 - 627, 3 jun. 2010. DOI: 10.1177/0170840610372184.

BECKERT, J. **The great transformation of embeddedness: Karl Polanyi and the new economic sociology**. MPIfG Discussion Paper 07/1. Köln: Max Planck Institute for the Study of Societies. January 2007b. Disponível em: <http://www.mpifg.de/pu/mpifg_dp/dp07-1.pdf>. Acesso em: 05 mar. 2013.

BECKERT, J. **The Social Order of Markets**. MPIfG Discussion Paper 07/15. Köln: Max Planck Institute for the Study of Societies. December 2007a. Disponível em <www.mpifg.de/pu/mpifg_dp/dp07-15.pdf>. Acesso em: 05 mar. 2013.

BELIK, W.; CUNHA, A. R. A.; COSTA, L. A. Crise dos alimentos e estratégias para a redução do desperdício no contexto de uma política de nacional de segurança alimentar e nutricional no Brasil. **Planejamento e Políticas Públicas**, Brasília, n. 38, p. 107-132, 2012. Disponível em:< <http://www.ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/viewFile/277/255>>. Acesso em: 15 out. 2014.

BERGER, P. L.; LUCKMANN, T. **A construção social da realidade**. 34 ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2012.

BONOTTO, A. V. **Antonio Vivaldino Bonotto**: uma biografia. Porto Alegre: Sulina, 2013, 175 p.

BORNE, H. R. **Estufa Modelo Santiago**. Santa Maria: EMATER-RS, 1989. 4 p.

BOURDIEU, P. **O Poder Simbólico**. 16. ed. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 2012. 311 p.

BOWEN, S. Embedding Local Places in Global Spaces: Geographical Indications as a Territorial Development Strategy. **Rural Sociology**, Ames - Iowa, v. 75, n. 2, p. 209 - 243, 1 fev. 2010. Disponível em: <<http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/j.1549-0831.2009.00007.x/pdf>>. Acesso em 10 mar. 2015. DOI: 10.1111/j.1549-0831.2009.00007.x.

BOWEN, S. The Importance of Place: Re-territorialising Embeddedness. **Sociologia Ruralis**, v. 51, n. 4, p. 325 - 348, 30 out. 2011. Disponível em: <<http://doi.wiley.com/10.1111/j.1467-9523.2011.00543.x>>Acesso em 10 mar. 2015. DOI: 10.1111/j.1467-9523.2011.00543.x.

BRASIL. Decreto de nº 6.323 de 27 de dezembro de 2007. Regulamenta a Lei no 10.831, de 23 de dezembro de 2003, que dispõe sobre a agricultura orgânica, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília, DF, 28 de dez. 2007. Seção 1, p. 1 - 8.

BRASIL. Extrato de contrato nº 37021 017215/87 entre a Fundação Legião Brasileira de Assistência e o Núcleo-Comunitário de Santiago/RS. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 18 mar. 1988 Disponível em: <<http://www.jusbrasil.com.br/diarios/3484909/pg-98-secao-1-diario-oficial-da-uniao-dou-de-18-03-1988>>. Acesso em: 23 mar. 2015.

BRUNI, A. L. **SPSS Guia Prático para Pesquisadores**. São Paulo: Atlas, 2012. 280 p

BRUNORI, G. Local food and alternative food networks: a communication perspective. **Anthropology of food**, Saliebœuf-France, v. 19, n. April 2007, 2007. Disponível em: <https://aof.revues.org/430>>. Acesso em 10 de abr. 2012.

BURCH, D.; LAWRENCE, G. Towards a third food regime: behind the transformation. **Agriculture and Human Values**, Amsterdam, v. 26, n. 4, p. 267 - 279, 2009.

CABEZA, M. D. El sistema agroalimentario globalizado: imperios alimentarios y degradación social y ecológica. **Revista de Economía Crítica**, n. 10, p. 32–61, 2 nov. 2010. Disponível em: <<http://revistaeconomiacritica.org/sites/default/files/revistas/n10/3.pdf>>. Acesso em 05 jun. 2015.

CASSOL, A. P. **Redes Agroalimentares Alternativas: mercados, interação social e a construção da confiança**. 2013. 186 p. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.

CAVALHEIRO, E. M. **A Construção social de mercados para os produtos da agroindústria familiar**. 2010. 215 p. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

CAYOT, N. Sensory quality of traditional foods. **Food Chemistry**, v. 101, n. 1, p. 154 -162, jan. 2007.

CAZELLA, A. A. As bases sociopolíticas do desenvolvimento territorial: uma análise a partir da experiência francesa. In: FROEHLICH, J. M.; DIESEL, V. (Org.). **Desenvolvimento Territorial: produção, identidade e consumo**. Ijuí: Editora da Unijuí, 2012. p. 15 – 52.

CELLARD, A. A análise documental. In: POUPART, J. *et al.* (org). **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. 2ª ed. Petrópolis - RJ: Vozes, 2008. p. 295 - 316.

CERDAN, C. Indicações geográficas e estratégias de desenvolvimento territorial. In: NIEDERLE, P. A. **Indicações geográficas: qualidade e origem nos mercados alimentares**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2013. p. 125 - 150.

CHAFOTTE, L.; CHIFFOLEAU, Y. Vente directe et circuits courts : évaluations, définitions et typologie. INRA: **Les Cahiers de l'Observatoire CROC**, n. 1, p. 1-8, 2007.

CONCEIÇÃO, O. A. C. A contribuição das abordagens institucionalistas para a constituição de uma teoria econômica das instituições. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v. 23, n. 1, p. 77–106, 2002a.

CONCEIÇÃO, O. A. C. Além da Transação: Uma Comparação do Pensamento dos Institucionalistas com os Evolucionários e Pós-Keynesianos. **Revista Economia**, Brasília, v. 7, n. 3, p. 621 - 642, set./dez. 2007.

CONCEIÇÃO, O. A. C. O conceito de instituição nas modernas abordagens institucionalistas. **R. Econ. contemp**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 2, p. 119 - 146, 2002b.

CONSTANTINO, N. S. **Santiago - RS**: Da concepção à maturidade em compasso brasileiro. Santiago-RS: Martins Livreiro-Editor, 1984. 148 p.

CONTERATO, M. A. *et al.* Mercantilização e mercados: a construção da diversidade da agricultura na ruralidade contemporânea. In: SCHNEIDER, S.; GAZOLLA, M. (Org.). **Os atores do desenvolvimento rural**: perspectivas teóricas e práticas sociais. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2011. p. 67-90.

CRUZ, F. T. **Produtores, consumidores e valorização de produtos tradicionais: um estudo sobre a qualidade de alimentos a partir do caso do Queijo Serrano dos Campos de Cima da Serra - RS**. 2012. 292 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

CRUZ, F. T.; SCHNEIDER, S. Qualidade dos alimentos , escalas de produção e valorização de produtos tradicionais. **Revista Brasileira de Agroecologia**, Pelotas, v. 5, n. 2, p. 22-38, 2010.

CUNHA, A. R. A. A.; CAMPOS, J. B. Sistema Ceasa: Uma rede complexa e assimétrica de logística. In: Seminário sobre a economia Mineira, XIII.,2008, Diamantina. **Anais...** Diamantina: CEDEPLAR. 2008. Disponível em: <http://www.cedeplar.ufmg.br/seminarios/seminario_diamantina/2008/D08A053.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2015.

CUNHA, C.; CINTRA, L. **Nova gramática do português contemporâneo**. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.

DAROLT, M. R. Circuitos curtos de comercialização de alimentos ecológicos: reconectando produtores e consumidores. In: NIEDERLE, P. A.; ALMEIDA, L. DE; VEZZANI, F. M. (Orgs.). **Agroecologia**: praticas, mercados e políticas para uma nova agricultura. Curitiba: Kairós, 2013. p. 139 - 170.

DEQUECH, D. Instituições e a Relação entre Economia e Sociologia. **Estudos Econômicos**, São Paulo, v. 41, n. 3, p. 599-619, 2011.

DESLAURIERS, J.; KÉRISIT, M. O delineamento de pesquisa qualitativa. In: POUPART, J. *et al.* (org). **A pesquisa qualitativa**: enfoques epistemológicos e metodológicos. 2ª edição. Petrópolis - RJ: Vozes, 2010. p. 127 - 153.

DÍAZ MÉNDEZ, C.; BENITO, C. G. La alimentación y la salud en las sociedades modernas. In: MÉNDEZ, C. D.; BENITO, C. G. (Org.). **Alimentación, Consumo y salud**. Barcelona: Edita Fundación La Caixa, 2008. p. 11-21.

DIMAGGIO, P. J.; POWELL, W. W. Retorno a la jaula de hierro: el isomorfismo institucional y la racionalidade colectiva en los campos organizacionales. In: POWELL, W.

W., DIMAGGIO, P. J. (org). **El nuevo institucionalismo en el análisis organizacional**. México: Universidad Autónoma do Estado do México, 1999. p. 104-125.

DUPUIS, E. M.; GOODMAN, D. Should we go “home” to eat?: toward a reflexive politics of localism. **Journal of Rural Studies**, v. 21, n. 3, p. 359-371, 2005. Disponível em: <<http://linkinghub.elsevier.com/retrieve/pii/S074301670500046X>>. Acesso em: 02 abr 2013. DOI: 10.1016/j.jrurstud.2005.05.011.

EMATER/RS-ASCAR. **Estudo de situação de Santiago** [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por <gustavo.pinto@politecnico.ufsm.br> em 16 abr. 2013.

EMATER/RS-ASCAR. **Estudo de situação de Santiago** [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por <gustavo.pinto@politecnico.ufsm.br>. em 10 ago. 2015.

ETZOLD, B. *et al.* Doing institutions. A dialectic reading of institutions and social practices and its relevance for development geography. **Erdkunde**, p. 185-195, 2012. Disponível em: <http://www.erdkunde.uni-bonn.de/archive/2012/doing-institutions.-a-dialectic-reading-of-institutions-and-social-practices-and-its-relevance-for-development-geography>. Acesso em 15 jul. 2015. DOI: 10.3112/erdkunde.2012.03.01.

FAO. **Alimentación escolar y las posibilidades de compra directa de la agricultura familiar: estudio de ocho países**. Proyecto GCP/RLA/180/BRA. Brasília: 2013. 275 p. Disponível em: <<http://www.rlc.fao.org/es/programabrasilfao>>. Acesso em: 10 jul. 2015.

FAVARETO, A. A abordagem territorial do desenvolvimento rural-mudança institucional ou “inovação por adição”? **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 24, n. 68, p. 299–319, 2010.

FEAGAN, R. The place of food: mapping out the “local” in local food systems. **Progress in Human Geography**, v. 31, n. 1, p. 23 - 42, 2007.

FERRARI, D. **Cadeias agroalimentares curtas: a construção social de mercados de qualidade pelos agricultores familiares em Santa Catarina**. 2011. 345 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

FERRARI, D. L. A teia da qualidade, do embeddedness e do local para construção de cadeias agroalimentares curtas: o caso dos agricultores familiares em Santa Catarina. In: CONTERATO, M. *et al.* (Org.). **Mercados e Agricultura Familiar: interfaces, conexões e conflitos**. Porto Alegre: Via Sapiens, 2013. p. 225 - 253.

FERRARI, D. L. Reciprocidade e trocas mercantis: a natureza das relações na feira livre. In: ESTEVAM, D.O; MIOR, L. C. (Org). **Inovações na Agricultura Familiar: as cooperativas descentralizadas em Santa Catarina**. Florianópolis: Editora Insular, 2014. p. 129 - 159.

FISCHLER, C. A McDonaldização dos costumes. In: FLANDRIN, J.L.; MONTANARI, M. (Org.). **História da Alimentação**. São Paulo: Estação Liberdade, 1998. p. 841 - 862.

FLICK, U. **Introdução a Pesquisa Qualitativa**. Porto Alegre: Artmed, 2009. 405 p.

FONTE, M. Food Relocalisation and Knowledge Dynamics for Sustainability in Rural Areas. In: FONTE, M.; PAPADOPOULOS, A. G. (Org.). **Naming Food After Places: Food Relocalisation and Knowledge Dynamics in Rural Development**. Farnham: Ashgate, 2010. p. 1-35.

- FRONTE, M. Knowledge, Food and Place. A Way of Producing, a Way of Knowing. **Sociologia Ruralis**, v. 48, n. 3, p. 200 - 222, jul. 2008. Disponível em: <<http://doi.wiley.com/10.1111/j.1467-9523.2008.00462.x>>. Acesso em: 10 abr. 2015. DOI: 10.1111/j.1467-9523.2008.00462.x.
- FRANÇOIS, M. *et al.* **Comercializar os produtos locais: circuitos curtos e circuitos longos**. Caderno nº 7, Série Inovação no Meio Rural. Bruxelas: Observatório Europeu LEADER, Jul. 2000. 98 p.
- FRIEDLAND, R. Divine institution: Max Weber's value spheres and institutional theory. In: TRACEY, P.; PHILLIPS, N.; LOUNSBURY, M. (Org.). **Religion and Organization Theory**. Emerald Group Publishing Limited, 2014. p. 217- 258. Disponível em: <https://www.academia.edu/6713873/Divine_Institution_Max_Weber_s_Value_Spheres_and_Institutional_Theory>. Acesso em: 10 out. 2015.
- FRIEDLAND, R.; ALFORD, R. R. Introduciendo de nuevo a la sociedade: símbolos, prácticas y contradicciones insitucionales. In: POWELL, W. W.; DIMAGGIO, P. J. (org.). **El nuevo institucionalismo en el análisis organizacional**. México: Universidad Autonoma do Estado do México, 1999. p. 294-329.
- FRIEDMANN, H. From Colonialism to Green Capitalism: Social Movements and Emergence of Food Regimes. **Research in rural sociology and development**, v. 11, n. 5, p. 227-264, 2005.
- FROEHLICH, J. M.; VENDRUSCOLO, R. A construção social da identidade territorial Quarta Colônia: tramas e sentidos da narrativa. In: FROEHLICH, J. M. (Org.). **Desenvolvimento Territorial: produção, identidade e consumo**. Ijuí: Editora da Unijuí, 2012. p. 305 – 352.
- G1. Walmart anuncia fechamento de 60 lojas no Brasil. **G1 Economia**, Rio de Janeiro, 15 jan. 2016. Disponível em <<http://g1.globo.com/economia/negocios/noticia/2016/01/walmart-anuncia-fechamento-de-60-lojas-no-brasil.html>>. Acesso em: 3 fev. 2016.
- GARCIA-PARPET, M.-F. A construção social de um mercado perfeito: o caso de Fontaines-en-sologne. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, n. 20, p. 5 - 44, 2003.
- GEHLEN, I. Políticas públicas e desenvolvimento social rural. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 18, n. 2, p. 95 - 103, 2004.
- GIDDENS, A. **A constituição da Sociedade**. 3ª ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2009. 458 p.
- GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4ª. ed. São Paulo: Atlas, 2009.
- GOODMAN, D. The quality “turn” and alternative food practices: reflections and agenda. **Journal of Rural Studies**, v. 19, n. 1, p. 1-7, 2003.
- GOODMAN, D.; DUPUIS, E. M.; MICHAEL, K. G. **Alternative Food Networks: Knowledge, practice, and politics**. New York: Routledge, 2012.
- GOODMAN, D.; SORJ, B.; WILKINSON, J. **Da lavoura às biotecnologias: agricultura e industria no sistema internacional**. Rio de Janeiro: Campus, 1990. 192 p.

GRAZIANO DA SILVA, J. **A Nova dinâmica da Agricultura Brasileira**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1998. 211 p.

GRISA, C.; SCHNEIDER, S. “Plantar pro gasto”: a importância do autoconsumo entre famílias de agricultores do Rio Grande do Sul. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Piracicaba, v. 46, n. 2, p. 481-515, jun. 2008.

GUIMARÃES, G. M. **O Rural Racionalidades identitáriasna produção e comercialização de alimentos coloniais na Quarta Colônia - RS**. 2011. 206 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

GUIMARÃES, G. M. *et al* (orgs). **O Rural Contemporâneo em debate: temas emergentes e novas institucionalidades**. Ijuí: Editora Unijuí - Coleção Ciências Agrárias, 2015. 400 p.

GUIMARÃES, G. M.; SILVEIRA, P.R.C. da. Por Trás da Falsa Homogeneidade do Termo Agroindústria Familiar Rural: Indefinição Conceitual e Incoerências das Políticas Públicas In: VI ENCONTRO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE SISTEMAS DE PRODUÇÃO. 2007, Fortaleza, **Anais...** Fortaleza: SBSP, 2007. 1 CD ROM.

HALL, P. A.; TAYLOR, R. C. R. As três versões do neoinstitucionalismo. **Lua Nova: revista de cultura e política**, São Paulo, v. 58, p. 193-223, 2003.

HENDRICKSON, M. K.; HEFFERNAN, W. D. Opening Spaces through Relocalization: Locating Potential Resistance in the Weaknesses of the Global Food System. **Sociologia Ruralis**, v. 42, n. 4, p. 347 - 369, out. 2002.

HÉRNANDEZ, J. C. Patrimônio e globalização: o caso das culturas alimentares. In: CANESQUI, A. M.; GARCIA, R. W. D. **Antropologia e Nutrição: um diálogo possível**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2005. p. 129 - 145.

HININGS, C. R.; TOLBERT, P. S. Organizational Institutionalism and Sociology: A Reflection. In: GUNZ, H.; PEIPERL, M. (Org.). **Handbook of organizational institutionalism**. London: Sage, 2008. p. 473 - 490.

HINRICHS, C. C. The practice and politics of food system localization. **Journal of Rural Studies**, v. 19, n. 1, p. 33-45, 2003. Disponível em: <<http://linkinghub.elsevier.com/retrieve/pii/S0743016702000402>>. Acesso em: 07 abr. 2014. DOI: 10.1016/S0743-0167(02)00040-2.

HODGSON, G. M. The Approach of Institutional Economics. **Journal of Economic Literature**, v. XXXVI, n. March, p. 166-192, 1998.

IBGE. **Pesquisa Municipal**. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br>>. Acesso em: 27 fev. 2014.

ILBERY, B. *et al*. Product, Process and Place: An Examination of Food Marketing and Labelling Schemes in Europe and North America. **European Urban and Regional Studies**, v. 12, n. 2, p. 116-132, 2005. Disponível em: <<http://eur.sagepub.com/cgi/doi/10.1177/0969776405048499>>. Acesso em: 28 fev. 2014. DOI: 10.1177/0969776405048499.

INCA - Instituto Nacional do Câncer José Alencar Gomes da Silva. **Posicionamento público a respeito do uso de agrotóxicos.** Nota técnica. Disponível em: <http://www1.inca.gov.br/inca/Arquivos/comunicacao/posicionamento_do_inca_sobre_os_agrotoxicos_06_abr_15.pdf>. Acesso em: 08 mai. 2015.

INFORMATIVO DA PREFEITURA DE SANTIAGO. **Santiago Cidade Educadora: município em Crescimento.** Santiago: Prefeitura Municipal de Santiago, julho de 2015. 16 p.

IPC-IG. **Demanda estruturada e Pequenos agricultores no Brasil:** o Caso do PAA e PNAE. Brasília: Centro Internacional de Políticas para o Crescimento Inclusivo / Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, 2013. 40 p.

JACCOUD, M; MAYER, R. A observação direta e a pesquisa qualitativa. In: POUPART, J. *et al.* (org). **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos.** 2ª edição. Petrópolis – RJ: Vozes, 2008. p. 254 - 294.

JACQUES, J. C. B. *et al.* Hortomercado de Santiago. In: SILVA, G. P.; VENDRUSCULO, R. (Org.). **Experiências inovadoras em extensão rural na agricultura familiar na região de abrangência do Instituto Federal Farroupilha – Campus São Vicente do Sul.** São Vicente do Sul: IFFarroupilha-São Vicente do Sul, 2012. p. 110-121.

JEAN, B. Do desenvolvimento regional ao desenvolvimento territorial sustentável: rumo a um desenvolvimento territorial solidário para um bom desenvolvimento dos territórios rurais. In: VIEIRA, P. F. (org). **Desenvolvimento territorial sustentável no Brasil: subsídios para uma política de fomento.** Florianópolis: APED: Secco, 2010. p. 49 - 76.

JENTOFT, S. Institutions in fisheries: what they are, what they do, and how they change. **Marine Policy**, v. 28, n. 2, p. 137 - 149, mar. 2004.

JEPPEPERSON, R. Instituciones, efectos insitucionales e institucionalismo . In: POWELL, W. W., DIMAGGIO, P. J. (org). **El nuevo institucionalismo en el análisis organizacional.** México: Universidad Autonoma do Estado do México, 1999. p. 193-236.

JEZIORNY, D. L. Território, inovação e desenvolvimento. In: ORTEGA, A. C.; ESTRADA, E. M. **Desenvolvimento em territórios rurais: estudos comparados de Brasil e Espanha.** Campinas: Editora Alínea, 2015. p. 135 – 150.

JORNAL EXPRESSO ILUSTRADO. Hortaliças muito mais saudáveis e na sua porta. **Jornal Expresso Ilustrado**, Santiago. 10 jul. 2015. p. 4.

JORNAL EXPRESSO ILUSTRADO. Quer morango saudável? **Jornal Expresso Ilustrado**, Santiago. 24 dez. 2010. p. 7.

KIRWAN, J. Alternative Strategies in the UK Agro-Food System: Interrogating the Alterity of Farmers' Markets. **Sociologia Ruralis**, v. 44, n. 4, p. 395 - 415, out. 2004.

KJAERNES, U.; HARVEY, M.; WARDE, A. **Trust in food:** a comparative and insitucional analysis. 1. ed. New York: Palgrave MacMillan, 2007. 221 p.

KNEAFSEY M. The region in food - important or irrelevant? **Cambridge Journal of Regions, Economy and Society**, v. 3, p. 177-190, 2010. Disponível em:

<<http://cjres.oxfordjournals.org/content/early/2010/05/10/cjres.rsq012.full>>. Acesso em: 20 set. 2014. DOI: 10.1093/cjres/rsq012.

KNOWLES, T.; MOODY, R.; MCEACHERN, M. G. European food scares and their impact on EU food policy. **British Food Journal**, v. 109, n. 1, p. 43 - 67, 2007.

LANG, T. Crisis? What Crisis? The Normality of the Current Food Crisis. **Journal of Agrarian Change**, v. 10, n. 1, p. 87 - 97, jan. 2010.

LANG, T.; BARLING, D.; CARAHER, M. **Food policy: integrating health, environment and society**. UK: Oxford University Press, 2009.

LUCCA DA CUNHA, C. F. **Análise dos condicionantes de reprodução das unidades de produção familiar na região colonial de Santiago - RS**. 1997. 173 f. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) - Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 1997.

LUCCHESI-CHEUNG, T.; BATALHA, M. O; LAMBERT, J. L. Comportamentos do consumidor de alimentos e suas maneiras de pensar a alimentação. In: CONTERATO, M. *et al.* (Org.). **Mercados e Agricultura Familiar: interfaces, conexões e conflitos**. Porto Alegre: Via Sapiens, 2013. p. 98 - 113.

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986. 99 p.

MACHADO-DA-SILVA, C. L.; FILHO, E. R. G.; ROSSONI, L. Campos Organizacionais: Seis Diferentes Leituras e a Perspectiva de Estruturação. **RAC**, Rio de Janeiro, n. 1, p. 109-147, 2010.

MACHADO-DA-SILVA, C. L.; GONÇALVES, S. A. Nota técnica: A teoria institucional. In: CLEGG, S.; HARDY, C.; NORDY, W. **Handbook de estudos organizacionais**. Tradução de Humberto F. Martins e Regina Luna S. Cardoso, v.1. São Paulo: Atlas, 1999. p. 220-226.

MALUF, R. S. Mercados agroalimentares e a agricultura familiar no Brasil : agregação de valor , cadeias integradas e circuitos regionais. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v. 25, n. 1, p. 299-322, 2004.

MALUF, R. S. Painel sobre Experiências Significativas de Ação Local de Abastecimento Alimentar. Instituto Pólis, São Paulo, [s.n.], 1999. Disponível em: <<http://polis.org.br/uploads/845/845.pdf>>. Acesso em: 10 mar. 2014.

MARCHIORI, J. N. **Esboço Histórico de Jaguari**. Santa Maria: Pallotti, 1999, 183 p.

MARCHIORI, J. N. **Jaguari: documentos históricos e relatos**. Porto Alegre: Edições EST, 2001, 232 p.

MARSDEN, T. Mobilities, vulnerabilities and sustainabilities: exploring pathways from denial to sustainable rural development. **Sociologia Ruralis**, v. 49, n. 2, p. 113 - 131, abr. 2009.

MARSDEN, T.; BANKS, J.; BRISTOW, G. Food Supply Chain Approaches: Exploring their Role in Rural Development. **Sociologia Ruralis**, v. 40, n. 4, p. 424-438, 2000.

MARTINS, E. Fichas para MARC [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por <gustavo.pinto@politecnico.ufsm.br> em 2 set. 2015.

MAY, M. A. C. Características da olericultura caseira no perímetro urbano da cidade de Santiago - RS. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em Geografia) - Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS, 1985. Não paginado.

MAZON, M. S. A transição nutricional e sua sociologia: o dilema alimentar no século XXI. In: GUIVANT, J. S., SPAARGEN, G; RIAL, C. (Org.). **Novas práticas alimentares no mercado global**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2010. p. 261-273.

MCMAHON, M. What Food is to be Kept Safe and for Whom? Food-safety governance in an unsafe food system. **Laws**, v. 2, n. 4, p. 401-427, 2013. Disponível em: <<http://www.mdpi.com/2075-471X/2/4/401>>. Acesso em: 10 dez. 2014. DOI: 10.3390/laws2040401.

MDA. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Mais Alimentos**. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br>>. Acesso em: 14 abr. 2015.

MEYER, W. M.; ROWAN, B. Organizaciones insitucionalizadas: la estructura formal como mito y cerimonia. In: POWELL, W. W., DIMAGGIO, P. J. (org). **El nuevo institucionalismo en el análisis organizacional**. México: Universidad Autonoma do Estado do México, 1999. p. 79-125.

MIELE, M. Consumption culture: the case of food. In: CLOKE, P.; MARSDEN, T.; MOONEY, P. H. (Org.). **Handbook of Rural Studies**. Londres: SAGE Publications, 2006. p. 344- 354.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Obesidade atinge mais da metade da população brasileira, aponta estudo. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/saude/2013/08/obesidade-atinge-mais-da-metade-da-populacao-brasileira-aponta-estudo>>. Acesso em: 07 abril 2014.

MIOLA, A. C. **Mapa de localização geográfica do município de Santiago em relação a Região Central do Estado do Rio Grande do Sul**. Arquivo Pessoal, 2015.

MIOR, L. C. Agricultura familiar, agroindústria e desenvolvimento territorial. In: VIEIRA, P. F. (org). **Desenvolvimento territorial sustentável no Brasil: subsídios para uma política de fomento**. Florianópolis: APED: Secco, 2010. p. 235 - 257.

MORGAN, K. Local and green, global and fair: the ethical foodscape and the politics of care. **Environment and Planning A**, v. 42, n. 8, p. 1852-1867, 2010.

MORGAN, K.; SONNINO, R. The urban foodscape: world cities and the new food equation. **Cambridge Journal of Regions, Economy and Society**, v. 3, n. 2, p. 209 - 224, 10 mar. 2010.

MUCHNIK, J. Identidad territorial y calidad de los alimentos: procesos de calificación y competencias de los consumidores. **Agroalimentaria**, n. 22, p. 89 - 98, 2006. Disponível em: <http://www.scielo.org.ve/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1316-035420060001000008>. Acesso em: 15 jan. 2015.

MUCHNIK, J. **Localised agrifood systems: concept development and diversity of**

situations. Annual Meeting of the Agriculture, Food, and Human Values Society and the Association for the Study of Food and Society. **Anais...**Pennsylvania: 2009 Disponível em: <<http://syal.agropolis.fr/publications-resources/item/localised-agrifood-systems-concept-development-and-diversity-of-situations>>. Acesso em: 10 nov. 2015,

MURDOCH, J. Networks - a new paradigm of rural development? **Journal of Rural Studies**, v. 16, n. 4, p. 407-419, 2000.

MURDOCH, J.; MARSDEN, T. e BANKS, J. Quality, Nature, and Embeddedness: some theoretical considerations in the context of the food sector. **Economic Geography**, v. 76, n. 2, p. 107-125, 2009. Disponível em: <<http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/j.1944-8287.2000.tb00136.x/epdf>>. Acesso em: 10 abr. 2013. DOI:10.1111/j.1944-8287.2000.tb00136.x.

NEUMANN, P. S. **O impacto da fragmentação e do formato das terras nos sistemas familiares de produção.** 2003. 326 p. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, 2003.

NIEDERLE, P. A. Delimitando as fronteiras entre mercados convencionais e alternativos para a Agricultura Familiar. **Revista Extensão Rural**, Ano XVI, n. 18, p. 5 - 37, 2009.

NIEDERLE, P. A. **Indicações geográficas: qualidade e origem nos mercados alimentares.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2013. p. 23 - 53.

NIEDERLE, P. A.; ALMEIDA, L.; VEZZANI, F. M. **Agroecologia:** praticas, mercados e políticas para uma nova agricultura. Curitiba: Kairós, 2013. 394 p.

OLIVEIRA, A. L.; MIORIN, V. M. F. A influência dos complexos agroindustriais na dinâmica das especialidades locais. **Geografia: Ensino & Pesquisa**, Santa Maria, v. 13, n. 2, p. 109-115, 2009.

OOSTERVEER, P.; GUIVANT, J. S.; SPAARGAREN, G. Alimentos verdes em supermercados globalizados: uma agenda teórico-metodológica. In: GUIVANT, J. S., SPAARGAREN, G; RIAL, C. (Org.). **Novas práticas alimentares no mercado global.** Florianópolis: Editora da UFSC, 2010. p. 15-58.

OOSTERVEER, P.; SONNENFELD, D. A. **Food, globalization and sustainability.** 1. ed. New York: Earthscan, 2012. 296 p.

ORTEGA, A. C.; BORGES, M. S. Codex Alimentarius: a segurança alimentar sob a ótica da qualidade. **Segurança Alimentar e Nutricional**, Campinas, v. 19, n. 1, p. 71-81, 2012.

PECQUEUR, B. A guinada territorial da economia global. **Política & Sociedade**, Florianópolis, v. 8, n. 14, 6 out. 2009. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/politica/article/view/2175-7984.2009v8n14p79>>. Acesso em: 10 jul. 2015. DOI: 10.5007/2175-7984.2009v8n14p79.

PEREZ-CASSARINO, J. *et al.* Compras coletivas de alimentos ecológicos: caminho para o acesso a alimentação saudável. **Agriculturas**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 4, p. 14 - 19, 2014.

PEREZ-CASSARINO, J.; FERREIRA, A. D. D. Agroecologia, construção social de mercados e a constituição de sistemas agroalimentares alternativos: uma leitura a partir da

Rede Ecovida de Agroecologia. In: NIEDERLE, P. A.; ALMEIDA, L. DE; VEZZANI, F. M. (Org.). **Agroecologia: praticas, mercados e politicas para uma nova agricultura**. Curitiba: Kairós, 2013. p. 171-213.

PIRES, A. P. Amostragem e pesquisa qualitativa: ensaio teórico e metodológico. In: POUPART, J. *et al.* (org.). **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Petrópolis: Vozes, 2010a. p. 154-211.

PIRES, A. P. Sobre algumas questões epistemológicas de uma metodologia geral para as ciencias sociais. In: POUPART, J. *et al.* (org.). **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Petrópolis: Vozes, 2010b. p. 43-94.

PLOEG, J. D. V. *et al.* Rural Development: from practices and policies towards theory. **Sociologia Ruralis**, v. 40, n. 4, p. 391-408, 2000.

PLOEG, J. D. V. The Food Crisis, Industrialized Farming and the Imperial Regime. **Journal of Agrarian Change**, v. 10, n. 1, p. 98 - 106, jan. 2010.

PLOEG, J. D. V.; JINGZHONG, Y.; SCHNEIDER, S. Rural development through the construction of new, nested, markets: comparative perspectives from China, Brazil and the European Union. **Journal of Peasant Studies**, v. 39, n. 1, p. 133 - 173, 2012.

PLOEG, J. D. V. **Camponeses e impérios alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da Globalização**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008. 372 p.

POLANYI, K. La economía como actividad institucionalizada. In: POLANYI, KARL; ARENSBERG, CONRAD M.; PEARSON, H. W. (Org.). **Comercio y Mercado en los Imperios Antiguos**. Barcelona: Labor Univ, 1976. p. 289-316.

POUPART, J. A entrevista de tipo qualitativo: considerações epistemológicas, teóricas e metodológicas. In: POUPART, J. *et al.* (org.). **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. 2ª edição. Petrópolis – RJ: Vozes, 2008. p. 215 - 253.

POWELL, W. W. Expansión del analisis institucional. In: POWELL, W. W.; DIMAGGIO, P. J. (org.). **El nuevo institucionalismo en el análisis organizacional**. México: Universidad Autonoma do Estado do México, 1999. p. 237 - 260.

POWELL, W. W., DIMAGGIO, P. J. **El nuevo institucionalismo en el análisis organizacional**. México: Universidad Autonoma do Estado do México, 1999. 587 p

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA/RS. **Pesquisa de Produção e consumo do Estado do Rio Grande do Sul**. 2009. 12 diapositivos, color.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTIAGO. Lei nº 075/2001. Cria no município de Santiago, o programa de infraestrutura rural, chamado Patrulha Agrícola. **Prefeitura Municipal de Santiago**, Poder Executivo, Santiago, RS, 26 de dez. 2001. p. 1 - 4.

PRETTY, J. N. *et al.* Farm costs and food miles: an assessment of the full cost of the UK weekly food basket. **Food Policy**, v. 30, n. 1, p. 1-19, 2005.

RAO, H.; MONIN, P.; DURAND, R. Institutional Change in Toque Ville: Nouvelle Cuisine as an identity movement in French Gastronomy. **American Journal of Sociology**, Chicago,

v. 108, n. 4, p. 795 - 843, jan. 2003. Disponível em:
<<http://www.jstor.org/stable/10.1086/367917>>. Acesso em: 20 ago. 2015. DOI:
10.1086/367917.

REDE ECOVIDA. **Caderno de formação: certificação participativa de produtos ecológicos**. Florianópolis: Rede Ecovida, 2004. 48 p.

RENTING, H.; MARSDEN, T. K.; BANKS, J. Understanding alternative food networks: exploring the role of short food supply chains in rural development. **Environment and Planning A**, v. 35, n. 3, p. 393-411, 2003.

RENTING, H.; SCHERMER, M.; ROSSI, A. Building Food Democracy: Exploring Civic Food Networks and Newly Emerging Forms of Food Citizenship. **International Journal of Sociology of Agriculture and Food**, v. 19, n. 3, p. 289–307, maio 2012.

REQUIER-DESJARDINS, D. **The LAS approach: a scheme for a sustainable local development of Southern countries rural areas?** 116 th EAAE Seminar “Spatial dynamics in agri-food systems: implications for sustainability and consumer welfare”. **Anais...** Parma (Italy): Institut d’Etudes Politiques de Toulouse LEREPS - Université de Toulouse, 2010. Disponível em: <http://ageconsearch.umn.edu/bitstream/95222/2/130_completo.pdf>. Acesso em: 15 abr. 2015.

RIO GRANDE DO SUL. **Programa Estadual de Fruticultura – PROFRUTA/RS**. Porto Alegre: EMATER-RS/ASCAR, 2003. 32 p.

RIO GRANDE DO SUL. **Programa Integrado de Produção e Abastecimento de Produtos Hortigranjeiros na Região de Santa Maria**. Vol. 1. Porto Alegre: Secretaria de Coordenação e Planejamento, 1990. 192 p.

RITZER, G. **Teoria Sociológica moderna**. 5ª edição. Madrid: McGraw-Hill, 2002. 742 p.

RODRIGUES, R. *et al.* “Drivers” de mudanças no sistema agroalimentar brasileiro. **Parcerias Estratégicas**, Brasília, v. 17, n. 34, p. 7-43, 2012.

ROSENTHAL, G. **Pesquisa social interpretativa: uma introdução**. Tradução de Tomás da Costa. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2014. 311 p. Título Original: Interpretative Sozialforschung: Eine Einführung.

ROSSIGNOLLO, C. Fichas para MARC [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por <gustavo.pinto@politecnico.ufsm.br> em 25 ago. 2015.

SABOURIN, E. A Construção social dos mecanismos de qualificação e certificação entre reciprocidade e troca mercantil. **Revista Redd - Espaço de diálogo e desconexão**, Araraquara, v. 4, n. 2, p. 22, 2012. Disponível em:
<<http://seer.fclar.unesp.br/redd/article/view/5178>>. Acesso em: 25 jan. 2016.

SABOURIN, E. Teoria da Reciprocidade e sócio-antropologia do desenvolvimento. **Revista Sociologias**, Porto Alegre, v. 13, n. 27, p. 24 - 51, 2011. Disponível em:
<<http://www.seer.ufrgs.br/index.php/sociologias/article/view/22435/13008>>. Acesso em: 24 nov 2015.

SASSATELLI, R. The political morality of food: discourses, contestation and alternative

consumption. In: HARVEY, M.; MCMEEKIN, A.; WARDE, A. (Org.). **Qualities of food**. Manchester: Manchester University Press, 2004. p. 176 - 207.

SCARABELOT, M. **Construção de cadeias agroalimentares curtas e papel dos atores em Nova Veneza, SC**. 2012. 203 p. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

SCHNEIDER, S. Situando o desenvolvimento rural no Brasil: o contexto e as questões em debate. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 30, n. 119, p. 511 - 531, 2010.

SCHNEIDER, S. Território, Ruralidade e Desenvolvimento. In: LOZANO, F. V.; MEDINA, J. G. F. (Org.). **Las Configuraciones de los Territorios Rurales en el Siglo XXI**. 1ª. ed. Bogotá/Colombia: Editorial Pontificia Universidad Javeriana, 2009. p. 67 - 108.

SCHNEIDER, S.; CRUZ, F. T; MATTE, A. Estratégias alimentares e de abastecimento: desafios e oportunidades para as cidades e para o meio rural. In: SCHNEIDER, S.; CRUZ, F. T; MATTE, A. (Org.). **Produção, consumo e abastecimento de alimentos: desafios e novas estratégias**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2016. p. 9 - 22.

SCHNEIDER, S.; FERRARI, D. L. Cadeias curtas, cooperação e produtos de qualidade na Agricultura Familiar – o processo de realocização da produção agroalimentar em Santa Catarina. **Organizações Rurais & Agroindustriais**, Lavras, v. 17, n. 1, p. 56–71, 2015.

SCHNEIDER, S.; SHIKI, S.; BELIK, W. Rural development in Brazil : overcoming inequalities and building new markets. **Rivista Di Economia Agraria**, Florença, v. LXV, n. 2, giugno, p. 225- 259, 2010.

SCHNEIDER, S.; TARTARUGA, I. G. P. Território e abordagem territorial: das referências cognitivas aos aportes aplicados à análise dos processos sociais rurais. **Raízes**, Campina Grande, v. 23, n. 1 e 2, p. 99 - 116, 2004. Disponível em: <http://www.ufcg.edu.br/~raizes/artigos/Artigo_4.pdf> Acesso em: 27 dez. 2015.

SCOTT, W. R. **Institutions and organizations: ideas, interests, and identities**. 4 ed. Los Angeles: SAGE, 2014. 344p.

SCOTT, W. R. The institutional environment of global project organizations. **Engineering Project Organization Journal**, v. 2, n. 1-2, p. 27 - 35, 2012. Disponível em: <<http://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/21573727.2011.634546>>. Acesso em: 02 abr. 2014. DOI: 10.1080/21573727.2011.634546.

SCOTT, W. R.; MEYER, J. W. La organización de los sectores sociales: proposiciones y primeras evidencias. In: POWELL, W. W.; DIMAGGIO, P. J. (org.). **El nuevo institucionalismo en el análisis organizacional**. México: Universidad Autónoma do Estado do México, 1999. p. 154-190.

SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E PECUÁRIA. Análise dos dados obtidos na pesquisa de opinião - Hortomercado Municipal. 2009. Não paginado.

SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E PECUÁRIA. Regulamento da Feira do Produtor de Santiago - RS. Santiago: Secretaria Municipal de Agricultura e Pecuária, 2010. 8 p.

SILVA, G. P. da; DEON, P. R. C. O protagonismo dos agricultores familiares na construção social dos mercados In: GUIMARÃES, G. M. *et al.* (org). **O Rural Contemporâneo em debate**: temas emergentes e novas institucionalidades. Ijuí: Editora Unijuí - Coleção Ciências Agrárias, 2015. p. 71 - 87.

SILVA, T. M.; SILVA, L. X. Mercados convencionais e/ou novos mercados - haveria um dilema nas estratégias produtivas dos agricultores familiares? O caso de Praia Grande (SC). **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 1, p. 31 - 61, 2015. Disponível em: <<http://r1.ufrj.br/esa/V2/ojs/index.php/esa/article/view/531>>. Acesso em: 20 dez. 2015.

SILVA, V. L. da. Fundamentos do institucionalismo na teoria social de Thorstein Veblen. **Política & Sociedade**, Florianópolis, v. 9, n. 17, p. 289-323, 2010. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/politica/article/view/15681/14208>>. Acesso em: 10 abr. 2013. DOI: 10.5007/2175-7984.2010v9n17p289.

SILVEIRA, P. R. C. da *et al.* Redefinindo Riscos Alimentares em Sistemas Agroalimentares Localizados: o desafio da validação social da qualidade em mercados extra-regionais. In: IV CONGRESSO DA REDE SIAL. 2008, Mar Del Plata - Argentina, **Anais...**, Mar Del Plata – Argentina: Rede Sial, 2008. 1 CD ROM.

SILVEIRA, P. R. C. da; HEINZ, C. U. Controle de Qualidade Normativo e Qualidade Ampla: Princípios para Re-Estruturação e Qualificação da Produção Artesanal de Alimentos. In: I CONGRESSO INTERNACIONAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL E AGROINDÚSTRIA FAMILIAR. 2005, São Luiz Gonzaga, **Anais...** São Luiz Gonzaga: UERGS, 2005. 1 CD ROM.

SILVEIRA, P. R. C. da; PIRES, P. J. da F.; MARIN, M. Z. As Formas de Exploração do Espaço Agrário em Regiões Marginais: o Desafio da Sustentabilidade. In: XXXVIII CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL. 2000, Rio de Janeiro, **Anais...** Rio de Janeiro: SOBER, 2000. 1 CD ROM.

SILVEIRA, P. R. C. da; ZIMMERMANN, S. A qualidade em circuitos regionais de produção de alimentos numa perspectiva de segurança alimentar. In: FROEHLICH, J. M.; DIESEL, V. (Org.). **Espaço Rural e Desenvolvimento Regional: estudos a partir da região central do RS**. Ijuí: Editora da Unijuí, 2004. p. 217 – 226.

SIMÕES, A. A. **Santiago**: sua terra, sua gente. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1989, 196 p.

SONNINO, R. Embeddedness in action: Saffron and the making of the local in southern Tuscany. **Agriculture and Human Values**, Amsterdam, v. 24, n. 1, p. 61-74, 2006. Disponível em: <<http://link.springer.com/10.1007/s10460-006-9036-y>>. Acesso em: 26 jan. 2014. DOI: 10.1007/s10460-006-9036-y.

SONNINO, R.; MARSDEN, T. Beyond the divide: rethinking relationships between alternative and conventional food networks in Europe. **Journal of Economic Geography**, v. 6, n. 2, p. 181-199, 2006. Disponível em: <<http://joeg.oxfordjournals.org/cgi/doi/10.1093/jeg/lbi006>>. Acesso em: 21 mar 2014. DOI: 10.1093/jeg/lbi006.

SORIANO, R. R. **Manual de pesquisa social**. Petrópolis - RJ: Vozes, 2004.

SOUZA, C. F. **Contrastes regionais e formações urbanas**. Porto Alegre: Editora Universidade / UFRGS, 2000. 94 p.

SOUZA, R. S. **A condição organizacional: o sentido das organizações no desenvolvimento rural**. Santa Maria: Editora da UFSM, 2012. 280 p.

STARR, A. Local Food: A Social Movement? Cultural Studies. **Critical Methodologies**, v. 10, n. 6, p. 479-490, 2010. Disponível em: <<http://csc.sagepub.com/cgi/doi/10.1177/1532708610372769>>. Acesso em: 10 fev. 2010. DOI: 10.1177/1532708610372769.

SUMPSI, J. M. Desarrollo rural con enfoque territorial: diferencias y semejanzas de las experiencias de La Unión Europea y America Latina. In: ORTEGA, A. C.; ALMEIDA FILHO, N. (Org.). **Desenvolvimento territorial, segurança alimentar e economia solidária**. Campinas: Alínea, 2007. v. 1, p. 63-91.

TEDESCO, J. C. Economia de circuitos curtos, da qualidade e dos territórios étnicos: uma análise da dinâmica produtiva e mercantil na rota das Salamarias - Norte e Nordeste do RS. **Revista Extensão Rural**, Santa Maria, v. 21, n. 3, p. 119 - 141, 2013.

THÉRET, B. As instituições entre as estruturas e as ações. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, Água Branca, n. 58, p. 225 - 254, 2003.

THIRY-CHERQUES, H. R. O primeiro Estruturalismo: Método de pesquisa para as ciências da gestão. **Revista de Administração Contemporânea**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 2, p. 137-156, Abr./Jun. 2006.

TOLBERT, P. S.; ZUCKER, L. G. A institucionalização da teoria institucional. In: CLEGG, S.; HARDY, C.; NORDY, W. **Handbook de estudos organizacionais**. Tradução de Humberto F. Martins e Regina Luna S. Cardoso, v.1. São Paulo: Atlas, 1999. p. 196-219.

TONNEAU, J.; TEIXEIRA, O. A. Modernização da Agricultura Familiar e Exclusão Social: o dilema das políticas agrícolas. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, Brasília, v. 22, n. 1, p. 67-82, 2005.

TORRE, A. Proximity relations at the heart of territorial development processes: from clusters, spatial conflicts and temporary geographical proximity to territorial governance. In: TORRE A.; WALLET F. (Org.). **Regional Development and Proximity Relations**. New Horizons in Regional Science series. Paris: Edward Elgar Pub, 2014. p. 94 - 134.

TREGGAR, A. Progressing knowledge in alternative and local food networks: Critical reflections and a research agenda. **Journal of Rural Studies**, v. 27, n. 4, p. 419 - 430, out. 2011. Disponível em: <<http://linkinghub.elsevier.com/retrieve/pii/S07430167110005071>>. Acesso em: 03 mar. 2015. DOI: 10.1016/j.jrurstud.2011.06.003.

TRICHES, R. M. Repensando o mercado da alimentação escolar: novas institucionalidades para o desenvolvimento rural. In: GRISA, C.; SCHNEIDER, S. (Org.). **Políticas Públicas de Desenvolvimento Rural no Brasil**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015. p. 181 - 200.

TRUNINGER, M. As bases plurais da confiança alimentar nos produtos orgânicos: da certificação ao “teste da minhoca.” **Ambiente & Sociedade**, São Paulo, v. 16, n. 2, p. 81-102,

2013. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/asoc/v16n2/06.pdf>>. Acesso em: 24 mar. 2014. DOI: 10.1590/S1414-753X2013000200006.

VEIGA, J. E. DA. A face territorial do desenvolvimento. **Revista Internacional de Desenvolvimento Local**, v. 3, n. 5, p. 5 - 19, 2002.

VIAN, C. E. DE F.; PITELLI, M. M. O processo de formação dos campos organizacionais da carne bovina e açúcar orgânico e suas perspectivas. **Revista UNIARA**, Araraquara, v. 11, n. 1, p. 113 - 135, 2007. Disponível em: <http://www.uniara.com.br/legado/revistauniara/pdf/20/RevUniara20_10.pdf>. Acesso em: 10 fev 2013.

WATTS, D. C. H.; ILBERY, B. e MAYE, D. Making reconnections in agro-food geography: alternative systems of food provision. **Progress in Human Geography**, v. 29, n. 1, p. 22-40, 2005. Disponível em: <<http://phg.sagepub.com/cgi/doi/10.1191/0309132505ph526oa>>. Acesso em: 08 mai. 2015. DOI: 10.1191/0309132505ph526oa.

WEIS, T. The Accelerating Biophysical Contradictions of Industrial Capitalist Agriculture. **Journal of Agrarian Change**, v. 10, n. 3, p. 315 - 341, 21 jun. 2010. Disponível em: <<http://doi.wiley.com/10.1111/j.1471-0366.2010.00273.x>>. Acesso em: 12 out. 2014. DOI: 10.1111/j.1471-0366.2010.00273.x.

WILKINSON, J. A agricultura familiar ante o novo padrão de competitividade do sistema agroalimentar. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, v. 21, n. Outubro, p. 62-87, 2003.

WILKINSON, J. **Mercados, redes e valores**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008. 213 p.

WISKERKE, J. S. C. On places lost and places regained: reflections on the alternative food geography and sustainable regional development. **International Planning Studies**, v. 14, n. 4, p. 369 - 387, 2009. Disponível em: <<http://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/13563471003642803>>. Acesso em: 23 jan. 2014. DOI: 10.1080/13563471003642803.

WOODHOUSE, P. Beyond Industrial Agriculture? Some Questions about Farm Size, Productivity and Sustainability. **Journal of Agrarian Change**, v. 10, n. 3, p. 437 - 453, 21 jun. 2010. Disponível em: <<http://doi.wiley.com/10.1111/j.1471-0366.2010.00278.x>>. Acesso em: 14 out. 2014. DOI: 10.1111/j.1471-0366.2010.00278.x.

YIN, R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 4. Ed. Porto Alegre: Bookman, 2010. 248 p.

ZELIZER, V. Circuits in economic life. In: BANDELJ, N. (Org.). **Economic sociology_the european electronic newsletter**. Voil. 8, n. 1, p. 30–35. Nov. 2006. Disponível em: <http://econsoc.mpifg.de/archive/econ_soc_8-1.pdf>. Acesso em: 01 jun. 2014.

ZELIZER, V. Circuits in Economic Life. In: NEE, V.; SWEDBERG, R. (Org.). **The Economic Sociology of Capitalism**. New York: Princeton University Press, 2005. p. 289 - 322.

ZELIZER, V. Dinero, circuito, relaciones íntimas. **Sociedad y economía**, Cali, v. 14, p. 11 - 34, 2008. Disponível em:

<<http://sociedadyeconomia.univalle.edu.co/index.php/sye/article/view/1726/1650>>. Acceso em: 01 jun. 2014.

ZUCKER, L. G. El papel de la insitucionalizacion en la persistencia cultural. In: POWELL, W. W.; DIMAGGIO, P. J. (org). **El nuevo institucionalismo en el análisis organizacional**. México: Universidad Autonoma do Estado do México, 1999. p. 126-153.

**APÊNDICE A - ROTEIRO DE ENTREVISTA COM INFORMANTES-CHAVE
REFERENTE À CONSTITUIÇÃO DO CAMPO ORGANIZACIONAL DE FRUTAS E
HORTALIÇAS EM SANTIAGO.**

1. Como foi a colonização dessa região onde se encontram os agricultores que realizam venda direta?
2. Como historicamente foi o fornecimento de alimentos para a cidade de Santiago? E especificamente em relação a frutas e hortaliças?
3. A partir de quando começa a haver fornecimento e comercialização de frutas e hortaliças em Santiago?
4. Como as frutas e hortaliças fazem parte da base alimentar do Santiaguense?
5. De onde vem essa cultura local da quitanda? Esse termo é correto e traduz a realidade de Santiago?
6. Que explicação/mudanças são relevantes para explicar:
 - A expressividade de agricultores e espaços de venda direta;
 - Aumento da venda direta em Santiago (reforço)?
 - A concentração de produtores na região colonial?

APÊNDICE B - QUESTIONÁRIO SEMIESTRUTURADO APLICADO AOS AGRICULTORES DE FRUTAS E HORTALIÇAS DE SANTIAGO.

Identificação	
Nome do cadastrador:	N.º do ponto do GPS:
Nome do Produtor (chefe da família ou responsável pelo estabelecimento rural):	
Localidade:	Município:
Localização do Estabelecimento (distrito, vila, linha, etc.):	Telefone:

Caracterização do Núcleo Familiar																			
Nome (opcional)	Parentesco					Sexo		Data de Nascimento			Escolaridade			Ocupação					
	1	2	3	4	5	M	F				1	2	3	1	2	3	4	5	6
	6	7	8	9	10	M	F				4	5	6	7	8	9	10	11	12
	1	2	3	4	5	M	F				1	2	3	1	2	3	4	5	6
	6	7	8	9	10	M	F				4	5	6	7	8	9	10	11	12
	1	2	3	4	5	M	F				1	2	3	1	2	3	4	5	6
	6	7	8	9	10	M	F				4	5	6	7	8	9	10	11	12
	1	2	3	4	5	M	F				1	2	3	1	2	3	4	5	6
	6	7	8	9	10	M	F				4	5	6	7	8	9	10	11	12

Grau Parentesco: 1 – Responsável; 2 – Cônjuge; 3 – Filhos; 4 – Netos; 5 – Pais; 6 – Avó; 7 – Sobrinho; 8 – Enteado; 9 – Dependentes.

Escolaridade: 1 – Não Alfabetizado; 2 – 1º Grau Incompleto; 3 – 1º Grau Completo; 4 – Seg. Grau Incompleto; 5 – Seg. Grau Completo; 6 – Superior.

Ocupação: 1 – Agricultor; 2 – Assal. Agrícola Permanente; 3 – Assalariado Agrícola Temporário; 4 – Estudante; 5 – ½ agricultor e ½ estudantes; 6 – Aposentado; 7 – Emprego Doméstico; 8 – Construção Civil; 9 – Professor; 10 – Funcionário Público; 11 – Comerciante; 12 – Terceirização de serviços.

Em relação ao estabelecimento						
1. Condição de posse: () Própria _____ ha () Arrendada _____ ha () Parceria _____ ha						
2. Mão de obra: () Familiar; () Contratada _____; () Diarista _____.						
3. Quais as principais atividades do estabelecimento rural em ordem de importância:						
(1) _____; (2) _____;						
(3) _____						
(4) _____; (5) _____;						
(6) _____						
4. Há quantos anos atua: Na olericultura? _____ Na fruticultura? _____						
5. Em percentual quanto a fruticultura altera a renda total do estabelecimento (0 a 100%)?						
	Até 20%		20 – 40%		40 – 60%	60 – 80%
						Mais de 80%
6. Em percentual quanto a olericultura altera a renda total do estabelecimento (0 a 100%)?						
	Até 20%		20 – 40%		40 – 60%	60 – 80%
						Mais de 80%
7. Quais foram as motivações iniciais para atuar na Fruticultura e/ou Olericultura?						
	Vem de geração em geração				Motivado pela extensão rural	

	<i>Oportunidade de renda visualizada</i>		<i>Outros</i>
	<i>Presença de uma política ou ação pública</i>		
8. Qual é a principal referencia no incentivo e apoio para exercer a atividade (numerar em ordem importância)?			
	<i>EMATER/RS ASCAR</i>		<i>Sindicato dos Trabalhadores Rurais</i>
	<i>Assistência Técnica Privada</i>		<i>SENAR/RS</i>
	<i>Prefeitura ou Secretaria de Agricultura</i>		<i>SEBRAE</i>
	<i>Embrapa</i>		<i>Outros</i>
	<i>Sindicato Rural</i>		

9. A produção é suficiente para atender as vendas? () Sim () Não.
 Se a resposta for **Não!** Quanto falta ou quais os principais produtos? _____

10. A família tem a intenção de ampliar a área plantada com olericultura? () Sim () Não
 Por quê? _____

11. Caso for ampliar a área plantada quais espécies pretende implantar?

Em relação às Técnicas/Tecnologia

12. Em relação ao nível tecnológico da atividade:

a. Em relação ao cultivo: () solo () semi-hidropônico () hidropônico

b. Tipo de pulverizador: () *Costal/Manual* () *Costal/Bateria* () *Turbo-atomizador Costal*

c. Tração: () *manual* () *animal* () *mecanizada* () *micro-trator* () *trator*

d. Irrigação: () *não tem* () *gotejamento* () *micro-aspersão* () *aspersão*

e. Adubação: () *fertirrigação* () *adubação química* () *não faz*

f. Plasticultura: () *não tem* () *túnel baixo* () *estufas* ()
 outros _____

g. Fonte de água: () *Corsan* () *Fonte comunitária* () *Açude* () *sanga/rio* () *Poço*

h. Atribua de 1 a 10 para sua produção, sendo 01 convencional e 10 produção orgânica:

i. Quais as principais pragas: _____

j. Quais as principais doenças: _____

13. Quais os principais problemas com a atividade?

- () *Falta de apoio governamental*
- () *acesso – estradas*
- () *mercado incerto*
- () *problemas com mão de obra*
- () *incidência de doenças, pragas e ervas daninhas*
- () *intempéries (geadas, ventos, chuvas, solo ruim)*
- () *alta necessidade de recursos para investimento*
- () *dificuldades no acompanhamento técnico*
- () *qualificação técnica*
- () *perspectiva de continuidade (sucessão)*
- () *Outros: _____*

14. Quais as principais produções?

Tipo de fruta/olerícola (nome comum e/ou cultivar, se souber)	Ano de implantação	Área plantada		N ° safras por ano	Comercialização		Quantidade produzida	Ordem de importância
		n° plantas	ha ou m ²		Tipo de mercado	%		

Tipo de mercado: 1. Feira Livre; 2. Cooperativa; 3. Mercado Institucional; 4. Comercialização no estabelecimento; 5. Vendas com entregas em domicílio; 6. Pequeno e médio comércio; 7. Redes de supermercados; 8. Restaurante; 9. Padaria; 10. Agroindustrializa no próprio estabelecimento; 11. Comercializa para agroindústrias.

**APÊNDICE C - ROTEIRO DE ENTREVISTA COM OS AGRICULTORES
CONFORME O CIRCUITO CURTO.**

1. Qual a descendência étnica de sua família?
2. Quais são as razões pelas quais começou a produzir frutas e hortaliças?
3. Há quanto tempo vem atuando nesse circuito? O que fez você começar a participar?
4. Não seria mais fácil vender para um intermediário, como outros agricultores?
5. O que significa vender frutas e hortaliças por essa forma de mercado para o Sr. (a) e sua família? (na composição da renda, na sociabilidade, lazer, saúde, autoconsumo, sucessão familiar, aspectos culturais, ...) O que mais motiva e desmotiva?
6. Como acredita ser reconhecido pela população do município?
7. Quem são as principais organizações que vocês se relacionam na área de frutas e hortaliças em Santiago? Quais outras organizações – bancos, sistema S?
8. Quem são os fornecedores de insumos?

Diferenças entre circuitos	<ul style="list-style-type: none"> ○ O que distingue a participação em um ou outro circuito de venda direta? ○ Qual o percentual de participação deste circuito na composição total da renda? ○ Quem é o seu concorrente quando comercializa no Hortomercado (Feira de Orgânicos, Mercado Varejista)? Qual é a sua estratégia para fragilizar a participação desse concorrente? ○ Quem e como exerce o poder de regulador da venda dos circuitos curtos? ○ E para quem foge das regras? Que tipo de condenação ou sansão eles recebem?
	<ul style="list-style-type: none"> ○ Existem diferenças em relação aos produtos que prepara para formas diferentes de circuitos. Como pensa cada um dos itens abaixo:
Qualidade	<ul style="list-style-type: none"> ○ O que significa a qualidade de frutas e hortaliças em cada um dos circuitos? Existem diferenças? Quais cuidados precisam ser tomados? ○ As embalagens para cada um dos circuitos precisam ser diferentes? Por que? ○ Em relação a durabilidade, Cheiro; Sabor; e outras características nutricionais e de aparência, o que as frutas e/ou hortaliças, que cuidados precisam ser tomados? ○ Qual a importância das características de produção (convencional, agroecológico, orgânico, hidropônico)?
Escala de produção, Logística e negociação	<ul style="list-style-type: none"> ○ Quem é o seu concorrente quando comercializa no Hortomercado (Feira de Orgânicos ou Mercado Varejista)? Qual é a sua estratégia para fragilizar essa concorrência? ○ Que tipo de ação é errada por parte de quem vende de forma direta? ○ Quais são as dificuldades e facilidades para atender esse circuito em relação a quantidade produzida? Periodicidade e Regularidade de entrega? Diversidade de produtos oferecidos? Agilidade? ○ Como você define o preço sobre a fruta e/ou hortaliças para cada um dos circuitos? ○ Em relação as legislações vigentes sobre frutas e hortaliças: quais são as que precisa estar mais atento? Avalia alguma de maneira especial?

Ação Coletiva	<ul style="list-style-type: none"> ○ A maneira como os agricultores interagem entre si tem sofrido mudança na medida em que aumenta a venda direta? ○ Em relação com os demais agricultores para participar desse tipo de venda direta? Como enxerga seus colegas?
Relação com o Consumidor	<ul style="list-style-type: none"> ○ O que significa um atendimento adequado ao consumidor dos alimentos? Como você avalia que deve ser em cada circuito? ○ O que significa, sustenta e reproduz a relação com o consumidor dos alimentos (amizade, negócio, confiança, modo de fazer, compromisso compartilhado)? ○ Qual o aprendizado é mais importante para trabalhar na venda direta e continuar vendendo? ○ O que o consumidor que compra seus produtos tem de especial? Ele compraria de outros agricultores? ○ Como os consumidores tem se comportado ao longo do tempo? Tem havido mudanças? ○ Quais são os seus compromissos e desafios para ter um consumidor satisfeito? O que tem feito para atraí-los para a comercialização?

9. Alguma coisa ameaça o futuro ou preocupa, seja para a sua família ou de maneira geral na venda direta?
10. Em relação a importância desse tipo de comercialização para a sociedade, quais características asseguram que terão continuidade?
11. Qual o seu papel para manter, organizar, consolidar e garantir a continuidade das formas locais de venda direta no município? Que estratégias ou alterações vem sendo realizadas ao longo dos anos para participar desses circuitos curtos de comercialização?
12. Quais aspectos precisam ser melhorados seja em relação aos demais agricultores, agentes públicos, ou de extensão? Se pudesse recomendar alguma coisa, o que recomendaria?
13. (Observar e avaliar as rotinas e comportamentos e rotinas coletivos que estão habitualizados – aquilo que já é inconsciente / avaliar também os artefatos e tecnologias que estruturam comportamentos).

APÊNDICE D - ROTEIRO DE ENTREVISTA COM AS ORGANIZAÇÕES DO ESTADO E DA SOCIEDADE CIVIL REFERENTE A CONSTITUIÇÃO DO CAMPO ORGANIZACIONAL DE FRUTAS E HORTALIÇAS EM SANTIAGO.

1. Que aconteceu nesse território que potencializa a produção de frutas e hortaliças, e também a venda direta de alimentos?
 - Quais fatores de intervenção política favoreceram?
 - Quais fatores tecnológicos que foram promotores?
 - Em relação aos fatores sociais e econômicos, o que favoreceu?
 - E, em relação aos fatores culturais, o que existia nessa região que pode ser potencializado?
2. Quais são as pessoas e organizações que ao longo do tempo exerceram liderança na promoção e defesa da comercialização direta?
3. Como houve desenvolvimento de uma consciência mútua de organizações em torno desse segmento de agricultores e dessas formas de produção?
4. Quais foram as experiências que ao longo do tempo foram fundamentais para promover e apoiar a comercialização direta?
5. Existem limites geográficos dessa venda local? (Santiago x outros municípios)?
6. Quais os principais marcos legais e como tem atuado para fomentar ou criar barreiras para a venda local:
 - i. Município – O que foi feito?;
 - ii. Estado – O que foi feito e causou influência;
 - iii. União (políticas como o PAA, o PRONAF e o PNAE tem influenciado?).
7. Quem exerce o poder de regulador da venda dos circuitos curtos? Como?
8. Quem diz que como está é a forma correta? Quem tem mais poder?
9. E para quem foge das regras? Que tipo de condenação ou sanção eles recebem?
10. O que a sua organização - Prefeitura Municipal de Santiago (Emater, Sind. Trab. Rurais) fez e vêm realizando para promover os CCC?
11. Quais são os acontecimentos específicos mais relevantes? Existiram ou existem conflitos em função desse apoio?
12. O que tem feito para fragilizar a participação de agentes externos aos circuitos (os intermediários)?
13. Quais são os desafios para manter e consolidar os circuitos curtos de comercialização e consumo?
14. O que percebe nessa forma de comercialização em especial? O que ela tem de bom? E de ruim?

APÊNDICE E - ROTEIRO DE ENTREVISTA COM OS VAREJISTAS LOCAIS.

1. A partir de quais fontes de fornecimento acontecem o abastecimento de seu mercado varejista em relação a frutas e hortaliças?
2. A questão de o produto ser dessa região tem alguma importância na definição da compra? (Por quê?)
3. Como acontece e com que frequência a compra de frutas e/ou hortaliças, produzidas em Santiago? Desde quando vem fazendo isso e por quais razões?
4. Como o Sr. avalia:

Qualidade	<ul style="list-style-type: none"> ○ O que significa a qualidade de frutas e hortaliças para o varejista? ○ O que significa uma fruta e/ou hortaliça adequada em relação a durabilidade, cheiro; aparência; sabor; e outras características? Como são as produzidas em Santiago? ○ Em relação às características de produção (convencional, agroecológico, orgânico, hidropônico), elas alteram alguma coisa em sua decisão de compra?
Logística e Negociação	<ul style="list-style-type: none"> ○ Quais são os pontos fortes e fracos da produção local em relação a: Regularidade e volume de entrega; Diversidade; Horários de entrega, Agilidade,. ○ Como são determinados os preços e prazos de pagamento? ○ Qual é a legislação que o Sr. precisa estar atento ao comercializar frutas e hortaliças?
Relação com o Agricultor	<ul style="list-style-type: none"> ○ Como o Sr. (a) determina um ou outro fornecedor (seja agricultor ou intermediário)? ○ O que significa um atendimento adequado pelo agricultor ao mercado varejista? Qual sua avaliação em relação a produção local? ○ O que espera, sustenta e reproduz a relação com os agricultores (amizade, negócio, confiança, modo de fazer, compromisso compartilhado)? ○ Que tipo de ação pode ser considerada errada por parte dos agricultores? Já existiu algum caso?
Relação com o consumidor	<ul style="list-style-type: none"> ○ Algum tipo de informação tem chegado da sociedade e fazendo alterar sua forma de ofertar frutas e /ou hortaliças? ○ Como o Sr. transmite a informação de onde vêm e como são produzidos esses alimentos?

5. Qual o seu papel para manter, organizar e consolidar as formas de venda local no município? Como você acha que está contribuindo?
6. Quais aspectos precisam ser melhorados seja em relação aos agricultores, agentes públicos, ou de extensão? Se pudesse recomendar alguma coisa, o que recomendaria?

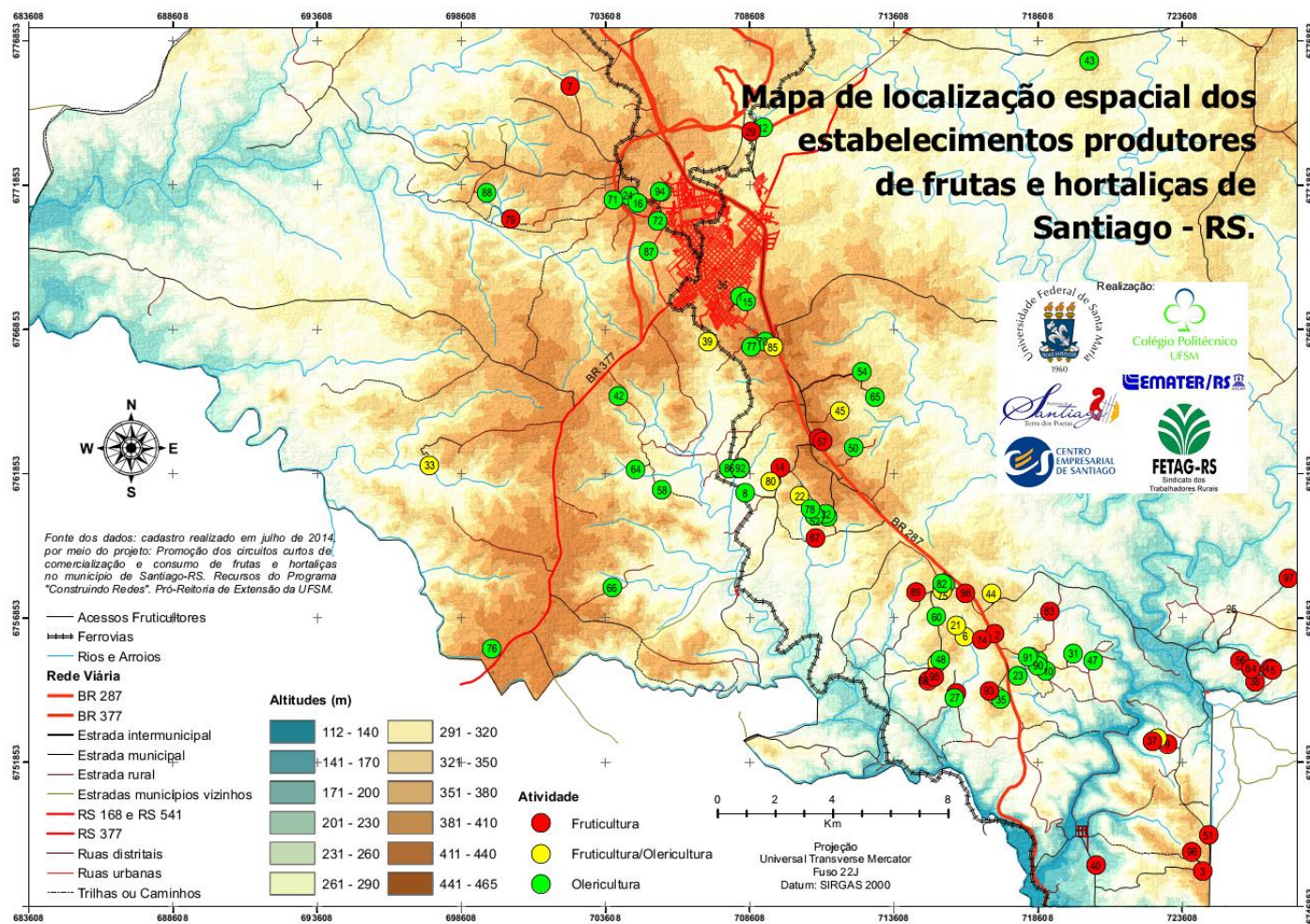
APÊNDICE F - ROTEIRO DE ENTREVISTA COM OS CONSUMIDORES DE ACORDO COM O CIRCUITO CURTO DE PARTICIPAÇÃO.

1. O que significa comprar do () Hortomercado, () Feira de Orgânicos, () Entregas domiciliares, () mercado varejista? Qual sua principal diferença?
2. Como essa forma de comercialização começou a fazer parte de sua forma de provimento? Quais forma os fatores ocasionadores e que fazem se manter nela?
3. Que tipo de informações tem chegado da sociedade e que acaba promovendo o consumo nesse local? De maneira geral como essas informações chegam ao seu conhecimento?
4. O que a forma de compra atende que outras não conseguem? O que distingue? O que significa essa forma de consumo?

Qualidade	<ul style="list-style-type: none"> ○ O que significa a qualidade de frutas e hortaliças para você? Como sabe se é de qualidade ou não? Como essa forma de mercado diferencia em relação as demais? ○ As embalagens são adequadas e auxiliam no dia a dia? ○ Em relação a durabilidade, Cheiro; Aparência; Sabor; e outras características nutricionais e de aparência, o que as frutas e/ou hortaliças tem de bom e de ruim? ○ Qual a importância das características de produção (convencional, agroecológico, orgânico, hidropônico) sobre sua decisão de compra? Você percebe alguma diferença?
Logística e Negociação	<ul style="list-style-type: none"> ○ Quais são os pontos fortes e fracos da produção local em relação a: Regularidade e volume; Diversidade; Horários de entrega, Agilidade,. ○ O que significa um atendimento adequado pelo fornecedor dos alimentos? Como você avalia aqui nessa forma de comercialização? ○ Como é definida e qual a importância do preço sobre a fruta e/ou hortaliças? ○ Qual a importância da legislação sobre os alimentos em relação a sua decisão de compra? Avalia alguma de maneira especial?
Relação com o Fornecedor dos alimentos	<ul style="list-style-type: none"> ○ Como o Sr. (a) determina comprar de um ou outro fornecedor (seja agricultor ou varejista)? ○ O que significa, espera, sustenta e reproduz a relação com o fornecedor dos alimentos (amizade, negócio, confiança, modo de fazer, compromisso compartilhado)? ○ Que tipo de ação pode ser considerada errada por parte dos agricultores? Já existiu algum caso? ○ A questão do produtos ser dessa região ou de algum agricultor em especial tem alguma importância na definição da compra? (Por quê?)


5. Qual o seu papel para manter, organizar e consolidar os mercados locais no município? Como você acha que está contribuindo?
6. Quais aspectos precisam ser melhorados seja em relação aos agricultores, agentes públicos, ou de extensão? Se pudesse recomendar alguma coisa, o que recomendaria?

ANEXO A - MAPA DE LOCALIZAÇÃO ESPACIAL DOS ESTABELECIMENTOS PRODUTORES DE FRUTAS E HORTALIÇAS DE SANTIAGO.



ANEXO B - INFORMATIVO TÉCNICO DA EMATER-RS/ASCAR SOBRE A ESTUFA MODELO SANTIAGO.

INFORMATIVO TÉCNICO



COPER Nº: 02/89 SÉRIE: 02/89

ESTUFA MODELO SANTIAGO

INTRODUÇÃO:

A estufa modelo Santiago é uma outra alternativa na plasticultura em chá, construída por um feirante no município de Santiago. Esta difere do modelo Capela quanto:

- a colocação do plástico é transversal,
- não há o enredo de arame e
- o plástico pode ser retirado após a colheita.

A opção pelo modelo Santiago é devido ao menor emprego de material, tanto madeira, plástico como mão-de-obra influenciando decididamente no seu custo. A produtividade obtida é quase a mesma.

Neste modelo como o plástico não é pregado, pode ser retirado após a colheita. Com isto, o filme plástico tem maior duração, pois não sofre ação do sol durante o verão.

MATERIAL PARA A CONSTRUÇÃO

O material para a construção desta estufa pode ser de madeira, róllica ou de mató e taquara, segundo a relação abaixo:

- 20 esteios com 2,70 m
- 08 esteios com 3,40 m
- 64 m de linhas
- 18 caibros com 4,00 m
- 600 m de taquara madura
- 80 m de rires
- 02 kg de preços 19x32
- 01 kg de preços 22x54

....